

# DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO E PLANO DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA



ZONA ESPECIAL DE INTERESSE  
SOCIAL PIRAMBU



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – UECE**

**DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO E PLANO DE GERAÇÃO DE TRABALHO E  
RENDA**

**ZONA ESPECIAL DE INTERESSE SOCIAL DO PIRAMBU**

**FORTALEZA – CEARÁ**

**2020**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ**

**REITOR**

Prof. Dr. José Jackson Coelho Sampaio

**VICE-REITOR**

Hidelbrando dos Santos Soares

**COORDENADOR-GERAL DO PROJETO**

Hidelbrando dos Santos Soares

**COORDENADOR DO CADERNO**

Hermano José Batista de Carvalho

**Material elaborado através do TDCO nº 001/2019/CIDADES/ FUNECE em parceria com o  
IPLANFOR**

## **EQUIPE TÉCNICA VINCULADA AO PROJETO**

Hidelbrando dos Santos Soares – Coordenador-Geral  
Augusto Reinaldo Pimentel Guimarães – Coordenador-Geral (agosto de 2019 a novembro de 2019)  
Ana Augusta Ferreira de Freitas – Coordenadora de Caderno  
Daniel Gonçalves Rodrigues – Coordenador de Caderno  
Davis Pereira de Paula – Coordenador de Caderno  
Frederico de Holanda Bastos – Coordenador de Caderno  
Hermano José Batista de Carvalho – Coordenador de Caderno  
Maria do Socorro Ferreira Osterne – Coordenadora de Caderno  
Roberta Nunes – Pesquisadora Plena e Responsável pelo Caderno de Normatização  
Abner Monteiro Nunes Cordeiro – Pesquisador Sênior  
Eduardo Lacerda Barros – Pesquisador Sênior  
Francisco José Maciel de Moura - Pesquisador Sênior  
João Sérgio Queiroz de Lima – Pesquisador Sênior  
Lise Mary Soares Souza – Pesquisadora Sênior  
Maria Zelma de Araújo Madeira – Pesquisadora Sênior  
Nilo Alves Júnior – Pesquisador Sênior  
Rodrigo Guimarães de Carvalho – Pesquisador Sênior  
Samuel Façanha Câmara – Pesquisador Sênior  
Teresa Cristina Esmeraldo Bezerra – Pesquisadora Sênior  
Alyne Bezerra Tabosa de Holanda – Pesquisadora Plena  
Aryberg de Souza Duarte – Pesquisador Pleno  
Daiane Daine de Oliveira Gomes – Pesquisadora Plena  
Edmundo Rodrigues de Brito – Pesquisador Pleno  
Elane Mendonça Conde Carneiro – Pesquisadora Plena  
Fátima Regina Lopes Brandão – Pesquisadora Plena  
Felipe Gerhard Paula Sousa – Pesquisador Pleno  
Fernanda de Figueiredo Marques Mattos – Pesquisadora Plena  
Fernando Antônio Alves dos Santos – Pesquisador Pleno  
João Capistrano de Abreu Neto – Pesquisador Pleno  
Lucas Lopes Ferreira de Souza – Pesquisador Pleno  
Luiz Carlos Prata Regadas – Pesquisador Pleno  
Mariana Maia Bezerra – Pesquisadora Plena  
Michelle do Carmo Sobreira Domingues – Pesquisadora Plena  
Pedro Almi da Costa Freire – Pesquisador Pleno  
Rui Jorge de Carvalho – Pesquisador Pleno  
Thais Oliveira Ponte – Pesquisadora Plena  
Thiago Ayres Barreira de Campos Barros – Pesquisador Pleno  
Tiago Amorim Nogueira – Pesquisador Pleno  
Andrea César da Silveira – Pesquisadora Júnior  
Brena Kelle Carneiro Vasconcelos – Pesquisadora Júnior  
Daniel dos Reis Cavalcante – Pesquisador Júnior

David Hélio Miranda de Medeiros – Pesquisador Júnior  
Denis Barbosa de Lima – Pesquisador Júnior  
Domingos Albano Matos Menezes – Pesquisador Júnior  
Dyego Moraes Silva – Pesquisador Júnior  
Elizangela da Cruz Barros – Pesquisadora Júnior  
Emilio Tiago Vasconcelos dos Santos – Pesquisador Júnior  
Eurides Melo Almeida – Pesquisadora Júnior  
Francisco George Urbano Melo – Pesquisador Júnior  
Francisco Oricélio da Silva Brindeiro – Pesquisador Júnior  
Georgia Alencar de Andrade – Pesquisadora Júnior  
Giovanna Luiza Pinheiro Brito – Pesquisadora Júnior  
Gisele Vasconcelos Cordeiro – Pesquisadora Júnior  
Jéssica Chaves Ribeiro – Pesquisadora Júnior  
Leonardo David Ribeiro – Pesquisador Júnior  
Lúcia de Fátima Bezerra Wirtzbiki – Pesquisadora Júnior  
Luciana Sousa Mendes – Pesquisadora Júnior  
Margarida Kézia de Sousa Pinto – Pesquisadora Júnior  
Mayara Rocha Coelho – Pesquisadora Júnior  
Michaela Farias Alves – Pesquisadora Júnior  
Patricia de Melo Rodrigues – Pesquisadora Júnior  
Patrícia Maria Apolônio de Oliveira – Pesquisadora Júnior  
Pedro Vitor Monte Rabelo – Pesquisador Júnior  
Rafael Nogueira Rocha – Pesquisador Júnior  
Rafaela Cajado Magalhães – Pesquisadora Júnior  
Raul da Franca Alencar – Pesquisador Júnior  
Rômulo Martins de Medeiros – Pesquisador Júnior  
Thiago Martins de Moraes – Pesquisador Júnior  
Thiago Matheus de Paula Sousa – Pesquisador Júnior  
Ticiane Rodrigues Nunes – Pesquisadora Júnior  
Vita Caroline Mota Saraiva Quinderé – Pesquisadora Júnior  
Wanessa Nhayara Maria Pereira Brandão – Pesquisadora Júnior  
Willia Maria Lima Peixoto – Pesquisadora Júnior  
Alisson Freitas da Silva – Bolsista de Iniciação Científica  
Francisca Fabrícia de Sousa Oliveira – Bolsista de Iniciação Científica  
Francisco Mario Carneiro da Silva – Bolsista de Iniciação Científica  
Hermerson Gustavo dos Santos Soares – Bolsista de Iniciação Científica  
Iara Pereira dos Reis – Bolsista de Iniciação Científica  
Icleane Pinheiro de Carvalho – Bolsista de Iniciação Científica  
Isadora Moura Rodrigues Freitas – Bolsista de Iniciação Científica  
Jéssica Clara da Silveira – Bolsista de Iniciação Científica  
João Oscar de Oliveira Filho – Bolsista de Iniciação Científica  
Laissa Vitória da Silva Limeira – Bolsista de Iniciação Científica  
Lara Lima Lourenço – Bolsista de Iniciação Científica  
Lucas Honório Magalhães – Bolsista de Iniciação Científica

Marina Lima da Silva – Bolsista de Iniciação Científica

Mateus Cavalcante de Sousa Lima – Bolsista de Iniciação Científica

Matheus Dayson de Sousa Vasconcelos – Bolsista de Iniciação Científica

Pablo de Moura Rodrigues – Bolsista de Iniciação Científica

Paula Carolina de Freitas Souza – Bolsista de Iniciação Científica

Rachel Maria Félix Monteiro – Bolsista de Iniciação Científica

Samira Almeida de Souza – Bolsista de Iniciação Científica

Antônia Eliene Brito de Paula – Articuladora de Campo

Emanuel Costa Maranhão – Articulador de Campo

José Maria Tabosa – Articulador de Campo

Sarah Diva da Silva Ipiranga- Responsável pela revisão textual



**GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ**  
*Secretaria das Cidades*

**EQUIPE TÉCNICA - Secretaria das Cidades**

**Secretário das Cidades:**

José Jácome Carneiro Albuquerque

**Secretário Executivo de Habitação e Desenvolvimento Urbano:**

Marcos César Cals de Oliveira

**Secretário Executivo de Planejamento e Gestão Interna:**

Carlos Edilson Araújo

**Coordenadoria de Desenvolvimento Urbano - CODUR:**

**Coordenador:** Bruno César Nobre

**Assistente Técnica:** Andrezza de Freitas Guimarães

**Coordenadoria de Regularização Fundiária – COREF**

**Coordenador:** Ricardo Durval Eduardo de Lima



## **EQUIPE TÉCNICA - Instituto de Planejamento de Fortaleza (IPLANFOR)**

### **Superintendente:**

Eudoro Walter de Santana

### **Superintendente Adjunto:**

Mário Fracalossi Júnior

### **Diretoria de Articulação e Integração de Políticas (DIART):**

Diretora: Juliana Mara de Freitas Sena Mota

### **Gerência de Integração de Políticas Públicas:**

Gerente: Joana e Silva Bezerra Kesselring

### **Gerência de Políticas para Zonas Especiais:**

Gerente: Natália Nunes Saraiva

### **Analistas de Planejamento e Gestão:**

Armando Elísio Gonçalves da Silveira

Gérsica Vasconcelos Goes

Haroldo Lopes Soares Filho

## **CONSELHO GESTOR DA ZEIS PIRAMBU**

### **Segmento Sociedade Civil**

Tereza Cristina Alves Barbosa– Titular  
Francisco Danilo Silva de Sousa– Titular  
Jean Carlos de Oliveira Cruz– Titular  
Gustavo Santiago Oliveira– Titular  
Raimundo Nonato Silva de Brito– Titular  
Francinete Cabral Lima– Titular  
Samara Silva dos Santos– Suplente  
Paulo de Tarso Rodrigues Aguiar Junior- Suplente  
Francisco Osias Matos dos Santos - Suplente  
Francisco Elias de Moraes - Suplente  
Naja Catarina Oliveira da Silva - Suplente  
Débora Nóbrega dos Santos - Suplente

Federação do Movimento Comunitário do Pirambu – FEMOCOPI – Org. Civil

### **Segmento Poder Público**

Coordenadoria Especial de Participação Social - CEPES  
Gabinete do Prefeito - GABPREF  
Instituto de Planejamento de Fortaleza - IPLANFOR  
Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente - SEUMA  
Secretaria Municipal do Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza - HABITAFOR  
Secretaria Regional I – SR I

Câmara Municipal de Fortaleza - CMFOR

## APRESENTAÇÃO

O presente relatório é parte integrante do Plano Integrado de Regularização Fundiária (PIRF) da Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) do Pirambu. O PIRF, instrumento previsto no Plano Diretor Participativo de Fortaleza, consiste em um plano de regularização fundiária elaborado a partir de uma abordagem sistêmica, envolvendo análises do processo de ocupação do território e integração de políticas econômicas, fundiárias, ambientais e urbanísticas. O plano foi desenvolvido de forma democrática e interativa e contou com a colaboração dos moradores da ZEIS Pirambu.

O trabalho é resultado de uma parceria interinstitucional entre a Prefeitura Municipal de Fortaleza, via Instituto de Planejamento de Fortaleza (IPLANFOR), o Governo do Estado do Ceará, via Secretaria das Cidades, e a Universidade Estadual do Ceará (UECE), representada por sua equipe técnica instituída pelo então Reitor José Jackson Coelho Sampaio, em 2019.

Em um breve relato, as tratativas desse projeto na UECE iniciaram-se ainda em 2018, sob a coordenação do Prof<sup>o</sup> Dr. Hermano José Batista de Carvalho, pessoa responsável pela articulação inicial entre as instituições envolvidas, bem como pela redação da proposta da UECE em atenção à demanda feita pelo IPLANFOR. Entre 2018 e os primeiros seis meses do ano de 2019, diversas reuniões de aperfeiçoamento da proposta foram conduzidas pelo Prof. Hermano Batista e a equipe técnica do IPLANFOR, nomeada pelo seu superintendente, o Ilmo. Sr. Eudoro Walter de Santana. Em agosto de 2019, após quase um ano de construção da proposta, teve início o período de execução por meio do trabalho da equipe técnica da UECE. Nesse período deu-se início aos trabalhos das equipes juntamente com a comunidade no território da ZEIS Pirambu.

No dia 22 de agosto de 2019, o Magnífico Reitor da UECE, Prof. Jackson Coelho Sampaio, recebeu as lideranças da ZEIS Pirambu para uma acolhida institucional, reforçando os laços e compromissos da instituição com o desenvolvimento pleno do PIRF. Também estavam presentes os parceiros interinstitucionais - Hidelbrando Soares (UECE), Eudoro Walter de Santana (IPLANFOR), Paulo Henrique Lustosa (Secretaria das Cidades), os membros da equipe técnica da UECE, pró-reitores, diretores de Centro e o Chefe de Gabinete.

Por ocasião desse primeiro contato oficial entre os interessados no PIRF, o Prof. Augusto Reinaldo Pimentel Guimarães, então coordenador-geral pela UECE, deu por iniciadas as atividades oficiais da UECE no desenvolvimento do PIRF da ZEIS Pirambu. Ainda no transcorrer dos meses do segundo semestre de 2019, os Planos de Trabalho foram aprovados pelo Conselho Gestor, tendo início a etapa de confecção dos cadernos temáticos, agora sob a coordenação-geral do Prof. Hidelbrando Soares, que orientou as fases seguintes até a aprovação final de todos os cadernos pelo Conselho Gestor.

Ciente da importância desse projeto na tentativa de contribuir com o planejamento de uma cidade sustentável e com maior equidade social, o grupo da UECE estabeleceu prioridade total para a sua execução com a efetiva participação das comunidades e amparo científico necessário

na mediação de interesses antagônicos, visando a garantir, da maneira mais viável possível, o estabelecimento de estratégias objetivas de regularização fundiária para as comunidades envolvidas.

No momento em que a Universidade Estadual do Ceará (UECE) finaliza o projeto com a entrega do produto final, registramos a honra de ter participado dessa iniciativa de profundo interesse comum para a consolidação da cidadania no município de Fortaleza. Nas palavras do Prof<sup>o</sup> Hidelbrando dos Santos Soares:

A UECE tem muito orgulho de participar desse trabalho que, com certeza, será fundamental para o desenvolvimento socioeconômico sustentável de Fortaleza, com impactos diretos na qualidade de vida da população. O trabalho realizado pelos pesquisadores envolvidos com esse projeto se diferencia por ajudar o poder público a pensar fora do senso comum, mas sem ignorar as demandas das comunidades e dos grupos que habitam esses locais.

## SUMÁRIO

	<b>VOLUME I – DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO</b>	
	<b>APRESENTAÇÃO DIAGNÓSTICO .....</b>	<b>14</b>
<b>I</b>	<b>METODOLOGIA DO DIGNÓSTICO.....</b>	<b>15</b>
<b>1.</b>	<b>PROPRIEDADES GERAIS E PROCESSO DE PESQUISA .....</b>	<b>15</b>
1.1	METODOLOGIA DE GESTÃO POR COMPETÊNCIA NO CONTEXTO DAS ZEIS.....	16
<b>2.</b>	<b>DADOS SECUNDÁRIOS – COLETA E ANÁLISE DE DADOS .....</b>	<b>18</b>
2.1	BASES DE DADOS E DIMENSÕES DE ANÁLISE QUANTITATIVA.....	18
2.2	INVESTIGAÇÃO CARTOGRÁFICA VIRTUAL.....	19
2.3	MAPEAMENTO DO ENSINO SUPERIOR, TÉCNICO E PROFISSIONAL .....	19
2.4	ESTUDOS E DIAGNÓSTICOS EXISTENTES.....	21
<b>3.</b>	<b>DADOS PRIMÁRIOS – COLETA DE DADOS, <i>CORPUS</i> DE PESQUISA, AMOSTRA E EXAME DOS DADOS.....</b>	<b>24</b>
3.1	CAMINHADA DE INSPIRAÇÃO ETNOGRÁFICA.....	24
3.2	CARTOGRAFIA COMUNITÁRIA .....	25
3.3	GRUPO FOCAL .....	27
3.4	OFICINAS DE IDENTIFICAÇÃO DE OPORTUNIDADES: DESIGN THINKING E WORKSHOP .....	30
3.5	SURVEY .....	37
<b>3.5.1</b>	<b>Instrumento de pesquisa .....</b>	<b>38</b>
<b>3.5.2</b>	<b>Amostra de pesquisa .....</b>	<b>39</b>
<b>3.5.3</b>	<b>Técnicas de análise de dados .....</b>	<b>40</b>
3.5.3.1	Análise de variância .....	41
3.5.3.2	Regressão linear .....	42
<b>II</b>	<b>ANÁLISE DE RESULTADOS DO DIAGNÓSTICO.....</b>	<b>43</b>
<b>4.</b>	<b>MAPEAMENTO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS.....</b>	<b>43</b>
4.1	DESCRIÇÃO DOS VÍNCULOS E ATIVIDADES ECONÔMICAS .....	43
<b>4.1.1</b>	<b>Negócios locais .....</b>	<b>46</b>
<b>4.1.2</b>	<b>Negócios coletivos e economia solidária .....</b>	<b>49</b>
<b>4.1.3</b>	<b>Projeção de empresas e vínculos formais.....</b>	<b>51</b>
<b>4.1.4</b>	<b>Empreendimentos e financiamentos.....</b>	<b>53</b>
4.2	DESCRIÇÃO DOS DADOS INDUSTRIAIS DO BAIRRO.....	55

4.3	CONCENTRAÇÃO DOS PRINCIPAIS NEGÓCIOS LOCAIS.....	59
<b>5.</b>	<b>INFRAESTRUTURA GERAL.....</b>	<b>66</b>
5.1	COBERTURA GERAL – ÁGUA, ESGOTO, DRENAGEM, COLETA DE RESÍDUOS, REDE ELÉTRICA, TRANSPORTE COLETIVO .....	66
5.2	EQUIPAMENTOS URBANOS: ESCOLAS, UPAS, HOSPITAIS, CRAS E DELEGACIAS .....	67
5.3	VAZIO ECONÔMICO E VAZIO POR ATIVIDADES .....	76
<b>6.</b>	<b>PERFIL SOCIOECONÔMICO DA ZEIS .....</b>	<b>86</b>
6.1	EXTENSÃO, POPULAÇÃO, RENDA, FAMÍLIAS, IMÓVEIS E DESOCUPAÇÃO	86
<b>6.1.1</b>	<b>Perfil de trabalho.....</b>	<b>91</b>
<b>6.1.2</b>	<b>Capacidades e habilidades.....</b>	<b>95</b>
6.2	ÍNDICES DE COMPETITIVIDADE, IDH E ESCOLARIDADE .....	96
6.3	VIOLÊNCIA: HOMICÍDIOS, FURTOS, ROUBOS DE AUTOMÓVEIS – SSPDS	98
6.4	PERFIL POPULACIONAL EM TERMOS DE OCUPAÇÃO E RENDA .....	101
<b>6.4.1</b>	<b>Orientação ao empreendedorismo.....</b>	<b>105</b>
<b>6.4.2</b>	<b>Bens domésticos e acesso à informação .....</b>	<b>108</b>
<b>6.4.3</b>	<b>Endividamento individual .....</b>	<b>110</b>
<b>7.</b>	<b>FORMAÇÃO E MERCADO DE TRABALHO.....</b>	<b>111</b>
7.1	MAPEAMENTO DO ENSINO SUPERIOR E TÉCNICO .....	111
<b>7.1.1</b>	<b>Ensino superior.....</b>	<b>112</b>
7.1.1.1	Centro Universitário Christus (Unichristus).....	112
7.1.1.2	Centro Universitário Fаметro (Unifаметro).....	112
7.1.1.3	Faculdade Plus (PLUS) .....	113
<b>7.1.2</b>	<b>Ensino técnico e profissionalizante .....</b>	<b>113</b>
7.1.2.1	SESC .....	114
7.1.2.2	SENAI .....	115
7.1.2.3	SESI.....	117
7.2	MERCADO DE TRABALHO LOCAL.....	118
7.3	FORMAÇÃO PROFISSIONAL DOS JOVENS .....	120
<b>8.</b>	<b>IDENTIFICAÇÃO DE OPORTUNIDADES.....</b>	<b>123</b>
<b>9.</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>126</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>128</b>

	<b>APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO .....</b>	<b>132</b>
	<b>VOLUME II – PLANO DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA</b>	
	<b>APRESENTAÇÃO PROPOSTAS.....</b>	<b>138</b>
<b>1</b>	<b>PLANO DE TRABALHO: PROPOSIÇÕES E AÇÕES .....</b>	<b>140</b>
<b>2</b>	<b>METODOLOGIA .....</b>	<b>146</b>
2.1	DIMENSÕES NORTEADORAS .....	146
2.2	DETALHAMENTO DAS DIMENSÕES .....	146
2.2.1	<b>Dimensão 1 - Diagnóstico da ZEIS .....</b>	<b>146</b>
2.2.2	<b>Dimensão 2 - Análise de tendência.....</b>	<b>147</b>
2.2.3	<b>Dimensão 3 - Análise de oportunidade.....</b>	<b>147</b>
2.3	POLÍTICAS PÚBLICAS E MECANISMOS DE IMPLANTAÇÃO DAS PROPOSTAS .....	148
<b>3</b>	<b>PROPOSTAS.....</b>	<b>149</b>
3.1	SETORES TRADICIONAIS NA DIMENSÃO SOCIAL .....	151
3.2	SETORES TRADICIONAIS NA DIMENSÃO MERCADO .....	154
3.3	SETORES INOVADORES NA DIMENSÃO SOCIAL .....	157
3.4	SETORES INOVADORES NA DIMENSÃO MERCADO.....	163
<b>4</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>170</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>172</b>
	<b>GLOSSÁRIO .....</b>	<b>175</b>
	<b>APÊNDICE A - METODOLOGIA DE CAPACITAÇÃO EMPREENDEDORA</b> <b>.....</b>	<b>177</b>
	<b>APÊNDICE B - PLATAFORMA DE PROJETOS COMPARTILHADOS:</b> <b>“VOZ DA ZEIS” .....</b>	<b>187</b>
	<b>APÊNDICE C - MODELOS DE APROVEITAMENTO DE RESÍDUOS</b> <b>SÓLIDOS .....</b>	<b>194</b>

**VOLUME I**  
**DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO**

## APRESENTAÇÃO DIAGNÓSTICO

O Plano Integrado de Regularização Fundiária (PIRF) das Zonas de Especiais de Interesse Social (ZEIS), encomendado pelo Instituto de Planejamento de Fortaleza (IPLANFOR) à Universidade Estadual do Ceará (UECE), previa como primeira parte do trabalho a realização de um Diagnóstico da situação socioeconômica das respectivas áreas, objetivando fundamentar as propostas e sugestões que seriam oferecidas no Plano de Geração de Trabalho e Renda.

Cumprindo com essa recomendação, o que se apresenta a seguir é o Diagnóstico Socioeconômico das ZEIS, realizado entre os meses de setembro e dezembro de 2019. Partindo da idealização do modelo de Gestão de Pessoas por Competências (GPPC), o qual tem como enfoque principal a alocação mais adequada do capital humano em ambientes estudados (MALAFAIA, 2017; DUTRA; 2016; ROCHA-PINTO, 2015), o Diagnóstico permitiu oferecer o quadro delineado durante todo este trabalho.

Foi nesse contexto que se realizaram levantamentos de dados primários e secundários, utilizando-se de métodos científicos consagrados em pesquisas da espécie, para formular resultados consonantes com as especificidades da localidade estudada.

Os resultados demonstraram um quadro que exige a adoção de medidas corretivas para a melhoria da situação socioeconômica dos moradores daquela comunidade, o qual será a base do Plano de Geração de Trabalho e Renda que será formulado na segunda parte do trabalho do PIRF.

## I METODOLOGIA DO DIAGNÓSTICO

### 1. PROPRIEDADES GERAIS E PROCESSO DE PESQUISA

As propriedades metodológicas desta pesquisa se dividem em duas etapas. Com o intuito de se retratar o contexto socioeconômico da ZEIS Pirambu, foi realizada, inicialmente, uma pesquisa de levantamentos e análises de dados secundários, a partir de base de dados de instituições públicas e privadas, com o intuito de se retratar o contexto socioeconômico da ZEIS Pirambu. Ressaltam-se as duas dimensões de análise do diagnóstico, a saber: a) nível ZEIS (território delimitado pela poligonal); b) nível bairros (bairros que compõem o território da ZEIS); c) nível zona de influência econômica (bairros adjacentes à ZEIS, integrando uma zona ao redor do território).

Dessa forma, o levantamento de dados secundários teve como principal intuito elaborar uma fotografia descritiva não apenas da estrutura econômica compreendida pela poligonal da ZEIS, mas de toda a Zona de Influência Econômica da qual ela faz parte. Para tal, os dados foram examinados com o auxílio de softwares estatísticos e de geolocalização e a aplicação de técnicas de análise multivariada. Com levantamentos simultâneos, os pesquisadores coletaram informações de plataformas e bases de dados provenientes de instituições governamentais, como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Governo do Estado do Ceará, Ministério da Educação e Ministério da Economia; e privadas, como a Federação das Indústrias do Estado do Ceará e o Google.

Posteriormente, foi realizada uma pesquisa de caráter exploratório, de natureza tanto qualitativa, quanto quantitativa. Assim, a segunda etapa do estudo teve como objetivo levantar e analisar dados primários (isto é, as informações obtidas diretamente do campo de pesquisa), comparando-se com aqueles coletados na primeira etapa da pesquisa. Nesta fase, foram realizados quatro estudos independentes, mas plenamente interconectados, quais sejam: Caminhada de inspiração etnográfica; Cartografia comunitária; Entrevista e grupo focal; *Survey*.<sup>1</sup>

A técnica qualitativa de caminhada pelas comunidades teve como objetivo não apenas a apreensão do contexto econômico presente na ZEIS, mas, de modo mais amplo, do contato com as particularidades e nuances que compõem as realidades sociais locais. Do mesmo modo, as

---

<sup>1</sup> Também chamado de pesquisa de opinião, o *survey* é um levantamento estatístico de uma amostra particular da opinião pública.

técnicas de entrevistas individuais e grupos focais, bem como da cartografia comunitária, foram desenvolvidas com membros da comunidade e do Conselho Gestor para levantamento de informações dos contextos locais da ZEIS Pirambu. Por fim, foi realizado um estudo de corte transversal único com a aplicação de um *survey* (HAIR et al., 2005), com instrumento de pesquisa desenvolvido no processo qualitativo do trabalho. Os dados levantados foram analisados por meio das técnicas Análise de Variância, Regressão Linear e Módulos de Estatística Descritiva (HAIR et al., 2005).

A ZEIS em estudo neste relatório é a ZEIS Pirambu, situada na região litorânea oeste de Fortaleza, nas áreas de abrangência da SER I<sup>2</sup>. A ZEIS é composta por porções de três bairros principais: Barra do Ceará, Cristo Redentor e Pirambu. A Zona de Influência Econômica, portanto, corresponde aos principais bairros que compõem a ZEIS. O detalhamento das etapas de pesquisa, bem como das técnicas utilizadas em cada uma delas, é apresentado nas seções a seguir.

## 1.1 METODOLOGIA DE GESTÃO POR COMPETÊNCIA NO CONTEXTO DAS ZEIS

Esta seção estabelece a metodologia de um modelo de gestão por competências, como uma metodologia para visualização de competências presentes nas áreas de execução deste projeto em níveis de: Zona de Influência Econômica e ZEIS. Este trabalho toma por base textos na área de gestão de pessoas, que utilizam a Gestão de Pessoas por Competências (GPPC), para alocar mais adequadamente o capital humano nos ambientes estudados (MALAFAIA, 2017; DUTRA; 2016; ROCHA-PINTO, 2015).

Esse modelo apresenta subdivisões clássicas que visam a uma maior compreensão das competências de cada agente do sistema estudado (AMARAL, 2006; FISHER, 2005; LAHEY, 2003), o chamado “CHA”. Com base nesse modelo, há o estímulo para a eficiência e a eficácia na execução de cada tarefa desempenhada pelos indivíduos em funções em que tenham sido alocados (DUTRA, 2016). O mapeamento da GPPC parte dessas três seções do “CHA”. O primeiro e o segundo aspecto se referem diretamente à noção de como planejar e realizar determinada atividade (AMARAL, 2006; FISHER, 2005). O conhecimento pode possuir caráter formal ou informal. O primeiro advém de cursos com titulação ou certificados e tem base científica, enquanto o saber de caráter informal é aquele que advém das experiências, da cultura e da história de determinada comunidade e da sua relação com o ambiente que a cerca (MALAFAIA, 2017; DUTRA; 2016;

---

<sup>2</sup> Secretaria Executiva Regional I.

AMARAL, 2006). Esse aspecto está relacionado ao conhecer e conceituar determinadas atividades (DUTRA; 2016; AMARAL, 2006).

Com referência ao “H” desse modelo, pode-se comentar que as habilidades estão muito ligadas a procedimentos, ao como fazer determinada atividade. Não basta somente ter conhecimentos sobre determinado tema, mas é preciso, ainda, saber como executá-lo, dispondo de aptidões específicas de como proceder da melhor forma (FISHER, 2005). A literatura apresenta três tipos de aptidões: mentais (saber quais as ferramentas de execução e como usá-las); cinéticas (envolve os movimentos precisos para a execução); e interpessoal (saber relacionar-se com as pessoas em processos de construção conjunta) (RIBEIRO, 2017).

As atitudes (o A da sigla) complementam os outros dois aspectos do sistema, já que muitas vezes os envolvidos, apesar de deterem o conhecimento e saberem como executar, não apresentam interesse na atividade. Logo, o conjunto do mapeamento não é utilizado (ROCHA-PINTO, 2015). No caso deste trabalho, esse componente do CHA poderá ser interpretado como a vontade de empregar seus conhecimentos e habilidades em áreas de interesse na comunidade, seja em empregos de caráter formal, em construções coletivas, seja em iniciativas de empreendedorismo dentro da ZEIS ou na Zona de Influência Econômica. Vale salientar que “competência ou incompetência” não é um estado definitivo como é colocado dentro do “senso comum” (MALAFAIA, 2017; DUTRA; 2016; AMARAL, 2006; FISHER, 2005). A GPPC evidencia conhecimentos, aptidões técnicas e comportamentais do indivíduo; todavia, dentro de um cenário de fragilidade socioeconômica, com a ausência de conhecimento formal em muitos casos, é possível que se desenvolvam competências que as pessoas, naquele ambiente, ainda não detenham.

Partindo para a implementação do modelo de GPPC, um dos primeiros passos é fazer o mapeamento das competências, tomando por base o CHA do ambiente em estudo. A Gestão de Competências fornece subsídios ao mapeamento de perfis encontrados no cenário estudado, permitindo a formulação dos planos de ação a serem seguidos, tanto para aproveitamento das competências instaladas como para o desenvolvimento de novas competências (MALAFAIA, 2017; DUTRA; 2016; ROCHA-PINTO, 2015; AMARAL, 2006; FISHER, 2005). Dentro de uma proposta de observação-participante, a caminhada será uma metodologia proposta e discutida na próxima seção.

Com o uso dessa ferramenta, a obtenção de informações das competências se torna mais transparente aos residentes. Outro fator é a validação do projeto por meio de uma gestão participativa e individualizada para cada panorama (SILVA, 2003; RUZZARIN; AMARAL; SIMIONOVSKI, 2002). No caso da ZEIS Pirambu, essas ferramentas podem ser usadas em

reuniões entre as equipes de coleta de dados e o Comitê Gestor, representantes de instituições educacionais encontradas no bairro além de pequenos comerciantes da região, que já atuam como empreendedores no local.

Realizadas as atividades acima citadas, ocorre a construção de uma “Base de referência”, significando um repositório de competências referenciais de conhecimentos, habilidades e atitudes dentro da ZEIS, que dá sustentação às “manchas econômicas” que podem ser utilizadas de modo a fomentá-las. Assim, em vez de “empurrar” demandas advindas de outras camadas sociais, deve-se estimular e compreender a visão daqueles que compõem o cenário, transformando-os na “força motriz” da sua própria mudança social. Isso é executado por meio de uma GPPC bem delineada, possibilitando à população da ZEIS visualizar e aproveitar melhor suas potencialidades econômicas.

## **2. DADOS SECUNDÁRIOS – COLETA E ANÁLISE DE DADOS**

A fase de análise de dados secundários foi composta por quatro etapas interconectadas: exame de bases de dados públicas e privadas; investigação cartográfica virtual de empreendimentos econômicos; mapeamento referente ao ensino superior, técnico e profissional; busca por estudos e diagnósticos realizados pela própria ZEIS. As informações de coleta e análise dos dados levantados em cada etapa são apresentadas a seguir.

### **2.1 BASES DE DADOS E DIMENSÕES DE ANÁLISE QUANTITATIVA**

A etapa de exame de bases de dados teve principal fonte de informação as plataformas e repositórios institucionais de organizações públicas e privadas. O levantamento de dados secundários buscou contemplar o objetivo de pesquisa a partir de uma análise das três dimensões especificadas nas propriedades gerais: nível ZEIS, nível bairros e nível Zonas de Influência Econômica. Esse critério de análise teve como intuito fortalecer a ausência de dados específicos sobre a ZEIS nas bases de dados agregados, bem como investigar a complexidade presente na relação socioeconômica dos habitantes com o ecossistema econômico local. O levantamento e exame das bases de dados de cada uma das dimensões socioeconômicas analisadas ocorreram entre os meses de agosto a novembro de 2019.

As principais bases de dados utilizadas foram: Censo do IBGE (Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA), realizado em 2010; Bases estatísticas RAIS/CAGED (Relação Anual de Informações Sociais / Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), entre

os anos de 2006 a 2017; Dados da Prefeitura Municipal de Fortaleza, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE) e Instituto de Planejamento de Fortaleza (IPLANFOR); Dados do Governo do Estado do Ceará, em especial da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS); Dados de ocupação e emprego do Sistema Nacional de Emprego (Instituto de Desenvolvimento do Trabalho – IDT-SINE); Dados do Mapa Estratégico da Indústria e do Guia Industrial da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC).

Como técnicas de análise de dados, foram utilizados módulos de estatística descritiva e técnicas de regressão simples (interpolação), quais sejam: polinomial, linear e logarítmica.

## 2.2 INVESTIGAÇÃO CARTOGRÁFICA VIRTUAL

A investigação cartográfica virtual foi realizada em três fases. A primeira fase consistiu no levantamento de dados através da plataforma de mapas digitais Google Maps, cujas informações obtidas através das imagens de satélites foram extraídas e posteriormente plotadas na ferramenta de mapas Google Earth. Iniciando-se a segunda etapa, foi possível a criação de *layers*, organizados por setor de atuação no mercado. Todas as informações dos pontos comerciais, igrejas, escolas, postos de saúde, dentre outras, foram plotados na plataforma Google Earth, com ícones e cores personalizados para uma melhor análise visual. Tal etapa teve como objetivo a busca de informações como *clusters*, concentrações comerciais e vazios. Na terceira fase da metodologia, foi executada a importação dos seccionados por setor para a plataforma de mapeamento geográfico Arcgis, em que um mapa personalizado, com os limites da poligonal da ZEIS Pirambu, recebeu todos os pontos previamente obtidos e analisados. Esses mapas foram utilizados, posteriormente, em oficinas realizadas na própria comunidade para a inserção e modificação de novos estabelecimentos formais ou informais que não constavam na plataforma digital Google Maps ou informações que estariam desatualizadas.

## 2.3 MAPEAMENTO DO ENSINO SUPERIOR, TÉCNICO E PROFISSIONAL

O mapeamento dos equipamentos e instituições de formação de educação foi realizado em dois aspectos: superior, técnico e profissional. Para coletar informações do âmbito do ensino superior, utilizou-se de dados do Ministério da Educação (MEC), através do portal e-MEC (2019), e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2019), através do portal InepData, que dispõe de informações do Censo da Educação Superior de 2017. O levantamento e mapeamento foi realizado no mês de outubro de 2019.

Ao consultar o portal e-MEC, foi possível encontrar 49 Instituições de Ensino Superior (IES), já no InepData foram encontradas 37, conforme observam-se nas Figuras 1 e 2 dispostas abaixo. Dessa forma, optou-se por integralizar os dados de ambas as fontes para uma melhor acurácia das informações.

**Figura 1 – IES Fortaleza Inep**

Ano Censo	Região	UF	Número de Instituições de Educação Superior
2017	NORDESTE	CEARÁ	37
	<b>Total</b>		<b>37</b>
		<b>Total</b>	<b>37</b>

Fonte: InepData (2019). Filtros aplicados: Nordeste; Ceará; Fortaleza.

**Figura 2 – IES Fortaleza MEC**

The screenshot shows the e-MEC portal interface with the following details:

- UF: CE CURSO: SELECIONE UM CURSO MUNICÍPIO: FORTALEZA
- Presencia  Distância  Fechar
- Cursos (211) list: ADMINISTRAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, AGROINDÚSTRIA, AGRONEGÓCIO, AGRONOMIA, ALIMENTOS, ANÁLISE DE SISTEMAS, ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS.
- Municípios (45) list: ACARAÚ, ACOPIARA, ALTO SANTO, ARACATI, BARBALHA, BATURITÉ, BOA VIAGEM, BREJO SANTO.
- Instituições (49)** list (circled in red): CENTRO UNIVERSITÁRIO CHRISTUS - UNICHRISTUS, CENTRO UNIVERSITÁRIO DA GRANDE FORTALEZA - UNIGRANDE, CENTRO UNIVERSITÁRIO ESTÁCIO DO CEARÁ - ESTÁCIO FIC, CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMETRO - UNIFAMETRO, CENTRO UNIVERSITÁRIO FANOR WYDEN - UNIFANOR WYDEN, CENTRO UNIVERSITÁRIO FARIAS BRITO.

Fonte: e-MEC (2019). Filtros aplicados: Nordeste; Ceará; Fortaleza; Presencial.

Através de uma triagem de informações identificou-se um total de 38 IES cadastradas na capital. Utilizou-se a plataforma Google Maps para calcular as distâncias e os trajetos a partir de um ponto central fornecido pela plataforma, no caso da ZEIS Pirambu.

Já para as informações da educação técnica e profissional, utilizou-se de dados do Conselho Estadual da Educação do Ceará (2019), que apresenta as escolas credenciadas da educação profissional do estado e dados do Ministério da Educação através de consulta pública ao portal do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (Sistec)

(2019), que dispõe de informações e dados dos cursos ofertados pelas instituições cadastradas. Assim como no mapeamento das IES, optou-se por integralizar os dados de ambas as fontes para uma melhor acurácia dos dados.

O relatório do Conselho Estadual apresenta uma lista de 214 instituições no estado e 63 cadastradas na capital. Já o portal do Sistec (2019) revela um total de 124 instituições em Fortaleza, apresentando divergência entre as fontes. Após triagem de informações e verificação de dados, identificou-se um total de 48 instituições, retiradas aquelas pertencentes ao sistema S<sup>3</sup>, que contou com um mapeamento à parte mais detalhado.

## 2.4 ESTUDOS E DIAGNÓSTICOS EXISTENTES

A busca por estudos e diagnósticos socioeconômicos realizados pela própria comunidade teve início logo no contato dos pesquisadores com o campo. Durante visitas e conversas informais, foi questionado se as pessoas tinham conhecimento de algum estudo do tipo. No entanto, a resposta obtida foi negativa.

Com o intuito de registrar o questionamento, no dia 21 de fevereiro de 2020 a seguinte pergunta foi dirigida para três membros do Conselho Gestor através da mídia WhatsApp: “Você tem conhecimento de algum diagnóstico socioeconômico da ZEIS que tenha sido feito anteriormente pela comunidade ou por alguma organização comunitária?”. Um dos membros não respondeu ao pesquisador e os outros dois responderam não ter conhecimento.

Diante disso, não se obtiveram resultados positivos durante essa investigação. No entanto, algumas pesquisas acadêmicas foram mapeadas durante busca on-line. Os termos “Pirambu” e “Fortaleza” foram aplicados como palavras-chave no site de busca Google Acadêmico<sup>4</sup>, e um quadro com os principais resultados da pesquisa foi elaborado (Quadro 1). As informações destacadas foram: título do trabalho, autor, ano, tipo de documento e link de acesso.

---

<sup>3</sup> Termo pelo qual se chama o conjunto de nove instituições de interesse de categorias profissionais, estabelecidas pela Constituição brasileira. Fazem parte do sistema S: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai); Serviço Social do Comércio (Sesc); Serviço Social da Indústria (Sesi); e Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (Senac). Existem ainda os seguintes: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar); Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop); e Serviço Social de Transporte (Sest).

<sup>4</sup> <https://scholar.google.com.br/scholar>

**Quadro 1 – Trabalhos acadêmicos sobre o Pirambu**

<b>Título</b>	<b>Autor</b>	<b>Ano</b>	<b>Documento</b>	<b>Disponível em</b>
Empreendedorismo social com inclusão digital: o caso Pirambu digital	Davi Montefusco de Oliveira; Marcelo Correia Lima da Rocha; Polyana Karina Mendes Ximenes; Francisco Roberto Pinto	2009	Artigo	<a href="http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/face/article/view/3582">http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/face/article/view/3582</a>
Boi juventude e o Folclore do Bumba meu boi no Grande Pirambu	Daniel Pinto Gomes	2013	Dissertação de Mestrado	<a href="http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/9131">http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/9131</a>
Incidências turísticas e socioespaciais do “Projeto Vila do Mar” na região do Grande Pirambu, Fortaleza (CE)	Susana Dantas Coelho; Letícia Neves Souza; Anderson Pereira Portuguez	2014	Artigo publicado em evento	<a href="https://www.redalyc.org/pdf/2610/261056063009.pdf">https://www.redalyc.org/pdf/2610/261056063009.pdf</a>
A visão da comunidade na implantação de projetos de desenvolvimento urbano para o turismo e para a qualidade de vida: políticas públicas no bairro Grande Pirambu	Susana Dantas Coelho; Keila Cristina Nicolau Mota; Fábio Perdigão Vasconcelos	2015	Artigo	<a href="https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=261056063009">https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=261056063009</a>
Da migração sertaneja ao surgimento das favelas: a formação socioespacial e vulnerabilidade em Fortaleza-Ceará	Rachel Vieira de Araújo; Maria Clélia Lustosa Costa	2016	Artigo	<a href="http://www.geosaberes.ufc.br/geosaberes/article/view/495">http://www.geosaberes.ufc.br/geosaberes/article/view/495</a>

Passeios: requalificação da Areninha Pirambu	Mariana Nunes Cavalcanti	2017	Trabalho de Conclusão de Curso	<a href="http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/25964">http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/25964</a>
Comentários acerca da Regularização Fundiária Urbana do Pirambu	Thiago Alves Henrique da Costa; Roselane Gomes Bezerra	2017	Artigo	<a href="https://doi.org/10.32335/2238-0426.2017.7.18.329">https://doi.org/10.32335/2238-0426.2017.7.18.329</a>
Fortaleza e a ocupação do espaço litorâneo no Grande Pirambu	Regina Balbino da Silva; Alexandre Queiroz Pereira; Maria Clélia Lustosa Costa	2018	Artigo	<a href="https://doi.org/10.5433/2447-1747/2018.v27n1p47">https://doi.org/10.5433/2447-1747/2018.v27n1p47</a>
Projeto Vila do Mar no grande Pirambu: avanços e retrocessos	Sandra Paula Evaristo Monteiro	2018	Dissertação de Mestrado	<a href="http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/36867">http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/36867</a>

Fonte: Google acadêmico (2019). Autoria própria.

Os trabalhos encontrados abordam diferentes temas. Observa-se uma tendência, todavia, para as discussões espaciais e sobre turismo. É importante mencionar tais pesquisas, uma vez que o conhecimento sobre uma região, espaço ou fenômeno deve ser aprofundado a partir de saberes já existentes. Mesmo não havendo estudos realizados especificamente pela comunidade, foi possível mapear alguns trabalhos acadêmicos que colocam o Pirambu como objeto de estudo.

### **3. DADOS PRIMÁRIOS – COLETA DE DADOS, *CORPUS* DE PESQUISA, AMOSTRA E EXAME DOS DADOS**

A fase de coleta e análise de dados primários foi composta por quatro etapas que, embora interconectadas, foram desenvolvidas de forma independente. Primeiramente, uma caminhada de inspiração etnográfica, isto é, de imersão dos pesquisadores em campo, realizada na ZEIS Pirambu. Para tal, membros do Conselho Gestor acompanharam os pesquisadores ao longo das ruas do território ao modo de uma visita guiada. Concomitantemente, entrevistas e grupos focais foram realizados com membros do Conselho Gestor e da comunidade em geral para levantamento de informações específicas ligadas ao objeto de estudo. O mesmo procedimento foi realizado para a cartografia comunitária. Por fim, utilizando-se como base as informações coletadas nas etapas supracitadas, um questionário quantitativo foi aplicado com os habitantes domiciliados na ZEIS. Os tópicos a seguir apresentam em detalhe as três etapas que compõem a fase de levantamento e análise de dados primários.

#### **3.1 CAMINHADA DE INSPIRAÇÃO ETNOGRÁFICA**

Como forma de se aproximar e entender as nuances presentes no contexto da ZEIS, a caminhada foi proposta como metodologia de pesquisa. Contando com o suporte da comunidade local para o acesso ao campo, os pesquisadores realizaram visitas guiadas com os moradores da ZEIS para conhecer um pouco mais de suas vivências e impressões cotidianas. Assim, a caminhada supera a simples noção de ação de passagem para alcançar a categoria de discurso (CERTEAU, 1994). Como tal, a caminhada organiza, em um traçado irregular, as práticas espaciais e históricas vividas no contexto dos bairros. São essas práticas as responsáveis por estabelecer os espaços dos bairros e criar suas memórias. Além da assimilação do presente, a apreensão de tais práticas por meio da caminhada, portanto, transforma-se em uma viagem de caráter histórico, acrescentando, igualmente, elementos de futuros possíveis a esse processo.

É por meio dos passos de uma caminhada que os espaços sociais podem não apenas ser apreendidos, mas igualmente tecidos. Em um processo baseado em sinestésias, isto é, em ricas experiências sensoriais, todos os sentidos ajudam a tomar consciência da materialidade e dos ritmos locais. Assim, esta pesquisa busca incorporar os múltiplos discursos presentes na ZEIS Pirambu para, a partir de sua compreensão, produzir um relato compartilhado do seu cotidiano. Neste percurso, as pessoas e suas relações com a ZEIS foram ouvidas e seguidas, uma vez que foram elas as encarregadas por guiar os pesquisadores. São as pessoas, portanto, as principais responsáveis por dar voz às trajetórias concebidas ao longo das caminhadas pelo território.

Tendo por base a caminhada como recurso de pesquisa em campo, este estudo se caracteriza como de inspiração etnográfica. O *corpus* de pesquisa compreendeu elementos da observação sistemática, elaboração de notas de campo e entrevistas formais e informais. Reconhecendo a importância central não apenas das entrevistas formais, mas das conversas informais no levantamento de informações, articulações de sentidos e interpretações, a pesquisa buscou compreender o cotidiano do sujeito comum por meio da sua linguagem. Assim como descreve Certeau (1994, p. 50), “a conversa é um efeito provisório e coletivo de competências na arte de manipular ‘lugares comuns’ e jogar com o inevitável dos acontecimentos para torná-los ‘habitáveis’”. Do mesmo modo, as notas de campo foram tomadas diariamente como um exercício não apenas de registro das informações coletadas em campo, mas para a organização do conhecimento e interpretação dos eventos cotidianos. As entradas em campo, bem como a compilação das informações levantadas, foram realizadas durante os meses de setembro a dezembro de 2019.

### 3.2 CARTOGRAFIA COMUNITÁRIA

A cartografia comunitária é uma importante ferramenta para o desenvolvimento de análises territoriais, uma vez que conta com a participação da comunidade local na construção de mapas (SILVA; VERBICARO, 2016). Os mapas permitem uma maior apropriação do território, sendo um meio de comunicação e sistematização de informações de natureza espacial. A utilização dessa metodologia se baseia no cotidiano e nas experiências daqueles que habitam a poligonal da ZEIS.

Diante dessa perspectiva, foram conduzidas oficinas de cartografia obedecendo a alguns critérios pré-estabelecidos para execução, como local, participantes e temas (SILVA; VERBICARO, 2016). O local no qual foram realizadas as oficinas estava situado dentro da

ZEIS Pirambu e contava com uma estrutura física mínima para que os mapas pudessem ser desenvolvidos, como luz, mesa e espaço amplo. Os participantes eram moradores da ZEIS que, no seu cotidiano, tinham como hábito caminhar pelo território, uma vez que era necessário ter conhecimento da região e situar no mapa os locais sobre os quais fossem questionados, conforme se observa na Figura 3.

**Figura 3 – Realização da cartografia comunitária**



Fonte: Autoria própria (2019).

Assim, foi realizada uma série de perguntas para os participantes sobre os empreendimentos e equipamentos da ZEIS Pirambu, tais como: onde as pessoas se divertem, onde os jovens se divertem, onde está concentrado o comércio, onde estão concentrados os serviços, onde estão concentradas as residências, onde estão os mercantis e mercadinhos, existem feiras livres, onde as feiras estão localizadas, quando as feiras acontecem, onde as pessoas tem oportunidade de ocupação e renda dentro do território e, finalmente, se fossem montar um negócio onde seria.

À medida que os participantes iam respondendo e participando, uma pessoa da equipe ia fazendo as anotações e sinalizando no mapa os pontos correspondentes. Para tal foram criadas legendas para cada espécie de negócios, visando à digitalização das informações posteriormente. Na Figura 4 é possível observar a equipe técnica compilando informações do mapa.

**Figura 4 – Anotação dos dados da cartografia comunitária**



Fonte: Autoria própria (2019).

### 3.3 GRUPO FOCAL

O grupo focal é uma metodologia de pesquisa que tem uma orientação integralmente qualitativa, desde a coleta dos dados até a análise e interpretação, preocupando-se em aproximar e estudar o mundo empírico da ZEIS Pirambu o mais próximo possível do ambiente em que vivem os moradores (GODOY, 1995). Tem como característica principal a realização de uma entrevista em grupo com temáticas definidas, número de participantes

limitados e método de condução padrão. Nessa tipologia qualitativa a interação do grupo é essencial para a análise do objeto (FREITAS; OLIVEIRA, 1998).

Assim, com o objetivo de coletar dados qualitativos, foram realizados grupos focais com moradores da ZEIS. Procurou-se obter os dados através da interação entre os sujeitos participantes do grupo, que expuseram na sua fala suas percepções sobre um tema previamente determinado pelo pesquisador (MORGAN, 1996). Para aplicar o grupo focal tem-se a figura do moderador que deve conduzir as discussões, fazendo com que os participantes deem sua contribuição nas respostas de forma espontânea, sem influenciar, mas estimulando sempre que houver algo na fala do entrevistado que possa ser mais aprofundado, visando a uma melhor geração de dados para a pesquisa (MUNARETTO; CORRÊA; CUNHA, 2013).

Foram definidos três grupos focais na ZEIS Pirambu, abordando os seguintes temas: economia solidária, empreendimentos e financiamentos, e formação profissional e empreendedorismo. Os moradores foram convidados a partir dos bolsistas articuladores e do Conselho Gestor da ZEIS. A Figura 5 mostra um dos panfletos desenvolvidos pela equipe para divulgação do grupo. Ademais, ressalte-se que os participantes dos grupos atendiam a um perfil delimitado de acordo com cada assunto específico.

No grupo de Economia Solidária, os sujeitos convidados foram: costureiras, comerciantes, pescadores, feirantes, prestadores de serviços, membros do Conselho Gestor e jovens. Já na temática de Empreendimentos e Financiamentos, os participantes eram proprietários de pequenos negócios, pescadores e costureiras e bordadeiras (Figura 5). Por fim, o grupo de Formação Profissional e Empreendedorismo teve os jovens como sujeitos convidados, com faixa etária entre 15 e 28 anos. Vale ressaltar que o número de participantes dos grupos variou entre 6 e 12, estando assim dentro do intervalo aceitável para a execução da metodologia (OLIVEIRA; LEITE-FILHO; RODRIGUES, 2007).

**Figura 5 – Panfleto de divulgação do grupo focal**



Fonte: Autoria própria (2019).

As respostas foram gravadas com a permissão dos presentes, guardando o anonimato de todos, uma vez que não houve identificação em suas respostas. Os áudios foram transcritos e posteriormente analisados e seus resultados estão descritos neste relatório em tópicos posteriores. Através dos grupos focais, foi possível lidar com a compreensão das experiências, opiniões, motivos e aspirações pessoais daqueles a quem se prestou uma escuta ativa e interessada (MINAYO, 2012), o que revela a importância da utilização de tal metodologia, uma vez que tais subjetividades não seriam captadas pelo uso de questionário.

Foi utilizado, para análise das informações coletadas nos grupos focais, o software Iramuteq, usando a Classificação Hierárquica Descendente (CHD), que permite, de modo estatístico, analisar discursos, questionários de pesquisas e ajudar na interpretação textual a partir da identificação do contexto, vocabulário, separação e especificidade de palavras, diferença entre autores, entre outras possibilidades, como análise de gráficos, grafos, dendograma<sup>5</sup> e a nuvem de palavras.

<sup>5</sup> Diagrama em forma de árvore. Resulta de uma análise estatística que leva a agrupamentos de dados em forma hierárquica.

### 3.4 OFICINAS DE IDENTIFICAÇÃO DE OPORTUNIDADES: DESIGN THINKING E WORKSHOP

A oficina de identificação de oportunidades é uma importante ferramenta para o desenvolvimento de produtos e serviços voltados à comunidade a partir do fomento de projetos baseados em uma dinâmica aberta e colaborativa (BRENNER; UEBERNICKEL, 2016). Dentro desse escopo, o Design Thinking, enquanto abordagem participativa de construção de inovações e de conhecimento, revela-se como um método inovador para consolidar ideias e solucionar os problemas do mundo empírico (BRENNER; UEBERNICKEL; ABREL, 2016). Nesse sentido, possui como característica uma orientação interdisciplinar, a qual posiciona os participantes no centro do processo como forma de compreender a fundo as necessidades das pessoas, os moradores da ZEIS Pirambu, buscando implementar tecnologias adequadas e processos de inovação para solução das demandas da comunidade.

Para tanto, seu método de aplicação utiliza-se de grupos de conversas entre os facilitadores, especialistas na área, e os participantes do projeto, os moradores da ZEIS. A viabilidade do seu uso consiste em sua efetividade em revelar necessidades ocultas das realidades subjetivas pertinentes ao cotidiano dos moradores, o que contribui para o fornecimento de conhecimento e o desenvolvimento de soluções inovadoras (KELLEY; KELLEY, 2013). Nessa perspectiva, ambientes específicos foram selecionados para acomodar os participantes, de modo a criar um espaço de interação social para incentivar a discussão de ideias para soluções dos problemas levantados pelos moradores (BRENNER; UEBERNICKEL; ABREL, 2016).

Destarte, com o objetivo de coletar as ideias levantadas pelos moradores, foi realizado um ciclo de oficinas com os moradores das ZEIS. A primeira oficina consistiu em um Workshop de Elaboração de Propostas do Caderno de Geração de Trabalho e Renda (GTR) realizado no dia 21 de novembro de 2019, na UECE (Figura 6), tendo como intuito abranger quatro áreas temáticas de grande importância para geração de trabalho e renda na ZEIS. Desse modo, Capacitação da Força de Trabalho, Oportunidades de Negócios, Ofertas de Empregos e Economia Solidária foram os temas trabalhados nas atividades do workshop.

**Figura 6 – Abertura do Workshop de Elaboração de Propostas do Caderno GTR**



Fonte: Autoria própria (2019).

A dinâmica de trabalho do workshop consistiu em convidar palestrantes que atuassem profissionalmente nas áreas mencionadas acima, com o intuito de promover a integração entre agentes do mercado de trabalho e o conselho gestor das ZEIS representadas. Foram definidos dois grupos de trabalhos: 1. Ofertas de Emprego e Capacitação da Força de Trabalho; 2. Oportunidades de Negócios e Economia Solidária. Os grupos de trabalhos foram introduzidos por palestras de convidados peritos nas temáticas citadas, com duração de 20 minutos cada (Figura 7). Os palestrantes eram representantes das seguintes instituições: SENAI, SINE-IDT, CUT, BNB, INEC e CriarCE.

**Figura 7 – Palestra com representante do SINE IDT**



Fonte: Autoria própria (2019).

O grupo de trabalho sobre Ofertas de Emprego e Capacitação da Força de Trabalho tinha como participantes os representantes do SINE-IDT, SENAI e CUT (Figura 8), além de dois moradores da ZEIS Moura Brasil, uma pessoa membro do Conselho Gestor da ZEIS Pirambu e uma da ZEIS Lagamar (Figura 8). Já o grupo de trabalho sobre Oportunidades de Negócios e Economia Solidária contava com a participação de representantes do BNB, Crediamigo, CriarCE e INEC, além de dois membros do Conselho da ZEIS Moura Brasil, uma bolsista articuladora da ZEIS Lagamar e um bolsista articulador da ZEIS Pirambu (Figura 9). Ressalte-se que os grupos de trabalho foram articulados e mediados por membros da equipe técnica integrante do Caderno.

**Figura 8 – Grupo do Workshop sobre Ofertas de Emprego e Capacitação da Força de Trabalho**



Fonte: Autoria própria (2019).

Em um segundo momento, iniciaram-se as discussões acerca dos temas, onde os representantes dos conselhos gestores compartilharam a realidade vivenciada nas ZEIS, assim como as maiores necessidades e os entraves existentes para o desenvolvimento social e econômico na comunidade (Figuras 8 e 9). A terceira fase do workshop reuniu as proposições de soluções para os entraves identificados nos grupos de trabalhos, através da idealização de projetos e propostas que promovessem a capacitação da força de trabalho local, a criação de novas oportunidades de negócios na ZEIS, o crescimento no índice de ofertas de empregos nas regiões e a formação de empreendimentos com foco na economia solidária. A Figura 10 apresenta a conclusão do workshop e a Figura 11 mostra o momento de encerramento com os participantes reunidos.

**Figura 9 – Grupo do Workshop sobre Oportunidades de Negócios e Economia Solidária**



Fonte: Autoria própria (2019).

**Figura 10 – Apresentação dos resultados do Workshop**



Fonte: Autoria própria (2019).

**Figura 11 – Encerramento do Workshop**



Fonte: Autoria própria (2019).

O segundo ciclo de oficinas foi realizado durante o mês de dezembro de 2019 e consistiu na criação de espaços voltados à educação empreendedora dos moradores da ZEIS Pirambu, cujo método se baseou no processo de ideação do Design Thinking (Figura 12).

Dessa forma, durante as oficinas foram demonstrados casos de empresas que nasceram com baixo nível de investimento inicial com intuito de evidenciar possibilidades de empreendimentos orientados ao atendimento das necessidades do mercado local. Com foco em resolução de problemas, os facilitadores apresentaram aos participantes do projeto algumas armadilhas existentes para quem está começando um negócio.

**Figura 12 – Oficina de Design Thinking**



Fonte: Autoria própria (2019).

Em seguida, foram iniciadas atividades práticas divididas em três etapas: problematização, a qual consiste em identificar oportunidades de negócios a partir a aplicação de tecnologias e serviços que poderiam ser utilizados na resolução de problemas da comunidade; idealização, cujo método se baseia no desenvolvimento de soluções viáveis, como negócios e serviços, para atender às necessidades dos moradores a partir do uso de tecnologias gratuitas (Figura 10); apresentação, a qual consiste na apresentação de ideias e soluções geradas pela interação entre os participantes e os facilitadores.

Nessa última etapa, ressalta-se o papel desempenhado pelos facilitadores, cujos objetivos consistem em apresentar oportunidades de negócios viáveis e incentivar a capacitação profissional dos participantes, assim como encorajá-los ao desenvolvimento de negócios através de editais de fomento.

### 3.5 SURVEY

Para a coleta de dados quantitativos, foi aplicado um *survey* com os habitantes domiciliados na ZEIS Pirambu. Ao todo, foram aplicados 242 questionários nos três principais bairros que compreendem a ZEIS: Barra do Ceará, Cristo Redentor e Pirambu. A amostra de pesquisa buscou contemplar os perfis da comunidade estudada, levantados por meio da análise dos dados secundários. Foi definida a amostra para a pesquisa utilizando-se a técnica de amostragem não probabilística por conveniência (HAIR et al., 2005).

Para a coleta de dados *in loco*, foram elaborados questionários cuja aplicação foi administrada pelos pesquisadores do Caderno de Geração de Trabalho e Renda. A aplicação do instrumento de pesquisa ocorreu entre os meses de outubro a dezembro de 2019.

A maior parte da aplicação foi realizada de forma virtual, através de mídias como WhatsApp, Instagram e Facebook, mas ainda foram realizadas visitas nos bairros para aplicação dos questionários. A Figura 13 apresenta equipe de pesquisadores reunidos para aplicação dos questionários na ZEIS Pirambu.

**Figura 13 – Equipe de pesquisadores em campo**



Fonte: Autoria própria (2019).

Foram observados 41 *missing values*<sup>6</sup> na amostra de pesquisa, todos de moradores que não eram domiciliados dentro da ZEIS. Retirados estes respondentes, o quadro final da amostra foi composto de 201 questionários válidos. Nos tópicos a seguir são apresentados mais detalhes sobre o instrumento de pesquisa e os procedimentos estatísticos realizados para análise dos dados coletados em campo. O software utilizado para a realização das técnicas estatísticas da pesquisa foi o *Statistical Package for the Social Sciences (SPSS) 24.0*.

### 3.5.1 Instrumento de pesquisa

As variáveis que compõem o instrumento de pesquisa foram elaboradas a partir da confluência de aspectos teórico-empíricos, provenientes da revisão da literatura e do levantamento dos dados secundários, com os resultados obtidos mediante a análise das informações emersas do campo de pesquisa. Dessa forma, os indicadores do instrumento de pesquisa foram construídos relevando-se os atributos relacionados ao contexto empírico dos ambientes de estudo.

O questionário é constituído por cinco seções (APÊNDICE A). A primeira seção teve por objetivo levantar informações que possibilitem o delineamento do perfil socioeconômico da amostra. A segunda seção buscou identificar aspectos relacionados ao trabalho e renda dos entrevistados, bem como a sua relação com o contexto econômico da comunidade. Em seguida, a Escala da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP), utilizada como critério de classificação econômica, foi adaptada para os contextos desta pesquisa. Na quarta seção, as perguntas sobre atitude ao empreendedorismo, violência, endividamento individual, avaliação dos equipamentos públicos, competências, habilidade e atitudes e engajamento em negócios coletivos foram apresentadas aos respondentes em escala de Likert<sup>7</sup> de 3 pontos. Por fim, uma escala de Sustentabilidade de 12 itens, adaptada do *Global Survey on Sustainability and the SDGs*<sup>8</sup>, foi operacionalizada por meio de uma escala de urgência de 3 pontos.

Antes da aplicação *in loco*, o instrumento de coleta de dados foi discutido e revisado pelos integrantes da equipe de pesquisa. Para a finalização do questionário, foi realizado um

---

<sup>6</sup> Conceito estatístico associado a toda e qualquer falha na obtenção de respostas (observações) sobre os elementos selecionados e designados para pertencerem à amostra.

<sup>7</sup> Tipo de escala de resposta psicométrica usada habitualmente em questionários. Ao responderem a um questionário baseado nesta escala, os perguntados especificam seu nível de concordância com uma afirmação.

<sup>8</sup> *Survey* internacional para coleta de expectativas e opiniões em questões de sustentabilidade, realizado no maior número possível de países (<https://www.globalsurvey-sdgs.com/#about>).

pré-teste, aplicado a 10 respondentes, alguns destes bolsistas articuladores presentes na imagem abaixo (Figura 14). Embora os respondentes não tenham tido dúvidas muito expressivas, procedeu-se a algumas melhorias de ordem e de linguagem para a versão final do questionário. Devido às alterações implementadas, tais casos foram descartados.

**Figura 14 – Apresentação e pré-teste do questionário**



Fonte: Autoria própria (2019).

### 3.5.2 Amostra de pesquisa

A amostra de pesquisa foi constituída apenas por moradores da ZEIS Pirambu, compostas por três principais bairros: Barra do Ceará, Cristo Redentor e Pirambu. Não foi realizada distinção de tempo de permanência na ZEIS entre os sujeitos da amostra. Por outro lado, buscou-se manter proporções similares àquelas apresentadas pelo Censo do IBGE de 2010 quanto às características sociodemográficas. Uma vez que não se buscava realizar um novo censo da ZEIS, cumpre ressaltar que a amostra teve caráter não probabilístico com um erro amostral de cerca de 7%.

Embora se tenha utilizado como base a subdivisão da população em grupos de características socioeconômicas específicas, de acordo com sexo, idade e escolaridade, um

levantamento de caráter incidental foi realizado em cada estrato da amostra. A Tabela 1, a seguir, apresenta o perfil sociodemográfico da amostra.

**Tabela 1 – Perfil sociodemográfico da amostra**

<b>Variável</b>	<b>N</b>	<b>%</b>	<b>Média</b>	<b>Desvio Padrão</b>
<b>Sexo</b>	201	100		
Feminino	128	63,7		
Masculino	73	36,3		
<b>Orientação sexual</b>	192	95,5		
Heterossexual	169	84,10		
Homossexual	14	7,00		
Outro	9	4,50		
<b>Cor autodeclarada</b>	199	99,0		
Negra	42	20,9		
Padra	118	58,7		
Branca	39	19,4		
<b>Estado civil</b>	201	100		
Solteiro(a)	128	63,7		
Casado(a)	65	32,3		
Separado(a)	3	1,5		
Viúvo(a)	5	2,5		
<b>Escolaridade</b>	201	100		
Nunca estudou	1	0,5		
Ensino fundamental incompleto	26	12,9		
Ensino fundamental completo	7	3,5		
Ensino médio incompleto	33	16,4		
Ensino médio completo	64	31,8		
Ensino técnico	10	5,0		
Ensino superior incompleto	41	7,0		
Ensino superior completo	14	4,5		
Pós-graduação	5	2,5		
<b>Idade</b>	201	100	31,3	14,10
<b>Renda familiar mensal</b>	201	100	2.208,42	1653,02

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

### 3.5.3 Técnicas de análise de dados

### 3.5.3.1 Análise de variância

A análise de variância (Anova) é uma técnica estatística usada para determinar se as amostras de dois ou mais grupos surgem de populações com médias iguais. A análise de variância emprega uma medida dependente, ao passo que análise multivariada de variância compara amostras com base em duas ou mais variáveis dependentes (HAIR et al., 2005).

A análise de variância é utilizada para o estudo das diferenças nos valores da média da variável dependente associados ao efeito das variáveis independentes controladas, após levar em conta a influência das variáveis dependentes não controladas (MALHOTRA, 2004). Em essência, aplica-se a análise de variância como um teste de médias para duas ou mais amostras. A hipótese nula, tipicamente, indica que todas as médias são iguais.

Em sua forma mais simples, a análise de variância deve ter uma única variável independente (One-way Anova), medida em escala de intervalo ou de razão. Contudo, pode apresentar mais de uma variável independente (e.g., Two-way Anova). As variáveis dependentes devem ser todas categóricas (não métricas). Os procedimentos univariados incluem o Teste t, para situações de dois grupos ou amostras reduzidas, e Anova, para situações com três ou mais grupos definidos por duas ou mais variáveis independentes ou com maiores tamanhos amostrais. Os índices comumente analisados na aplicação da técnica Anova são apresentados na Tabela 2.

**Tabela 2 – Testes estatísticos para análise de variância**

Índice	Valor Ideal	Descrição
Teste F*	$p < 0,05$	Mede se pelo menos uma das médias é diferente das demais: $H_0 = \mu_1 = \mu_2 = \mu_3$
Teste Levene	$p > 0,05$	Testa a hipótese nula de homogeneidade de variância. Por ser mais difícil de se obter resultados positivos, geralmente não é revelado nos trabalhos.

Fonte: Autoria própria.

\* Forma como o teste deve ser apresentado: ( $F(2^1, 180^2)=0,777^3; p=0,46^4$ )

<sup>1</sup> Graus de liberdade *between groups* – sempre o menor.

<sup>2</sup> Graus de liberdade *within groups* – sempre o maior.

<sup>3</sup> Resultado do Teste F.

<sup>4</sup> Teste de significância.

### 3.5.3.2 Regressão linear

A regressão linear é utilizada, em geral, com o propósito de previsão e associação entre variáveis. Consiste em determinar uma função matemática que descreva o comportamento de determinada variável dependente com base nos valores de uma ou mais variáveis independentes. No caso de mais de uma variável independente na equação, tem-se uma regressão múltipla. Caso contrário, tem-se uma regressão linear simples. Como pressupostos da análise de regressão, elencam-se os seguintes:

- a) Normalidade dos Resíduos: Teste Kolmogorov-Smirnov.
- b) Homocedasticidade: Teste Passarán-Passarán.
- c) Ausência de Autocorrelação Serial: Durbin-Watson.
- d) Multicolinearidade: Testes Farrar e Glauber e FIV.

A análise das regressões lineares centra-se nos indicadores apresentados na Tabela

3.

**Tabela 3 – Indicadores para análise de regressões lineares**

Índice	Valor ideal	Descrição
R – Coeficiente de correlação	> 0,30 (Ciências Sociais)	Representa o grau de associação entre as variáveis dependente e independente. É mais utilizado para comparar regressões diferentes.
R <sup>2</sup> - Coeficiente de determinação	> 0,30 (Ciências Sociais)	Poder explicativo da regressão: indica o quanto da variação da variável dependente é explicado pelas variáveis independentes.
$\beta$ – Beta	$p < 0,05$	Indica o grau de influência de uma variável independente sobre a variável dependente (obs.: valores negativos significam uma relação inversa).

Fonte: Autoria própria.

## II ANÁLISE DE RESULTADOS DO DIAGNÓSTICO

### 4. MAPEAMENTO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS

#### 4.1 DESCRIÇÃO DOS VÍNCULOS E ATIVIDADES ECONÔMICAS

Em virtude da limitação apresentada pela base de dados RAIS/CAGED (2017), dados das atividades econômicas específicas do bairro Pirambu não foram obtidos. Dessa forma, os dados dos bairros Barra do Ceará e Cristo Redentor foram trabalhados integralmente de modo a se aproximar da realidade econômica local. Os ecossistemas econômicos de ambos os bairros têm sido historicamente constituídos pelo setor de serviços, mais especificamente o comércio ligado às atividades de varejo. As atividades ligadas ao comércio apresentam tanto o maior número de empresas quanto o maior número de vínculos empregatícios nos dois bairros. Do mesmo modo, as atividades ligadas à indústria de transformação revelaram-se de grande relevância para os bairros em 2017. Outras atividades presentes na zona de influência, mas com menor representatividade, são as atividades de construção, alojamento, alimentação e educação.

Na Tabela 4, a seguir, são apresentadas as quantidades de empresas e vínculos formais dos bairros Barra do Ceará e Cristo Redentor, tendo como recorte o ano de 2017. Ressalta-se que a ausência na análise do bairro Pirambu deve-se ao sistema RAIS/CAGED não ter disponibilizado dados econômicos para o bairro.

**Tabela 4 – Atividades econômicas e vínculos ativos  
Zona de Influência Econômica ZEIS Pirambu – 2017**

Classe	Título Classe	Zona de Influência Econômica						
		Total:	Barra do Ceará			Cristo Redentor		
			E	V	%	E	V	%
		312	2954	100	141	739	100	
A	Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	0	0	0,00	0	0	0,00	
B	Indústrias extrativas	0	0	0,00	0	0	0,00	
C	Indústrias de transformação	81	860	29,11	17	92	12,45	
D	Eletricidade e gás	0	0	0,00	0	0	0,00	
E	Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	0	0	0,00	0	0	0,00	
F	Construção	8	12	0,41	6	87	11,77	
G	Comércio	157	1399	47,36	81	366	49,53	
H	Transporte, armazenagem e correio	7	232	7,85	1	5	0,68	
I	Alojamento e alimentação	25	105	3,55	9	53	7,17	
J	Informação e comunicação	0	0	0,00	0	0	0,00	

K	Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	0	0	0,00	0	0	0,00
L	Atividades imobiliárias	2	4	0,14	1	5	0,68
M	Atividades profissionais, científicas e técnicas	0	0	0,00	0	0	0,00
N	Atividades administrativas e serviços complementares	2	75	2,54	2	2	0,27
O	Administração pública, defesa e seguridade social	0	0	0,00	2	4	0,54
P	Educação	9	199	6,74	6	61	8,25
Q	Saúde humana e serviços sociais	1	3	0,10	0	0	0,00
R	Artes, cultura, esporte e recreação	5	10	0,34	5	10	1,35
S	Outras atividades de serviços	1	0	0,00	9	51	6,90
T	Serviços domésticos	0	0	0,00	0	0	0,00
U	Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	0	0	0,00	0	0	0,00

Fonte: Sistema RAIS/CAGED, Secretaria de Desenvolvimento Econômico da Prefeitura de Fortaleza.

Legendas:

E: Empresas; V: Vínculos; %: Percentual Vínculos.

Verde: Percentual entre 0,1 e 5; Vermelho: Percentual maior do que 5.

A partir da tabela acima, observa-se que os bairros comportavam 453 empresas formais no ano de 2017, acumulando 3.693 vínculos ativos. No bairro Barra do Ceará, quatro setores foram responsáveis por empregar 91,06% dos vínculos ativos. Primeiramente, a atividade de comércio, com um somatório de 157 empresas, foi a mais representativa, empregando 1.399 pessoas (47,36%). Em seguida, as atividades ligadas à indústria de transformação (81 empresas) foram responsáveis por realizar 860 vínculos ativos no bairro (29,11%). Outros dois setores, de transporte, armazenagem e correios (7,85%) e de educação (6,74%), apresentaram participação significativa na composição dos vínculos ativos, embora com menor número de empresas, 16 no total.

Em relação ao bairro Cristo Redentor, a Tabela 4 demonstra uma maior diversificação no quadro de empresas existentes na região no ano de 2017, assim como uma maior participação destas na composição dos vínculos ativos no bairro. Assim como na Barra do Ceará, o setor de comércio ligado sobretudo ao varejo foi responsável por quase metade dos vínculos na região, com um total de 81 empresas que empregaram juntas 366 pessoas (49,36%). Em seguida, o ramo de indústria de transformação (17 empresas) e de construção (6 empresas) apresentaram uma alta representatividade na constituição dos vínculos ativos no bairro, contratando juntos 179 pessoas (24,32%). Ademais, setores aliados à educação, alimentação e alojamento também tiveram participação significativa na constituição dos vínculos na região, empregando 61 (8,25%) e 55 (7,17%) pessoas, respectivamente.

Buscando-se detalhar o perfil empresarial, a Tabela 5 apresenta as principais atividades econômicas presentes na Zona de Influência Econômica da ZEIS Pirambu.

**Tabela 5 – Subclasses de atividades econômicas**  
**Zona de Influência Econômica ZEIS Pirambu – 2016**

Título Subclasse		E	V	%
<b>Classe</b>	<b>Total:</b>	251	3074	83,24
G	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns	73	196	5,31
G	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios – supermercados	7	243	6,58
G	Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente	5	836	22,64
G	Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios	18	86	2,33
G	Comércio varejista de produtos farmacêuticos, sem manipulação de fórmulas	14	75	2,03
G	Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo	3	36	0,97
G	Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores	5	21	0,57
P	Ensino Fundamental	14	248	6,72
H	Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional	3	184	4,98
H	Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal	2	36	0,97
F	Construção de edifícios	6	87	2,36
C	Fabricação de artigos de vidro	2	37	1,00
C	Confecção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida	28	220	5,96
C	Confecção de roupas íntimas	41	456	12,35
C	Fabricação de esquadrias de metal	3	72	1,95
C	Fabricação de estruturas metálicas	1	73	1,98
C	Fabricação de móveis com predominância de madeira	5	32	0,87
I	Restaurantes e similares	8	37	1,00
I	Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares	10	70	1,90
S	Serviços de entrega rápida	3	29	0,79

Fonte: Sistema RAIS/CAGED, Secretaria de Desenvolvimento Econômico da Prefeitura de Fortaleza.

Legendas:

E: Empresas; V: Vínculos; %: Percentual Vínculos.

Vermelho: Acima ou igual a 5%.

As subclasses de empresas voltadas ao ramo de varejo, sobretudo de produtos alimentícios, constituíram 34,53% dos vínculos totais dos bairros, com 85 empresas ativas em 2017 e 1.275 empregados. Do mesmo modo, a atividade de confecção (peças do vestuário e roupas íntimas) apresentou um alto número de vínculos empregatícios (18,31%), com 69 empresas ao todo contratando 676 pessoas. Em seguida, o setor de educação teve uma representatividade considerável no ano de 2017, acima de 5%, empregando 248 pessoas no total.

#### 4.1.1 Negócios locais

Ao contrário de outras regiões marcadas pela vulnerabilidade econômica, a região compreendida pela Zona de Influência Econômica da ZEIS Pirambu apresenta uma considerável diversidade de empreendimentos econômicos. As atividades ligadas ao comércio, responsáveis por maior parte do PIB da cidade de Fortaleza, dividem espaço com setores como transporte, armazenagem e indústrias de transformação. Esse dinamismo proporcionado pela variedade de setores econômicos na região ajuda na formação e consolidação do próprio mercado local, ao passo que estimula a pluralidade na qualificação profissional dos seus habitantes. Associados, tais fatores acabam por gerar alternativas viáveis de desenvolvimento econômico, dificultando a exploração da mão de obra local por meio de empregos intermitentes ou pela cooptação de seus habitantes para economias alternativas.

Com efeito, observa-se que a quantidade de moradores com negócio próprio nos bairros é de apenas 12% - relativamente baixa, se comparada a outros contextos de vulnerabilidade econômica.

A Tabela 6 detalha os dados dos negócios atuais na poligonal da ZEIS, bem como informações sobre a intenção de empreender nos próximos cinco anos, de acordo com pesquisa de campo realizada em 2019.

**Tabela 6 – Detalhes dos negócios atuais e futuros – 2019**

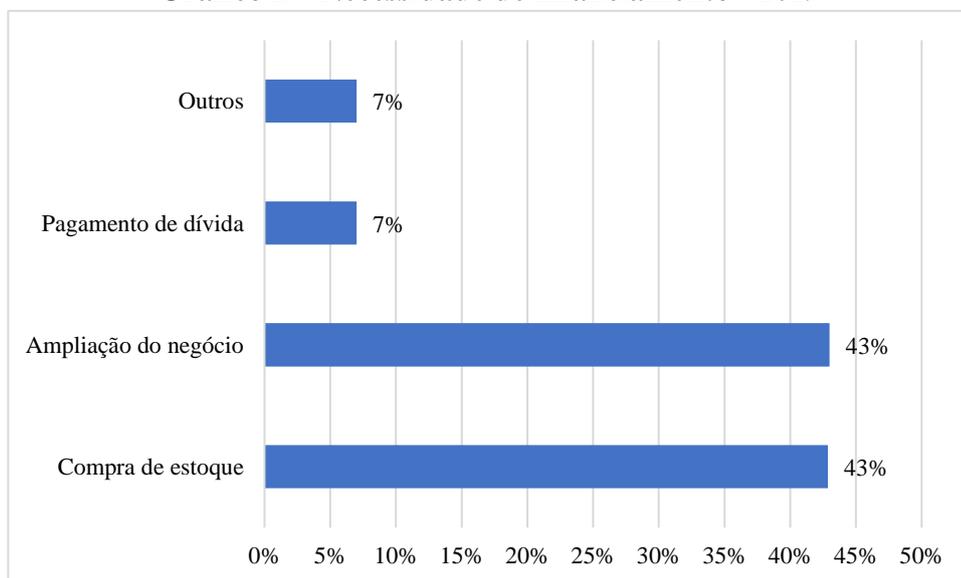
Variável	N	%	Mín	Máx	Média	Desvio Padrão
<b>Negócio</b>	201	100				
<b>Tem negócio atualmente</b>	<b>25</b>	<b>12,4</b>				
Tempo de negócio	23	92,0	1	50	8,48	13,71
Nº de funcionários	25	100,0	0	4	1,24	1,05
Possui financiamento	6	24,0				
Precisa de financiamento	9	36,0				
<b>Pretende abrir em 5 anos</b>	<b>88</b>	<b>43,8</b>				
Possui recursos para abrir	13	14,8				
Possui experiência na área	49	55,7				
<b>Não pensa em abrir</b>	<b>88</b>	<b>43,8</b>				

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Em média, os empreendimentos dos moradores da ZEIS têm 8,5 anos de existência, existindo, porém, negócios que lograram alcançar os 50 anos. Desta forma, a média torna-se uma medida não confiável, uma vez que 40% dos negócios apresentam menos de 1 ano e 70%, até 5 anos. Ademais, os negócios possuem uma média de apenas 1,2 funcionários. Em geral, os negócios se confundem com a figura do próprio dono, uma vez que geralmente se caracterizam como os responsáveis por todas as operações do microempreendimento. Essa indissociabilidade prejudica a manutenção de um princípio da entidade nesses pequenos negócios – formados em grande parte por vendedores ambulantes ou donos de pequenos pontos no próprio bairro. Essas informações, em conjunto, ressaltam o caráter de subsistência dos negócios locais.

Também foi pesquisado se os donos de negócios possuíam algum tipo de financiamento. Foi encontrado que 24% detinham financiamento, sendo 8% provenientes de microfinanciamento, 8% de outras pessoas e 8% das famílias. Além desses que já possuem financiamento, somente uma pessoa indicou que precisa de financiamento. Em geral, a necessidade de financiamento está associada, principalmente, à ampliação do negócio e à compra de estoque (Gráfico 1).

**Gráfico 1 – Necessidade de financiamento - 2019**



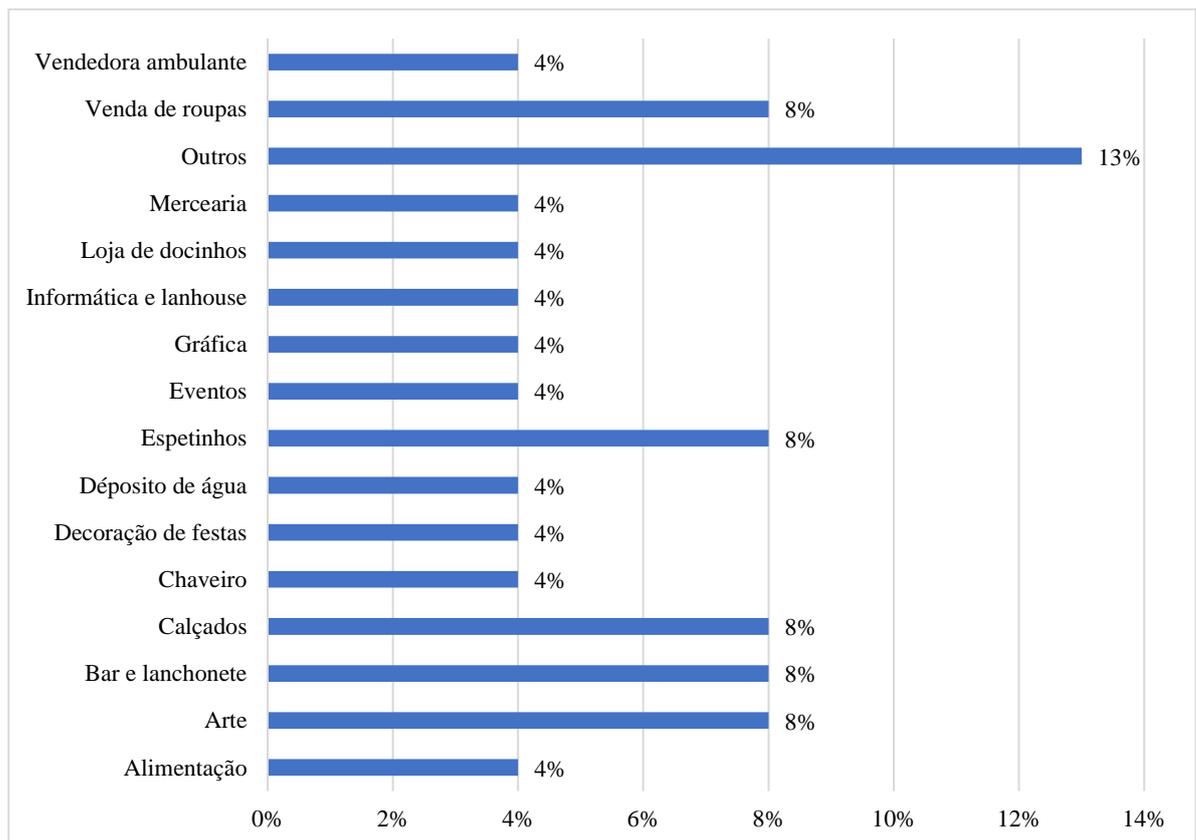
Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Quanto ao potencial empreendedor do bairro, 43,8% dos respondentes indicaram desejar abrir um negócio nos próximos cinco anos. No entanto, apenas cerca de 14,8% da amostra possui recursos para fazê-lo. Por outro lado, 55,7% indicaram possuir alguma

experiência na área de atuação do negócio. O restante da amostra, 43,8%, não pensa em abrir nenhum empreendimento.

O potencial empreendedor dos respondentes é uma característica do atual contexto econômico nacional. Apesar da diversidade econômica da ZEIS Pirambu, obter trabalho de carteira assinada tem sido um desafio para grande parte da população, em especial para aqueles de baixa renda. Logo, abrir um negócio se torna uma opção que diversos almejam, porém, como visto, poucos apresentam condições financeiras para tal. Por isso, pode-se observar no Gráfico 2 que a maior parte dos ramos dos negócios são atividades que não demandam uma elevada estrutura para execução da atividade, sendo a maior parte relacionada a vendas de produtos ou alimentação.

**Gráfico 2 – Ramo de atividade dos negócios locais - 2019**



Fonte: Dados da pesquisa de campo (2019).

As atividades econômicas levantadas estão, em sua maioria, relacionadas ao setor de serviços. Particularmente, os negócios locais estão associados à categoria de subsistência, representados pelas atividades de comércio, venda de itens básicos e negócios gastronômicos. Tais negócios se notabilizam especialmente pela baixa barreira de entrada, caracterizada pelos reduzidos recursos necessários à sua abertura e pela facilidade de se alcançar o mercado

consumidor local. A possibilidade de exploração de um grande contingente consumidor presente na própria ZEIS suscita o desejo de abertura de novos negócios. A ausência de demarcações territoriais rígidas em pontos econômicos estratégicos (*e.g.*, zonas industriais, Vila do Mar<sup>9</sup>, Av. Dr. Theberge etc.), sejam elas geográficas ou devido à violência, permite que haja uma forte interação intra e interlocalidades, estimulando as trocas econômicas e o desenvolvimento dos mercados locais.

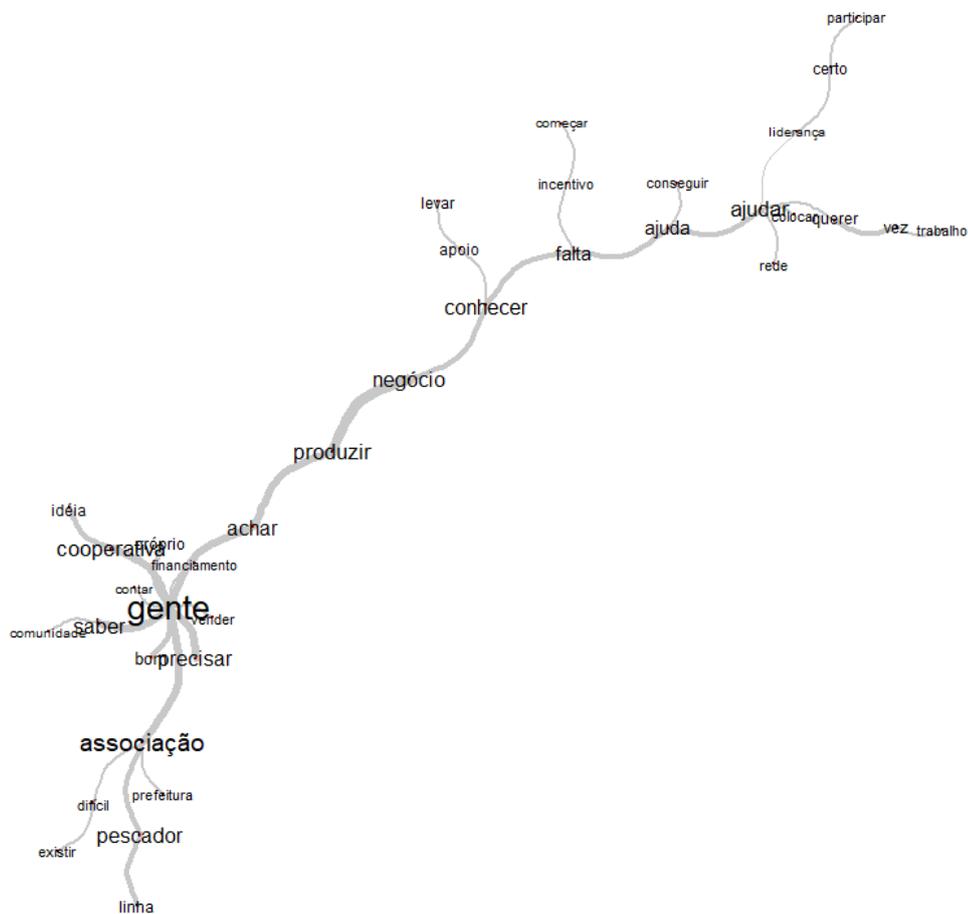
#### **4.1.2 Negócios coletivos e economia solidária**

Na aplicação do grupo focal que teve a economia solidária como temática abordada na ZEIS Pirambu, pôde-se observar, através da fala dos participantes, o surgimento de poucos termos principais relacionados ao contexto de economia solidária na comunidade. Esse fato deve-se à falta de entendimento dos participantes sobre o que seria economia solidária e à ausência de empreendimentos que aproximassem a realidade da comunidade ao contexto de economia solidária. Desta forma, como demonstrado na Figura 15 abaixo, as palavras “gente” e “associação” surgiram intermediando as palavras “cooperativa”, “financiamento”, “saber”, “pescador” e “precisar”, que sinalizam o pouco entendimento da comunidade sobre o que consiste e em como eles poderiam desenvolver atividades relacionadas ao tema de economia solidária. Além desses, surgiram outras palavras que se destacaram de forma mais isolada: “produzir” e “negócio” são exemplos deles.

---

<sup>9</sup> Projeto de requalificação urbanística que inclui intervenções estruturais e sociais nos bairros Pirambu, Cristo Redentor e Barra do Ceará (<https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/prefeitura-realiza-loteamento-de-apartamentos-vinculados-ao-projeto-vila-do-mar>).

**Figura 15 - Análise de similitude do grupo focal de economia solidária**



Fonte: Elaborada pelos autores (2019)

No mapeamento de empreendimentos que se encaixam no perfil em destaque, surge a palavra “negócio” relacionada à ausência de conhecimento, pela maioria dos participantes, de negócios locais que atuassem na perspectiva de economia solidária. No entanto, alguns participantes relataram a existência das seguintes associações e cooperativas: Associação das castanheiras e Associação das mulheres empreendedoras, contando esta última com o apoio da Prefeitura, porém, muitas vezes sofrem influência política, o que restringe a integração de outras mulheres da comunidade nas ações e benefícios ofertados nessas cooperativas. Além destas, surgiu como destaque a Associação de pescadores, já que estes representam uma força de trabalho local característica da comunidade.

Os participantes do grupo focal relataram, ainda, a pouca atuação dessas associações no apoio financeiro para o desenvolvimento das atividades de trabalho do dia a dia. No caso dos pescadores, destacou-se que a pesca com linhas e redes artesanais necessita de

manutenção e reposição dos objetos de trabalho, porém a ausência de crescimento econômico dos pescadores não possibilita que eles tenham recursos para repor esses instrumentos de trabalho. Esse relato reflete a desvalorização econômica da pesca local.

A respeito do que a comunidade espera com o surgimento de empreendimentos locais baseados no conceito de economia solidária, surgem as palavras “gente”, “financiamento” e “produzir” relacionadas às características e aos benefícios relatados pelos moradores, quando falam de empreendimentos de economia solidária. Neste contexto, os participantes destacaram que a criação de cooperativas que apoiassem o desenvolvimento de pequenos negócios na comunidade, principalmente através de financiamentos, poderia ajudar a melhorar a situação econômica de muitos moradores locais que passam por diversas dificuldades financeiras.

Sobre as possíveis áreas potenciais no desenvolvimento de economia solidária, destacou-se a necessidade, por parte dos pescadores locais, da criação de uma cooperativa para produção de gelo, visto que é essencial para redução dos custos dos pescadores no transporte e conservação de suas pescas. Além disso, destacou-se a necessidade de desenvolver estratégias para integração dos negócios locais a fim de que a comunidade tenha conhecimento dos produtos e serviços comercializados pelos moradores e, desse modo, viabilize o fortalecimento do comércio local. Nesse ponto, destacou-se a possibilidade de uma associação que visasse à gestão de articulação dos negócios locais.

Por fim, analisa-se a relevância da ligação dos termos mencionados acima, quando aplicados no contexto vivenciado na ZEIS Pirambu. Conclui-se então a presença de alguns empreendimentos locais de economia solidária, porém com pouca representatividade comercial na comunidade. Além disso, há uma relativa receptividade da população local relacionada à criação e ao desenvolvimento de cooperativas e associações que atuem no apoio ao desenvolvimento de atividades econômicas locais. É importante destacar a preocupação dos participantes em integrar e unir os moradores locais, com o intuito de fortalecer o comércio interno da ZEIS Pirambu.

#### **4.1.3 Projeção de empresas e vínculos formais**

Com o intuito de levantar cenários econômicos para os próximos anos, projeções do número de empresas e vínculos ativos na Zona de Influência Econômica do Pirambu foram realizadas. A Tabela 7 apresenta os cenários criados por meio das regressões simples (interpolações) linear e logarítmica.

**Tabela 7 – Projeção do nº de empresas e vínculos ativos  
Zona de Influência Econômica da ZEIS Pirambu\***

Técnica	Categoria	2017	2018	2019	2020	2021	2022	R <sup>2</sup>	Situação
Linear	Empresa	453	451	436	421	405	390	0,7613	Diminuição
	Vínculos	3693	4316	4187	4058	3929	3800	0,4546	Crescimento
Logarítmica	Empresa	453	178	178	177	177	177	0,5599	Diminuição
	Vínculos	3693	2422	2422	2421	2421	2421	0,2538	Diminuição

\* Os últimos dados disponibilizados pelo Sistema RAIS/CAGED referentes aos bairros Barra do Ceará e Cristo Redentor são de 2017. A opção por projetar cenários até o ano de 2022 teve como critério o limite de cinco períodos de projeção.

\*\* Valores inferiores a zero.

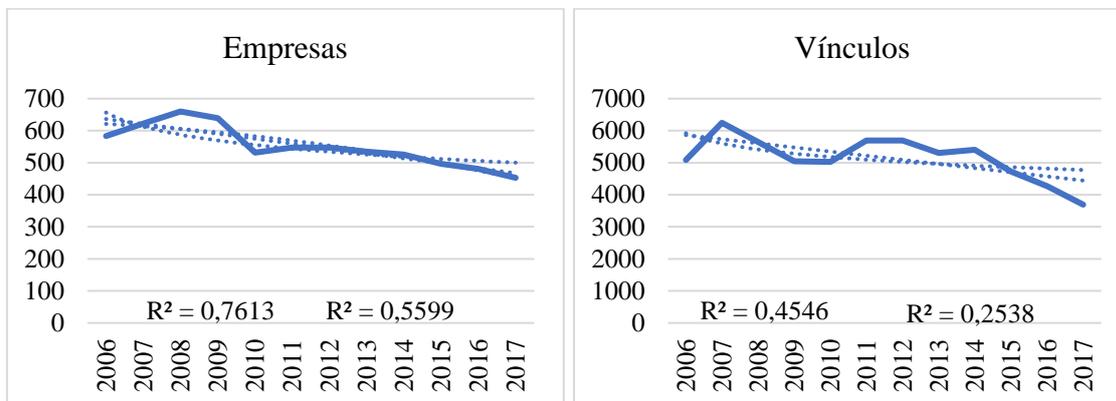
\*\*\* Previsão desconsiderada na análise.

Fonte: Elaboração própria.

O número de empresas, ao longo dos anos de projeção, diminui em ambos os cenários, passando de 453 empresas em 2017 para 390 na primeira projeção (regressão linear) e 177 na segunda projeção (regressão logarítmica) para o ano de 2022. Todavia, resalte-se que apenas o modelo linear apresentou alto poder de explicação, alcançando valores de confiabilidade elevado, acima de 75%. Seguindo a análise, as projeções dos vínculos ativos para os próximos anos não apresentaram unanimidade. Enquanto no cenário 1 há um crescimento de 2,8%, o cenário 2 apresenta uma diminuição de 65,5% no número de vínculos.

Entretanto, apenas a projeção linear alcançou um poder de explicação razoável para o comportamento futuro dos vínculos ativos na Zona de Influência Econômica do Pirambu (45,4%), ao passo que a regressão logarítmica exibiu valores relativamente baixos, inferiores a 29%. A razão para os baixos coeficientes de explicação encontrados deve-se à alta variação tanto no número de empresas quanto no número de vínculos empregatícios (Gráfico 3).

**Gráfico 3 – Evolução n° de empresas e vínculos  
Zona de Influência Econômica da ZEIS Pirambu - 2006 a 2017\***



Fonte: Elaborados pelos autores.

#### 4.1.4 Empreendimentos e financiamentos

Na aplicação do grupo focal que teve empreendimentos e financiamentos como temáticas, pôde-se observar, através da fala dos participantes, o surgimento de palavras principais relacionadas ao contexto dos empreendimentos na comunidade. Desta forma, como demonstrado na Figura 16 abaixo, as palavras “vender”, “gente”, “empréstimo”, “conseguir”, “pagar”, “comprar”, “dinheiro”, “trabalhar” e “negócio” sinalizam o entendimento da comunidade a respeito da relação entre o financiamento dos empreendimentos locais e os empreendedores locais



No que consiste a possíveis melhoras de relacionamento entre os empreendimentos locais e os bancos, os participantes destacaram alguns itens: a diminuição dos juros para compatibilizá-los com a realidade econômica dos negócios locais, a redução de burocracia para liberação de empréstimos e o aumento no teto de valores, tendo em vista a avaliação da necessidade particular de cada negócio. Desse modo, essas medidas atuariam como pontos positivos na relação banco e empreendedores locais, aumentando a busca por financiamento e a possibilidade de quitação total desses.

Por fim, analisa-se a relevância da ligação dos termos mencionados acima, quando aplicados no contexto vivenciado na ZEIS Pirambu. Conclui-se, a partir do exposto, uma importante relação entre o financiamento de empreendimentos locais e a ampliação e crescimento desses, porém com grandes entraves e dificuldades relacionados à adequação de suas realidades econômicas no relacionamento com os bancos.

#### 4.2 DESCRIÇÃO DOS DADOS INDUSTRIAIS DO BAIRRO

Por meio dos dados disponibilizados pelo Guia Industrial da Federação das Indústrias do Estado do Ceará, 143 empresas pertencentes ao setor industrial estão presentes nos bairros que compõem a ZEIS Pirambu. A Tabela 8 revela as informações das empresas encontradas.

**Tabela 8 – Descrições das Indústrias  
Zona de Influência Econômica da ZEIS Pirambu- 2017**

CNAE	Faixa de Faturamento	Porte	Qtd	Produtos	Bairro
Alvejamento, tingimento e torção em fios, tecidos, artefatos têxteis e peças do vestuário	16000001 a 90000000	Média empresa 02	01	- acabamento em fios - peças do vestuário – tecidos	Barra do Ceará
Aplicação de revestimentos e de resinas em interiores e exteriores	60001 a 360000	Microempresa	01	- aplicação de revestimentos e de resinas em interiores e exteriores	Barra do Ceará
Comércio atacadista de ferragens e ferramentas	16000001 a 90000000	Média empresa 02	01	- chapas - tubos normatizados	Barra do Ceará
Comércio atacadista especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente	360001 a 3600000	Pequena empresa	01	- ferragens e ferramentas - madeiras -	Barra do Ceará
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	0 a 60000	Microempreendedor individual	18	- confecções em geral (especialmente feminina)	Barra do Ceará
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	60001 a 360000	Microempresa	10	- confecções em geral (especialmente feminina)	Barra do Ceará
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	360001 a 3600000	Pequena empresa	03	- confecção em geral	Barra do Ceará

Confecção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida	0 a 60000	Microempreendedor individual	01	- confecção de moda feminina - confecção de moda masculina	Barra do Ceará
Confecção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida	60001 a 360000	Microempresa	01	- confecção de roupas	Barra do Ceará
Confecção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida	360001 a 3600000	Pequena empresa	02	- confecção de roupas	Barra do Ceará
Confecção de roupas íntimas	3600001 a 16000000	Média empresa 01	02	- confecção de roupa íntimas	Barra do Ceará
Confecção de roupas íntimas	0 a 60000	Microempreendedor individual	04	- confecções moda íntima	Barra do Ceará
Confecção de roupas íntimas	60001 a 360000	Microempresa	02	- confecção de lingerie	Barra do Ceará
Confecção de roupas íntimas	60001 a 360000	Microempresa	06	- confecção de roupas íntimas	Barra do Ceará
Confecção, sob medida, de peças do vestuário, exceto roupas íntimas	60001 a 360000	Microempresa	02	- confecção de roupas	Barra do Ceará
Construção de edifícios	0 a 60000	Microempreendedor individual	01	- manutenção e obras em pinturas geral - tintas e vernizes	Barra do Ceará
Fabricação de aparelhos e equipamentos de medida, teste e controle	60001 a 360000	Microempresa	01	- peças de automação	Barra do Ceará
Fabricação de artigos de serralheria, exceto esquadrias	60001 a 360000	Microempresa	01	- materiais de alumínio	Barra do Ceará
Fabricação de artigos de vidro	60001 a 360000	Microempresa	01	- aquários	Barra do Ceará
Fabricação de calçados de material sintético	0 a 60000	Microempreendedor individual	01	- bolsas, calçados de material sintético	Barra do Ceará
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	0 a 60000	Microempreendedor individual	01	- embalagens de papel ou papelão	Barra do Ceará
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	360001 a 3600000	Pequena empresa	01	- embalagens de papel - caixas e cartonagens, dobráveis de papel/cartão não ondulado - papel micro-ondulado	Barra do Ceará
Fabricação de embalagens de papel	0 a 60000	Microempreendedor individual	01	- papel e artes decorações e presente	Barra do Ceará
Fabricação de esquadrias de metal	16000001 a 90000000	Média empresa 02	01	- estruturas metálicas - construção civil	Barra do Ceará
Fabricação de esquadrias de metal	360001 a 3600000	Pequena empresa	01	- Grade e portões - janelas - vidro	Barra do Ceará
Fabricação de máquinas e equipamentos	0 a 60000	Microempreendedor individual	02	- artefatos em inox	Barra do Ceará
Fabricação de móveis	0 a 60000	Microempreendedor individual	01	- estantes - gôndolas monofrontais e bifrontais para supermercado – portas	Barra do Ceará
Fabricação de móveis com predominância de madeira	0 a 60000	Microempreendedor individual	02	- fabricação de móveis com predominância de madeira ou aço	Barra do Ceará
Fabricação de outros produtos alimentícios não especificados anteriormente	360001 a 3600000	Pequena empresa	01	- alimentos em geral	Barra do Ceará
Fabricação de produtos alimentícios	3600001 a 16000000	Média empresa 01	01	- alimentos em geral	Barra do Ceará
Fabricação de produtos alimentícios	0 a 60000	Microempreendedor individual	04	- produtos alimentícios	Barra do Ceará

Fabricação de produtos alimentícios	60001 a 360000	Microempresa	04	- alimentos em geral	Barra do Ceará
Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	0 a 60000	Microempreendedor individual	02	- embalagens – solado	Barra do Ceará
Fabricação de produtos de madeira	0 a 60000	Microempreendedor individual	01	- portas, mesas, cadeiras - móveis de decoração	Barra do Ceará
Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	0 a 60000	Microempreendedor individual	04	- fachadas - fabricação de janelas – portões	Barra do Ceará
Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	360001 a 3600000	Pequena empresa	01	- aparelhos para máquinas de costura - equipamentos para máquinas de costura	Barra do Ceará
Fabricação de produtos de minerais não metálicos	0 a 60000	Microempreendedor individual	02	- granitos, mármore	Barra do Ceará
Fabricação de produtos de panificação	0 a 60000	Microempreendedor individual	01	- pão, torta, salgados, bolos	Barra do Ceará
Fabricação de produtos de panificação	60001 a 360000	Microempresa	02	- pães	Barra do Ceará
Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos	16000001 a 90000000	Média empresa 02	01	- asepto1, aseptyc, expeticida, shampoo, talco antisséptico, gel fixador, removedor de esmaltes	Barra do Ceará
Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos			01	- fios cirúrgicos	Barra do Ceará
Fabricação de produtos químicos	0 a 60000	Microempreendedor individual	01	- eco plus – refrilubre	Barra do Ceará
Fabricação de produtos têxteis	3600001 a 16000000	Média empresa 01	01	- acabamentos - tingimentos	Barra do Ceará
Fabricação de resinas termofixas	90000000 a 90000000	Grande empresa	01	- resinas (silicone)	Barra do Ceará
Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias	0 a 60000	Microempreendedor individual	01	- reboques para caminhões – carrocerias	Barra do Ceará
Facção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas	0 a 60000	Microempreendedor individual	03	- peças do vestuário	Barra do Ceará
Facção de roupas íntimas	60001 a 360000	Microempresa	01	- lingerie	Barra do Ceará
Fornecedores e serviços parceiros da indústria	0 a 60000	Microempreendedor individual	01	- tiras de alumínio	Barra do Ceará
Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para empresas	0 a 60000	Microempreendedor individual	01	- industrialização de refeição	Barra do Ceará
Impressão de material de segurança	0 a 60000	Microempreendedor individual	01	- placas luminosas - banner – faixas	Barra do Ceará
Impressão e reprodução de gravações	0 a 60000	Microempreendedor individual	01	- obras cartográficas empresas	Barra do Ceará
Impressão e reprodução de gravações	60001 a 360000	Microempresa	01	- impressões em geral	Barra do Ceará
Instalação e manutenção de sistemas e centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração	360001 a 3600000	Pequena empresa	01	- conserto e manutenção de ar condicionado	Barra do Ceará
Metalurgia	90000000 a 90000000	Grande empresa	01	- vigas - trilhos - máquinas operatrizes	Barra do Ceará
Metalurgia	0 a 60000	Microempreendedor individual	01	- janelas de alumínio - portão	Barra do Ceará
Metalurgia	60001 a 360000	Microempresa	01	- esquadrias de metal	Barra do Ceará

Outras obras de acabamento da construção	360001 a 3600000	Pequena empresa	01	- outras obras de acabamento da construção	Barra do Ceará
Padaria e confeitaria com predominância de produção própria	0 a 60000	Microempreendedor individual	01	- pão, torta, salgados, bolos	Barra do Ceará
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	0 a 60000	Microempreendedor individual	01	- calçados	Barra do Ceará
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	360001 a 3600000	Pequena empresa	02	- fabricação de sandálias	Barra do Ceará
Reforma de pneumáticos usados	360001 a 3600000	Pequena empresa	01	- recapagem de pneus	Barra do Ceará
Serviços de montagem de móveis de qualquer material	360001 a 3600000	Pequena empresa	01	- serviços de montagem de móveis de qualquer material	Barra do Ceará
Serviços especializados para construção	60001 a 360000	Microempresa	01	- instalações elétricas - serviço de instalações elétricas	Barra do Ceará
Comércio a varejo de peças e acessórios para motocicletas e motonetas	60001 a 360000	Microempresa	01	- confecção de roupas - comércio de varejo de peças para motocicletas	Cristo Redentor
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	16000001 a 90000000	Média empresa 02	01	- confecção de roupas íntimas	Cristo Redentor
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	0 a 60000	Microempreendedor individual	01	- roupas em geral	Cristo Redentor
Confecção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida	60001 a 360000	Microempresa	01	- confecção de peças de vestuário	Cristo Redentor
Confecção, sob medida, de peças do vestuário, exceto roupas íntimas	0 a 60000	Microempreendedor individual	02	confecção de roupas	Cristo Redentor
Construção de edifícios	60001 a 360000	Microempresa	01	- blocos e tijolos para construção de cimento, concreto	Cristo Redentor
Construção de edifícios	360001 a 3600000	Pequena empresa	01	- construção civil	Cristo Redentor
Estamparia e texturização em fios, tecidos, artefatos têxteis e peças do vestuário	60001 a 360000	Microempresa	01	- estamparia	Cristo Redentor
Fabricação de artigos de serralheria, exceto esquadrias	0 a 60000	Microempreendedor individual	01	- fios de ferro - parafusos em geral	Cristo Redentor
Fabricação de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para uso industrial e comercial	60001 a 360000	Microempresa	01	- máquinas para refrigeração	Cristo Redentor
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	0 a 60000	Microempreendedor individual	01	- fabricação de luminárias e outros equipamentos de iluminação	Cristo Redentor
Fabricação de outros produtos de metal não especificados anteriormente	60001 a 360000	Microempresa	01	- fabricação de esquadrias de metal - manutenção e reparação de equipamentos de metal, aço, alumínio	Cristo Redentor
Fabricação de produtos alimentícios	0 a 60000	Microempreendedor individual	02	- pão, torta, salgados, bolos	Cristo Redentor
Fabricação de produtos alimentícios	60001 a 360000	Microempresa	01	- pães	Cristo Redentor
Fabricação de produtos de panificação	360001 a 3600000	Pequena empresa	01	- pão	Cristo Redentor

Fabricação de produtos químicos	0 a 60000	Microempreendedor individual	01	- água sanitária - detergentes – sabão, gel	Cristo Redentor
Impressão de material para uso publicitário	0 a 60000	Microempreendedor individual	01	- gráfica prestadora de serviços	Cristo Redentor
Padaria e confeitaria com predominância de revenda	60001 a 360000	Microempresa	01	- bolachas, bolos, pães	Cristo Redentor
Fabricação de esquadrias de metal	360001 a 3600000	Pequena empresa	01	- esquadrias de alumínio	Pirambu
Fabricação de produtos alimentícios	360001 a 3600000	Pequena empresa	01	- alimentos em geral	Pirambu
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	360001 a 3600000	Pequena empresa	01	- fabricação de calçados de couro - bolsas e acessórios de couro	Pirambu

Fonte: Dados do Guia Industrial do Sistema FIEC.

As atividades do setor industrial da Zona de Influência Econômica da ZEIS Pirambu se concentram no bairro Barra do Ceará, com cerca de 86% de todos os empreendimentos instalados na região. Apesar da diversidade das categorias econômicas presentes nos bairros, a atividade ligada à confecção de artigos de vestuário e acessórios se destaca como uma das principais da região. Outras atividades ligadas à fabricação de pães e massas também possuem proeminência na Zona de Influência Econômica. Do mesmo modo, porém em menor número, a produção de máquinas e materiais industriais e a construção civil se apresentam como atividades relevantes na ZEIS.

#### 4.3 CONCENTRAÇÃO DOS PRINCIPAIS NEGÓCIOS LOCAIS

Na análise dos dados obtidos na investigação cartográfica e nas oficinas com a comunidade, foram localizados 550 estabelecimentos com atividades econômicas variadas, bem como 38 equipamentos públicos, 87 igrejas e 16 centros comunitários (Tabela 9). Analisando os estabelecimentos, segundo as atividades econômicas, destaca-se o setor de alimentação, com 53% dos estabelecimentos. Em seguida o setor de lojas que representa 31,5% da atividade comercial local, seguido pelo segmento de serviços com 9,2% e, por fim, tem-se os setores automotivos com 6,3%. Os 38 equipamentos públicos estão divididos em: 18 escolas, quatro postos de saúde, um hospital, três delegacias, três praças, quatro campos de futebol, dois pontos turísticos e uma Secretaria Executiva Regional.

**Tabela 9 – Estabelecimentos comerciais e Equipamentos públicos da ZEIS Pirambu**

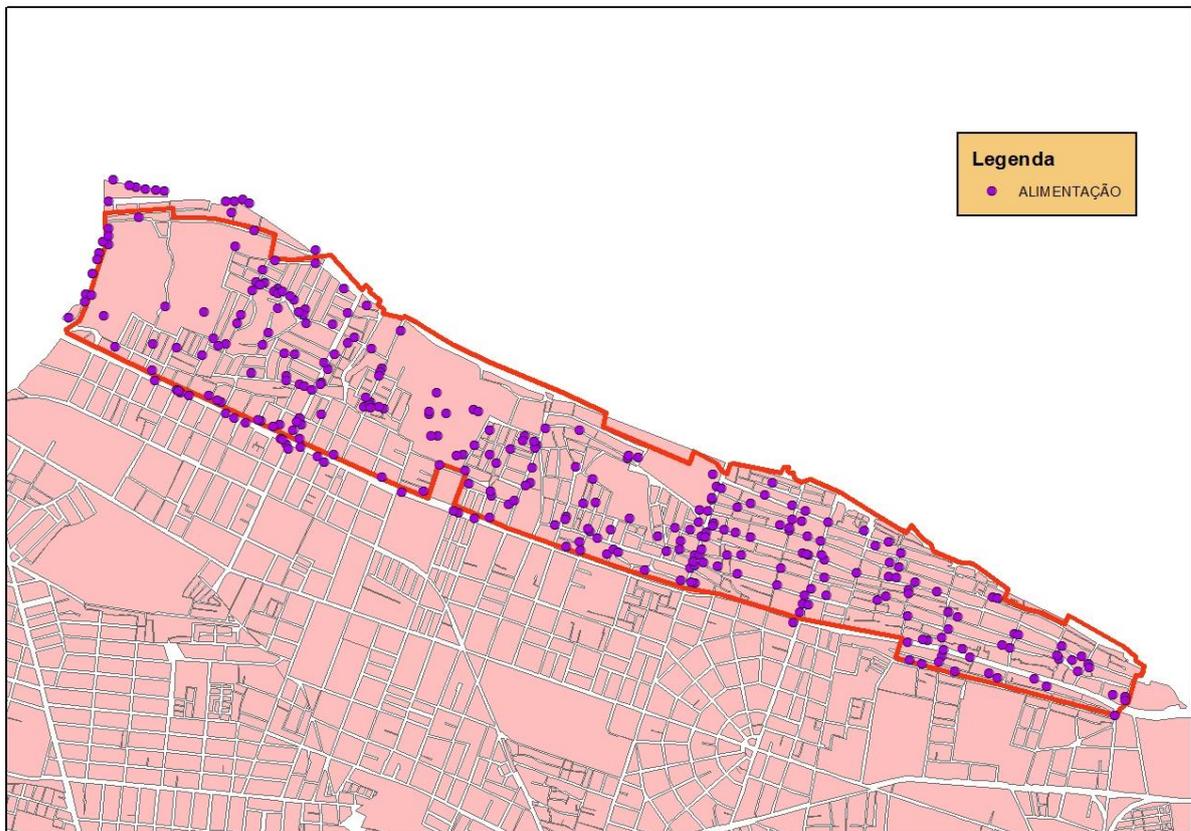
Classe	Categoria	Subcategoria	Quantidade	Total		
<b>Iniciativa Privada</b>	<b>Alimentação</b>	Restaurantes	30	301		
		Lanchonetes	95			
		Padarias	26			
		Bares	52			
		Mercados e frigoríficos	67			
		Sorveterias e açaí	16			
	<b>Automotivo</b>	Oficinas e autopeças	22	36		
		Borracharia	03			
		Postos de combustível	03			
		Lava a jato	03			
		Outros serviços	05			
	<b>Lojas</b>	Moda e afins	57	179		
		Eletrônica	31			
		Salão de beleza	33			
		Academia	08			
		Pet shop	07			
		Depósito construção	14			
		Tattoo	05			
		Variados	24			
		<b>Serviços</b>	Chaveiros		02	52
			Farmácias		09	
	Estacionamento		02			
	Estação de rádio		01			
	Casa noturna		01			
	Distribuidor de água		03			
	Distribuidor de gás		03			
Gráficas e papelarias	07					
Banco 24h	04					
Lotéricas	06					
Motéis	02					
Pousadas	04					
Escolas particulares	14					
<b>Associações sem fins lucrativos</b>	<b>Religioso Comunitário</b>	Igrejas	87	103		
		Instituto e ONG	16			
<b>Iniciativa Pública</b>	<b>Educação</b>	Escolas municipais e estaduais	18	38		
	<b>Saúde</b>	Postos de saúde	05			
		CRAS	02			
	<b>Lazer</b>	Praças	03			
		Pontos turísticos	02			
		Secretaria regional II	01			

Fonte: Autoria própria com base no Google Maps (2019).

Ademais, foram criados mapas específicos para tais categorias, de forma a apresentar visualmente o mapeamento de concentração de atividades econômicas existentes na área da ZEIS Pirambu, poligonal demarcada em linha vermelha.

Os estabelecimentos foram destacados por meio de pequenos pontos inseridos na imagem, assim foi possível identificar a concentração de cada categoria. A Figura 17 mostra, por exemplo, o mapeamento dos estabelecimentos ligados à área de alimentação, como bares, restaurantes, lanchonetes, padarias, sorveterias, dentre outros. É possível perceber uma distribuição homogênea dentro do território.

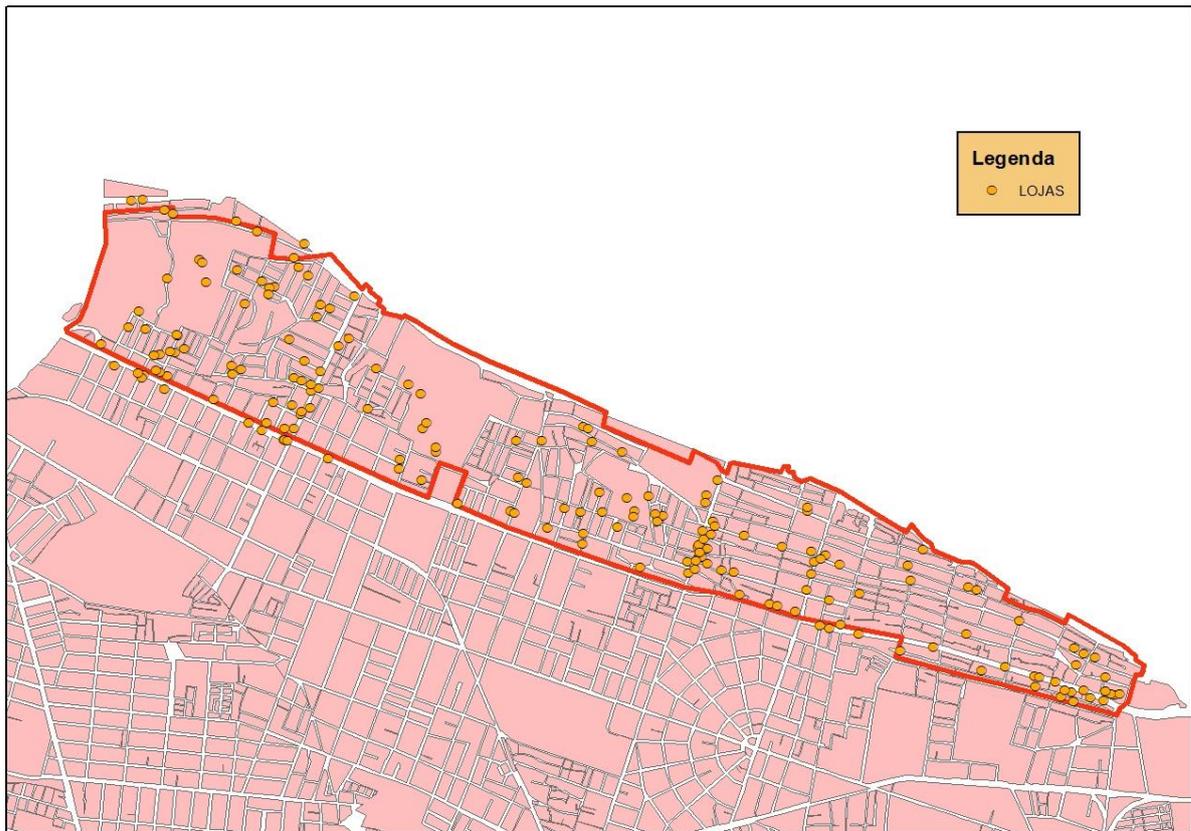
**Figura 17 – Mapeamento dos estabelecimentos do segmento alimentação**



Fonte: Elaborado pelos autores através do software Arcgis (2020).

A Figura 18 apresenta o mapeamento dos estabelecimentos identificados na categoria lojas, como salões de beleza, academia, pet shop, moda e afins, eletrônicas, dentre outros. Percebe-se que esses estabelecimentos estão situados não tão de forma igualitária como os de alimentação, já que é possível identificar áreas que se encontram vazias no mapa.

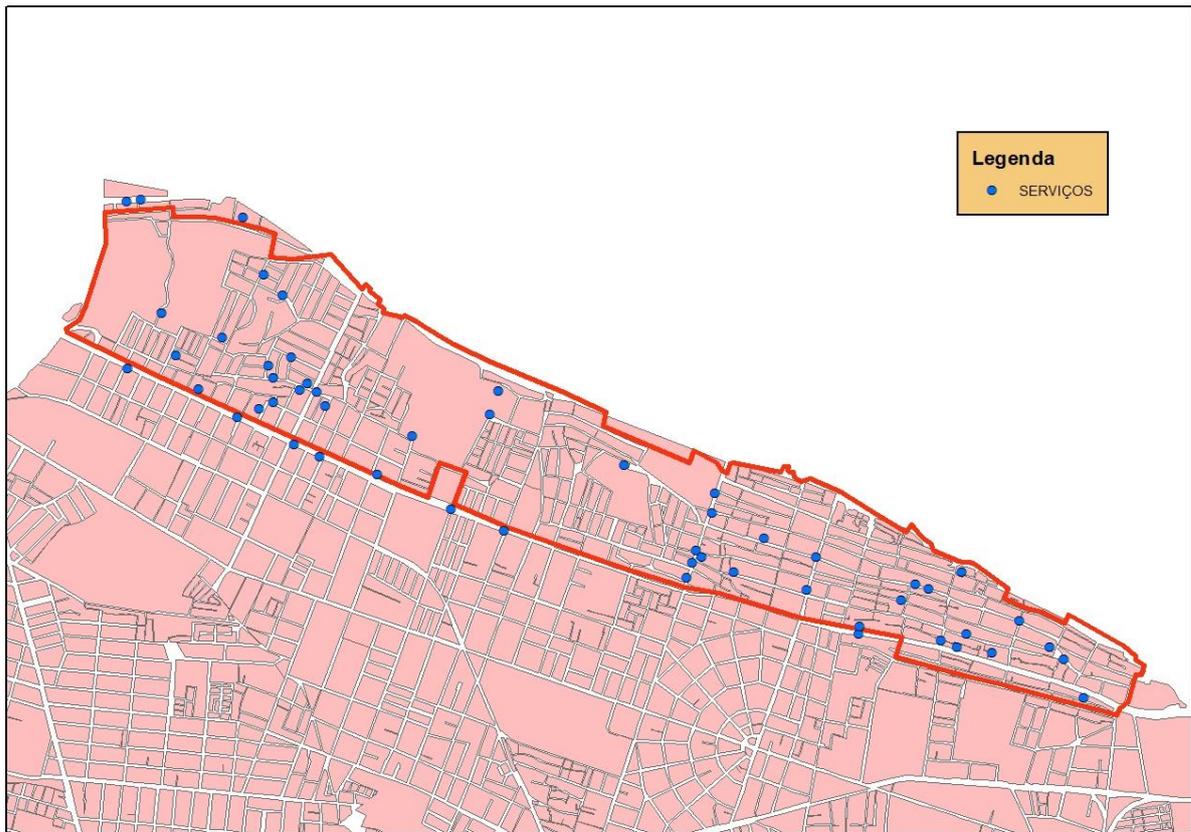
**Figura 18 – Mapeamento dos estabelecimentos do segmento lojas**



Fonte: Elaborado pelos autores através do software Arcgis (2020).

Já a Figura 19, a seguir, mostra o mapeamento das concentrações econômicas relacionadas ao segmento de serviços. Encontram-se nesta categoria os seguintes negócios: farmácias, estacionamentos, casa noturna, lotéricas, bancos, motéis, pousadas, dentre outros. Nessa categoria, diferentemente das outras duas, não há uma distribuição dentro do território, de acordo com os dados coletados. É possível verificar que pequenos *clusters* são formados, isto é, concentrações de negócios dentro do segmento identificado.

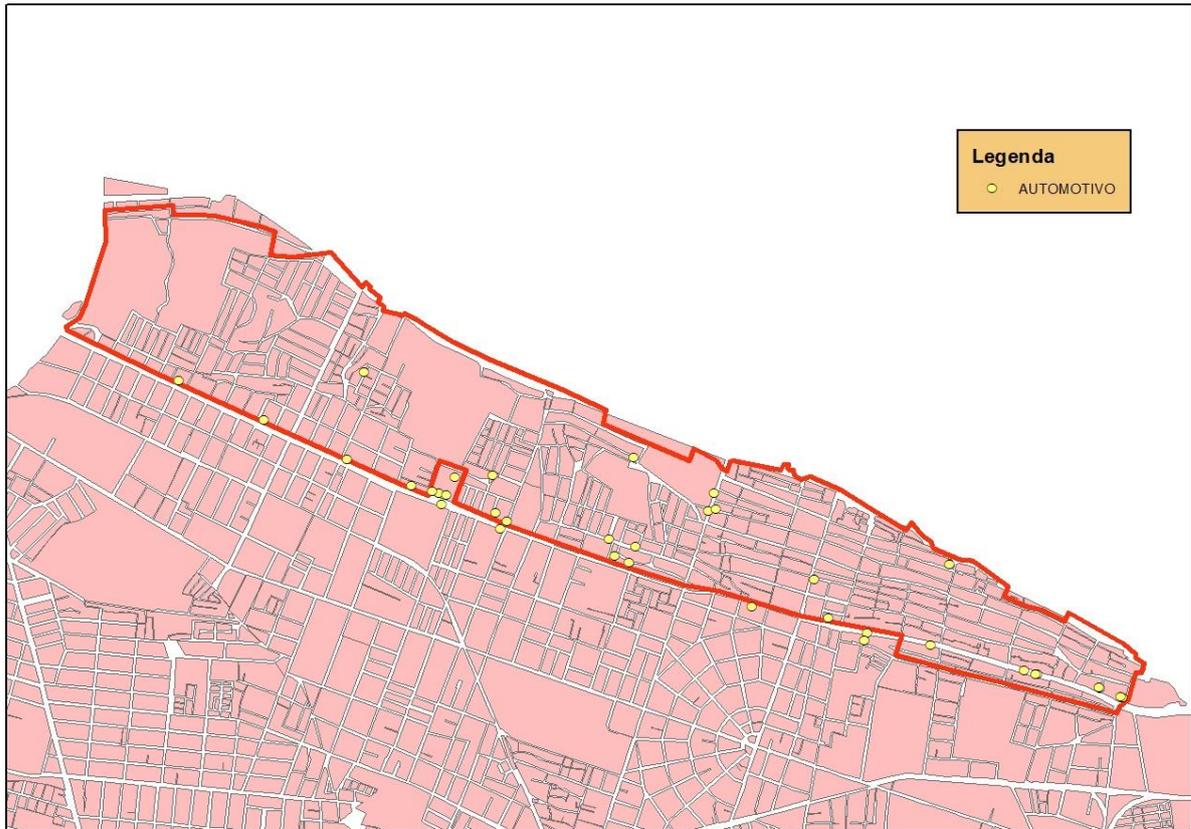
**Figura 19 – Mapeamento dos estabelecimentos do segmento serviços**



Fonte: Elaborado pelos autores através do software Arcgis (2020).

O mapeamento dos estabelecimentos categorizados dentro do segmento automotivo está apresentado na Figura 20, a seguir. Dentro desse segmento encontram-se subcategorias como, por exemplo: postos de combustível, oficinas e autopeças, borracharias, lava a jato, dentre outros. Assim como na Figura 19, nota-se uma distribuição mais desigual desses negócios dentro da área da ZEIS, o que representa a criação de concentrações econômicas, isto é, pequenos *clusters*, dentro do território. Ao mesmo tempo que o mapa mostra concentrações, verifica-se também a existência de áreas vazias nas quais não foi identificada a presença de tais atividades econômicas.

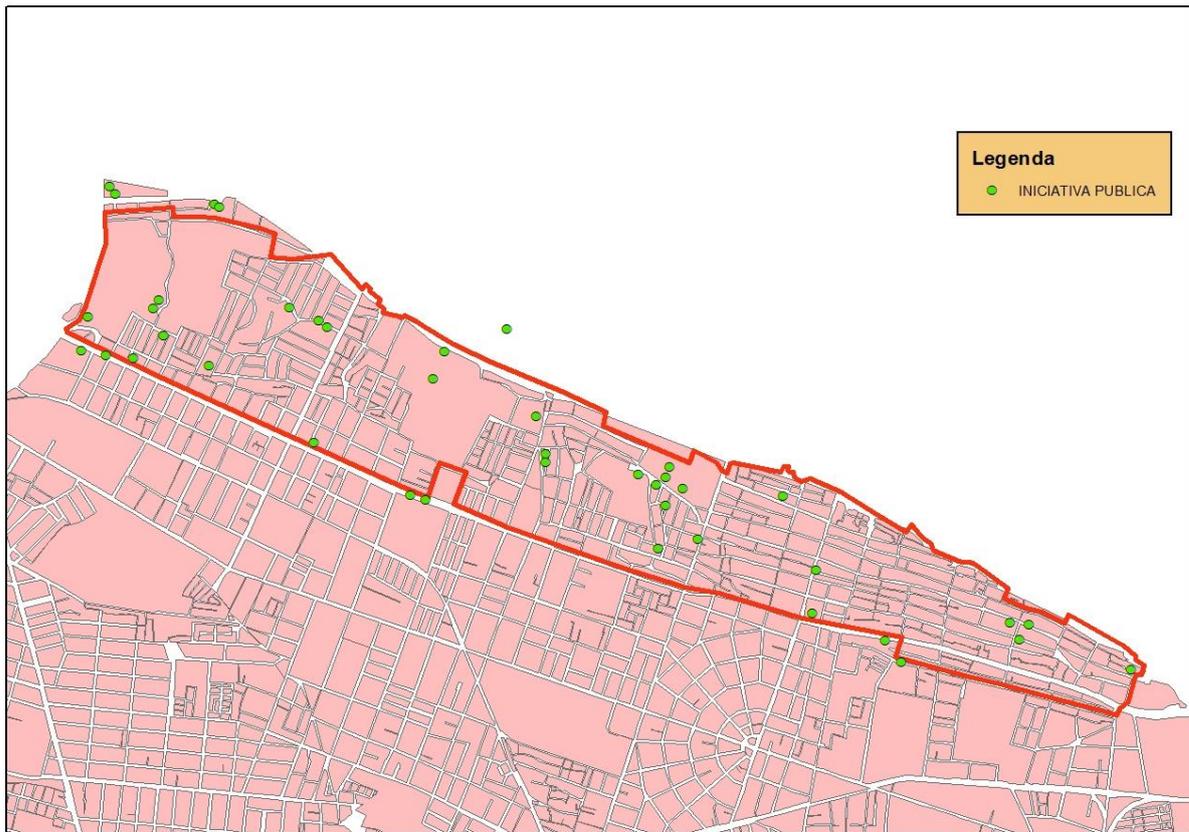
**Figura 20 – Mapeamento dos estabelecimentos do segmento automotivo**



Fonte: Elaborado pelos autores através do software Arcgis (2020).

A classe iniciativa pública foi mapeada em uma só figura (Figura 21), na qual foram identificados os seguintes equipamentos: escolas municipais e estaduais, postos de saúde, CRAS, praças, pontos turísticos e Secretaria da Regional II. É possível perceber que a figura apresenta uma pequena distribuição dos pontos pelo território da ZEIS, e um ponto específico fora da linha demarcada pela poligonal. Ressalta-se que esse ponto em questão refere-se ao espigão da Vila do Mar.

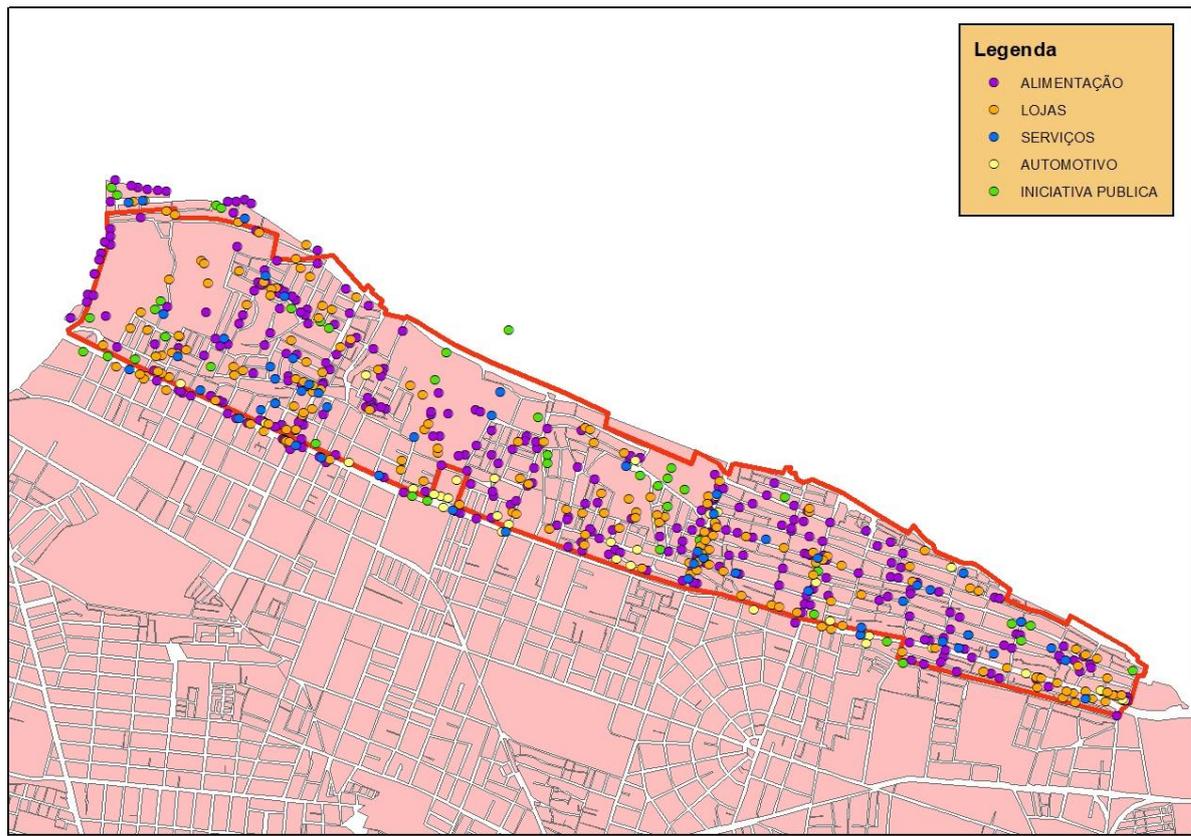
**Figura 21 – Mapeamento dos equipamentos públicos**



Fonte: Elaborado pelos autores através do software Arcgis (2020).

Por fim, verifica-se, na Figura 22, o mapeamento completo das atividades econômicas, apresentando, através dos pontos coloridos e da legenda, os estabelecimentos dos segmentos de alimentação, lojas, serviços e automotivo, além de equipamentos públicos, nos segmentos de lazer, educação e saúde. Através do mapa a seguir, é possível visualizar um resumo da Tabela 9 e a distribuição dessas atividades no território da ZEIS Pirambu, demarcado pela poligonal destacada em vermelho.

**Figura 22 – Mapeamento econômico da ZEIS Pirambu**



Fonte: Elaborado pelos autores através do software Arcgis (2020).

## 5. INFRAESTRUTURA GERAL

### 5.1 COBERTURA GERAL – ÁGUA, ESGOTO, DRENAGEM, COLETA DE RESÍDUOS, REDE ELÉTRICA, TRANSPORTE COLETIVO

A cobertura da rede de abastecimento de água e rede de esgotamento sanitário é parcial, existindo locais onde não há quaisquer desses serviços, tais como Morro do Santiago (Barra do Ceará) e Com. Álvaro de Alencar (Pirambu). Quanto à drenagem, esta é superficial e apresenta ainda déficits estruturais (assuntos tratados com aprofundamento em cadernos específicos). Quanto à coleta de lixo, esta é parcial, apresentando os três modais de coleta da prefeitura: porta a porta; Pevs (Ecopontos)<sup>10</sup> e Coleta Especial Urbana (CEU).

A cobertura de energia elétrica é parcial com medidores e a iluminação pública apresenta déficits em alguns pontos dos bairros. As vias são pavimentadas e apresentam

<sup>10</sup> Programa da Prefeitura de Fortaleza que viabiliza locais adequados para o descarte gratuito de pequenas proporções de entulho, restos de poda, móveis e estofados velhos, além de óleo de cozinha, papelão, plásticos, vidros e metais. (<https://catalogodeservicos.fortaleza.ce.gov.br/categoria/urbanismo-meio-ambiente/servico/324>)

diversos serviços urbanos, tais como: escola; posto de saúde; posto policial; comércio; serviços; centro esportivo; centro religioso; centro cultural; centro comunitário e outros. Entretanto, não necessariamente esses serviços estão dentro do espaço geográfico da ZEIS. Quanto às residências, os bairros do Cristo Redentor e Pirambu são altamente povoados em assentamentos urbanos informais.

Há uma forte presença de zonas comerciais, tais como os polos da Av. Francisco Sá, Av. Presidente Castelo Branco e Av. Dr. Theberge. Estas vias configuram-se como importantes canais de acesso que conectam essa ZEIS a todas as demais áreas da cidade. Em relação à área edificada, prédios particulares totalizam uma extensão de 22.148,17 m<sup>2</sup> (IPLANFOR, 2015), dados do diagnóstico ambiental revelam que a área do ZEIS Pirambu é de 281,83 hectares. Quanto à infraestrutura dos bairros que compõem a ZEIS, 90,02% possuem abastecimento de água (SDE, 2019). Com referência aos demais serviços de infraestrutura ofertados, a energia elétrica abarca quase totalidade dos domicílios da região (90,86%), a coleta de lixo somente atinge 90,86% dos habitantes da região e o serviço de esgotamento sanitário ainda é parcial, representando 78,33% (SDE, 2019).

Por fim, ressalta-se que as informações expostas a seguir serão dos bairros e têm como função dar informações sobre a ZEIS e suas intermediações. Devido ao foco deste Caderno ser geração de trabalho e renda, a análise dos bairros em que a ZEIS está inserida pode contribuir para o diagnóstico da situação da ZEIS e proposições de futuras alternativas para geração de renda e trabalho.

## 5.2 EQUIPAMENTOS URBANOS: ESCOLAS, UPAS, HOSPITAIS, CRAS E DELEGACIAS

Quanto ao aparelhamento público, tanto dentro como no entorno próximo à ZEIS, existem ao todo cinco Unidades de Atenção Primária à Saúde (UAPS), dois Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e três praças, além de serem próximos de outros equipamentos públicos, como Casas de Abrigo e Centro Urbano de Cultura, Arte, Ciência e Esporte (Cuca). Do mesmo modo, a ZEIS conta com um conjunto de programas e empreendimentos sociais, como a Academia na Comunidade e Atleta Cidadão.

Quanto às escolas, são, ao todo, dezoito (18) escolas públicas presentes na área da ZEIS Pirambu, estando entre elas dois Centros Educacionais Infantis (CEI) e outras duas Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP) (SDE, 2019). Em geral, as notas do IDEB e SAEB da escola municipal para o ano de 2017 são razoavelmente baixas, com média de 4,8

e 4,87. Entretanto, apesar de demonstrar uma evolução positiva ao longo da última década, três escolas não atingiram a meta nacional estipulada para o ensino fundamental pelo IDEB para a escola no ano de 2017. Os quadros a seguir apresentam um resumo dessas escolas (Quadro 2 a Quadro 12).

**Quadro 2 – EMEIF São Cura D’ars**

Categoria	Escola Municipal de Ensino Fundamental
Endereço	Santa Elisa, 722, Pirambu
Localização	Na área da ZEIS
Código da Escola	23067756
Matrículas	540
Matrícula tempo integral	183 (33,88%)
Turmas/Salas de aula	26/ 19
INSE*	Grupo 2
Modalidades/ Etapas oferecidas	Creche; Pré-escola; Anos Iniciais do Ensino Fundamental
Nota Ideb anos iniciais do Ensino Fundamental (2017)	5,6 (Meta 4,1)
Evolução 2009 a 2017 anos iniciais	+93,10%
Saeb Matemática (Proficiência Padronizada)	5,7
Saeb Português (Proficiência Padronizada)	5,6
Média Saeb (Proficiência Padronizada)	5,6
Link	<a href="http://idebescola.inep.gov.br/ideb/escola/dadosEscola/23067756">http://idebescola.inep.gov.br/ideb/escola/dadosEscola/23067756</a>

Fonte: INEP (2019). Elaborado pelos autores.

\* Indicador de Nível Socioeconômico (INSE): Grupo 1 – baixo nível socioeconômico; Grupo 2 – alto nível socioeconômico

**Quadro 3 - Moema Távora**

Categoria	Centro Educacional
Endereço	Rua Marcilio Dias, 485, Pirambu
Localização	Na área da ZEIS
Código da Escola	23074701
Matrículas	436
Matrícula tempo integral	0 (0,0%)
Turmas/Salas de aula	13/ 9
INSE	Grupo 2
Modalidades/ Etapas oferecidas	Anos Finais do Ensino Fundamental; Ensino Médio
Nota Ideb anos finais do Ensino Fundamental (2017)	3,7 (Meta 4,8)

Evolução 2005 a 2017 anos finais	+12,16%
Saeb Matemática (Proficiência Padronizada)	4,8
Saeb Português (Proficiência Padronizada)	5,1
Média Saeb (Proficiência Padronizada)	4,99
Link	<a href="http://idebescola.inep.gov.br/ideb/escola/dadosEscola/23074701">http://idebescola.inep.gov.br/ideb/escola/dadosEscola/23074701</a>

Fonte: INEP (2019). Elaborado pelos autores.

#### Quadro 4 – EEFM Governador Flávio Marcílio

Categoria	Escola de Ensino Fundamental e Médio
Endereço	Avenida Pasteur, 575, Pirambu
Localização	Na área da ZEIS
Código da Escola	23070269
Matrículas	1031
Matrícula tempo integral	0 (0,0%)
Turmas/Salas de aula	29/ 12
INSE	Grupo 3
Modalidades/ Etapas oferecidas	Anos Finais do Ensino Fundamental; Ensino Médio; EJA
Nota Ideb anos finais do Ensino Fundamental (2017)	4,3 (Meta 4,6)
Evolução 2005 a 2017 anos iniciais	+38,7%
Nota Ideb Ensino Médio (2017)	3,2
Saeb Matemática (Proficiência Padronizada)	4,7
Saeb Português (Proficiência Padronizada)	5,1
Média Saeb (Proficiência Padronizada)	4,91
Saeb Matemática Ensino Médio (Proficiência Padronizada)	4,0
Saeb Português Ensino Médio (Proficiência Padronizada)	4,1
Média Saeb Ensino Médio (Proficiência Padronizada)	4,06
Link	<a href="http://idebescola.inep.gov.br/ideb/escola/dadosEscola/23070269">http://idebescola.inep.gov.br/ideb/escola/dadosEscola/23070269</a>

Fonte: INEP (2019). Elaborado pelos autores.

#### Quadro 5 - Dom Hélio Campos

Categoria	Centro Educacional
Endereço	Rua São Raimundo, 199, Pirambu
Localização	Na área da ZEIS
Código da Escola	23070900

Matrículas	459
Matrícula tempo integral	0 (0,0%)
Turmas/Salas de aula	19/ 16
INSE	Grupo 2
Modalidades/ Etapas oferecidas	Anos Finais do Ensino Fundamental; Ensino Médio; EJA
Nota Ideb anos finais do Ensino Fundamental (2017)	3,0 (Meta 4,2)
Evolução 2005 a 2017 anos finais	+11,1%
Nota Ideb Ensino Médio (2017)	3,1
Saeb Matemática (Proficiência Padronizada)	4,4
Saeb Português (Proficiência Padronizada)	4,5
Média Saeb (Proficiência Padronizada)	4,46
Saeb Matemática Ensino Médio (Proficiência Padronizada)	3,8
Saeb Português Ensino Médio (Proficiência Padronizada)	3,7
Média Saeb Ensino (Proficiência Padronizada)	3,74
Link	<a href="http://idebescola.inep.gov.br/ideb/escola/dadosEscola/23070900">http://idebescola.inep.gov.br/ideb/escola/dadosEscola/23070900</a>

Fonte: INEP (2019). Elaborado pelos autores.

### Quadro 6 – EEFM São José dos Arpoadores

Categoria	Escola de Ensino Fundamental e Médio
Endereço	Rua Dona Medinha, 90, Cristo Redentor
Localização	Na área da ZEIS
Código da Escola	23072377
Matrículas	430
Matrícula tempo integral	0 (0,0%)
Turmas/Salas de aula	12/ 7
INSE	Grupo 2
Modalidades/ Etapas oferecidas	Anos Finais do Ensino Fundamental; Ensino Médio
Nota Ideb anos finais do Ensino Fundamental (2017)	3,8 (Meta 4,7)
Evolução 2005 a 2017 anos finais	+18,7%
Nota Ideb Ensino Médio (2017)	3,6
Saeb Matemática (Proficiência Padronizada)	4,5
Saeb Português (Proficiência Padronizada)	4,6
Média Saeb (Proficiência Padronizada)	4,56

Saeb Matemática Ensino Médio (Proficiência Padronizada)	3,9
Saeb Português Ensino Médio (Proficiência Padronizada)	4,3
Média Saeb Ensino (Proficiência Padronizada)	4,1
Link	<a href="http://idebescola.inep.gov.br/ideb/escola/dadosEscola/23072377">http://idebescola.inep.gov.br/ideb/escola/dadosEscola/23072377</a>

Fonte: INEP (2019). Elaborado pelos autores.

### Quadro 7 – EMEIF Antônio Mendes

Categoria	Escola Municipal
Endereço	Dona Mendinha, 682, Cristo Redentor
Localização	Na área da ZEIS
Código da Escola	23184221
Matrículas	788
Matrícula tempo integral	112 (15,48%)
Turmas/Salas de aula	30/ 16
INSE	Grupo 2
Modalidades/ Etapas oferecidas	Creche; Pré-escola; Anos Iniciais do Ensino Fundamental
Nota Ideb anos iniciais do Ensino Fundamental (2017)	5,2 (Meta 5,1)
Evolução 2005 a 2017 anos iniciais	+52,9%
Saeb Matemática (Proficiência Padronizada)	5,6
Saeb Português (Proficiência Padronizada)	5,7
Média Saeb (Proficiência Padronizada)	5,65
Link	<a href="http://idebescola.inep.gov.br/ideb/escola/dadosEscola/23184221">http://idebescola.inep.gov.br/ideb/escola/dadosEscola/23184221</a>

Fonte: INEP (2019). Elaborado pelos autores.

### Quadro 8 - EEFM Lions Jangada

Categoria	Escola de Ensino Fundamental e Médio
Endereço	Rua Camélia, 352, Cristo Redentor
Localização	Na área da ZEIS
Código da Escola	23073136
Matrículas	534
Matrícula tempo integral	124 (23,2%)
Turmas/Salas de aula	17/ 10
INSE	Grupo 2
Modalidades/ Etapas oferecidas	Ensino Médio
Nota Ideb Ensino Médio (2017)	3,7

Saeb Matemática Ensino Médio (Proficiência Padronizada)	3,9
Saeb Português Ensino Médio (Proficiência Padronizada)	4,2
Média Saeb Ensino (Proficiência Padronizada)	4,07
Link	<a href="http://idebescola.inep.gov.br/ideb/escola/dadosEscola/23073136">http://idebescola.inep.gov.br/ideb/escola/dadosEscola/23073136</a>

Fonte: INEP (2019). Elaborado pelos autores.

### Quadro 9 – EMEIF Santa Tereza

Categoria	Escola Municipal
Endereço	Rua Monsenhor Hélio Campos, 90, Cristo Redentor
Localização	Na área da ZEIS
Código da Escola	23069198
Matrículas	542
Matrícula tempo integral	100 (18,45%)
Turmas/Salas de aula	19/ 11
INSE	Grupo 2
Modalidades/ Etapas oferecidas	Creche; Anos Iniciais do Ensino Fundamental; Anos Finais do Ensino Fundamental
Nota Ideb anos iniciais do Ensino Fundamental (2017)	5,7 (Meta 5,0)
Evolução 2005 a 2017 anos iniciais	+62,85%
Saeb Matemática (Proficiência Padronizada)	5,9
Saeb Português (Proficiência Padronizada)	6,0
Média Saeb (Proficiência Padronizada)	5,97
Link	<a href="http://idebescola.inep.gov.br/ideb/escola/dadosEscola/23070900">http://idebescola.inep.gov.br/ideb/escola/dadosEscola/23070900</a>

Fonte: INEP (2019). Elaborado pelos autores

### Quadro 10 – EEEP Marwin

Categoria	Escola Estadual de Educação Profissional
Endereço	Av. Monsenhor Hélio Campos, S/N, Cristo Redentor
Localização	Na área da ZEIS
Código da Escola	23074159
Matrículas	431
Matrícula tempo integral	431 (100%)
Turmas/Salas de aula	12/12
INSE	Grupo 1
Modalidades/ Etapas oferecidas	Ensino Médio

Nota Ideb Ensino Médio (2017)	4,8
Saeb Matemática Ensino Médio (Proficiência Padronizada)	4,8
Saeb Português Ensino Médio (Proficiência Padronizada)	4,9
Média Saeb Ensino (Proficiência Padronizada)	4,87
Link	<a href="http://idebescola.inep.gov.br/ideb/escola/dadosEscola/23074159">http://idebescola.inep.gov.br/ideb/escola/dadosEscola/23074159</a>

Fonte: INEP (2019). Elaborado pelos autores

### Quadro 11 – EEEP Paulo Petrola

Categoria	Escola Estadual de Educação Profissional
Endereço	Rua Saldaria, SN, Goiabeiras
Localização	Na área da ZEIS
Código da Escola	23323418
Matrículas	390
Matrícula tempo integral	390 (100%)
Turmas/Salas de aula	9/ 9
INSE	Grupo 2
Modalidades/ Etapas oferecidas	Ensino Médio
Nota Ideb Ensino Médio (2017)	5,8
Saeb Matemática (Proficiência Padronizada)	5,9
Saeb Português (Proficiência Padronizada)	6,0
Média Saeb (Proficiência Padronizada)	5,93
Link	<a href="http://idebescola.inep.gov.br/ideb/escola/dadosEscola/23323418">http://idebescola.inep.gov.br/ideb/escola/dadosEscola/23323418</a>

Fonte: INEP (2019). Elaborado pelos autores

### Quadro 12 – EEFM Fernando Cavalcante Mota

Categoria	Escola de Ensino Fundamental e Médio
Endereço	Rua da Salema, 85, Barra do Ceará
Localização	Na área da ZEIS
Código da Escola	23070218
Matrículas	1002
Matrícula tempo integral	0 (0,0%)
Turmas/Salas de aula	28/ 13
INSE	Grupo 2
Modalidades/ Etapas oferecidas	Anos Finais do Ensino Fundamental; Ensino Médio; EJA

Nota Ideb anos finais do Ensino Fundamental (2017)	4,3 (Meta 4,3)
Evolução 2005 a 2017 anos finais	+79,16%
Saeb Matemática (Proficiência Padronizada)	4,8
Saeb Português (Proficiência Padronizada)	4,9
Média Saeb (Proficiência Padronizada)	4,87
Link	<a href="http://idebescola.inep.gov.br/ideb/escola/dadosEscola/23070218">http://idebescola.inep.gov.br/ideb/escola/dadosEscola/23070218</a>

Fonte: INEP (2019). Elaborado pelos autores.

A estrutura dos serviços e equipamentos públicos da ZEIS foi avaliada pelos respondentes da pesquisa de campo. Para tal, os pesquisados foram indagados sobre sete dimensões da estrutura pública. A Tabela 10, a seguir, detalha as dimensões analisadas, bem como a avaliação coletiva de cada uma.

**Tabela 10 – Estrutura dos serviços e equipamentos públicos - 2019**

Estrutura Pública	Média	Desvio Padrão	Avaliação
Saúde pública*	1,67	0,716	Deficitário
Calçadas e pavimentação	1,77	0,719	Deficitário
Educação pública	2,07	0,697	Regular
Saneamento básico	2,09	0,769	Regular
Bancos e lotéricas	2,20	0,728	Regular
Transporte coletivo	2,31	0,712	Regular
Coleta de lixo**	2,53	0,617	Ótimo

Legenda: Média até 1,99 - deficitário; entre 2,0 e 2,5 - regular; acima de 2,5 - ótimo

\*Significante a 5%; \*\*Significante a 1%<sup>11</sup>

Fonte: Dados da pesquisa de campo (2019).

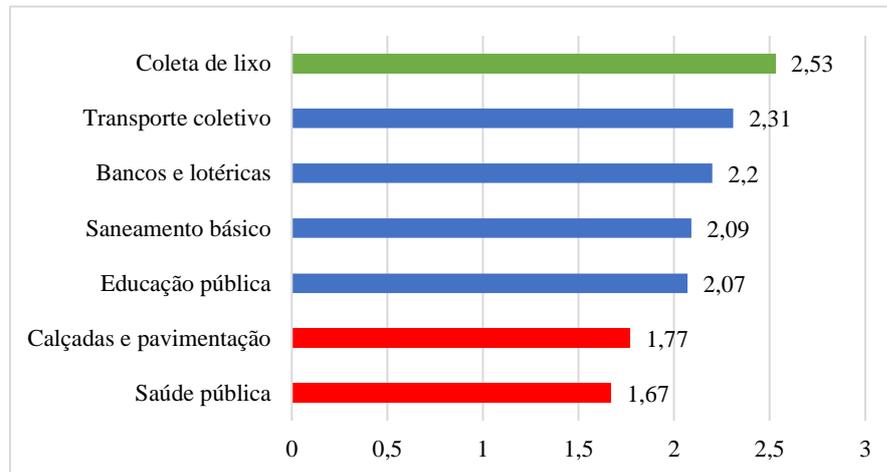
Como revela a tabela, a coleta de lixo foi avaliada como ótima; os demais serviços ou equipamentos públicos foram avaliados de forma deficitária ou regular<sup>12</sup>. As duas dimensões mais bem avaliadas pelos respondentes foram a coleta de lixo (2,53) e o transporte coletivo (2,31). As duas dimensões com as piores avaliações foram saúde pública (1,67) e calçadas e pavimentação (1,77). Educação pública (2,07), saneamento básico (2,09) e bancos e lotéricas (2,20) obtiveram avaliações regulares. No caso da saúde pública e da coleta de lixo, essas foram

<sup>11</sup> Conceito estatístico empregado para avaliar se há diferença significativa entre as médias das variáveis. O resultado atesta que a média de Coleta de Lixo e de Saúde Pública apresentou valores estatisticamente distintos das demais variáveis ao nível de significância de 1% e 5%, respectivamente.

<sup>12</sup> Dados coletados a partir da percepção dos moradores da ZEIS captada em questionário.

as únicas dimensões com média inferior às demais: significativa a 5% e a 1% respectivamente. O Gráfico 4 elenca as dimensões de serviços e estrutura pública por ordem de avaliação.

**Gráfico 4 – Ranking das avaliações dos serviços e equipamentos públicos - 2019**



Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Adicionalmente, foram levantadas medidas socioeconômicas para a ZEIS, baseadas nos objetivos de desenvolvimento sustentável do milênio da Organização das Nações Unidas (ONU). Utilizando-se uma escala de urgência (1 – Urgente; 2 – Muito urgente; 3 – Extremamente urgente), os respondentes avaliaram cada uma das 13 medidas apresentadas (Tabela 11).

**Tabela 11 – Medidas de sustentabilidade - 2019**

Medidas de Sustentabilidade	Média	Moda	Posição
Ter Acesso a Saúde de Qualidade*	2,74	Extremamente Urgente	1
Ter Trabalho Digno e Crescimento Econômico	2,66	Extremamente Urgente	2
Promover a Paz e Proporcionar acesso à Justiça	2,64	Extremamente Urgente	3
Ter Educação de Qualidade	2,63	Extremamente Urgente	4
Erradicar a Fome	2,62	Extremamente Urgente	5
Erradicar a Pobreza	2,59	Extremamente Urgente	6
Reduzir a Desigualdade de Renda	2,53	Extremamente Urgente	7
Reduzir a Desigualdade de Gênero (entre homens e mulheres)	2,51	Extremamente Urgente	8
Reduzir a Poluição do Ar e Sonora	2,39	Extremamente Urgente	9
Estimular Atividades Culturais e Práticas Esportivas	2,36	Extremamente Urgente	10
Proteger a Vida Terrestre	2,33	Extremamente Urgente	11
Proteger a Vida Aquática*	2,24	Extremamente Urgente	12
Disponibilizar Água Potável e Saneamento**	1,87	Muito Urgente	13

\*Significante a 5%; \*\*Significante a 1%

Fonte: Dados da pesquisa de campo (2019).

Como revelam os resultados, quase todas as dimensões receberam classificação de extrema urgência, somente a disponibilização de água potável e saneamento foram classificadas

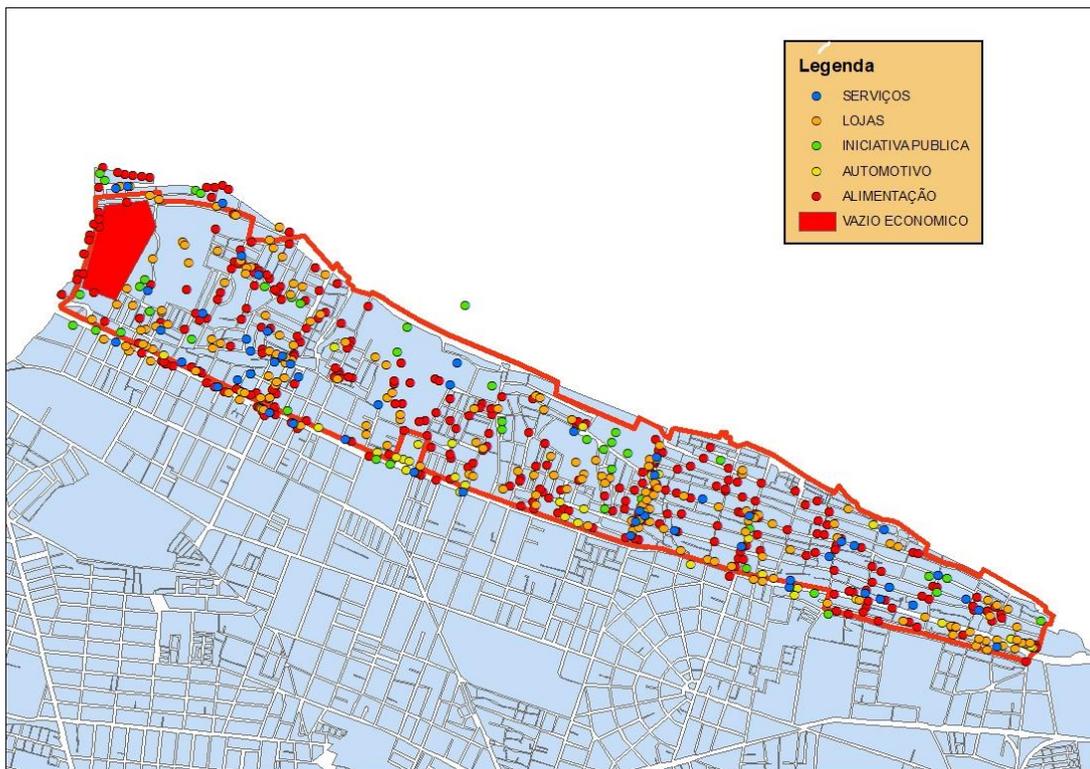
como muito urgente. Constatando-se com a avaliação dos equipamentos públicos, a preocupação com o acesso à saúde de qualidade (2,74) se revelou a mais urgente para os moradores da ZEIS, sendo este item significativamente diferente das demais dimensões. Em seguida, as preocupações referentes ao campo socioeconômico de geração de trabalho e renda (Ter trabalho digno e crescimento econômico (2,66); Erradicar a pobreza (2,59); Reduzir a desigualdade de renda (2,53)) apresentaram-se todos como extremamente urgentes. Essa avaliação indica a existência de um contexto de oportunidades econômicas escassas percebidas pelos próprios moradores e revela a necessidade de ações públicas que contemplem os campos considerados preteridos. Ademais, vale ressaltar as preocupações ambientais e culturais expostas pelos respondentes, julgando com extrema urgência condutas relacionadas à proteção da vida terrestre, aquática e ao estímulo de práticas culturais na ZEIS Pirambu.

De fato, as dimensões que demandam mais urgência para os moradores se caracterizam como requisitos básicos para uma condição de vida adequada. São condições fundamentais de alívio da pobreza, sem as quais se prejudica qualquer possibilidade de desenvolvimento econômico e social. A cobertura das dimensões retratadas não prescinde de uma atuação pública efetiva, suscitando uma completa reformulação das ações governamentais. A própria verificação da urgência na atuação em áreas básicas, como promoção de paz e justiça, acesso à saúde e educação, bem como a erradicação da fome, sinaliza a reflexão sobre a qualidade das ações públicas na ZEIS. De fato, constata-se uma clara disfunção institucional, a qual prejudica, inclusive, o desenvolvimento socioeconômico da ZEIS Pirambu.

### 5.3 VAZIO ECONÔMICO E VAZIO POR ATIVIDADES

O delineamento da imagem da Investigação Cartográfica (Figura 17 – Figura 22) permitiu identificar o principal vazio econômico da ZEIS Pirambu, o qual se encontra localizado na Barra do Ceará, próximo ao Morro Santiago, conforme pode se verificar na Figura 23:

**Figura 23 – Vazio Econômico da ZEIS Pirambu (2019)**

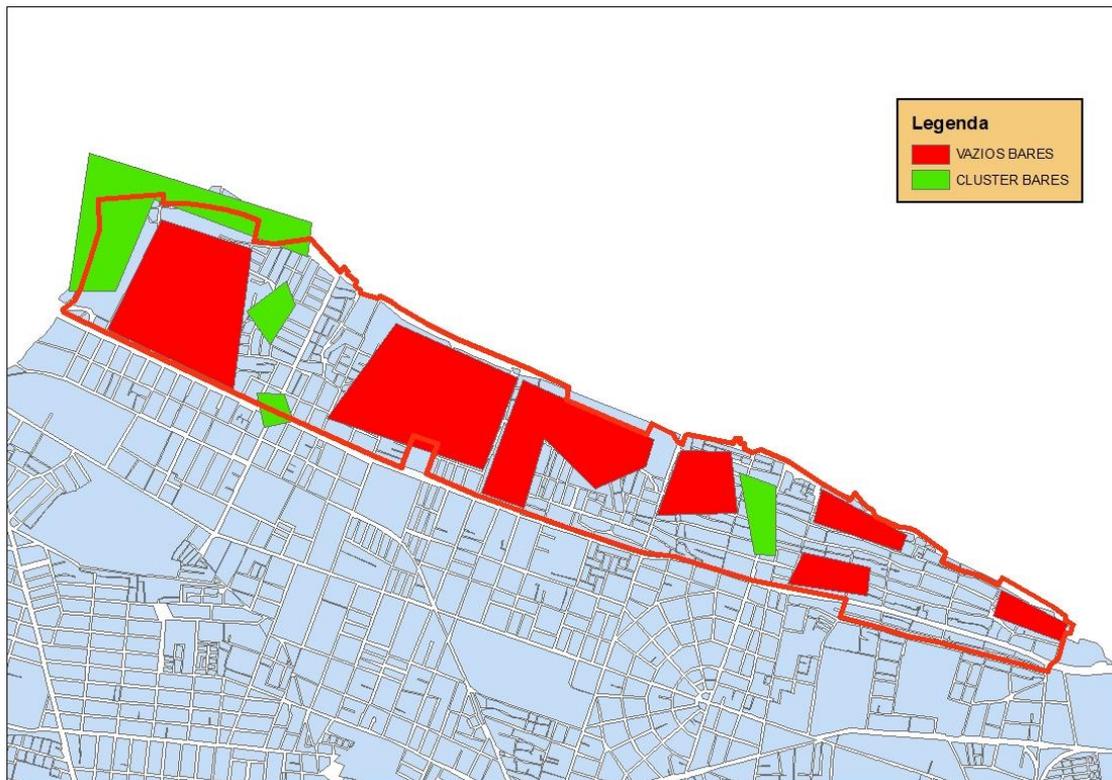


Fonte: Elaborado pelos autores através do software Arcgis (2019).

Na ZEIS Pirambu, por conta de sua extensão geográfica, foi possível realizar a identificação de vazios por algumas atividades, cujos mapas se encontram logo a seguir. A área vermelha representa o vazio da atividade econômica e a área verde representa a concentração desses negócios no território, chamados de *clusters*.

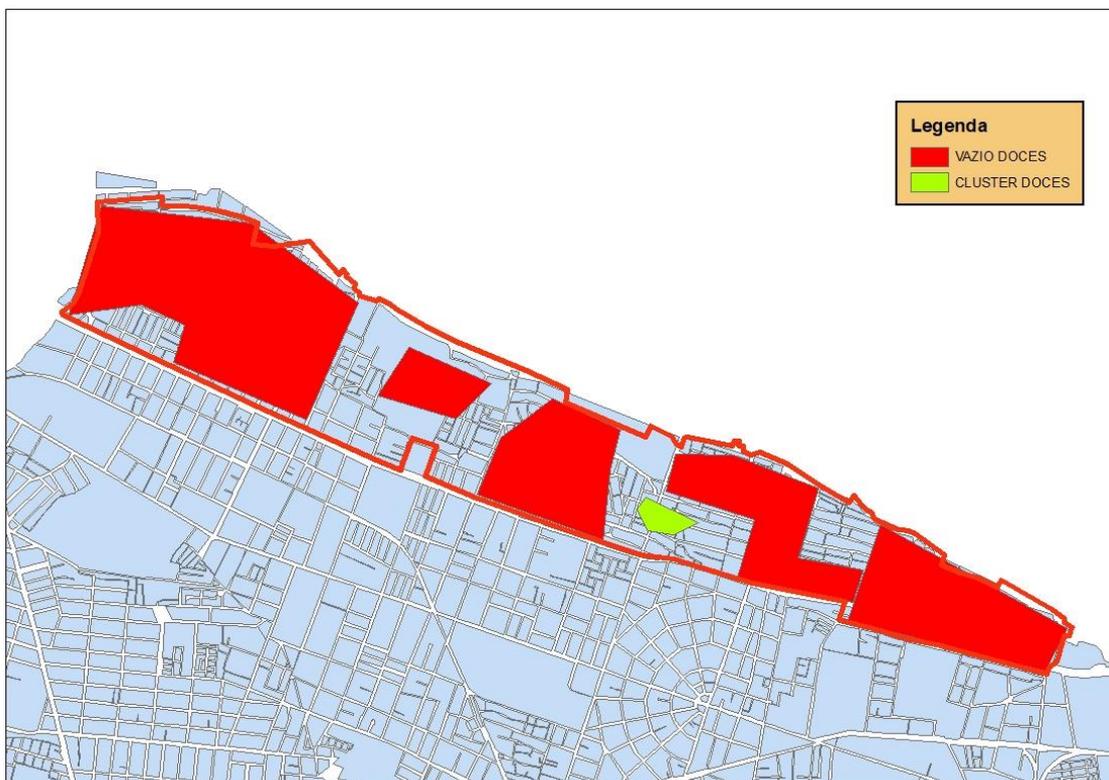
Cada mapa representa uma atividade específica, a saber: bares (Figura 24), doces (Figura 25), lanches (Figura 26), mercados (Figura 27), padarias (Figura 28), restaurantes (Figura 29), borracharias (Figura 30), oficinas e autopeças (Figura 31), escolas particulares (Figura 32), escolas públicas (Figura 33), bancos e lotéricas (Figura 34), eletrônicas (Figura 35), livrarias (Figura 36), lojas de roupas (Figura 37), lojas de variedades (Figura 38) e pet shops (Figura 39).

**Figura 24** – Vazio e *clusters* de bares da ZEIS Pirambu



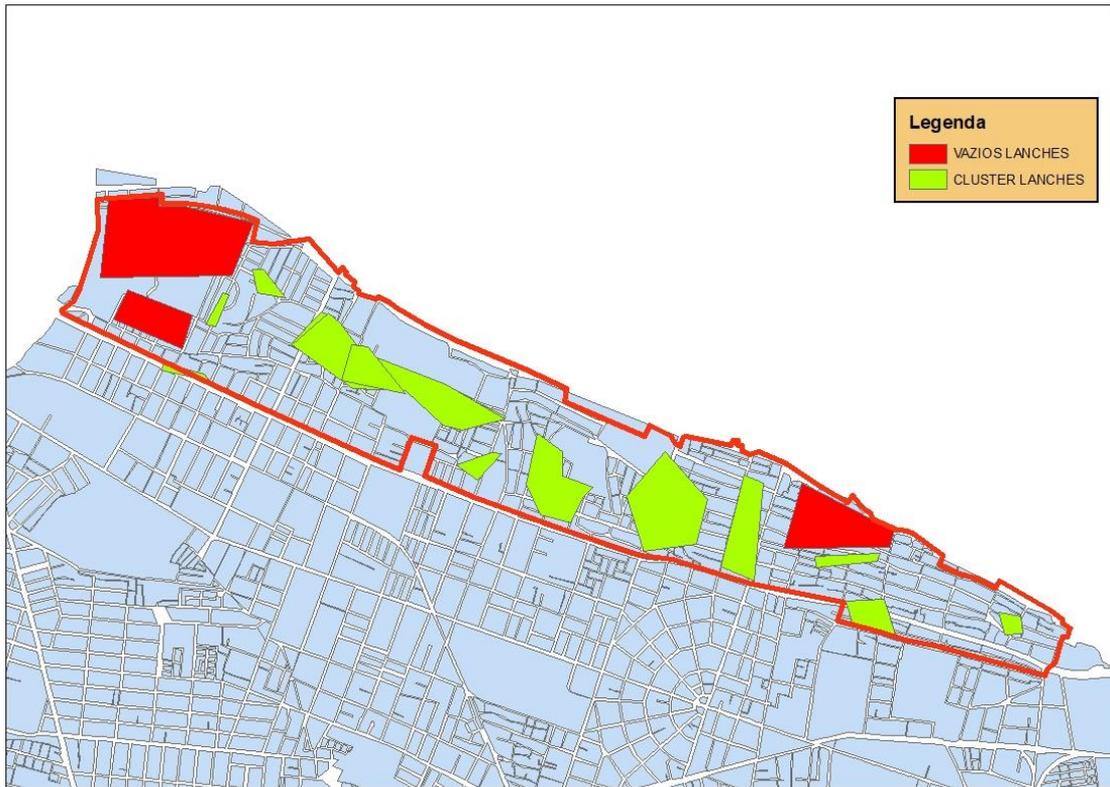
Fonte: Elaborado pelos autores através do software Arcgis (2019).

**Figura 25** – Vazio e *clusters* de doces da ZEIS Pirambu



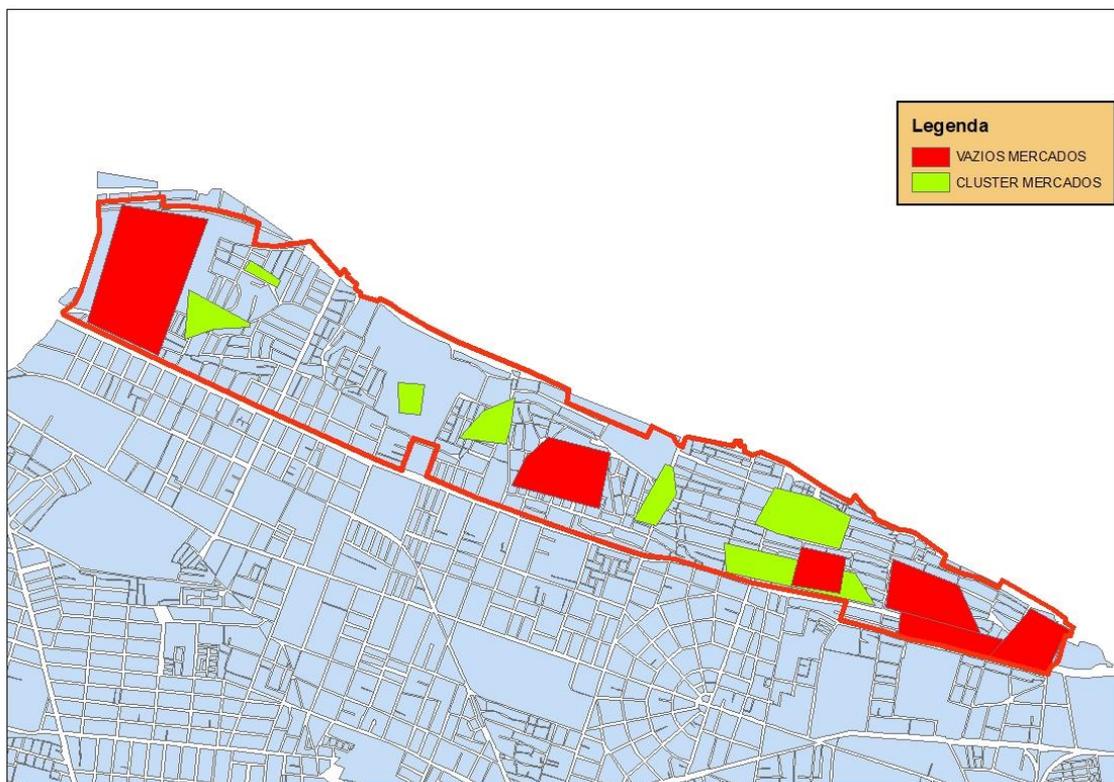
Fonte: Elaborado pelos autores através do software Arcgis (2019).

**Figura 26** – Vazio e *clusters* de lanches da ZEIS Pirambu



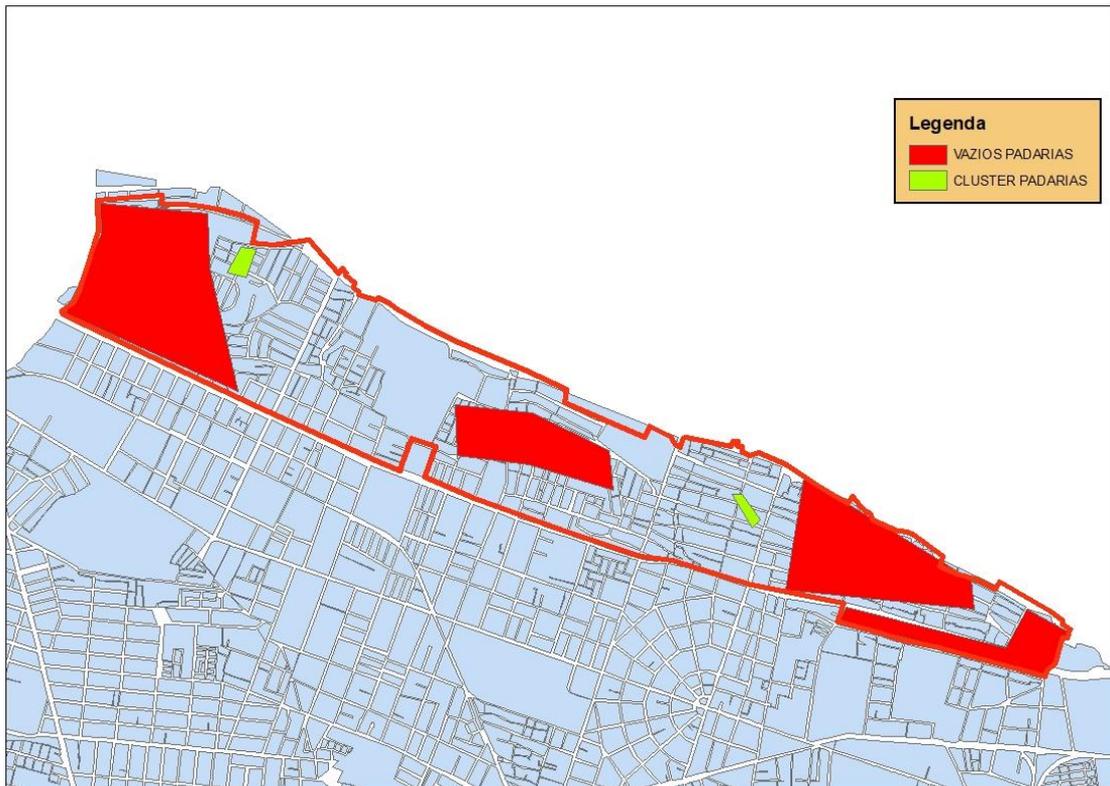
Fonte: Elaborado pelos autores através do software Arcgis (2019).

**Figura 27** – Vazio e *clusters* de mercados da ZEIS Pirambu



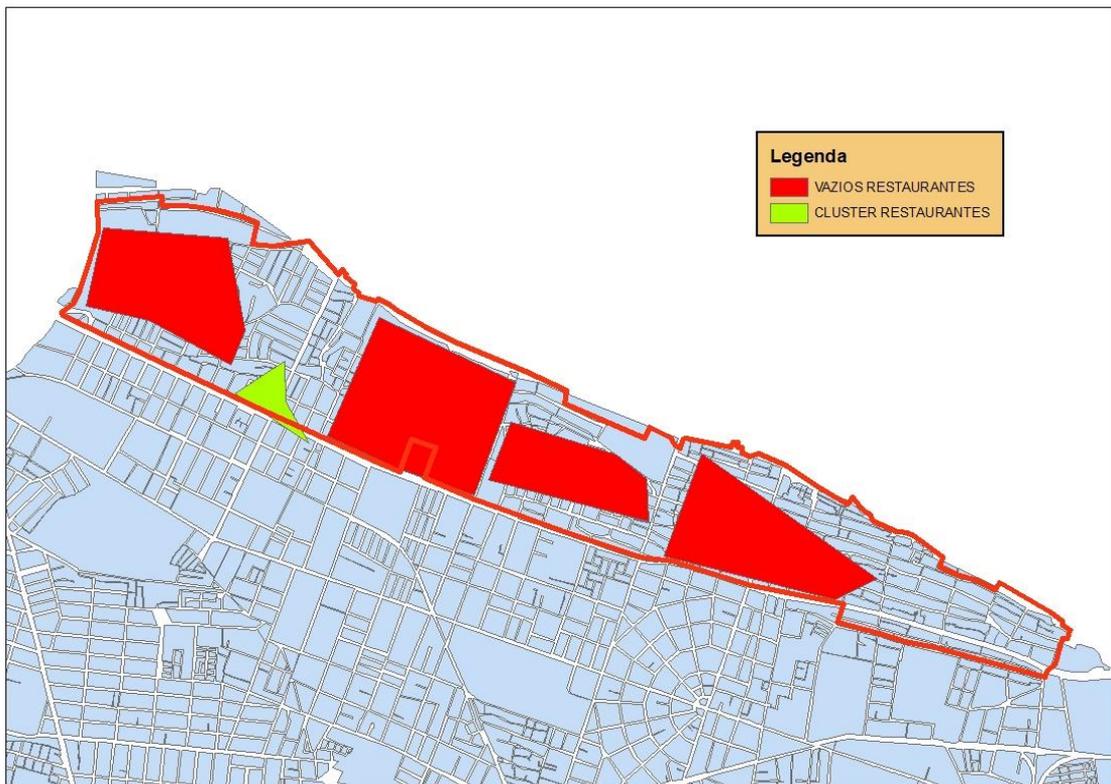
Fonte: Elaborado pelos autores através do software Arcgis (2019).

**Figura 28** – Vazio e *clusters* de padarias da ZEIS Pirambu



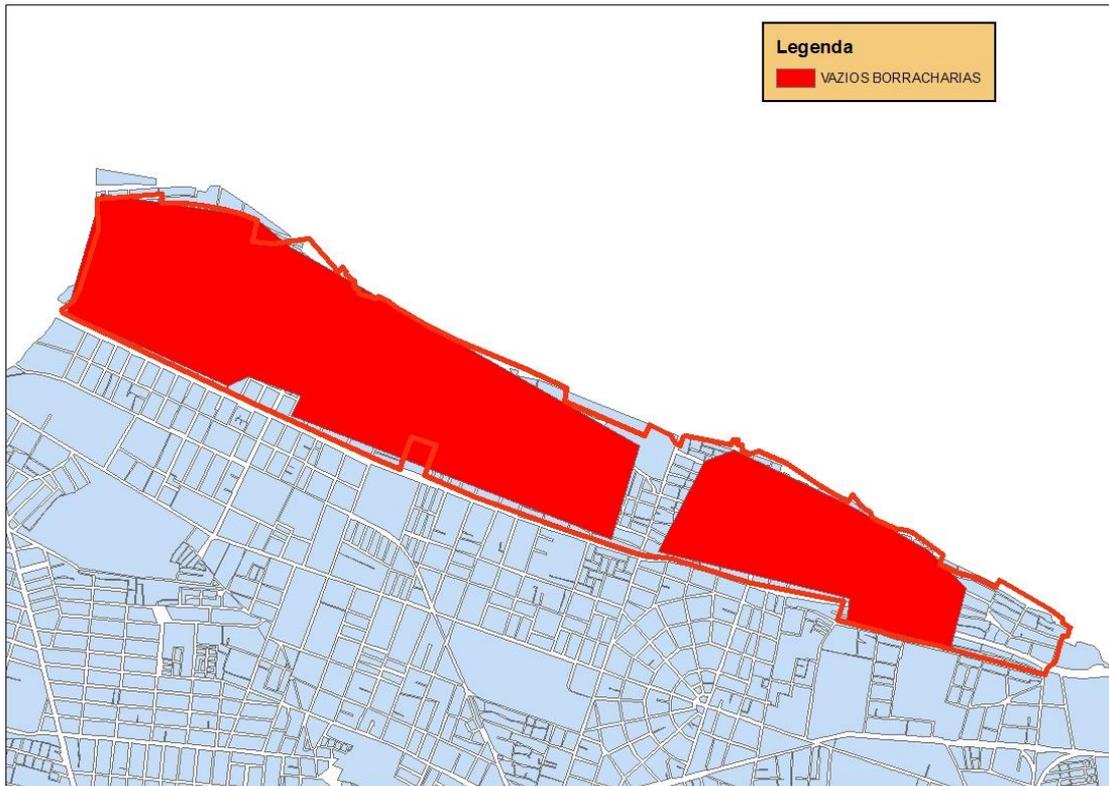
Fonte: Elaborado pelos autores através do software Arcgis (2019).

**Figura 29** – Vazio e *clusters* de restaurantes da ZEIS Pirambu



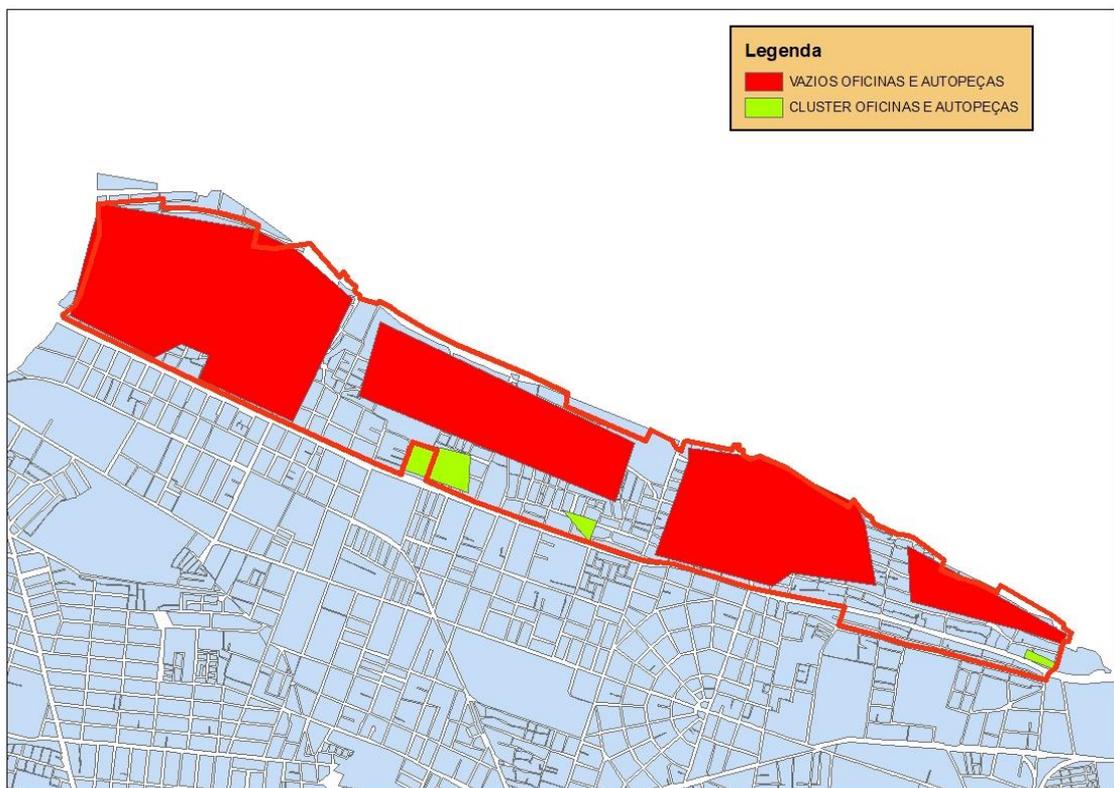
Fonte: Elaborado pelos autores através do software Arcgis (2019).

**Figura 30** – Vazio de borracharias da ZEIS Pirambu



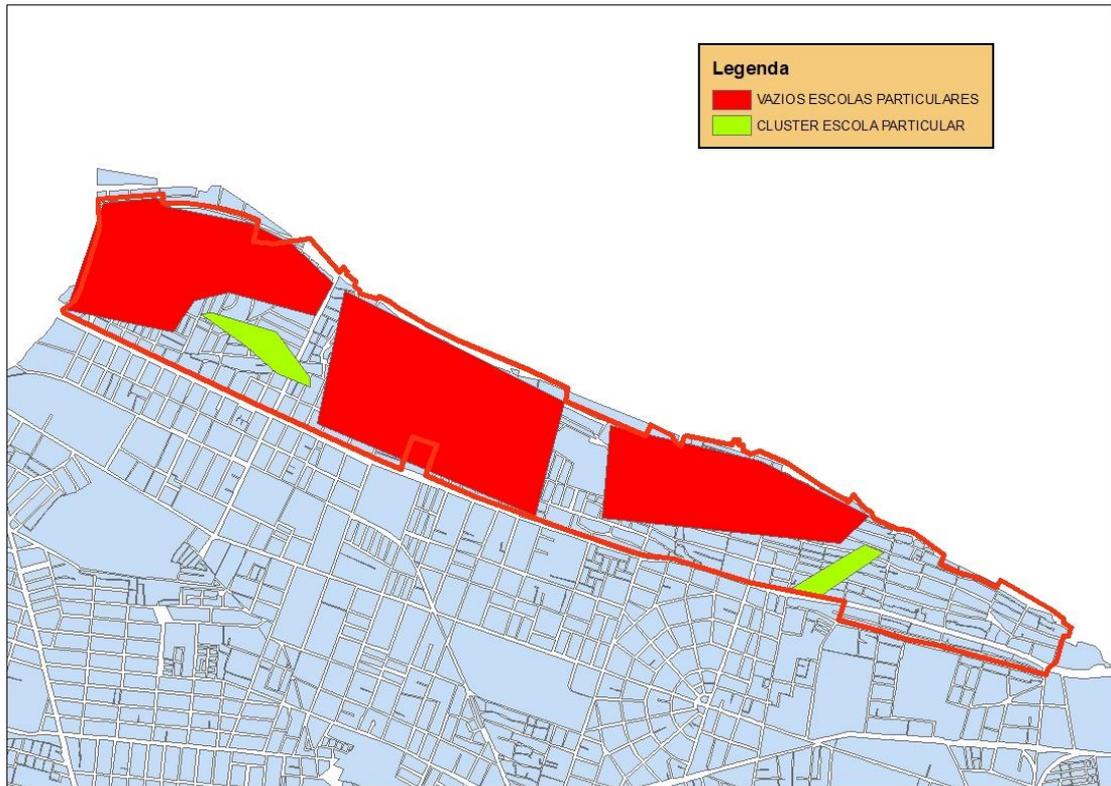
Fonte: Elaborado pelos autores através do software Arcgis (2019).

**Figura 31** – Vazio e clusters de autopeças da ZEIS Pirambu



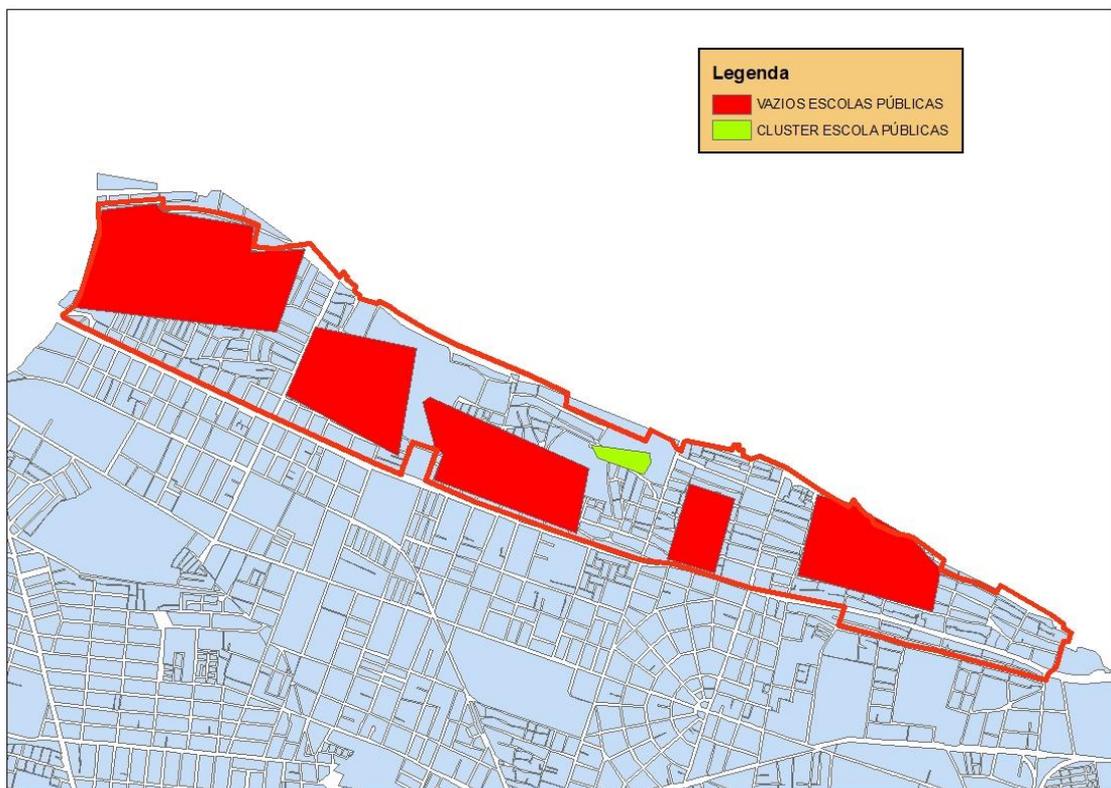
Fonte: Elaborado pelos autores através do software Arcgis (2019).

**Figura 32** – Vazio e *clusters* de escolas particulares da ZEIS Pirambu



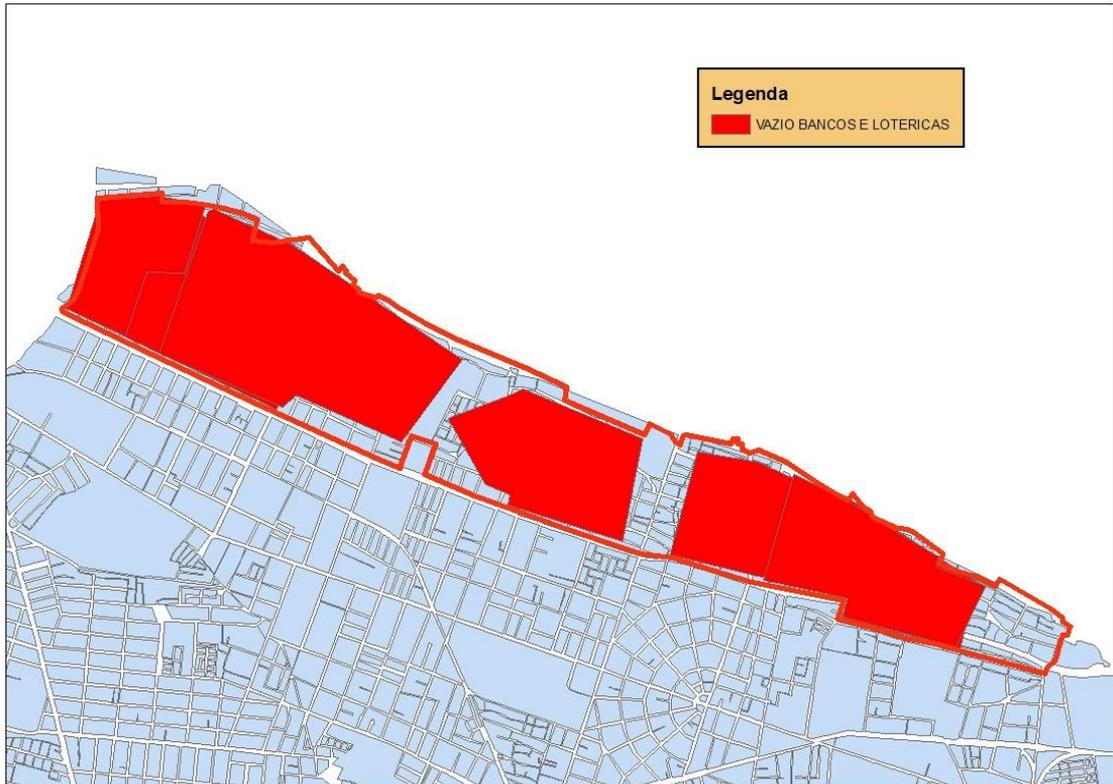
Fonte: Elaborado pelos autores através do software Arcgis (2019).

**Figura 33** – Vazios e *clusters* de escolas públicas da ZEIS Pirambu



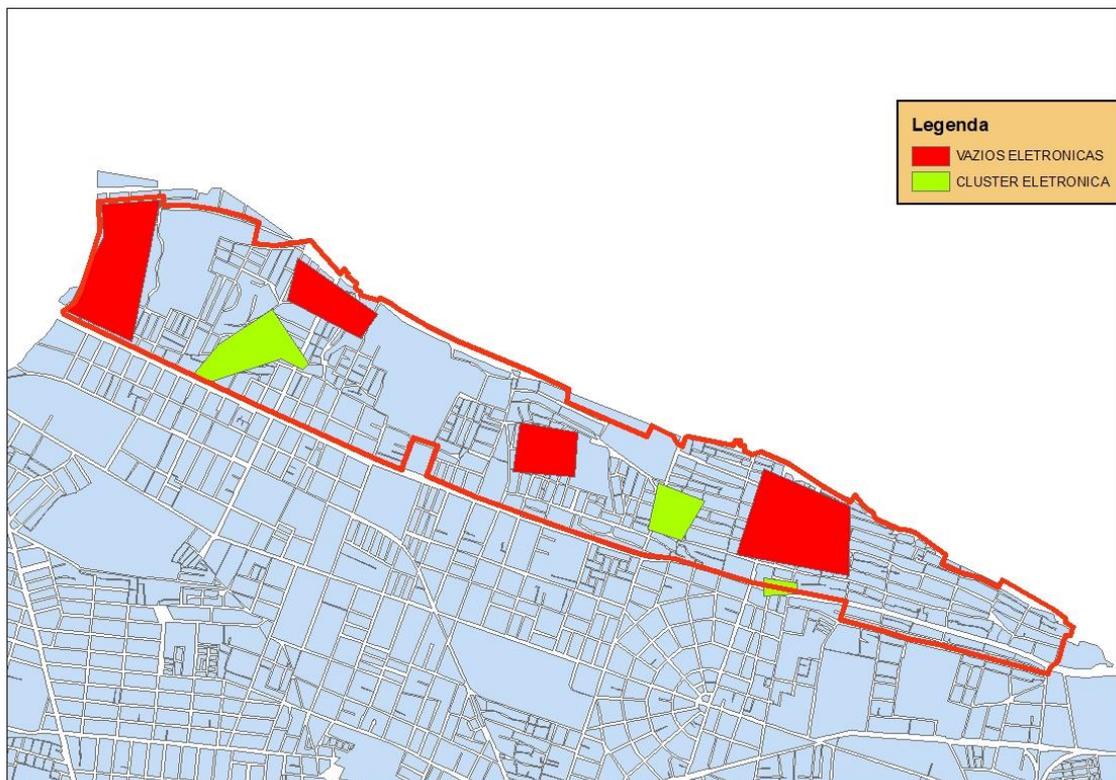
Fonte: Elaborado pelos autores através do software Arcgis (2019).

**Figura 34** – Vazio de bancos e lotéricas da ZEIS Pirambu



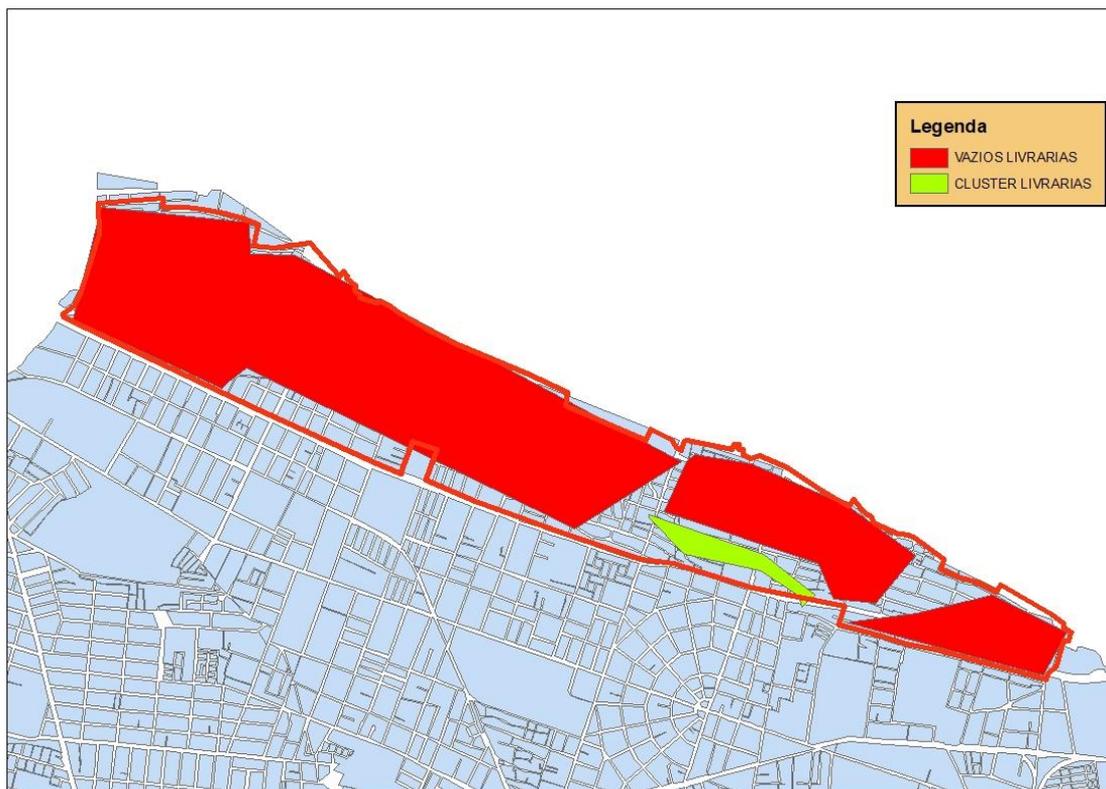
Fonte: Elaborado pelos autores através do software Arcgis (2019).

**Figura 35** – Vazio e *clusters* de eletrônicas da ZEIS Pirambu



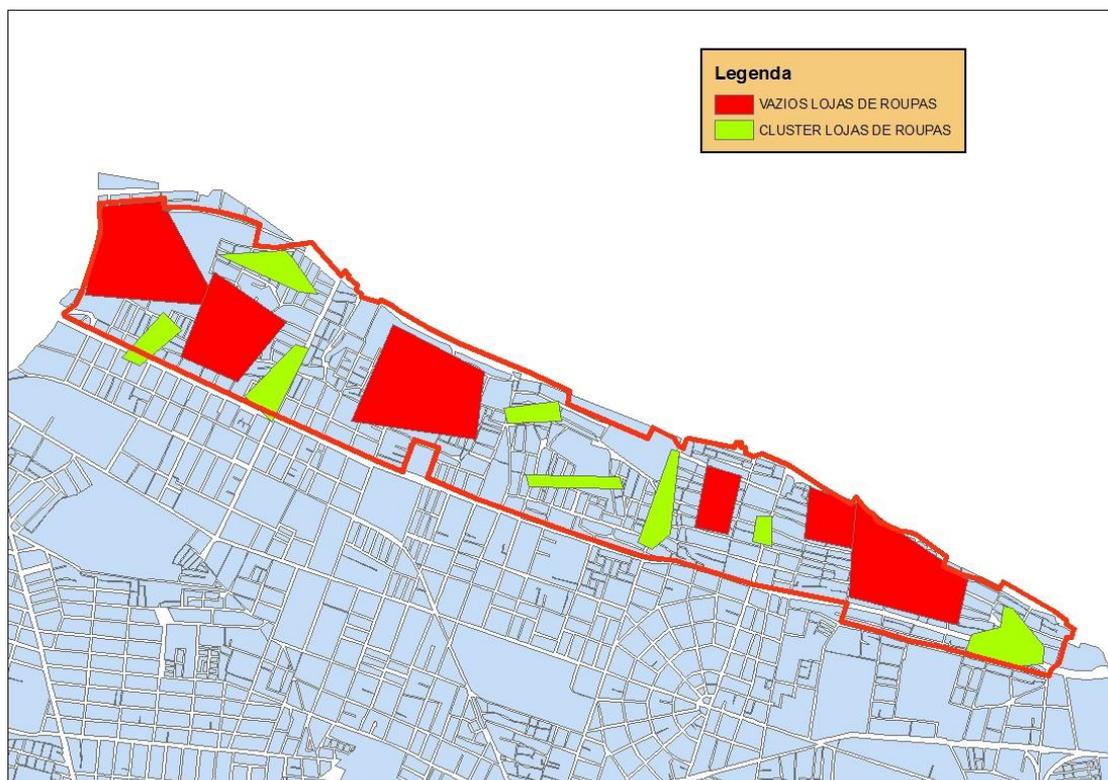
Fonte: Elaborado pelos autores através do software Arcgis (2019).

**Figura 36** – Vazio e *clusters* de livrarias da ZEIS Pirambu



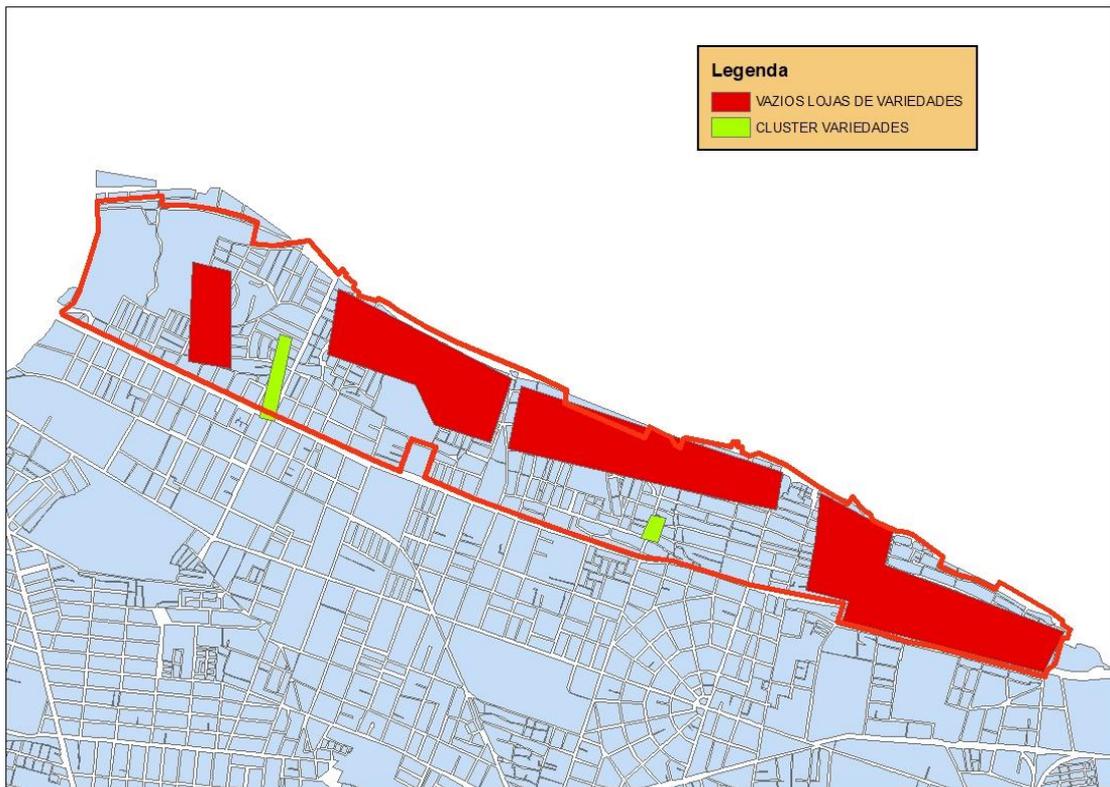
Fonte: Elaborado pelos autores através do software Arcgis (2019).

**Figura 37** – Vazio e *clusters* de lojas de roupas da ZEIS Pirambu



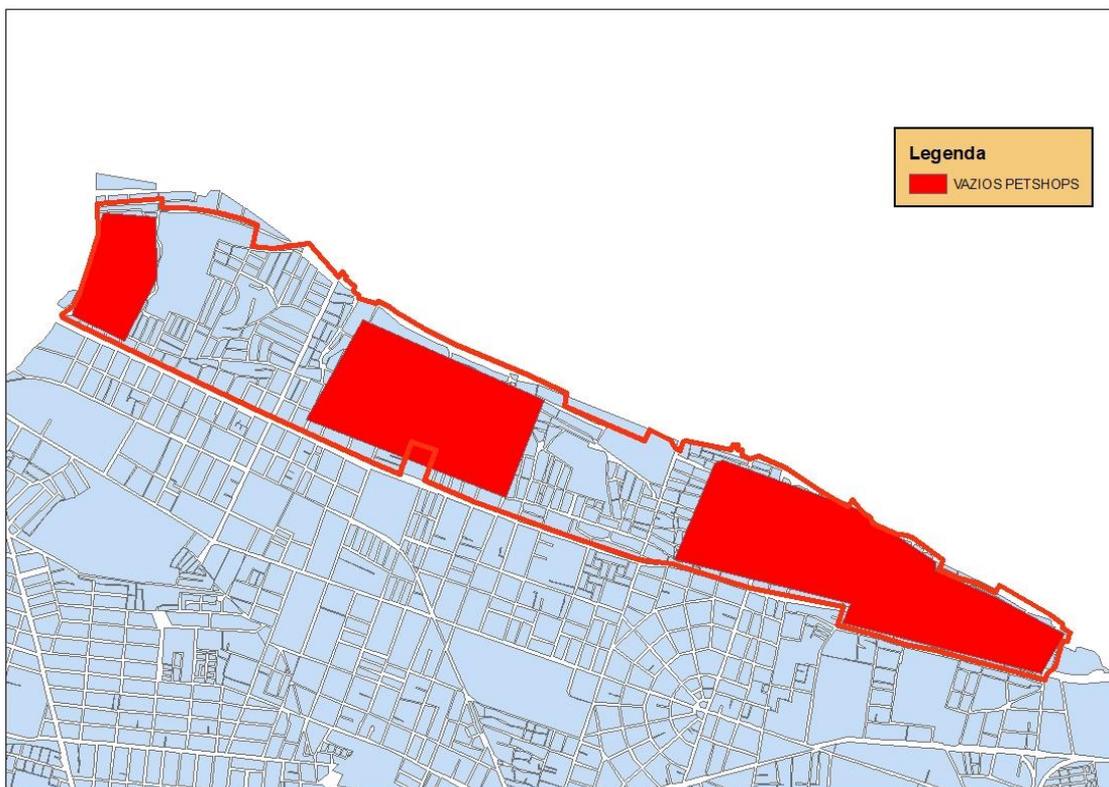
Fonte: Elaborado pelos autores através do software Arcgis (2019).

**Figura 38** – Vazio e *clusters* de lojas de variedades da ZEIS Pirambu



Fonte: Elaborado pelos autores através do software Arcgis (2019).

**Figura 39** – Vazio de pet shops da ZEIS Pirambu



Fonte: Elaborado pelos autores através do software Arcgis (2019).

Percebe-se que, em alguns mapas, os vazios representam a maior parte do território, como é o caso das borracharias (Figura 18), dos bancos e lotéricas (Figura 22) e das livrarias (Figura 24). Esse mapeamento permite que a comunidade compreenda mais sobre como os espaços se organizam, dentro da própria ZEIS, e quais as necessidades mais relevantes em uma região ou outra. É necessário ressaltar que os mapas foram construídos através das informações coletadas por meio da cartografia virtual, realizada através das plataformas Google Maps e Google Earth, e da cartografia comunitária, realizada através de encontros de discussões na própria ZEIS.

Assim, o mapeamento das atividades econômicas representa uma fotografia momentânea dos empreendimentos e negócios no espaço da ZEIS. A cada inserção de um negócio nas plataformas mencionadas acima, surgem novos mapas e novas fotografias desse espaço dinâmico.

## **6. PERFIL SOCIOECONÔMICO DA ZEIS**

### **6.1 EXTENSÃO, POPULAÇÃO, RENDA, FAMÍLIAS, IMÓVEIS E DESOCUPAÇÃO**

Segundo o Relatório Fortaleza 2040 (IPLANFOR, 2015), a ZEIS Pirambu possui a maior dimensão territorial em comparativo às outras ZEIS de Fortaleza, com uma dimensão de 2.824.381,72 m<sup>2</sup>, ou de 281,83 hectares, segundo o Diagnóstico Físico-ambiental. Abarcando porções dos bairros Pirambu, Cristo Redentor e Barra do Ceará, a ZEIS Pirambu possui também o maior número de habitantes, com um total de 92.292 (IPLANFOR, 2015). Esses valores a classificam como uma ZEIS de elevada população e com grande dimensão territorial, apresentando uma densidade habitacional de 32,67 hab/km<sup>2</sup> e uma taxa de ocupação de 90,51%.

Para caracterização econômica, os dados levantados a partir do Censo de 2010 apresentam informações acerca da classe de rendimento nominal mensal agregado dos domicílios presentes na Zona de Influência Econômica da ZEIS, a qual abarca os bairros Pirambu, Cristo Redentor e Barra do Ceará. Com relação à renda, a Tabela 12 mostra que a média salarial dos domicílios em 2010 se encontrava em R\$ 1.170,50, isto é, R\$ 1.984,84 em valores atualizados para o ano de 2019.

**Tabela 12 – Domicílios Particulares Permanentes x Classes de Rendimento  
Zona de Influência Econômica da ZEIS Pirambu - 2010**

<b>Classes de rendimento nominal mensal domiciliar</b>	<b>Total</b>	<b>Média (R\$)</b>	<b>2019 (R\$)*</b>	<b>%</b>
<b>Total:</b>	32.291	1.170,50	1.984,84	100
Até 1/4 de salário mínimo	461	88,45	149,99	1,43
Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	769	198,44	336,50	2,38
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	7.528	483,49	819,86	23,31
Mais de 1 a 2 salários mínimos	10.284	854,78	1.449,47	31,85
Mais de 2 a 3 salários mínimos	5.524	1.318,78	2.236,27	17,11
Mais de 3 a 5 salários mínimos	4.105	1.986,85	3.369,13	12,71
Mais de 5 a 10 salários mínimos	1.857	3.422,38	5.803,37	5,75
Mais de 10 a 15 salários mínimos	277	6.104,38	10.351,27	0,86
Mais de 15 a 20 salários mínimos	95	8.668,66	14.699,55	0,29
Mais de 20 a 30 salários mínimos	35	12.214,60	20.712,45	0,11
Mais de 30 salários mínimos	19	22.889,47	38.813,98	0,06
Sem rendimento	1.337	0	0	4,14
Sem declaração	-	-	-	-

Fonte: IBGE – Censo Demográfico.

\* Fator de correção Ano 2019 = 1,6957133.

De acordo com a tabela, ao se olhar para constituição dos estratos mais carentes, observa-se que 8.758 domicílios (27,12%) ganhavam até um salário mínimo, o que pode indicar a priori um conjunto de domicílios mais suscetíveis à vulnerabilidade econômica. Por conseguinte, quando verificado o percentual de indivíduos que se encontram abaixo da linha de pobreza na Zona de Influência Econômica, essa taxa é significativamente alta para os três bairros analisados. Primeiramente, o Pirambu é o 8º bairro em Fortaleza com maior percentual de sua população vivendo em situação de extrema pobreza, com um total de 1.831 indivíduos (10,30%). Em seguida, Barra do Ceará (6,64%) e Cristo Redentor (5,99%) apresentam taxas relativamente altas, com cerca de 4.808 e 1.601 pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza, respectivamente. Para efeitos comparativos, a cidade de Fortaleza, de forma geral, apresenta 5,46% de sua população em condição de extrema pobreza (IPLANFOR, 2015).

Ainda de acordo com os dados da tabela, cerca de 4% dos domicílios dos bairros, somando 1.337 residências, não possuíam qualquer tipo de rendimento. Ademais, os estratos de rendimento entre 1/2 e 2 salários mínimos apresentaram o maior número de domicílios. De modo acumulado, cerca de 55% dos domicílios dos bairros possuíam um rendimento total de até 2 salários mínimos. A partir dos dados levantados em campo, esse percentual encontrou-se equiparado aos dados do Censo, com cerca de 50% dos domicílios pesquisados.

Os dados equivalentes apresentados pela pesquisa de campo revelam uma estagnação da situação socioeconômica das famílias na ZEIS. Apesar da redução no valor da renda familiar dos últimos anos no Brasil, em especial nos estados nordestinos, essa redução parece não ter afetado a condição das famílias com menor nível de renda. Todavia, quando observados os estratos de 2 a 5 salários mínimos, os dados do campo demonstram uma representatividade de 40,8% da amostra, muito superior aos 29,82% levantados pelo Censo de 2010. Assim, por conta da manutenção de uma renda domiciliar média entre os grupos menos abastados entre 2010 a 2019, tal fato pode evidenciar que os grupos de renda mais elevados foram os mais atingidos pela redução da renda nos últimos anos.

Quanto ao rendimento dos habitantes por faixa etária, como é possível observar na Tabela 13, 58.330 indivíduos declararam possuir algum rendimento. A representatividade dos estratos não se distribui de modo uniforme, com uma maior concentração de indivíduos com rendimento entre 20 e 49 anos (69,11%). De modo contrário, a representatividade de ambos os sexos é praticamente similar (51,59% para homens e 48,40% para mulheres); entretanto, entre a faixa etária da terceira idade, a representatividade das mulheres com algum rendimento torna-se mais elevada que a população masculina: 58,42% da população acima de 60 anos com renda era composta por mulheres em 2010. Tal resultado demonstra que a distribuição do rendimento por grupos de idades entre os sexos é semelhante durante a fase economicamente ativa da vida (entre 15 e 60 anos), mas durante a terceira idade a representatividade do público feminino torna-se maior.

**Tabela 13 – Pessoas com Rendimento x Grupo de Idade x Sexo  
Zona de Influência Econômica da ZEIS Pirambu - 2010**

Grupo de idade	Total		Homens		Mulheres	
	Total	%	Total	%	Total	%
<b>Total:</b>	58.330	100	30.094	100	28.236	100
10 a 14 anos	613	1,05	307	1,02	306	1,08
15 a 16 anos	2.634	4,52	1.415	4,70	1.219	4,32
17 a 18 anos	994	1,70	531	1,76	463	1,64
18 ou 19 anos	1.640	2,81	884	2,94	756	2,68
20 a 24 anos	7.490	12,84	4.065	13,51	3.425	12,13
25 a 29 anos	8.033	13,77	4.303	14,30	3.730	13,21
30 a 34 anos	7.199	12,34	3.819	12,69	3.380	11,97
35 a 39 anos	6.391	10,96	3.367	11,19	3.024	10,71
40 a 44 anos	6.131	10,51	3.242	10,77	2.889	10,23
45 a 49 anos	5.067	8,69	2.704	8,99	2.363	8,37
50 a 54 anos	3.697	6,34	1.978	6,57	1.719	6,09
55 a 59 anos	2.763	4,74	1.438	4,78	1.325	4,69

60 a 69 anos	4.319	7,40	1.977	6,57	2.342	8,29
70 anos ou mais	3.993	6,85	1.479	4,91	2.514	8,90

Fonte: IBGE – Censo Demográfico.

A Tabela 14, abaixo, apresenta o perfil de rendimento da população da Zona de Influência Econômica da ZEIS Pirambu. A partir da tabela, observa-se que o rendimento mensal dos habitantes ficou abaixo de um salário mínimo, cerca de R\$ 384,90 em 2010 e R\$ 652,70 em valores atualizados para o ano de 2019. Todavia, cerca de 40,77% dos indivíduos (40.156) não possuíam algum tipo de renda, sendo as mulheres o grupo mais vulnerável: 24,29% da população feminina sofrem com a falta de rendimento frente a 16,49% dos homens. Ademais, as mulheres ganham, em média, 35,61% a menos do que os homens, com um valor mensal de R\$ 517,90 (valor corrigido para 2019); enquanto, por outro lado, os homens ganham em média R\$ 804,40 (corrigido para 2019).

**Tabela 14 – Pessoas (10 anos ou mais) x Classe de Rendimento x Sexo  
Zona de Influência Econômica da ZEIS Pirambu - 2010**

Classes de rendimento nominal mensal	Total				Homens				Mulheres			
	Total	Média (R\$)	2019 (R\$)*	%	Total	Média (R\$)	2019 (R\$)*	%	Total	Média (R\$)	2019 (R\$)*	%
<b>Total:</b>	98.486	384,9	652,7	100	46.330	474,4	804,4	100	52.156	305,4	517,9	100
Até 1/4 de SM	2.880	81,7	138,5	2,92	708	76,4	129,6	0,72	2.172	83,4	141,4	2,21
Mais de 1/4 a 1/2 SM	3.622	202,5	343,3	3,68	1.269	212,0	359,5	1,29	2.353	197,3	334,6	2,39
Mais de 1/2 a 1 SM	33.479	489,1	829,4	9	16.478	492,4	834,9	16,73	17.001	486,0	824,1	6
Mais de 1 a 2 SM	13.331	758,5	1.286	13,5	8.212	769,3	1.304	8,34	5.119	741,2	1.256	5,20
Mais de 2 a 3 SM	2.469	1.333	2.261	4	1.683	1.337	2.267	1,71	786	1.325	2.248	0,80
Mais de 3 a 5 SM	1.702	2.009	3.407	1,73	1.156	2.012	3.412	1,17	546	2.002	3.396	0,55
Mais de 5 a 10 SM	713	3.546	6.013	0,72	489	3.531	5.987	0,50	224	3.579	6.070	0,23
Mais de 10 a 15 SM	73	6.251	10.599	0,07	50	6.256	10.608	0,05	23	6.240	10.581	0,02
Mais de 15 a 20 SM	36	8.891	15.077	0,04	28	8.717	14.783	0,03	8	9.500	16.109	0,01
Mais de 20 a 30 SM	13	12.739	21.602	0,01	10	12.410	21.043	0,01	3	13.836	23.463	0,00
Mais de 30 SM	12	2.2500	38.153	0,01	11	21.818	36.997	0,01	1	30000	50.871	0,00
Sem rendimento	40.156	-	-	40,7	16.236	-	-	16,4	23.920	-	-	24,2

Fonte: IBGE – Censo Demográfico.

\* Fator de correção Ano 2019 = 1,6957133.

Somado a isso, cerca de 40% da população (39.981) da Zona de Influência Econômica recebe até no máximo um salário mínimo, sendo esse percentual maior entre o público feminino: 21.526 mulheres (51,27%) ganham até um salário. Esses dados revelam a existência de uma situação de fragilidade econômica na qual os moradores podem encontrar-se: alta taxa de habitantes sem rendimento (40,7%) ou com baixo nível de remuneração nominal (até um salário mínimo). Do mesmo modo, a existência de uma parcela significativa da população que se encontra em estado de dependência, desemprego ou de desalento, isto é, aquelas pessoas que desistiram de procurar trabalho, indica a presença de uma alta taxa de indivíduos que podem se encontrar em situação de vulnerabilidade financeira.

Para o ano de 2019, dados coletados no *survey* com os habitantes da ZEIS revelam-se elevados, porém menores que os levantados pelo Censo. Cerca de 20,90% dos moradores não trabalham ou não estudam. Todavia, esse valor é ainda mais elevado para as mulheres (27,34%) do que em comparação aos homens (9,59%) em situação de ausência de trabalho ou estudo ( $t(194) = 3,37$ ;  $p = 0,001$ ). No entanto, não há uma grande diferença entre homens e mulheres em relação à situação de estudo, tendo como percentual de respondentes do sexo feminino que apenas estudam cerca de 23,4% e 20,5% apresentado pelos respondentes do sexo masculino. Apesar disso, os dados de campo reforçam a condição de vulnerabilidade econômica na qual as mulheres da ZEIS Pirambu podem se encontrar.

Os valores apresentados nas tabelas anteriores, baseadas no Censo 2010, encontram ressonância na Tabela 15 de rendimentos domiciliares e rendimentos per capita do *survey* realizado em 2019 na ZEIS Pirambu.

**Tabela 15** – Rendimento domiciliar e per capita mensal – 2019

Variável	N	%	Mín	Máx	Média	Desvio Padrão	Média	Quartil 1	Quartil 2	Quartil 3
Renda Familiar Mensal	201	100	0,00	10000,00	2208,41	1653,02	1996,00	1000,00	1996,00	2994,00
Número de Pessoas no Domicílio	201	100	1	20	4,09	2,093	4,00	3,00	4,00	5,00
Número de Pessoas com Rendimento no Domicílio	201	100	0	12	2,09	1,397	2,00	1,00	2,00	2,00
Renda per Capita Mensal	201	100	0	2000,00	598,79	408,00	500,00	300	500	800
Número de Pessoas Maiores de 18 anos no Domicílio	201	100	0	11	3,08	1,448	3,00	2,00	3,00	4,00
Número de Pessoas Desempregadas no Domicílio	201	100	0	7	1,41	1,234	1,00	0,00	1,00	2,00

Fonte: Dados da pesquisa de campo (2019).

A Tabela 15 atualiza e complementa os dados levantados no Censo 2010. De acordo com os resultados, a renda familiar média é de R\$ 2.208,4, próxima ao valor corrigido pela inflação de R\$ 2.240,46 para 2010. A tabela também revela uma estagnação da situação econômica das famílias em relação à pesquisa anterior, o que pode ser constatado comparando-se o limite superior de todos os quartis<sup>13</sup> nos dois períodos. Todavia, em virtude da estagnação da renda nos domicílios, há uma diminuição considerável no valor da renda média per capita. Em comparativo, enquanto esse valor em 2010 representava R\$ 652,00 (valor atualizado para 2019), os dados levantados em campo atestaram uma renda per capita de R\$ 598,79.

Mesmo diante da relativa estabilidade econômica encontrada nos bairros, verifica-se que o limiar da renda acompanhou um fator de crescimento próximo à inflação do decênio. Tal fator de correção, todavia, pode não representar uma manutenção das condições de vida, uma vez que a inflação para populações de baixa renda é mais alta do que para os estratos sociais mais elevados (DIEESE, 2016). Em virtude da composição dos alimentos apresentarem uma maior relevância no orçamento familiar de pessoas de baixa renda, esse público é, em geral, o mais afetado por choques de oferta no preço dos bens de consumo básico. Nesse sentido, em vez de ter se mantida constante em razão da correção monetária, a condição de vida dessas pessoas pode ter piorado em decorrência da queda da renda real disponível para consumo.

Com relação à composição da renda familiar dos moradores da ZEIS Pirambu, nota-se que, em média, moram 4 pessoas por domicílio. A respeito da situação laboral dos indivíduos, observa-se que, em média, existem mais pessoas com rendimento (2,09) do que sem rendimento (1,49) em idade economicamente ativa. Vale ressaltar ainda que, de acordo com o *survey* realizado, estar desempregado não indica necessariamente não possuir rendimento ao longo no mês.

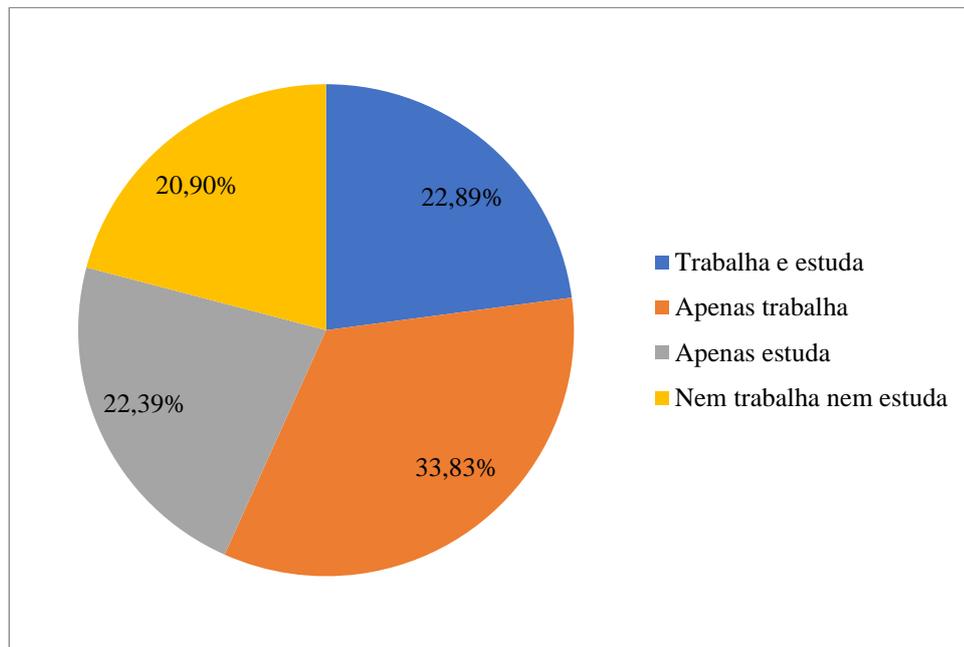
### 6.1.1 Perfil de trabalho

Confirmando os dados de desocupação apresentados anteriormente, 22,39% dos respondentes indicaram não trabalhar ou apenas estudar (Gráfico 5). O maior percentual é de pessoas que só trabalham (33,83%), acompanhado das pessoas que concomitantemente estudam e trabalham (22,9%). Apesar disso, ainda é elevado o número de indivíduos que não trabalham e não estudam (20,90%).

---

<sup>13</sup> Conceito estatístico que representa qualquer um dos três valores que divide o conjunto ordenado de dados em quatro partes iguais, e assim cada parte representa 1/4 da amostra ou população.

**Gráfico 5 – Situação econômica da amostra - 2019**

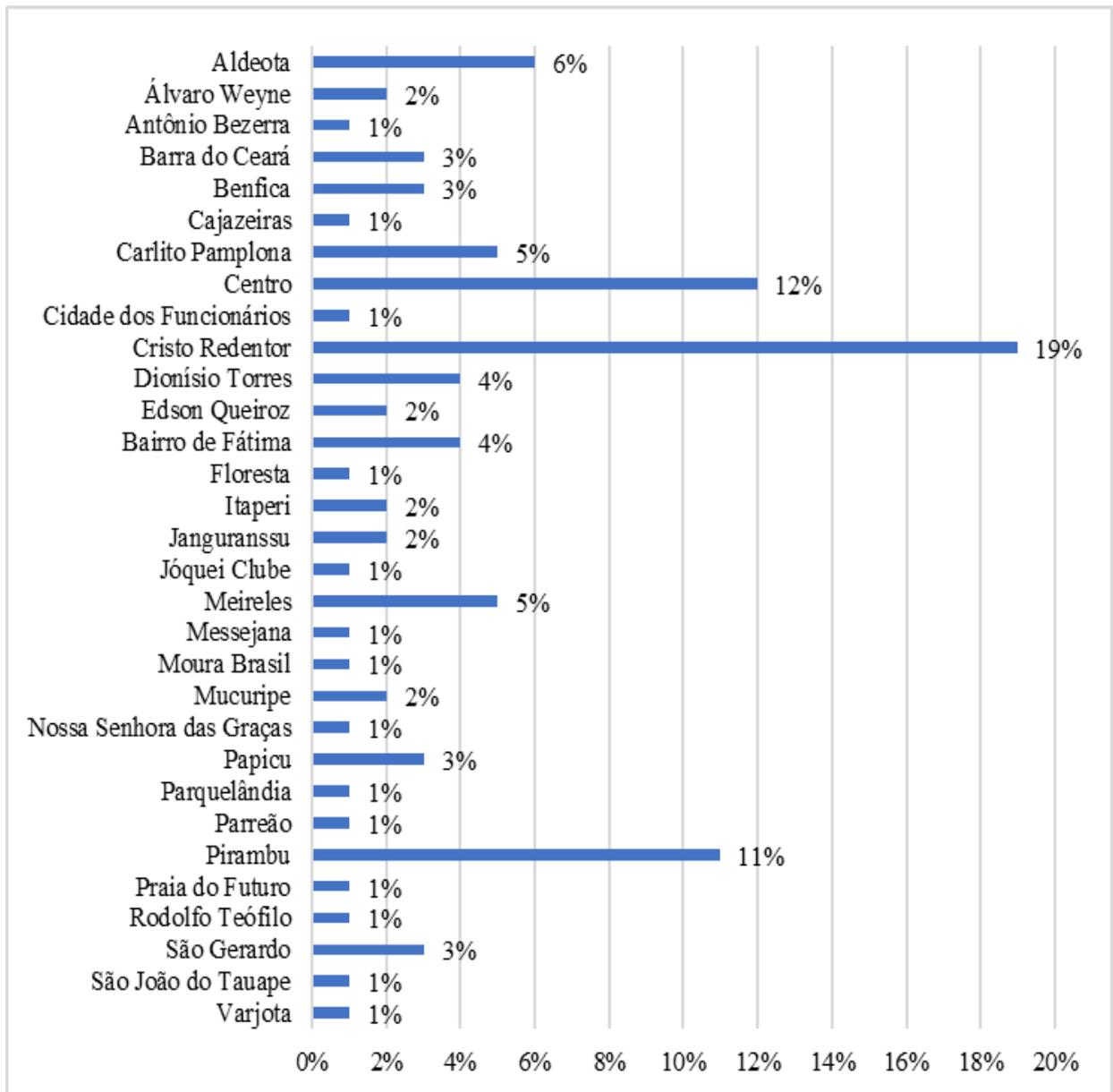


Fonte: Dados da pesquisa de campo (2019).

A composição dos indivíduos que apresentam maior taxa de afastamento dos estudos e do trabalho refere-se às pessoas que não completaram o ensino médio (34,3%) ( $F(2,198) = 12,377$ ;  $p = 0,00$ ) e pessoas acima de 41 anos (45,1%) ( $F(2,181) = 9,654$ ;  $p = 0,00$ ). Esses dados lançam luz sobre uma dificuldade que esses grupos podem estar encontrando para reinserir-se no mercado trabalho ou retornar aos estudos. Por fim, a diferença entre homens e mulheres também foi analisada. Os resultados do teste estatístico indicam haver uma diferença significativa entre homens (9,6%) e mulheres (27,3%) que não trabalham e não estudam ( $t(199) = 3,030$ ; Sig. < 0,01). Com efeito, é possível afirmar que as mulheres também pertencem ao grupo de moradores mais vulneráveis às variações econômicas. A ausência de formação educacional básica, aliada à falta de emprego, dificultam a absorção desses grupos pelo mercado, prejudicando ainda mais a sua renda e a condição de subsistência do local.

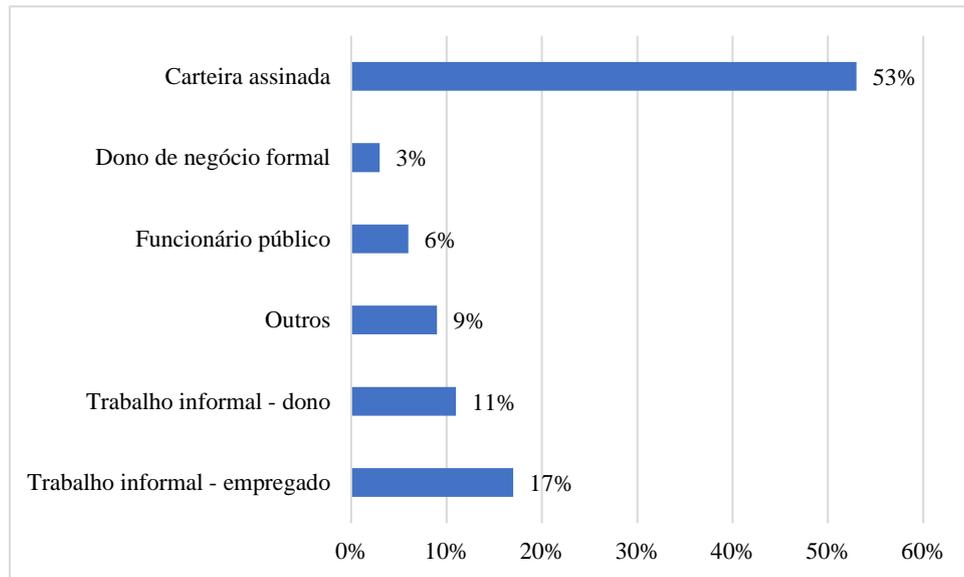
Por outro lado, 70% da amostra possuem algum vínculo empregatício formal ou informal. Além disso, existe um grande número de trabalhadores que atuam em bairros fora da ZEIS, entre os quais 56,3% utilizam o ônibus como meio de transporte rotineiramente. Os pesquisados que se deslocam a pé para os seus trabalhos representaram 32% da amostra. O Gráfico 6, a seguir, apresenta os bairros onde são desempenhadas as atividades remuneradas dos respondentes da pesquisa.

**Gráfico 6 – Bairros onde trabalham os residentes da ZEIS Pirambu - 2019**



Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Na ZEIS Pirambu, 55,96% da mão de obra têm carteira assinada. No entanto, ainda é relevante a parcela que trabalha na informalidade, tanto como empregado ou como dono de negócios, representando 26,60% dos que trabalham. Os demais são estagiários, bolsistas ou trabalham de forma avulsa. Como revela o Gráfico 7, a seguir, o restante da amostra é composto, em menor número, por proprietários de negócios formais e funcionários públicos.

**Gráfico 7 – Perfil dos vínculos empregatícios da amostra -2019**

Fonte: Dados da pesquisa de campo (2019).

A dualidade entre trabalhadores formais e informais fica evidente a partir da comparação da produtividade desses setores. Quem possui uma situação de trabalho formalizada apresenta, em média, um nível salarial (R\$ 821,61) mais elevado do que quem possui uma situação de trabalho informal (R\$ 529,28) ( $t(111) = 3,364$ ;  $p = 0,001$ ). Em grande medida, as atividades desempenhadas pelos respondentes que trabalham de modo informal abrangem a área de confecção, comércio, marcenaria e mecânica. Entretanto, atividades com baixa qualificação profissional são as que mais se destacam, em especial a de vendedor ambulante.

Nesse sentido, é evidente a composição da informalidade na comunidade baseada em pequenas firmas de propriedade familiar, fundadas em trabalho autônomo (catadores, vendedores ambulantes), atuando em mercados altamente concorrenciais e cuja qualificações e padrões tecnológicos utilizados se encontram à margem dos circuitos oficiais (NOGUEIRA, 2019). Como consequência, os empreendimentos desempenhados pelos moradores são, em geral, por subsistência ou guiados pela ocupação da “economia das brechas”, voltados ao atendimento das demandas da própria comunidade. Dessa forma, os moradores encontram nesses negócios meios de subsistência a partir da ausência de atividades econômicas formalizadas no local. Essas particularidades permitem compreender a baixa produtividade que caracteriza o setor informal, cuja renda auferida representa um percentual 35,58% menor do que a renda no setor formal.

No entanto, vale ressaltar o baixo número de negócios formalizados, compondo apenas 3% da amostra, cerca de 8 pontos percentuais menor que a representatividade de

negócios informais. Tal disparidade pode estar relacionada à dificuldade de regularização dos prestadores de serviços, seja por desconhecimento dos respondentes, seja pelos altos custos relacionados à manutenção e abertura de negócios formais. Além disso, Nogueira (2019) observa que, em virtude da negligência do Estado em comunidades em contextos socioeconômicos de pobreza, há uma barreira institucional manifestada pela visão do Estado como “inimigo” dessas populações, o que dificulta a formalização dos negócios informais.

### 6.1.2 Capacidades e habilidades

As capacidades e as habilidades dos respondentes foram perscrutadas por meio de cinco grandes dimensões, quais sejam: atividades artísticas; atividades manuais; atendimento; saúde e ensino. Os resultados dessas dimensões estão sintetizados na Tabela 16.

**Tabela 16 – Capacidades e habilidades - 2019**

Medidas	Atividades Artísticas	Atividades Manuais**	Atendimento**	Saúde**	Ensino
Média	1,85	2,12	2,36	1,65	1,87
Mediana	2,00	2,00	3,00	1,00	2,00
Moda	1	3	3	1	1
Desvio padrão	0,823	0,818	0,808	0,865	0,874

\*\* Atividades manuais, Atendimento e Saúde apresentaram médias estatisticamente iguais, ao passo que revelaram médias significativamente diferentes das demais habilidades (Sig. < 0,001)

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Os respondentes declararam possuir mais habilidade e competência nas categorias de atividades profissionais ligadas a atendimento (média = 2,36) e atividades manuais (2,12). Quando analisadas as relações das capacidades com as variáveis sociodemográficas, observa-se a diferenciação destas para grupos específicos de idade, de escolaridade e de sexo. Para as habilidades relacionadas à saúde, verificou-se a diferença de médias entre homens e mulheres ( $F(1, 199) = 3,910$ ;  $p = 0,049$ ), com as mulheres (média = 1,74) declarando possuir mais habilidade para elas (média = 1,49).

Em seguida, para habilidades manuais, observa-se que aqueles que possuem grau de instrução até o ensino médio incompleto relataram maior média (média = 2,33) do que pessoas com ensino médio completo (média = 2,11) ou com ensino superior (média = 1,94) ( $F(2, 198) = 3,927$ ;  $p = 0,021$ ). Do mesmo modo, indivíduos acima de 45 anos relataram maiores habilidades em profissões manuais (média = 2,45) do que as contrapartes mais jovens ( $F(3, 197) = 4,118$ ;  $p = 0,007$ ). Por fim, as habilidades relacionadas ao ensino apresentaram

associação com o nível de escolaridade, com pessoas que possuem grau de instrução com ensino superior completo ou incompleto (média = 2,46), declarando possuir maior habilidade com atividades relacionadas ao ensino do que quem possuía o ensino médio completo (média = 1,67) ou incompleto (média = 1,45) ( $F(2, 198) = 33,497; p = 0,000$ ).

## 6.2 ÍNDICES DE COMPETITIVIDADE, IDH E ESCOLARIDADE

Segundo o relatório da análise de competitividade dos bairros de Fortaleza feito pela Prefeitura de Fortaleza (IPLANFOR, 2015), os bairros componentes da ZEIS Pirambu diferem razoavelmente no que tange a seus índices. No caso do índice de fatores econômicos, o bairro Pirambu (32,77) apresenta o pior resultado entre os bairros que compõem a ZEIS, classificado como 77º melhor bairro da cidade de Fortaleza. Este índice refere-se a: i) renda média mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade; ii) percentual da população de 10 anos ou mais com rendimento superior a dois salários mínimos; iii) participação de uma faixa etária mais produtiva (19 a 40 anos) dentro da população em idade ativa. Isso implica que os bairros sobre os quais a ZEIS Pirambu se encontra apresentam cenários díspares em relação aos bairros mais abastados da cidade, sendo o Pirambu a região socialmente mais frágil.

Com relação ao índice de fatores sociais, a ZEIS Pirambu apresenta os três bairros no último quartil dentre os 119 bairros da capital: Cristo Redentor (91º), Barra do Ceará (93º) e Pirambu (114º). Esse índice é formado pelas seguintes variáveis: i) percentual da população alfabetizada de 15 anos ou mais; ii) razão de dependência; iii) taxa de homicídios por 100 mil habitantes; iv) Índice de Desenvolvimento Humano por bairro (IDH-B).

A partir do índice referente às condições dos domicílios, a posição dos bairros que compõem a ZEIS Pirambu encontra-se com menor diferenciação entre si; todavia, a posição do bairro Pirambu (69,37) encontra-se, novamente, mais fragilizada para esse índice, com a 66ª colocação em Fortaleza. Este índice é formado por: i) média de moradores por domicílio; ii) percentual de domicílios com renda per capita de até ½ salário mínimo; iii) percentual de domicílios ligados à rede geral de esgoto; iv) percentual de domicílios ligados à rede geral de água; v) percentual de domicílios com serviço de coleta de lixo.

A partir do índice que mensura a densidade de mercado, tem-se que, em virtude da alta densidade populacional e da alta concentração de residências com rendas, o bairro Pirambu (42,63) encontra-se entre os dez maiores de Fortaleza (8º). Este índice é formado pelas seguintes variáveis: i) densidade populacional; ii) densidade da renda; iii) renda média mensal total.

A metodologia empregada pela Prefeitura se utiliza desses 4 índices para formar um índice de competitividade local (Tabela 17) por bairro, bem como um geral para Fortaleza, com o objetivo de analisar a competitividade da cidade, determinando o papel da Gestão Municipal na sua potencialização, servindo também para orientar políticas de desenvolvimento do Município. Isso permite que a aplicação dos recursos públicos melhore seu ambiente competitivo e, deste modo, favoreça a criação de empregos e novas empresas, além de promover a melhoria da qualidade de vida e do desenvolvimento sustentável.

**Tabela 17 - Índice Local de Competitividade  
Zona de Influência Econômica ZEIS Pirambu – 2010**

<b>Barra do Ceará</b>															
<b>Índice Local de Competitividade</b>	<b>Fatores Econômicos</b>			<b>Fatores Sociais</b>				<b>Condições dos Domicílios</b>					<b>Dimensão do Mercado</b>		
	FC 01	FC 02	FC 03	FS 01	FS 02	FS 03	FS 04	CD 01	CD 02	CD 03	CD 04	CD 05	DM 01	DM 02	DM 03
	36,2	65,6	73,4	92,0	70,7	77,2	22,6	80,6	11,7	87,8	88,4	98,5	44,2	13,1	12,87
50,18	36,25			65,67				73,44					25,37		
<b>Cristo Redentor</b>															
<b>Índice Local de Competitividade</b>	<b>Fatores Econômicos</b>			<b>Fatores Sociais</b>				<b>Condições dos Domicílios</b>					<b>Dimensão do Mercado</b>		
	FC 01	FC 02	FC 03	FS 01	FS 02	FS 03	FS 04	CD 01	CD 02	CD 03	CD 04	CD 05	DM 01	DM 02	DM 03
	34,3	66,8	73,0	90,6	65,3	85,0	26,6	77,9	11,5	86,5	90,0	99,3	72,9	15,9	9,49
51,79	34,37			66,89				73,09					32,08		
<b>Pirambu</b>															
<b>Índice Local de Competitividade</b>	<b>Fatores Econômicos</b>			<b>Fatores Sociais</b>				<b>Condições dos Domicílios</b>					<b>Dimensão do Mercado</b>		
	FC 01	FC 02	FC 03	FS 01	FS 02	FS 03	FS 04	CD 01	CD 02	CD 03	CD 04	CD 05	DM 01	DM 02	DM 03
	32,2	55,8	69,3	88,2	61,3	49,7	24,1	78,6	10,2	76,2	84,6	97,1	100	19,4	8,46
50,03	32,27			55,85				69,37					42,63		

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Econômico – Prefeitura Municipal de Fortaleza. Baseado no Censo IBGE 2010.

Os números mostram que, na zona de interesse desse diagnóstico, tem-se um índice de competitividade abaixo do potencial comercial e turístico da área, com uma baixa variabilidade entre os bairros que compõem a ZEIS, apesar de o Pirambu (50,03) encontrar-se em pior situação. Dessa forma, evidencia-se a alta homogeneidade final dos índices entre os bairros, embora esses valores ainda sejam baixos. Esses índices demonstram que os focos de diversas ações devem ser voltados ao aumento dos indicadores referentes aos fatores econômicos, fatores sociais e densidade de mercado. Além disso, ressalta-se a necessidade de

melhorias nas condições econômicas dos domicílios, diminuindo o percentual de famílias com renda per capita de até 1/2 salário mínimo, uma vez que os dados de campo salientam que estes itens apresentaram um crescimento elevado nos últimos anos.

Com relação ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), a Tabela 18 revela uma variação entre os bairros componentes da ZEIS, embora todos eles se encontrem no penúltimo ou último quartil em comparação aos demais bairros da capital.

**Tabela 18 – IDH Detalhado da Zona de Influência Econômica ZEIS Pirambu - 2010**

<b>Barra do Ceará</b>				
<b>IDH</b>	<b>IDH - Educação</b>	<b>IDH - Longevidade</b>	<b>IDH - Renda</b>	<b>Posição no Município</b>
0,2157	0,924	0,233	0,047	99°
<b>Cristo Redentor</b>				
<b>IDH</b>	<b>IDH - Educação</b>	<b>IDH - Longevidade</b>	<b>IDH - Renda</b>	<b>Posição no Município</b>
0,2997	0,93	0,38	0,076	87°
<b>Pirambu</b>				
<b>IDH</b>	<b>IDH - Educação</b>	<b>IDH - Longevidade</b>	<b>IDH - Renda</b>	<b>Posição no Município</b>
0,2298	0,889	0,462	0,03	93°

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Econômico – Prefeitura Municipal de Fortaleza. Baseado no Censo IBGE 2010.

Com relação à educação, a população dos bairros é composta em sua maior parte por cidadãos sem formação educacional ou com fundamental incompleto, variando entre 50% e 30% da população residente. Entretanto, o número de pessoas com ensino médio completo e superior incompleto representa 25% das pessoas residentes, o que evidencia um aumento no nível da escolaridade local e um maior acesso por parte da população a cursos de ensino de formação superior.

### 6.3 VIOLÊNCIA: HOMICÍDIOS, FURTOS, ROUBOS DE AUTOMÓVEIS – SSPDS

Quanto à questão de segurança, efetuou-se um levantamento de dados junto à Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS) acerca de informações que possibilitassem a realização de um diagnóstico sobre os índices de violência local registrados no órgão já citado.

As categorias de crimes identificados nos registros da SSPDS-CE referem-se a: i) Crimes Violentos Letais Intencionais – CVLI; ii) Crimes Violentos Contra o Patrimônio; iii) Apreensão de Entorpecentes; iv) Apreensão de Armas; v) Furto; vi) Crimes Sexuais. A partir destas categorias, identificou-se que as estatísticas geradas no sistema deste órgão são divididas por Áreas Integradas de Segurança (AIS), as quais estão distribuídas por todo o estado do Ceará. Na cidade de Fortaleza, são delimitadas 10 AIS, sendo estas divididas por áreas geográficas. Desta forma, a ZEIS do Pirambu está inserida na AIS 4, que engloba os bairros: Álvaro Weyne, Carlito Pamplona, Centro, Farias Brito, Jacarecanga, Monte Castelo, Pirambu, São Gerardo e Vila Ellery; e na AIS 8, a qual engloba os seguintes bairros: Barra do Ceará, Cristo Redentor, Floresta, Jardim Guanabara, Jardim Iracema, Pirambu e Vila Velha.

Com base nos dados registrados nessas AIS, foi possível traçar um diagnóstico local acerca dos tipos de crimes com maiores e menores incidências na região. Vale ressaltar que os números levantados se referem a todos os bairros delimitados nas AIS 4 e AIS 8, fato este que não permite traçar o perfil exato de crimes cometidos apenas nos bairros Barra do Ceará, Pirambu e Cristo Redentor. Tais índices estão descritos na Tabela 19 abaixo:

**Tabela 19 - Resumo da ocorrência de Crimes por AIS em 2019**

Tipologia	Área Integrada de Segurança	
	AIS4*	AIS8**
Crimes Violentos Letais Intencionais	25	32
Ocorrências de Crimes Violentos contra o Patrimônio (CVP 1)	2.275	1.214
Ocorrências de Crimes Violentos contra o Patrimônio (CVP 2)	142	108
Apreensão de Cocaína (kg)	3,68	1,85
Apreensão de Armas de Fogo	53	41
Ocorrências de Furto	2.830	680
Número de Vítimas de Crimes Sexuais	39	33

Fonte: com base nos dados da SSPDS - CE (2019)

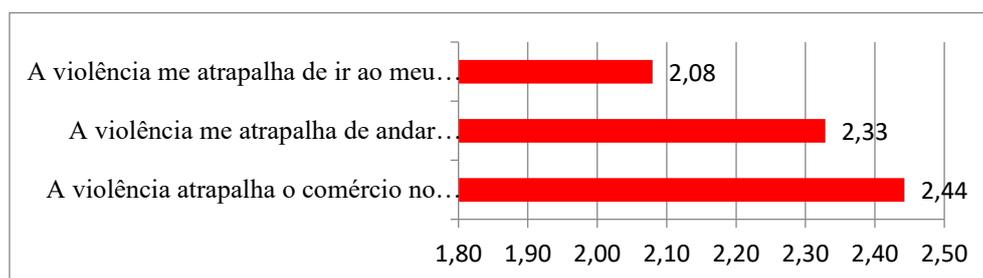
\*Compreende os seguintes bairros: Centro, Pirambu, Carlito Pamplona, Álvaro Weyne, Vila Ellery, Monte Castelo, Farias Brito, São Gerardo e Jacarecanga.

\*\* Compreende os seguintes bairros: Barra do Ceará, Vila Velha, Jardim Guanabara, Cristo Redentor, Pirambu, Floresta e Jardim Iracema.

A partir do exposto, é notório que as categorias de crimes mais registradas nas AIS 4 e AIS 8 são: ocorrências de Furto e ocorrências de Crimes Violentos contra o Patrimônio. As categorias de crimes com menos incidência referem-se a Apreensão de cocaína e Crimes Violentos Letais Intencionais. Esse diagnóstico demonstra que as políticas públicas de atuação na região devem ser intensificadas no combate aos crimes de maior incidência.

Além das medidas absolutas de violência, mensuradas por meio de dados reais de criminalidade, a percepção dos moradores dos bairros foi auferida com o intuito de verificar o seu impacto sobre as atividades cotidianas dos moradores. Com efeito, os respondentes indicaram a influência da violência sobre as seguintes atividades: andar pelo bairro, ir ao trabalho e sobre o comércio local. As médias de cada um dos itens podem ser observadas no Gráfico 8, a seguir.

**Gráfico 8 – Influência da violência sobre as atividades diárias - 2019**



Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Como o gráfico revela, para os moradores, a violência afeta os três espectros do cotidiano levantados pelo questionário. Com maior efeito, a violência atrapalha mais fortemente o comércio do bairro, seguido pela dificuldade em andar pelo bairro e de ir ao trabalho. Para se analisar a diferença estatística das médias dos três itens, um teste t para amostras em pares foi realizado, sendo as três médias estatisticamente distintas entre si. A Tabela 20 discrimina os resultados obtidos na análise.

**Tabela 20 – Percepção de violência - 2019**

Variável 1	Média	Desvio Padrão	Variável 2 e 3	Média	Desvio Padrão	t	Sig
A violência atrapalha o comércio no meu bairro	2,44	0,699	A violência me atrapalha de ir ao meu trabalho	2,08	0,833	7,124	0,000
			A violência me atrapalha de andar pelo meu bairro	2,33	0,801	2,268	0,024

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

De fato, a violência percebida sobre as atividades de comércio do bairro foi significativamente superior às demais atividades. Embora os respondentes, em geral, não tenham se sentido à vontade para dar mais informações sobre o porquê dessa percepção de violência acentuada sobre o comércio, algumas razões podem ser apontadas. Primeiramente, quando relacionada a si, os respondentes costumavam indicar haver alguma influência da

violência sobre o seu cotidiano. Embora com a integração dos moradores à comunidade e aos laços identitários que mantêm com ela, os respondentes relataram receio em transitar em certas áreas de dentro do território das ZEIS. Em segundo lugar, a violência acaba por prejudicar o comércio local ao criar obstáculos à vinda de pessoas de outros bairros. A violência que geralmente não se dirige aos moradores da própria ZEIS pode atingir visitantes de outras comunidades ou dificultar o acesso de fornecedores, por exemplo, impedindo o crescimento do comércio local.

#### 6.4 PERFIL POPULACIONAL EM TERMOS DE OCUPAÇÃO E RENDA

A partir da comparação dos dados levantados do Censo 2010 e aqueles coletados na pesquisa realizada em 2019, a condição de renda domiciliar e per capita da ZEIS Pirambu revelou o baixo crescimento real da renda ao longo da década na região, levando a uma situação de estagnação econômica das famílias. Uma série de fatores pode ser apontada para explicação dessa situação, como o baixo crescimento econômico recente, a elevação do nível de desemprego e a precarização das ocupações.

Do mesmo modo, o Dieese (2019) aponta como fator significativo a perda do dinamismo da política de valorização do salário mínimo a partir de 2014. De fato, quando comparado com os dados do último censo, as famílias apresentaram um baixo nível de elevação real da sua renda em 2019, ocasionando, além disso, a diminuição da renda per capita da região. Ainda de acordo com o Dieese (2019), a valorização real do salário mínimo possibilita um estímulo ao desenvolvimento local, uma vez que fortalece o mercado consumidor da região ao passo que promove a queda das desigualdades socioeconômicas.

Ademais, outro ponto relevante a considerar são as privações sobre as capacidades básicas e as liberdades efetivas que os indivíduos desfrutam (SEN, 2012). As restrições às liberdades políticas e os direitos civis básicos sistematicamente negados a essas populações dificultam qualquer ação que busca auxiliar o desenvolvimento econômico. De certo modo, tais fatores acabam por impactar a oportunidade de acesso a elementos constitutivos básicos aos moradores locais, como a educação. Como revela a Tabela 21, a seguir, cerca de 11,94% da população da Zona de Influência Econômica era analfabeta em 2010.

**Tabela 21 – Taxa de Analfabetismo x Grupo de Idade x Sexo  
Zona de Influência Econômica ZEIS Pirambu - 2010**

Idade	Total	Homem	Mulher
-------	-------	-------	--------

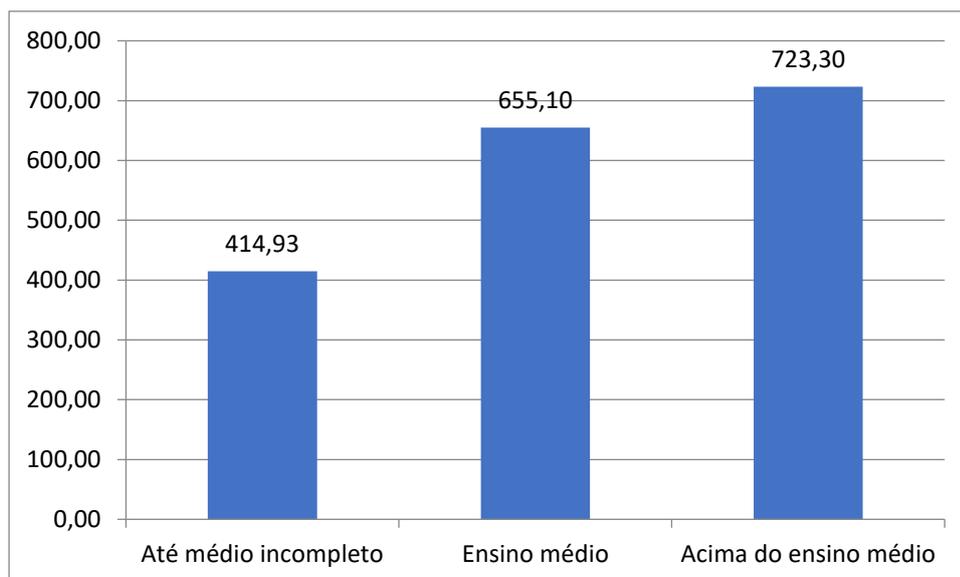
	<i>Total</i>	<i>Alfa</i>	<i>Não alfa</i>	<i>%</i>	<i>Total</i>	<i>Alfa</i>	<i>Não alfa</i>	<i>%</i>	<i>Total</i>	<i>Alfa</i>	<i>Não alfa</i>	<i>%</i>
Total	107.759	95.374	12.385	11,49	51.037	45.002	6.035	11,82	56.722	50.372	6.350	11,19
5 a 9 anos	9.273	6.262	3.011	2,79	4.707	3.106	1.601	3,14	4.566	3.156	1.410	2,49
10 a 14 anos	10.900	10.308	592	0,55	5.547	5.160	387	0,76	5.353	5.148	205	0,36
15 a 19 anos	11.480	11.163	317	0,29	5.664	5.471	193	0,38	5.816	5.692	124	0,22
20 a 24 anos	12.359	12.012	347	0,32	6.039	5.805	234	0,46	6.320	6.207	113	0,20
25 a 29 anos	11.213	10.784	429	0,40	5.416	5.167	249	0,49	5.797	5.617	180	0,32
30 a 34 anos	9.667	9.068	599	0,56	4.586	4.269	317	0,62	5.081	4.799	282	0,50
35 a 39 anos	8.409	7.716	693	0,64	3.964	3.584	380	0,74	4.445	4.132	313	0,55
40 a 44 anos	8.269	7.388	881	0,82	3.830	3.387	443	0,87	4.439	4.001	438	0,77
45 a 49 anos	6.921	6.078	843	0,78	3.207	2.781	426	0,83	3.714	3.297	417	0,74
50 a 54 anos	5.239	4.465	774	0,72	2.383	2.036	347	0,68	2.856	2.429	427	0,75
55 a 59 anos	3.976	3.191	785	0,73	1.748	1.421	327	0,64	2.228	1.770	458	0,81
60 a 64 anos	3.225	2.485	740	0,69	1.389	1.097	292	0,57	1.836	1.388	448	0,79
65 a 69 anos	2.336	1.623	713	0,66	944	668	276	0,54	1.392	955	437	0,77
70 a 74 anos	1.849	1.256	593	0,55	713	487	226	0,44	1.136	769	367	0,65
75 a 79 anos	1.198	730	468	0,43	443	287	156	0,31	755	443	312	0,55
80 anos ou mais	1.445	845	600	0,56	457	276	181	0,35	988	569	419	0,74

Fonte: IBGE (2010) – Censo Demográfico.

Além de uma quantidade expressiva de pessoas consideradas analfabetas, o percentual entre homens e mulheres mostrou-se similar, apresentando diferença relativamente superior para os homens entre as gerações com mais até 49 anos. Em 2019, cerca de 33% da amostra revelou não ter alcançado o ensino médio. A disparidade entre homens e mulheres mostra que, embora a mulheres sejam maioria no quesito do ensino médio incompleto (37,5% de mulheres frente a 26% de homens), não houve diferença significativa entre os sexos ( $t(1; 200) = 1,662$ ;  $p = 0,090$ ).

A importância da formação educacional da população se encontra na sua comprovada relação com o incremento de renda. A escolaridade é comumente destacada como processo de consecução de liberdades individuais, a qual é associada com a redução das privações econômicas e um incentivo ao desenvolvimento local. De fato, essa relação é observada dentro da amostra, cujo acesso a níveis mais elevados de escolaridade está correlacionado a maiores níveis de renda (Sig. < 0,01). O Gráfico 9, a seguir, revela a diferença de média entre os grupos de escolaridade dos moradores da ZEIS Pirambu.

### Gráfico 9 – Grau de escolaridade e renda - 2019



Post Hoc DMS:

Grupos 2 e 1 – Sig. = 0,002; Grupos 2 e 3 – Sig. = 0,597.

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

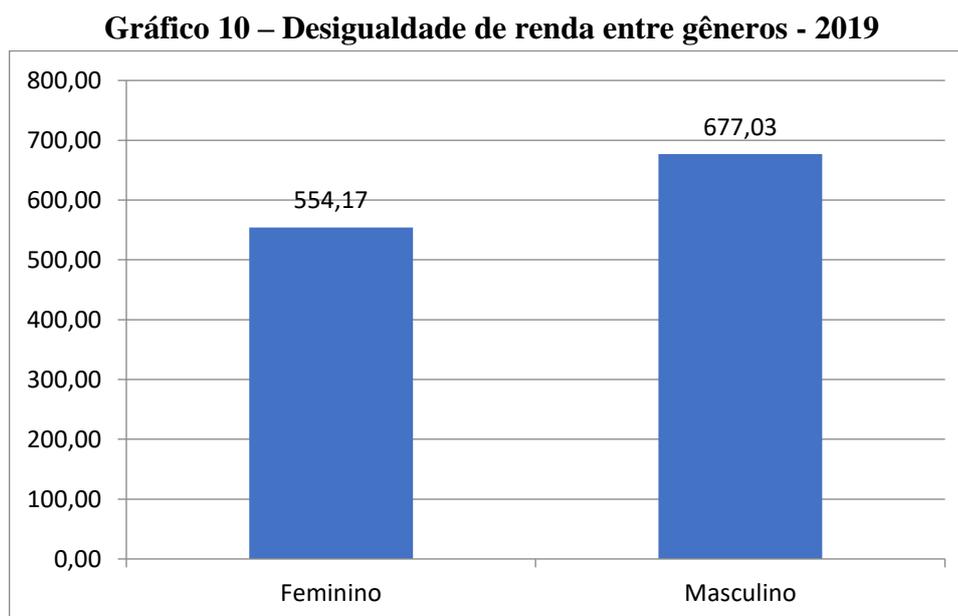
Como revela o gráfico, o efeito do grau de instrução apresentou uma característica ascendente em relação à renda individual. Com médias do terceiro grupo estatisticamente distintas do primeiro ( $F(2, 199) = 4,285$ ;  $p = 0,040$ ), isso revela que o aumento no nível de instrução tem impacto sobre a renda individual. Todavia, esses dados apresentam um fenômeno particular, uma vez que o retorno marginal por anos de estudo apenas indica grande impacto na renda a partir dos 12 anos de estudo. Com isto, um indivíduo que cursou até o ensino médio incompleto tem uma média salarial de R\$ 414,93, enquanto um indivíduo com ensino médio completo apresenta uma média salarial de R\$ 655,10.

Análises similares foram discutidas por Banerjee e Duflo (2011) em contextos econômicos marcados pela escassez de recursos. Os resultados encontrados pelos autores indicaram a existência de uma armadilha da pobreza especificamente no caso da escolaridade. Essa condição se caracteriza pela desproporcionalidade entre o esforço para a conclusão das etapas de formação educacional e o retorno adicional na renda dela derivada.

Considerando-se o alto valor econômico necessário para a formação educacional, composto não apenas pelo valor das mensalidades, matrículas, livros e transporte, mas pelo custo de oportunidade e tempo que ela demanda, há uma tendência em subvalorizar os ganhos futuros e sobrelevar os retornos imediatos. Alia-se a isso, além de uma herança histórica de reduzida formação formal que tem se arrastado ao longo das últimas décadas, a percepção de um custo-benefício financeiramente pouco vantajoso. A formação profissional não necessariamente garante uma vaga no mercado de trabalho, o que se transforma em mais um

grande esforço para o indivíduo. Esses fatores têm impellido a população a manter-se em níveis mais baixos de escolaridade.

Por outro lado, outro fator capaz de explicar a diferença de renda da amostra foi o sexo dos indivíduos ( $F(1, 199) = 4,285; p = 0,040$ ). O Gráfico 10, a seguir, revela a diferença de média de renda entre homens e mulheres.



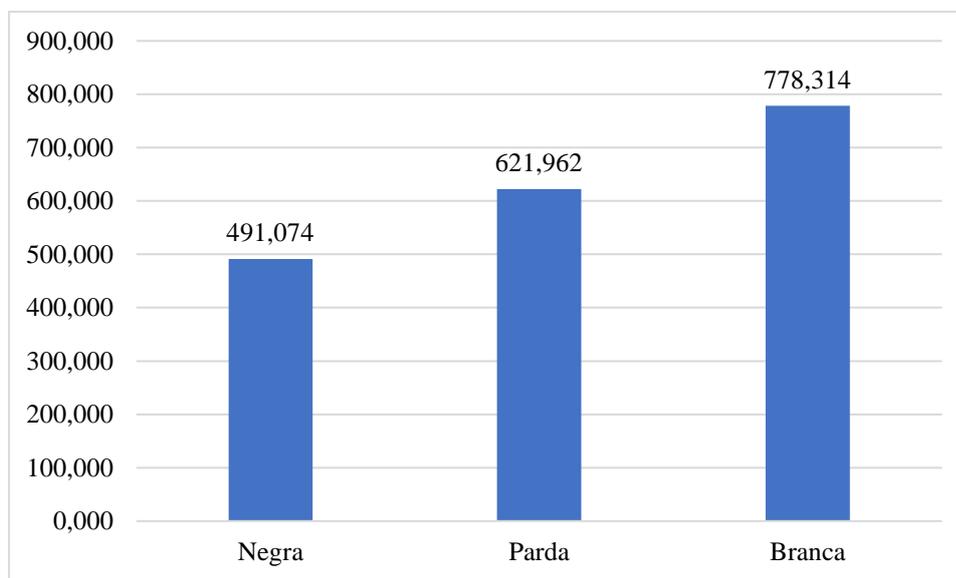
Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Com base na análise do gráfico, observa-se que a diferença de renda entre homens e mulheres persiste em 2019. Como já demonstrado nos dados do Censo do IBGE em 2010, os homens continuam a ganhar mais que as mulheres. O agravante no caso atual é o empobrecimento generalizado dos moradores locais, o que atingiu principalmente os homens quando comparado com os dados do último censo. A redução da renda para os homens foi de cerca de 15,83%, enquanto para as mulheres houve uma elevação de cerca de 7%. Por conseguinte, a diferença salarial entre ambos reduziu de 35,61% em 2010 para 18,14% em 2019. Tal redução, todavia, não foi decorrente de ações de equalização de renda entre os sexos, mas, sobretudo, devido a uma queda generalizada dos salários auferidos pelo público masculino.

Ademais, quando analisada a questão racial, observa-se que as populações negras na ZEIS Pirambu ganham menos do que as populações brancas (Gráfico 11). Em média, indivíduos que se autodeclararam negros ganham cerca de 36,9% a menos do que quem se autodeclarou branco ( $F(2, 198) = 3,402; p = 0,035$ ). A diferença da renda com base na cor é

uma questão amplamente discutida na literatura e refere-se, sobretudo, à existência de um racismo estrutural que acomete as populações negras, ocasionando maiores desigualdades socioeconômicas, privações de liberdades e de direitos civis básicos.

**Gráfico 11 – Desigualdade Racial no bairro**



Post Hoc DMS:

Grupos 1 e 2 – Sig. = 0,099; Grupos 1 e 3 – Sig. = 0,010.

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Nesse contexto, as populações negras tendem a encontrar maiores dificuldade em estabelecer-se no mercado em virtude da forma discriminatória pela qual ele opera, a partir de uma violência cotidiana de exclusão econômica. A face mais desproporcional dessa desigualdade socioeconômica evidencia-se a partir da sobreposição de populações discriminadas, como o gênero e a questão racial. Com efeito, as mulheres negras apresentam a pior situação econômica levantada nos dados de campo (R\$ 468,60), com uma renda cerca de 28% inferior às mulheres brancas (R\$ 654,71) e 48% inferior aos homens brancos (R\$ 901,90). Nesse sentido, apesar da generalizada condição de pobreza, as mulheres e o público afrodescendente do bairro sofrem ainda mais com a escassez material.

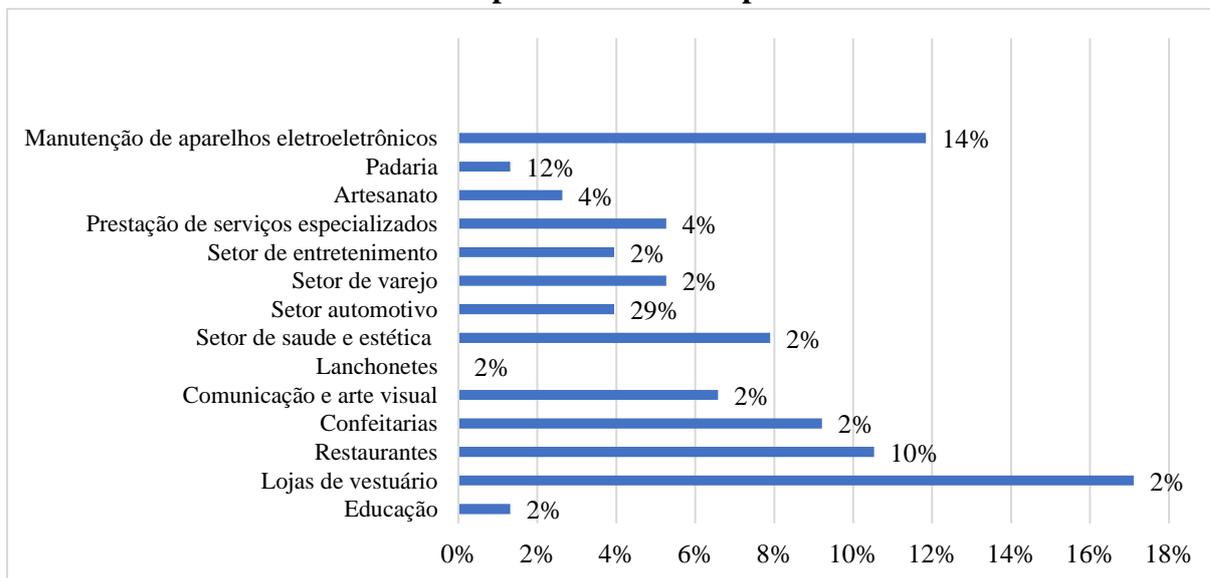
#### 6.4.1 Orientação ao empreendedorismo

O perfil empreendedor da ZEIS Pirambu foi traçado a partir de análises estatísticas com o intuito de verificar o impacto de variáveis socioeconômicas na orientação ao

empreendedorismo dos respondentes. Com efeito, constata-se uma elevada orientação ao empreendedorismo, com 68,2% da amostra relatando o desejo de abrir um negócio. A alta intenção à formação de empreendimentos individuais pode estar relacionada ao avanço da escolaridade ao longo dos últimos anos, o qual veio acompanhado da participação de um considerável número de indivíduos em algum curso profissional. Os dados do *survey* revelam que 71,64% dos respondentes possuem curso profissional concluído. Dentre eles, a área de informática foi a mais mencionada na amostra, com cerca de 23% dos casos.

Contudo, a evolução na educação básica e profissional dos moradores da ZEIS parece não ter sido capaz de desenvolver arranjos econômicos locais, os quais permanecem pouco integrados ao ecossistema econômico dos bairros vizinhos. O baixo dinamismo econômico da ZEIS contrasta, entretanto, com o potencial empreendedor dos habitantes locais. Substancialmente semelhante às características dos negócios formais e informais já presentes na ZEIS (ver Tabela 6), os dados do *survey* revelam uma pluralidade de atividades indicadas pelos respondentes quanto aos negócios que pretendem abrir nos próximos cinco anos. Os resultados estão sintetizados no Gráfico 12, a seguir.

**Gráfico 12 – Atividades empreendedoras nos próximos cinco anos - 2019**



Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Quando analisado o potencial da criação de novos negócios, 43,8% dos respondentes indicaram desejar abrir um negócio nos próximos cinco anos. Embora ainda esteja majoritariamente relacionada ao setor de serviços, a diversidade de atividades econômicas mencionadas pelos respondentes foi ampliada. Em geral, as atividades elencadas para abertura

de novos negócios na comunidade concentram-se em quatro áreas específicas, como estética e beleza, gastronomia, pequenos mercantis e vestuário, representando 65% dos tipos de negócios.

Em geral, a intenção de abertura de negócios nos próximos anos é mais acentuada em pessoas que não estão estudando ou não estão trabalhando ( $t(1, 199) = -1,972$ ;  $p < 0,050$ ), cujo percentual de 57% afirmou que gostaria de abrir um negócio em um futuro próximo, em comparação aos 40% das pessoas que estão trabalhando ou estudando. Todavia, esse desejo reforça a característica dos negócios como instrumento de sobrevivência. Ao passo que uma pessoa com vínculo ativo ganha, em média, R\$ 652,12, quem se encontra em estado de ausência de estudo ou trabalho ganha somente R\$ 396,88 ( $F(1, 199) = 13,837$ ;  $p = 0,000$ ).

Esses dados demonstram que, ao revelar uma demanda empresarial reprimida entre os habitantes da comunidade, isso pode, ao contrário, não gerar uma promoção de emprego e renda como se espera de novos negócios, pois, como agravante, 85,22% dos indivíduos que pretendem abrir algum negócio não possuem recursos suficientes para abri-lo. Do mesmo modo, evidencia-se como um obstáculo à consecução desses novos negócios o baixo nível de especialização dos potenciais empreendedores. Apenas 20,8% da amostra possui alguma especialização profissional relacionada à área que deseja abrir, enquanto ainda há uma parcela significativa, 29%, que não tem qualquer capacitação.

À vista da baixa qualificação profissional e da ausência de recursos, o empreendedorismo no setor informal oferece uma alternativa viável aos novos negócios, uma vez que são setores em que não há grande necessidade de investimentos nem entraves (NOGUEIRA, 2019). Em contrapartida, essa geração de novos empreendimentos pode elevar a competição pelo espaço econômico dentro da própria ZEIS, em virtude das atividades empreendedoras serem relacionadas, principalmente, à produção de bens com baixo valor agregado. Os setores elencados para abertura de novos negócios se encontram em relativa consonância com os empreendimentos já existentes na região, como negócios gastronômicos, de beleza e assistência eletrônica. Como consequência, pode ocorrer a superconcentração nesses nichos econômicos, assim como a fragmentação do trabalho e a subdivisão ainda maior da renda na comunidade a partir da queda no lucro marginal, assim como encontrado em dados levantados em comunidades carentes em diversos países (DAVIS, 2012).

Por outro lado, como alternativa a empreendimentos individuais, os moradores da ZEIS apresentaram baixo interesse ao fomento de atividades comunitárias. O construto de interesse em participar de negócios e empreendimentos coletivos na comunidade foi avaliado pelos respondentes da pesquisa de campo (*survey*) a partir de três questões. Ao se analisar a orientação dos respondentes a negócios coletivos, os respondentes, em geral, relataram preferir

ajudar as pessoas da comunidade informalmente (média = 2,28) do que participar de negócios coletivos (média = 2,15) ( $t(1; 200) = -2,021$ ;  $p < 0,045$ ). Do mesmo modo, a preferência por trabalhos voluntários em prol da comunidade apresentou média estatisticamente inferior (média = 2,07) ( $t(1; 200) = 3,576$ ;  $p < 0,000$ ).

De certo modo, observa-se a existência de uma solidariedade entre os moradores do bairro, porém essa se articula de maneira individualizada, não se organizando em redes de auxílio e solidariedade mútua. A principal razão comentada pelos respondentes para essa atitude foi a desconfiança, especialmente relacionada a questões financeiras. Todavia, a mobilização da solidariedade da comunidade ainda pode ser verificada em grupos específicos.

Porém, pessoas com maior nível de escolaridade (média = 2,24) declararam possuir interesse em participar de negócios coletivos do que as que possuíam ensino médio completo (média = 1,88) ( $F(2; 198) = 3,782$ ;  $p < 0,024$ ). Este público pode estar determinando a atitude favorável a empreendimentos de economia coletiva que foi detectada no grupo focal sobre o assunto.

#### 6.4.2 Bens domésticos e acesso à informação

De modo a complementar as informações dos moradores sobre o potencial de ingresso no mercado de trabalho, formal ou informal, foram formuladas questões sobre o acesso à informação e a quantidade de bens domésticos. A Tabela 22, a seguir, detalha as informações levantadas.

**Tabela 22 – Acesso à informação e bens domésticos - 2019**

Variável	Total	Acesso à Internet		Quantidade de Automóveis				Quantidade de Computadores				Quantidade de Celulares			
		Em casa	3G ou 4G	0	1	2	Mais de 2	0	1	2	Mais de 2	0	1	2	Mais de 2
N	201	184	140	114	32,3	20	2	91	88	21	1	6	57	79	24
%	100	91,5	69,7	56,7	32,3	10,0	1,0	45,3	43,8	10,4	0,5	3,0	28,4	39,3	11,9

Fonte: Dados da pesquisa de campo

Especificamente sobre o acesso à informação, os moradores foram indagados sobre se possuíam internet em casa ou na rua. Como revela a tabela, a grande maioria dos respondentes indicou possuir acesso à internet em casa via wi-fi (91,5%). Embora em quantidade mais reduzida, a maioria dos respondentes também indicou possuir acesso à internet fora de casa (69,7%). A familiaridade com as redes e ferramentas digitais pode auxiliar na

conexão profissional tanto com o mercado de trabalho quanto com o mercado consumidor, ajudando empregados a obter recolocações e capacitações e proprietários de negócios a ampliar suas vendas.

Apesar dos números expressivos, dados adicionais coletados em campo demonstram haver disparidades entre perfis distintos de moradores. Quando questionados se sabiam utilizar ferramentas tecnológicas (computadores, celulares etc.), divergências entre sexo, idade e escolaridade foram identificadas. Ressaltando ainda mais a disparidade entre gêneros, testes estatísticos demonstraram a diferença de médias entre homens (média = 2,78) e mulheres (média = 2,46) na utilização dessas ferramentas ( $F(1, 200) = 6,209; p = 0,014$ ). Do mesmo modo, houve diferenças significativas entre faixas etárias na utilização de ferramentas digitais. De acordo com os resultados, quanto maior a faixa etária, maior a dificuldade na sua utilização ( $F(3, 198) = 4,592; p = 0,004$ ). Porém, a diferença significativa foi encontrada em pessoas acima de 40 anos com as pessoas abaixo dessa idade. Por fim, a variável escolaridade também apresentou efeito significativo na análise ( $F(2, 199) = 3,502; p = 0,032$ ). Os resultados evidenciam que quanto maior a escolaridade mais a pessoa se acha capaz de utilizar ferramentas tecnológicas.

Para aprofundar a análise da relação dos moradores com as ferramentas digitais, o item “Tenho facilidade em realizar atividades de aprendizado pela internet” foi incluído na pesquisa. Assim como no item anterior, sexo ( $F(1, 200) = 5,475; p = 0,014$ ) e idade ( $F(3, 198) = 5,475; p = 0,001$ ) apresentaram relação significativa com a facilidade de aprendizado pela internet e a escolaridade apresentou resultado não significativo ( $F(2, 199) = 1,797; p = 0,169$ ). Mais uma vez, os homens (média = 2,68) apresentaram uma média superior à das mulheres (média = 2,45). Do mesmo modo, indivíduos com mais de 40 anos apresentaram menor facilidade de aprendizado on-line que as demais faixas etárias. Finalmente, pessoas com educação acima do ensino médio completo (média = 2,80) apresentaram médias significativamente superiores aos demais (médias = 2,50; 2,15). Mais uma vez a renda não apresentou influência na análise.

Quanto à quantidade de bens no domicílio, 56,7% indicaram não possuir automóveis e 45,3% não possuem computador. Por outro lado, 97% dos respondentes possuem ao menos um aparelho celular em casa, com 51,2% das residências possuindo mais de dois aparelhos. Ao se analisar a influência das variáveis sociodemográficas sobre a posse de bens, apenas uma relação apresentou significância dentre as três classes pesquisadas. A quantidade de computadores no domicílio é impactada pela escolaridade ( $F(2, 198) = 26,186; p = 0,000$ ),

com os indivíduos acima do ensino médio (média = 1,09) com quantidade superior aos demais níveis (médias = 0,40; 0,47), em média.

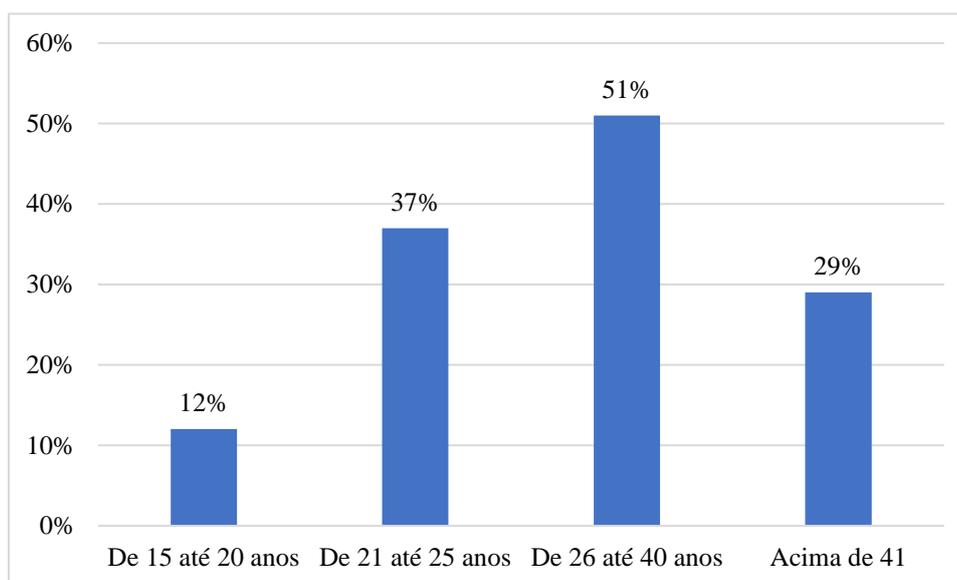
#### 6.4.3 Endividamento individual

O endividamento individual dos moradores locais foi abordado por meio de diferentes perspectivas. Primeiramente, abordou-se a percepção pessoal de endividamento por meio de um único item: “Eu gasto mais do que ganho”. Com efeito, os resultados demonstram que 25,4% dos respondentes concordam com a afirmação, indicando gastarem mais do que ganham. Adicionalmente, 26,9% da amostra ocasionalmente gastam mais do que ganham. Em conjunto, essas informações revelam um alto percentual de indivíduos na condição de endividamento, acima dos 24,9% de inadimplência do consumidor nacional, registrado em 2019 (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO, 2019).

Com o objetivo de aprofundar a análise da percepção de endividamento, os moradores foram indagados sobre suas dívidas formais (SPC e SERASA) e informais (familiares, mercadinhos ou empréstimos informais). Quanto às dívidas informais, 27,9% dos respondentes indicaram possuir pequenas dívidas, geralmente com parentes e restritas ao contexto local. Por outro lado, 33,3% dos respondentes possuem dívidas no SPC ou SERASA. Quando analisadas as duas categorias de dívida conjuntamente, 44,7% indicaram possuir dívidas formais e/ou informais. Esses dados são consideráveis, uma vez que superam em mais de 30 pontos percentuais a dívida do consumidor brasileiro.

Além disso, quando analisados outros fatores sociodemográficos, observa-se que a percepção de endividamento individual apenas apresentou relação significativa com idade do indivíduo ( $r = 0,139$ ;  $p = 0,048$ ). A presença de uma correlação positiva indica que o público mais velho apresenta uma maior tendência ao endividamento do que pessoas mais jovens. Tal relação pode estar associada à desigualdade de renda entre o público mais jovem, cuja frágil situação monetária econômica pode impeli-los em maior controle de seus gastos correntes.

Todavia, ao realizar a discriminação das dívidas, essa relação é novamente reforçada. A faixa de idade mais produtiva (pessoas entre 21 e 40 anos) apresenta maior percentual de dívidas formais em relação aos outros grupos ( $F(3, 197) = 6,145$ ;  $p = 0,001$ ). O Gráfico 13, a seguir, apresenta a diferença de percentual de dívidas formais por faixa de idade.

**Gráfico 13 – Dívidas formais por faixa de idade - 2019**

Post Hoc DMS:

Grupos 1 e 2 – Sig. = 0,007; Grupos 1 e 3 – Sig. = 0,000; Grupo 1 e 4 – Sig. = 0,061;

Grupo 3 e 4 – Sig. = 0,017.

Como revela o gráfico, os grupos de indivíduos da faixa de idade de 21 até 25 anos (37%) e de 26 até 40 anos (51%) apresentaram o maior percentual de dívidas formais, sendo este valor parcialmente diferente dos mais jovens (12%) e significativamente do grupo acima de 41 (29%). Esse dado pode revelar um comportamento de mercado praticado por essa faixa etária em idade produtiva. Em virtude de esse público possuir um maior nível de renda disponível, isso lhe possibilita um maior acesso ao mercado de consumo, assim como do uso de produtos e serviços financeiros formais. Esse padrão, portanto, pode expô-los, em maior medida, à inadimplência e ao endividamento.

## **7. FORMAÇÃO E MERCADO DE TRABALHO**

### **7.1 MAPEAMENTO DO ENSINO SUPERIOR E TÉCNICO**

Dentre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, destaca-se a meta 4.2: “Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e as mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo a universidade” (IPEA, 2018, p.115). Ressalta-se, dessa maneira, a importância do acesso à formação, principalmente para geração de trabalho e renda. Nesse sentido, realizou-se o mapeamento de instituições e equipamentos voltados para formação técnica, profissional e

superior localizados nos bairros que englobam a ZEIS Pirambu e nos bairros adjacentes que formam a Zona de Influência Econômica.

### 7.1.1 Ensino superior

Foram localizadas três IES dentro da Zona de Influência Econômica da ZEIS Pirambu. Vale destacar que a regularidade dos cursos e instituições depende da validade dos respectivos atos autorizativos e da tempestividade de protocolo dos processos regulatórios de manutenção da autorização para o funcionamento da instituição e oferta dos cursos (MEC, 2019).

O Quadro 13 apresenta um resumo das instituições, indicando o nome da IES, a categoria administrativa e o tipo de credenciamento. Em seguida, apresentam-se características da IES, como cursos ofertados, distância da ZEIS e possíveis trajetos.

**Quadro 13 – Resumo das IES ZEIS Pirambu**

<b>IES</b>	<b>Categoria administrativa</b>	<b>Tipo de credenciamento</b>
Centro Universitário Christus (Unichristus)	Privada com fins lucrativos	EAD - Superior / Presencial – Superior
Centro Universitário Fametro (Unifametro)	Privada com fins lucrativos	EAD - Superior / Presencial – Superior
Faculdade Plus (PLUS)	Privada sem fins lucrativos	Presencial – Superior

Fonte: e-MEC (2019) e InepData (2019). Elaborado pelos autores.

#### 7.1.1.1 Centro Universitário Christus (Unichristus)

O Centro Universitário Christus possui uma unidade localizada na Zona de Influência Econômica da ZEIS, no bairro Farias Brito. A unidade fica na Rua Princesa Isabel, 1920, a uma distância de 4,86 km da ZEIS Pirambu (distância calculada pelo Google Maps a partir de um centroide da poligonal). O trajeto dura em torno de 35 minutos de transporte público, pela linha 754 – Granja Lisboa/Goiabeiras. A unidade da IES oferece os cursos de Biomedicina, Enfermagem e Odontologia. Vale destacar que a instituição trabalha com ensino a distância (EAD).

#### 7.1.1.2 Centro Universitário Fametro (Unifametro)

A Unifametro possui uma unidade localizada na Zona de Influência Econômica da ZEIS Pirambu, no bairro Jacarecanga. A IES fica na Rua Carneiro da Cunha, 180, a uma distância de 3,57 km da ZEIS. O trajeto via transporte público dura em torno de 23 minutos pela linha 754 – Granja Lisboa/Goiabeiras. Os cursos oferecidos pela instituição são: Administração, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Arquitetura e Urbanismo, Biomedicina, Ciências Biológicas, Ciências Contábeis, Comunicação Social - Publicidade e Propaganda, Direito, Educação Física, Enfermagem, Engenharia Ambiental e Sanitária, Engenharia Civil, Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia, Engenharia de Produção, Engenharia Mecânica, Estética e Cosmética, Farmácia, Fisioterapia, Gastronomia, Gestão Comercial, Gestão de Recursos Humanos, Gestão Hospitalar, Jogos Digitais, Medicina Veterinária, Nutrição, Odontologia, Pedagogia, Psicologia, Serviço Social e Sistema de Informação. Vale destacar que a instituição trabalha com ensino a distância (EAD).

#### 7.1.1.3 Faculdade Plus (PLUS)

A Faculdade Plus possui diversas unidades na cidade, mas apenas uma está localizada dentro da Zona de Influência Econômica da ZEIS, mais precisamente no bairro Farias Brito, a uma distância de 4,18 km, na Av. Bezerra de Menezes, 100. O trajeto até a IES dura em torno de 34 minutos pela linha 754 – Granja Lisboa/Goiabeiras. A IES possui apenas dois cursos, a saber: Pedagogia e Psicologia.

#### 7.1.2 Ensino técnico e profissionalizante

Realizou-se o mapeamento das instituições de ensino técnico e profissional localizadas, encontrando-se duas instituições. Ressalte-se que não foi localizada qualquer instituição no território da ZEIS, nem nos bairros que a compõem. O Quadro 14 a seguir apresenta as duas instituições com respectivo endereço, área, distância e trajeto.

**Quadro 14 – Instituições de educação profissional ZEIS Pirambu**

Instituição	Endereço	Área/Cursos	Dist.	Trajeto
-------------	----------	-------------	-------	---------

Curso Senap	Avenida Mozart Pinheiro de Lucena, 1960	Administração e Informática	3,48 km	35 min. pela linha 101 – Beira Rio ou 51 – Grande Circular I ou 92 – Antônio Bezerra/ Papicu/ Praia de Iracema, seguida da linha 212 – Jardim Guanabara/ Conjunto Nova Assunção
Capacitado Educacional	Av. Bezerra de Menezes, 100	Enfermagem	4,18 km	34 min. pela linha 754 – Granja Lisboa/Goiabeiras

Fonte: Conselho Estadual de Educação do Ceará (2019) e Sistec (2019). Elaborado pelos autores.

Vale destacar que existem ainda as instituições que compõem o Sistema S. É possível observar que as instituições do Sistema S estão divididas, em sua maioria, em serviços de aprendizagem e serviços sociais. Essa divisão indica a forma de atuação de cada instituição e suas ações e limitações, na qual cada entidade possui uma metodologia própria e finalidades específicas. Serão descritas a seguir as entidades que possuem sede nos bairros que contemplam a ZEIS e/ou a Zona de Influência Econômica.

#### 7.1.2.1 SESC

O SESC é uma instituição social, de caráter privado e sem fins lucrativos, mantido pela Fecomércio. Tem como missão “contribuir na construção de uma sociedade mais justa, promovendo a melhoria da qualidade de vida do trabalhador do comércio de bens, serviços e turismo, prioritariamente de menor renda, por meio de serviços subsidiados e de excelência” (SESC, 2019, n. p.), atuando como agente de transformação da sociedade por meio de ações nas áreas de Educação, Cultura, Lazer, Saúde e Assistência. Possui unidades móveis e fixas em todo território nacional. As unidades móveis levam serviços às periferias e aos municípios do interior (SESC, 2019). Vale ressaltar que a atuação da instituição se enquadra dentro de um serviço social, e não um serviço de aprendizagem.

As ações do SESC Ceará são efetivadas por meio de uma rede de unidades, atualmente composta de 19 em 11 cidades. As unidades de Fortaleza se dividem em: (I) Centros de Turismo e Lazer – Colônia Ecológica Sesc em Iparana; (II) Centros de Atividades – Sesc Centro e Sesc Fortaleza; (III) Centros Educacionais – Escola Educar Sesc Fortaleza e Sesc Ler Fortaleza. As unidades móveis são: Projeto OdontoSesc, BiblioSesc e Sesc Saúde Mulher. Considerando a ZEIS Pirambu, encontrou-se uma unidade do Centro Educacional dentro da Zona de Influência Econômica, no bairro Farias Brito.

A unidade Escola Educar Sesc está localizada na Rua José Jatahy, 813, a uma distância de 3,80 km da ZEIS Pirambu. São 30 minutos de transporte público, pela linha 754 - Granja Lisboa/Goiabeiras. A escola atende do Infantil 3 ao 5º ano do Fundamental.

Ressalta-se que o SESC possui um programa de gratuidade chamado Programa de Comprometimento e Gratuidade (PCG), destinado “às pessoas de baixa renda, prioritariamente, os comerciários (trabalhadores do comércio de bens, serviços e turismo, seus dependentes), além de alunos matriculados ou egressos da educação básica e trabalhadores” (SESC, 2019, n.p.). As informações do site destacam ainda que o programa busca ampliar o acesso “da população com renda familiar bruta inferior a três salários mínimos nacionais” (SESC, 2019, n.p.). Os interessados no programa de gratuidade precisam atender aos requisitos em edital de seleção, de acordo com a quantidade de vagas disponíveis pelo SESC para o PCG.

#### 7.1.2.2 SENAI

O SENAI é uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos, que visa à promoção da educação profissional e tecnológica, à inovação e à transferência de tecnologias industriais, gerando através de sua contribuição aumento da competitividade da indústria brasileira (PORTAL DA INDÚSTRIA, 2019), apostando em formatos educacionais diferenciados e inovadores. Administrado e mantido pelo Sistema Indústria, atualmente dispõe de três unidades em Fortaleza, uma na Barra do Ceará, uma no bairro Jacarecanga e uma terceira na Parangaba (SENAI, 2019).

Os cursos estão divididos em diversas áreas e quatro diferentes modalidades, a saber: (I) Cursos técnicos; (II) Cursos de qualificação profissional; (III) Cursos de curta duração; (IV) Cursos em EAD. O SENAI ainda conta com serviços direcionados à indústria, oferecendo soluções em educação profissional e em tecnologia e inovação. A instituição conta ainda com unidades móveis que propõem levar a estrutura de uma sala de aula para qualquer lugar. Para obter mais informação sobre tais serviços, como preço e duração, é preciso solicitar uma proposta para a instituição.

Sendo o Jacarecanga um bairro adjacente à ZEIS Pirambu, e a Barra do Ceará um bairro que integra a ZEIS, utilizamos as unidades desses bairros como ponto de formação de pessoas para a ZEIS Pirambu.

Os cursos oferecidos na unidade Jacarecanga englobam áreas como Automação, Construção Civil, Gestão Gráfica e Editorial, Metalmecânica, Metrologia, Refrigeração, Segurança do Trabalho e Tecnologia da Informação. A unidade está localizada na Av. Padre

Ibiapina, 1280, a uma distância de 3,93 km da ZEIS. O trajeto dura em torno de 27 minutos pela linha 754 – Granja Lisboa/ Goiabeiras. O Quadro 15 apresenta um resumo dos segmentos dos cursos da unidade Jacarecanga.

**Quadro 15 – Resumo SENAI Jacarecanga**

<b>Segmentos</b>	<b>N. de cursos</b>	<b>Duração</b>	<b>Faixa de preço</b>
Alimentos e Bebidas	8	Entre 16h – 788h	Entre R\$130,00 – R\$15.880,00
Automação	1	1.400h	R\$7.650,00
Automação e Mecatrônica	5	Entre 40h – 80h	Entre R\$225,00 – R\$405,00
Construção	11	Entre 40h – 1.800h	Entre R\$190,00 – R\$5.400,00
Eletroeletrônica	1	80h	R\$435,00
Gestão	1	30h	R\$225,00
Logística	11	Entre 16h – 1.160h	Entre R\$120,00 – R\$4.130,00
Metalmeccânica	9	Entre 60h – 1.480h	Entre R\$588,00 – R\$7.470,04
Refrigeração e Climatização	3	Entre 80h – 160h	Entre R\$460,00 – R\$900,00
Segurança do Trabalho	5	Entre 16h – 1.400h	Entre R\$170,00 – R\$4.559,94
Tecnologia da Informação - Software	1	40h	R\$400,00
Tecnologia da Informação	7	Entre 30h – 1.400h	Entre R\$210,00 – R\$4.950,00
Telecomunicações	1	1.400h	R\$4.950,00

Fonte: Site SENAI (2019). Elaborado pelos autores.

Já os cursos oferecidos pela unidade Barra do Ceará englobam áreas como: Automotiva, Couro e Calçados, Energia, Energias Renováveis, Eletroeletrônica, Gestão, Segurança no Trabalho, Tecnologia da Informação e Transporte. A unidade está localizada na Av. Francisco Sá, 7221, a uma distância de 1,81 km do Pirambu. O trajeto dura em torno de 20 minutos a partir de uma rota que apresenta diversas opções de linhas, como a 42 – Antônio Bezerra/ Francisco Sá/ Papicu e 80 – Francisco Sá/ Parangaba. O Quadro 16 apresenta um resumo dos segmentos dos cursos da unidade Barra.

**Quadro 16 – Resumo SENAI Barra do Ceará**

<b>Segmentos</b>	<b>N. de cursos</b>	<b>Duração</b>	<b>Faixa de preço</b>
Automotiva	7	160h	Entre R\$770,00 – R\$1.060,00
Eletroeletrônica	4	Entre 60h – 160h	Entre R\$350,00 – R\$1055,00
Energia	2	40h e 160h	R\$630,00 e R\$2.400,00
Logística	1	40h	R\$780,00
Eletroeletrônica	1	80h	R\$435,00
Segurança do Trabalho	3	Entre 8h – 40h	Entre R\$170,00 – R\$285,00
Tecnologia da Informação	2	30h e 80h	R\$210,00 e R\$445,00

Fonte: Site SENAI (2019). Elaborado pelos autores.

Destaca-se, ainda, que a instituição possui um projeto de gratuidade chamado Projeto SENAI Ceará e Ministério da Economia, com objetivo de “ofertar cursos [gratuitos] de qualificação profissional, na área de Tecnologia da Informação e Comunicação, com competências demandadas pelas indústrias, especialmente voltadas à economia digital”, podendo se candidatar jovens de 16 a 29 anos de idade que tenham finalizado o ensino fundamental e residentes em Fortaleza (SENAI, 2019, n. p.).

### 7.1.2.3 SESI

O SESI tem como missão a contribuição na melhoria da produtividade do trabalhador e aumento da competitividade da indústria do Estado do Ceará, fazendo uso de soluções em educação e qualidade de vida (SESI, 2019), com a oferta de atividades físicas e esportivas, serviços médicos e clínicos, exames, escola SESI SENAI e locação de espaços físicos para a sociedade.

Conta ainda com serviços direcionados para a indústria, que requer solicitação de proposta e orçamentos, a saber: soluções em educação, soluções em promoção de saúde e bem-estar, saúde e segurança para a indústria, serviços médicos e clínicos, locação de espaços físicos, exames e unidades móveis. Administrado e mantido pelo Sistema Indústria, assim como o SENAI, atualmente dispõe de sete unidades no estado, sendo três em Fortaleza, uma na Barra do Ceará, outra na Jacarecanga e uma terceira na Parangaba (SESI, 2019, n. p.). Sendo o Jacarecanga um bairro adjacente e a Barra do Ceará um bairro que compõe a ZEIS, utilizamos essas duas unidades como ponto de referência para a ZEIS Pirambu.

A unidade Jacarecanga tem como foco “o atendimento à indústria e seus trabalhadores e dependentes com serviços de Segurança e Saúde do Trabalho (SST)” (SESI, 2019, n.p.). Algumas das atividades desenvolvidas pela unidade são, por exemplo:

- a) PPRA – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais
- b) PCMAT – Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho
- c) PCMSO – Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional
- d) Emissão de Laudo de Insalubridade
- e) Laudo de Periculosidade
- f) Laudo Ergonômico do Trabalho

A unidade está localizada na Av. Padre Ibiapina, 1449, a uma distância de 4,08 km do centroide da ZEIS. O trajeto via transporte público dura em torno de 29 minutos pela linha 754 – Granja Lisboa/ Goiabeiras.

Já a unidade da Barra do Ceará surgiu “com o objetivo de atender os trabalhadores e seus dependentes das indústrias da região”, pelo grande número de indústrias na área, buscando oferecer uma estrutura para melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores (SESI, 2019, n.p.). Alguns dos serviços desenvolvidos pela unidade são atividades físicas e esportivas, como natação, hidroginástica, musculação e ginástica.

A unidade está localizada na Av. Florêncio de Alencar, 900, a uma distância de 2,21 km do centroide da ZEIS. O trajeto via transporte público dura em torno de 20 minutos a partir de uma rota que apresenta diversas opções de linhas, como a 42 – Antônio Bezerra/ Francisco Sá/ Papicu e 80 – Francisco Sá/ Parangaba.

## 7.2 MERCADO DE TRABALHO LOCAL

Nesta fase da realização do diagnóstico local sobre a ZEIS do Pirambu, foi realizado um levantamento de dados junto ao SINE/IDT acerca de informações que possibilitaram traçar o perfil do mercado de trabalho local.

As categorias de dados encontradas no SINE/IDT referem-se ao cadastro geral com informações de pessoas que se inscreveram no órgão citado em busca de colocação no mercado de trabalho, subdividindo-se nas seguintes variáveis: i) desempregados; ii) à procura do primeiro emprego; iii) estagiário remunerado; iv) trabalhador autônomo; v) microempresário/ produtor rural – agrícola; vi) pequeno microempreendedor; vii) empregado assalariado c/ registro em CTPS; viii) empregado assalariado s/ registro em CTPS; ix) empregado doméstico c/ registro em CTPS; x) empregado doméstico s/ registro em CTPS; xi) profissional liberal; xii) autocongestionado; xiii) associado; xiv) cooperado; xv) assentado; xvi) aposentado; xvii) trabalhador remunerado; xviii) servidor público estatutário; xix) agricultor familiar; xx) detento/egresso sistema penal; xxi) egresso inst. socioeducativa; xxii) jovem aprendiz.

Diante das variáveis citadas disponíveis no banco de dados do SINE/IDT, foi identificado o seguinte cenário local, exposto na Tabela 23 abaixo:

**Tabela 23 - Informações de pessoas que se inscreveram no SINE para a colocação no mercado de trabalho – ZEIS Pirambu**

<b>Categoria</b>	<b>Quantidade</b>
Desempregado	55.411
Procura Primeiro Emprego	10.097
Estagiário Remunerado	680
Trabalhador Autônomo	47
Microempresário/Produtor Rural - Agrícola	0
Microempresário/Produtor Rural - não Agrícola	0
Pequeno Microempreendedor	4
Empregado Assalariado c/ Registro em CTPS	4.230
Empregado Assalariado s/ Registro em CTPS	34
Empregado Doméstico c/ Registro em CTPS	2
Empregado Doméstico s/ Registro em CTPS	0
Profissional Liberal	2
Autocongestionado/Congestionado	1
Associado	0
Cooperado	20
Assentado	1
Aposentado	20
Trabalhador não Remunerado	1
Servidor Público Estatutário	3
Agricultor Familiar	10
Detento/Egresso Sistema Penal	12
Egresso Inst. Socioeducativa	3
Jovem Aprendiz	1.456
<b>Total</b>	<b>1297</b>

Fonte: Com base em dados do SINE/IDT (2019).

A partir dos dados expostos acima, pode-se notar que 76,9% do total de pessoas cadastradas no SINE/IDT, com registro de origem nos bairros que compõem a ZEIS Pirambu, estão desempregadas; 14% estão à procura do primeiro emprego; 680 são estagiários remunerados, representando 0,94% do total cadastrado; 5,87% são empregados assalariados c/ Registro em CTPS e 2,02% são jovens aprendizes. Além destes números, foram identificados os cadastros de 20 aposentados, 34 empregados assalariados s/ Registro em CTPS, 2 empregados domésticos c/ Registro em CTPS, 2 profissionais liberais, 47 trabalhadores autônomos, 4 pequenos microempreendedores, 20 cooperados, ou seja, cadastrados em cooperativas da região; 1 registro de assentado, 3 servidores públicos estatutários, 8 pessoas na

categoria de agricultor familiar, 12 pessoas cadastradas como egressos do sistema penal e cadastradas como 3 egressos de instituições socioeducativas.

Esse panorama demonstra que o perfil do mercado de trabalho local da ZEIS Pirambu, com base nos dados oficiais do SINE/IDT, reflete uma quantidade significativa de pessoas desempregadas e uma alta representatividade diversa das categorias cadastradas. Vale ressaltar que esses dados têm como base os cadastros realizados no órgão citado em condições ativas, desse modo não inclui informações sobre índices de desemprego da população local não cadastrada no SINE/IDT.

A respeito do número de empresas locais cadastradas no SINE/IDT, foi identificado o total de 168 empresas que possuem cadastros ativos no órgão, o que reflete uma possibilidade de ofertas de vagas de empregos formais dentro dos bairros já citados. No entanto, este cadastro não disponibiliza informações acerca do nicho de atuação de mercado dessas empresas, além da ausência do histórico de vagas ofertadas por estas.

### 7.3 FORMAÇÃO PROFISSIONAL DOS JOVENS

Na aplicação do grupo focal que teve a formação profissional e o empreendedorismo como temáticas abordadas na ZEIS Pirambu, pôde-se observar, através da fala dos participantes, o surgimento de termos principais relacionados ao contexto profissional e empreendedor na comunidade. Desta forma, como demonstrado na Figura 40, as palavras “curso”, “questão”, “escola”, “gente”, “área”, “bairro” e “dificuldade” sinalizam a discussão do grupo sobre os temas em questão.



enfrentadas no percurso profissional. Uma participante, por exemplo, ressaltou a falta de fomento e editais públicos para grupos de mulheres empreendedoras. Para ela essa escassez impacta diretamente os grupos, que não conseguem desenvolver seus trabalhos, em sua maioria voltados para o artesanato, causando falta de perspectiva profissional.

Ao discutirem sobre escola e ensino público, os jovens destacaram a vontade de aprender outros idiomas de forma mais prática, uma vez que a maioria das escolas e professores apresentam apenas conteúdos gramaticais, não se utilizando de exercícios e treinos práticos. Além disso, ressaltaram a necessidade de escolas de tempo integral, que pudessem ampliar o currículo e oferecer conteúdo para além do tradicional, como cursos e palestras sobre profissões do “futuro” e áreas de formação, aulas de reforço e mecanismos de incentivo e motivação dos jovens. Nesse sentido, foi mencionado o Centro Cearense de Idioma como referência para alguns dos jovens no quesito idiomas. No entanto, foi ressaltada a alta concorrência, além da dificuldade de passar nas provas e a oferta de vagas, impossibilitando o acesso da maioria desses jovens a um curso mais elaborado e avançado.

Parte dos integrantes do grupo possuem relação com áreas como pedagogia, história e turismo, conforme pode ser observado na imagem acima. Na conversa, foi mencionado o projeto de um deles de montar um museu comunitário da ZEIS. Essa ideia foi bem recebida pelos demais participantes e vista como uma oportunidade de melhoria para comunidade nessas diversas áreas. Isso pode ser percebido nesse trecho de fala: “Acho que se tivesse um conjunto, entre o Museu Comunitário e o Centro de Idiomas, já seria muito bom”.

Percebe-se que a vontade de empreender está relacionada ao léxico “gente”, ressaltando o público e as motivações de quem gostaria de montar um negócio. Muito foi falado sobre montar algo voltado para a comunidade, projetos de cunho social e colaborativo e mulheres empreendedoras.

De forma resumida ressaltam-se as seguintes dificuldades enfrentadas pelos jovens para formação e capacitação: falta de recurso financeiro para arcar com as despesas dos cursos, falta de tempo, distância da moradia para universidade e dificuldade de planejar metas e objetivos profissionais. No que tange à entrada no mercado de trabalho, foram relatadas as seguintes dificuldades: falta de experiência, necessidade em ter um segundo idioma e entrar na faculdade/universidade.

Em síntese, as oportunidades de melhoria destacadas pelos jovens foram: capacitação na área de empreendedorismo, escolas de tempo integral, cursos sobre profissões do futuro dentro das escolas, palestras sobre cursos e áreas nas universidades, mecanismos de incentivo e motivação dos jovens, criação de linhas de ônibus com rotas para UECE, cursos de

capacitação dentro da ZEIS, reforço para alunos de escola pública, centro de idiomas na comunidade gratuito ou acessível e criação de um museu comunitário.

Por fim, analisa-se a relevância da ligação dos léxicos mencionados acima, “curso”, “questão”, “escola”, “gente”, “área”, “bairro” e “dificuldade”, quando aplicados no contexto vivenciado pelos jovens na ZEIS Pirambu. Dessa forma, conclui-se, a partir do exposto, uma importante relação entre a formação profissional e mercado de trabalho com a própria comunidade e com a formação escolar do nível médio desses jovens. A ideia de montar um negócio surge extremamente ligada às pessoas da comunidade, com uma forte característica social, porém com grandes entraves e dificuldades.

## **8. IDENTIFICAÇÃO DE OPORTUNIDADES**

Através das oficinas realizadas na ZEIS e do workshop realizado na UECE, foram identificadas e mapeadas diversas oportunidades para ZEIS Pirambu através da vivência dos moradores. As oficinas, ministradas por cerca de três horas cada, conceberam, em grande medida, ideias de negócios que poderiam gerar um grande impacto econômico na comunidade. Em suma, as ideias conjecturavam o desenvolvimento de *marketplaces* como oportunidade de capacitação e profissionalização da comunidade.

As proposições oriundas dos debates e discussões do Workshop no grupo de trabalho sobre ofertas de empregos e capacitação de trabalho estiveram centradas na atuação das instituições presentes dentro da ZEIS. Foram listadas as seguintes propostas:

1. Incentivar a formalização de pequenos negócios das comunidades para viabilizar o crescimento de empreendimentos e promover a criação de ofertas de empregos formais nas regiões.
2. Ofertar cursos de educação financeira para empreendedores das regiões, através das instituições do sistema S, com foco na ascensão da saúde financeira desses empreendimentos, promovendo o crescimento e a sobrevivência dos negócios locais.
3. Ofertar palestras do SINE-IDT com o intuito de promover a educação de moradores da ZEIS para o uso do aplicativo SINE-FÁCIL, reduzindo os custos de deslocamentos de moradores da região até as unidades do SINE, em busca de emprego, já que pelo aplicativo a população pode se candidatar às vagas e acompanhar as ofertas de empregos atuais.

4. Levantamento das necessidades de força de trabalho local e do perfil de jovens ingressantes no mercado de trabalho para ofertas de cursos profissionalizantes que atendam a essa demanda.

5. Atuação de unidades móveis do SENAI com ofertas de cursos profissionalizantes na localidade da ZEIS.

6. Focar no empreendedorismo local com distribuição de Kits básicos de matérias-primas para novos empreendedores que tenham realizado cursos e elaborado propostas de seus empreendimentos.

7. Realização de ações motivacionais para jovens, no intuito de mantê-los assíduos nos cursos ofertados, com a finalidade de concluir a formação de novos profissionais para o mercado.

As proposições oriundas dos debates e discussões do Workshop no grupo de trabalho sobre oportunidades de negócios e economia solidária estiveram centradas nas seguintes propostas:

1. Focar na capacitação de jovens moradores das ZEIS para o empreendedorismo, criando oportunidade de negócios que atendam às demandas do mercado atual, com baixo custo fixo e amplo uso de tecnologias.

2. Promover a criação de cooperativas e associações empreendedoras, por jovens, que tenham como foco o suprimento de demandas sociais locais e a sustentabilidade.

3. Desenvolver parcerias com as unidades do sistema S (SENAI, SENAC, SEBRAE) e o Banco do Nordeste (BNB) em busca de apoio técnico e financeiro para o desenvolvimento dos negócios locais.

4. Promover o desenvolvimento de uma cultura local, que tenha como base a valorização social, educacional e ambiental, através da criação de projetos sociais idealizados pelos moradores da ZEIS.

5. Difundir o Crediamigo com o intuito de ampliar o número de financiamentos de pequenos negócios, com a finalidade de promover o investimento de capital no empreendedorismo local e com isso aumentar as chances de crescimento desses empreendimentos.

As oficinas de negócios realizadas na própria comunidade geraram ideias relacionadas à criação de redes comunitárias acerca de informações sobre os serviços públicos disponibilizados na região, sobretudo de segurança e de saúde. Em suma, três ideias principais, voltadas para comunidade, foram idealizadas pelos moradores e, mediante a presença de um especialista da área, discutiu-se a sua viabilidade. As ideias foram:

a) Uma Rede na qual as pessoas informariam sobre os crimes verificados, permitindo identificar no mapa os lugares perigosos, para que sejam evitados em dias ou horários específicos. O mapa deveria ser colorido de acordo com o tipo de crimes ocorridos. Com isso, os serviços de segurança pública poderiam também ver onde a atuação vem falhando, permitindo usar estratégias para diminuir o número de crimes naquelas regiões.

b) Criação de um aplicativo para denúncias de crimes de forma totalmente anônima, para que as pessoas tenham segurança de que a denúncia será feita e não tenham medo de ser identificadas e sofrer repressão por denunciar.

c) Criação de uma plataforma digital para que as pessoas possam marcar suas consultas nos postos de saúde do bairro, ou verificar a disponibilidade de medicamentos, evitando o deslocamento até um posto para verificar se há a medicação de que necessitam.

Durante o período das oficinas ministradas, percebeu-se o baixo nível de confiança dos participantes no desenvolvimento de atividades solidárias e profissionais capazes de modificar a realidade social da comunidade. Mesmo em oficinas com o foco em empreendedorismo em negócios com baixo nível de investimento inicial, os participantes apresentaram descrenças tanto em relação às próprias capacidades individuais de iniciar o projeto como em relação aos possíveis resultados auferidos pelos negócios.

De fato, tal constatação pode ser entendida como reflexo da limitação das liberdades individuais em virtude de um contexto socioeconômico marcado pela escassez contínua de oportunidades aos indivíduos (SEN, 2010). De acordo com Sen (2010), o ambiente de restrição e privação social no qual pessoas pobres se encontram, além de causar forte estigma e humilhação nestes, mina o desenvolvimento de potencialidades individuais, causando, dessa forma, baixos níveis de autonomia pessoal (SEN, 2010) e constante incerteza sobre perspectivas de negócios futuros (BANERJEE; DUFLO, 2012).

Destarte, ações primárias de garantias de liberdades políticas e de acesso aos direitos civis básicos a partir de políticas públicas, historicamente negados nesses bairros, possibilitariam aos moradores a ampliação de suas capacidades constitutivas básicas e do seu nível de empoderamento (SEN, 2010). A partir dessa perspectiva, o desenvolvimento de modelos de negócios e do exercício de atividades profissionais de empreendimentos é fruto da ação individual, mas depende do espaço e do nível de privação social nos quais as pessoas se encontram. Dessa maneira, paralelamente ao fornecimento de tais oportunidades, ressalta-se o trabalho de empoderamento da ZEIS Pirambu com ações coletivas, o qual pode ajudar essas pessoas a mudarem o contexto socioeconômico da comunidade.

## 9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ZEIS Pirambu possui um dinamismo econômico proporcionado pela variedade de setores de atividades de negócios encontrados na região, o que ajuda na formação e consolidação do próprio mercado local, ao passo que estimula a pluralidade na qualificação profissional dos seus habitantes.

Associados, tais fatores acabam por gerar alternativas viáveis de desenvolvimento econômico, dificultando a exploração da mão de obra local por meio de empregos intermitentes ou pela cooptação de seus habitantes para economias alternativas. Isto se reflete na baixa percentagem de pessoas que possuem seu próprio negócio. Neste contexto, a renda familiar de seus moradores, verificada na aplicação de questionário, não perdeu valor substancial quando se compara do exercício de 2010 (calculada com base em sua zona de influência), pelo IBGE, ao ano de 2019, detectada a partir de pesquisa de dados primários em seu território.

As atividades econômicas levantadas na ZEIS estão, em sua maioria, relacionadas ao setor de serviços. Particularmente, os negócios locais estão associados à categoria de subsistência, representados pelas atividades de comércio, venda de itens básicos e negócios gastronômicos. Poucos moradores possuem seu próprio negócio e, dentre estes, poucos disseram estar precisando de financiamento. Uma parte substancial está disposta a abrir novos empreendimentos nos próximos cinco anos, contudo poucos têm recursos para tanto, embora aleguem ter experiência necessária.

Nesse contexto, os participantes destacaram que a criação de cooperativas que venham a apoiar o desenvolvimento de pequenos negócios na comunidade, principalmente através de financiamentos, poderia ajudar a melhorar a situação econômica de muitos moradores locais que passam por diversas dificuldades financeiras.

No que consiste a possíveis melhoras de relacionamento entre os empreendimentos locais e os bancos, os participantes destacaram alguns itens: a diminuição dos juros para compatibilizá-los com a realidade econômica dos negócios locais; a redução de burocracia para liberação de empréstimos; e o aumento no teto de valores financiados, tendo em vista a avaliação da necessidade particular de cada negócio.

As medidas de estímulo a novos negócios parecem ser um mecanismo importante para que se melhore a renda das pessoas e se possa impactar sobre a quantidade substancial de pessoas, jovens em sua maioria, que nem trabalham e nem estudam, e possuem uma alta vulnerabilidade econômica e social, enfrentando dificuldades para formação e capacitação, entre as quais: falta de recurso financeiro para arcar com as despesas dos cursos, falta de tempo,

distância da moradia para universidades e dificuldade de planejar metas e objetivos profissionais.

Na direção dos novos negócios, a população apresenta habilidades mais fortemente relacionadas ao atendimento ao público e a atividades manuais, o que revela um ponto de destaque para negócios em arte e cultura.

Assim, na segunda parte do trabalho, este diagnóstico e seus elementos mais relevantes serão levados em consideração, ao qual se acrescentará uma análise de oportunidades e tendências, objetivando indicar proposituras de intervenção na ZEIS, com objetivo de estimular a geração de trabalho e renda.

## REFERÊNCIAS

- AMARAL, R. M. **Desenvolvimento e aplicação de um método para o mapeamento de competências em inteligência competitiva**. 2006. 209 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2006. Disponível em: <<http://bdtd.ufscar.br>>. Acesso em: 13 set. 2019.
- BANERJEE, A.; DUFLO, E. **A economia dos pobres: repensar de modo radical a luta contra a pobreza global**. Lisboa: Temas e Debates–Círculos Leitores, 2012.
- BRENNER, W.; UEBERNICKEL, F. (Eds.). **Design thinking for innovation**. Cham: Springer, 2016.
- BRENNER, W.; UEBERNICKEL, F.; ABRELL, T. Design thinking as mindset, process, and toolbox. In: BRENNER, W.; UEBERNICKEL, F. (Eds.). **Design thinking for innovation**. Cham: Springer, 2016. p. 3-21.
- CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados). **Acesso online às bases estatísticas**. Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/>. Acesso em: 5 set. 2019.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO (CNC). Pesquisa Nacional CNC: Endividamento e Inadimplência. 2019. Disponível: <http://cnc.org.br/editorias/economia/pesquisas/pesquisa-de-endividamento-e-inadimplencia-do-consumidor-peic-3>. Acessado em 28 de dezembro de 2019.
- CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO CEARÁ. **Educação Profissional: escolas credenciadas**. Disponível em: <<https://www.cee.ce.gov.br/servicos/ed-profissional/>>. Acesso em: set. 2019.
- CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: as artes do fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- DAVIS, Mike. **Planeta favela**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.
- DIEESE. **A importância da política de valorização do salário mínimo e a urgência de renová-la**. Nota Técnica, nº 205, 2019.
- DUTRA, J. S. **Gestão de pessoas: modelo, processos, tendências e perspectivas**. São Paulo: Atlas, 2016.
- FIEC (Federação das Indústrias. do Ceará) 2010). **Guia Industrial do Ceará**. Fortaleza: FIEC, 2017.
- FISHER, A. L.; ALBUQUERQUE, L. G. Trends of the human resources management in Brazilian companies: a forecast according to opinion leaders from the area. **International Journal of Human Resource Management**, v. 16, n. 7, p. 1211-1227, 2005.
- OLIVEIRA, M; FREITAS, H. M. R. Focus Group – pesquisa qualitativa: resgatando a teoria, instrumentalizando o seu planejamento. **Revista de Administração da Universidade de São Paulo**, v. 33, n. 3, 1998.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **RAE-revista de administração de empresas**, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

GOOGLE. **Google Maps**. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/>>. Acesso em: set. 2019.

HAIR, J. F.; TATHAM, R. L.; ANDERSON, R. E.; BLACK, W. C. **Análise multivariada de dados**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br>>. Acesso em: set. 2019.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO (IDT). 2019

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Agenda 2030: ODS – metas nacionais dos objetivos de desenvolvimento sustentável**. IPEA, 2018.

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO DE FORTALEZA (IPLANFOR). **Relatório das ZEIS: comitê técnico intersetorial e comunitário da ZEIS**. Fortaleza: IPLANFOR, 2015.

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO DE FORTALEZA (IPLANFOR). **Fortaleza 2040: iniciando o diálogo por uma Fortaleza de oportunidades, mais justa, bem cuidada e acolhedora**. 2015. Disponível em: <[https://fortaleza2040.fortaleza.ce.gov.br/site/assets/files/publications/fortaleza2040\\_iniciando\\_o\\_dialogo\\_17-08-2015.pdf](https://fortaleza2040.fortaleza.ce.gov.br/site/assets/files/publications/fortaleza2040_iniciando_o_dialogo_17-08-2015.pdf)>. Acesso em: out. 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Índice de desenvolvimento de educação básica, 2019. Disponível em: <<http://idebescola.inep.gov.br/ideb/consulta-publica>>. Acesso em: set. 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Portal InepData**. Disponível em: <<http://inep.gov.br/inep-data>>. Acesso em: set. 2019.

KELLEY, T.; KELLEY, D. **Creative confidence: Unleashing the creative potential within us all**. New York: Crown Business, 2013.

LAHEY, R. What types of people perform competitive intelligence best? In: FLEISHER, C. S.; BLENKHORN, D. L. **Controversies in competitive intelligence: the enduring issues**. Westport: Praeger, 2003.p. 243-256.

MALAFAIA, G. S. Gestão estratégica de pessoas em ambientes multigeracionais. In: CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO, 7., Rio de Janeiro e Niterói, 2011. **Anais eletrônicos ...** Rio de Janeiro e Niterói: UFF, 2011.

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de marketing**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.  
MINAYO, M. C. S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & saúde coletiva**, v. 17, n. 3, p. 621-626, 2012.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Portal e-MEC**. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em: set. 2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Instituições credenciadas**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/instituicoes-credenciadas>>. Acesso em: set. 2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC)**. Disponível em: <<https://sistec.mec.gov.br/>>. Acesso em: set. 2019.

MORGAN, D.L. **Focus groups as qualitative research**. Beverly Hills, SAGE Publications, 1996.

MUNARETTO, L. F.; CORRÊA, H. L.; DA CUNHA, J. A. C. Um estudo sobre as características do modo Delphi e Grupo focal, como técnicas na obtenção de dados em pesquisas exploratórias. **Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria**. Santa Maria, v.6, n.1, p. 09-24, 2013.

NOGUEIRA, M. O. **Um Pirilampo no porão: um pouco de luz nos dilemas da produtividade das pequenas empresas e da informalidade no Brasil**. Brasília: IPEA, 2019.

OLIVEIRA, A. A. R.; LEITE-FILHO, C. A. P.; RODRIGUES, C. M. C. **O Processo de construção dos grupos focais na pesquisa qualitativa e suas exigências metodológicas**. Rio de Janeiro, 2007.

PORTAL DA INDÚSTRIA. **Sistema indústria**. Disponível em: <[www.portaldaindustria.com.br/cni/institucional/sistema-industria/](http://www.portaldaindustria.com.br/cni/institucional/sistema-industria/)>. Acesso em: set. 2019.

RAIS (Relação Anual de Informações Sociais). **Acesso online às bases estatísticas**. Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/>. Acesso em: 5 set. 2019.

RIBEIRO, J. S. D. A. N.; CALIJORNE, M. A. S.; JURZA, P. H.; ZIVIANI, F.; NEVES, J. T. D. R. Gestão do conhecimento e desempenho organizacional: integração dinâmica entre competências e recursos. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 7, n. 1, p. 4-17, 2017.

ROCHA-PINTO, S. R. **Dimensões funcionais da gestão de pessoas**. Editora FGV, 2015.

RUZZARIN, R.; AMARAL, A.; SIMIONOVSKI, M. **Gestão por competências: indo além da teoria**. Porto Alegre: Sebrae/RS, 2002.

SEBRAE. **Site**. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae>>. Acesso em: set. 2019.

SEBRAE. **Direcionamento estratégico do Sistema Sebrae**. Brasília: SEBRAE, 2012.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE FORTALEZA (SDE). **Mapas, índices e indicadores de Fortaleza**. Disponível em: <<https://public.tableau.com/profile/secretaria.de.desenvolvimento.economico.sde#!/>>. Acesso em: set. 2019.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL (SSPDS). **Estatísticas**. Disponível em: <<https://www.sspds.ce.gov.br/estatisticas-2/>>. Acesso em out. 2019.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2010.

SENAC. **Regimento escolar**. Fortaleza: SENAC, 2016.

SENAC. **Quem somos**. Disponível em: <<https://www.ce.senac.br/>>. Acesso em: set. 2019.

SENAI. **Site**. Disponível em: <<https://www.senai-ce.org.br/>>. Acesso em: set. 2019.

SENAR. **Site**. Disponível em: <<http://senarce.org.br/novo/>>. Acesso em: set. 2019.

SESC. **Site**. Disponível em: <<https://www.sesc-ce.com.br/>>. Acesso em: set. 2019.

SESI. **Site**. Disponível em: <<https://www.sesi-ce.org.br/>>. Acesso em: set. 2019.

SEST/SENAT. **Site**. Disponível em: <<https://www.sestsenat.org.br/>>. Acesso em: set. 2019.

SILVA, C. M. **A gestão de competências e sua influência na implementação da gestão estratégica de pessoas**: estudo de caso. 2003. 177 f. Dissertação (Mestrado em administração) - USP - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, São Paulo, 2003.

SILVA, C. N.; VERBICARO, C. O mapeamento participativo como metodologia de análise do território. **Scientia Plena**, v. 12, n. 6, 2016

TRAD, L. A. B. Grupos focais: conceitos, procedimentos e reflexões baseadas em experiência com o uso da técnica em pesquisa da saúde. **Physis**, Rio de Janeiro, v.19, n.3, 2009.

## APÊNDICE A - Questionário



**Questionário de Pesquisa do Caderno de Geração de Trabalho e Renda  
Plano Integrado de Regularização Fundiária das ZEIS - PIRF  
Universidade Estadual do Ceará**



**Prefeitura de Fortaleza**

Este questionário tem a finalidade de levantar informações para a elaboração do Plano do Caderno Geração de Trabalho e Renda. Como é possível observar, não há identificação do respondente. Agradecemos pela importante colaboração.

**Local:**

**Nº do Questionário:**

### SOCIOECONÔMICO

<b>1</b>	<b>Sexo</b>	Masculino	<input type="checkbox"/>	Feminino	<input type="checkbox"/>
1.1	<b>Gênero</b>	<input type="text"/>			

<b>2</b>	<b>Idade</b>	<input type="text"/>
----------	--------------	----------------------

<b>3</b>	<b>Estado Civil</b>	1	Solteiro(a)	<input type="checkbox"/>
		2	Casado(a) (cônjuge ou parceiro)	<input type="checkbox"/>
		3	Separado(a)	<input type="checkbox"/>
		4	Viúvo	<input type="checkbox"/>

<b>3.1</b>	<b>Orientação Sexual</b>	1	Heterossexual (Se relaciona com indivíduos do sexo oposto)	<input type="checkbox"/>
		2	Homossexual (Se relaciona com indivíduos do mesmo sexo)	<input type="checkbox"/>
		3	Outro	<input type="checkbox"/>
		4	Prefiro não comentar	<input type="checkbox"/>

<b>3.2</b>	<b>Cor Autodeclarada</b>	1	Branca	<input type="checkbox"/>
		2	Parda	<input type="checkbox"/>
		3	Negra	<input type="checkbox"/>
		4	Outra	<input type="checkbox"/>

<b>3.3</b>	<b>Caso tenha respondido 5-4</b>	1	Como você se autodeclara?	<input type="text"/>
------------	----------------------------------	---	---------------------------	----------------------

<b>4</b>	<b>Renda Domiciliar Mensal</b>	<input type="text"/>
----------	--------------------------------	----------------------

<b>4.1</b>	<b>Renda mensal individual</b>	<input type="text"/>
------------	--------------------------------	----------------------

<b>5</b>	<b>Nº de Pessoas no Domicílio</b>	<input type="text"/>
<b>5.1</b>	<b>Nº de Pessoas com Rendimento</b>	<input type="text"/>

<b>5.2</b>	<b>Nº Pessoas Maiores de 18 anos</b>	<input type="text"/>	<b>5.2.1</b>	<b>Quantas Desempregadas?</b>	<input type="text"/>
------------	--------------------------------------	----------------------	--------------	-------------------------------	----------------------

<b>6</b>	Escolaridade	1	Nunca estudou		6	Ensino técnico	
		2	Ensino fundamental incompleto		7	Ensino superior incompleto	
		3	Ensino fundamental completo		8	Ensino superior completo	
		4	Ensino médio incompleto		9	Pós-graduação	
		5	Ensino médio completo				
<b>7</b>	Áreas de Especialização	1			3		
		2			4		
<b>8</b>	Tem Interesse em Especializar-se	1			3		
		2			4		

### TRABALHO E RENDA

<b>9</b>	Você:	1	Trabalha e Estuda		3	Apenas Estuda	
		2	Apenas Trabalha		4	Nem Trabalha Nem Estuda	
9.1	Situação Trabalho: Se respondeu ao 9-1 ou 9-2	1	Carteira Assinada		4	Trabalho Informal Próprio	
		2	Estatutário		5	Trabalho Informal Assalariado	
		3	Dono de Negócio Formal		6	Outro:	
<b>10</b>	Atividades Atuais Remuneradas	1			3		
		2			4		
<b>11</b>	Profissões/ Ocupa. Passadas	1			3		
		2			4		
<b>12</b>	Bairro Onde Trabalha						

<b>13</b>	Meio de Transporte dia a dia	1	A pé		5	Moto	
		2	Bicicleta		6	Carro	
		3	Ônibus		7	Táxi / Uber / 99 Pop	
		4	Trem / Metrô		8	Outro:	
<b>14</b>	Você:	1	Tem um negócio atualmente		3	Não pensa em abrir um negócio	
		2	Pretende abrir nos próximos 5 anos				
14.1	Caso tenha respondido 14-2	1	Quantos anos tem o seu negócio?				
		2	Qual o ramo de atividade?				
		3	Quantos funcionários?				

4	Possui algum tipo de financiamento? Caso <b>sim</b> , qual?				
5	Você precisa de financiamento no momento?	Sim		Não	
5.1	Caso tenha respondido <b>sim</b> em 14.1-5, para que o financiamento?	Compra de estoque			
		Ampliação de negócio			
		Pagar dívidas			
		Caso outros (descrever quais)			

14.2	Caso tenha respondido ao 14-3	1	Qual o ramo de atividade?				
		2	Você tem recursos para abrir?	Sim		Não	
		3	Tem experiência/estudo na área?	Sim		Não	

15	Auxílio do Governo	1	Aposentadoria		4	Bolsa Família	
		2	Pensão		5	Nenhum	
		3	Seguro Desemprego		6	Outro:	

16	Você possui acesso à internet em casa	Sim		Não	
----	---------------------------------------	-----	--	-----	--

17	Você possui acesso à internet fora de casa? (3G ou 4G)	Sim		Não	
----	--	-----	--	-----	--

18	Você tem dívidas com familiares, mercadinhos ou empréstimos informais?	Sim		Não	
----	--	-----	--	-----	--

19	Tem hoje o nome no SPC / SERASA, lojas ou bancos?	Sim		Não	
----	---	-----	--	-----	--

20	Você participa de alguma atividade comunitária ou da associação do bairro?	Sim		Não	
----	--	-----	--	-----	--

#### ESCALA ABEP - Indique a quantidade de bens que você possui em seu domicílio

21	Automóveis (Carros e Motos)	0	1	2	3	Mais de 3
22	Computador	0	1	2	3	Mais de 3
23	Celular com acesso à Internet	0	1	2	3	Mais de 3

#### EMPREENDEDORISMO

24	Eu gosto da ideia de ter meu próprio negócio	Discordo	Mais ou menos	Concordo
25	Eu saberia lidar com o dia a dia de um negócio próprio	Discordo	Mais ou menos	Concordo
26	Tenho interesse em ter um trabalho não remunerado para revitalizar a minha comunidade	Discordo	Mais ou menos	Concordo

#### VIOLÊNCIA

27	A violência atrapalha o comércio no meu bairro	Discordo	Mais ou menos	Concordo
28	A violência me atrapalha de ir para o meu trabalho	Discordo	Mais ou menos	Concordo
29	A violência me atrapalha de andar no meu bairro	Discordo	Mais ou menos	Concordo

#### ENDIVIDAMENTO

30	Eu gasto mais do que ganho	Discordo	Mais ou menos	Concordo
----	----------------------------	----------	---------------	----------

#### AVALIAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS PÚBLICOS

31	A estrutura de pavimentação de ruas e calçadas atende à demanda da sua comunidade	Discordo	Mais ou menos	Concordo
32	O saneamento básico atende à demanda de toda a comunidade	Discordo	Mais ou menos	Concordo
33	O serviço de coleta de lixo atende à demanda da comunidade	Discordo	Mais ou menos	Concordo
34	A estrutura de saúde pública atende à demanda da sua comunidade	Discordo	Mais ou menos	Concordo
35	Os equipamentos de formação e educação pública na sua comunidade atendem à demanda da comunidade (Centros de Formação, Cursos Técnicos e Escolas Primárias e secundárias)	Discordo	Mais ou menos	Concordo
36	A oferta de transporte coletivo atende à demanda da sua comunidade (ônibus, topics, carros de aplicativos)	Discordo	Mais ou menos	Concordo
37	A estrutura de Lotéricas e Bancos atende à demanda da minha comunidade	Discordo	Mais ou menos	Concordo

#### COMPETÊNCIAS, HABILIDADES E ATITUDES - CHA

39	Sei utilizar ferramentas tecnológicas (Computador, Celulares, Smart tv)	Discordo	Mais ou menos	Concordo
40	Tenho facilidades em realizar atividades de aprendizado pela internet	Discordo	Mais ou menos	Concordo
41	Me dou melhor em profissões com atividades artísticas (artesanato, música etc.)	Discordo	Mais ou menos	Concordo
42	Me dou melhor em profissões com atividades manuais (cozinhar, consertar, reciclar, etc.)	Discordo	Mais ou menos	Concordo
43	Me dou melhor em profissões com atividades de atendimento de pessoas (vendedor, atendente etc.)	Discordo	Mais ou menos	Concordo
44	Me dou melhor em profissões com atividades relacionadas a números (caixa, contador, programador etc.)	Discordo	Mais ou menos	Concordo
45	Me dou melhor em profissões com atividades relacionadas à saúde (assistente de saúde, técnico em enfermagem etc.)	Discordo	Mais ou menos	Concordo
46	Me dou melhor em profissões com atividades relacionadas à didática, ensino e aprendizagem (professor, tutor etc.)	Discordo	Mais ou menos	Concordo

#### ENGAJAMENTO EM NEGÓCIOS COLETIVOS

47	Tenho interesse de participar em cooperativas e negócios coletivos na comunidade	Discordo	Mais ou menos	Concordo
48	Ajudo com o que posso as pessoas da comunidade	Discordo	Mais ou menos	Concordo
49	Gostaria de cooperar em negócios coletivos com as pessoas da comunidade	Discordo	Mais ou menos	Concordo

**SUSTENTABILIDADE - Escala de Urgência p/ Soluções no Bairro**

<b>50</b>	Disponibilizar água potável e saneamento	Urgente	Muito urgente	Extremamente urgente
<b>51</b>	Proteger a vida aquática	Urgente	Muito urgente	Extremamente urgente
<b>52</b>	Proteger a vida terrestre	Urgente	Muito urgente	Extremamente urgente
<b>53</b>	Promover a paz e proporcionar acesso à justiça	Urgente	Muito urgente	Extremamente urgente
<b>54</b>	Acabar com a pobreza	Urgente	Muito urgente	Extremamente urgente
<b>55</b>	Ter trabalho digno e crescimento econômico	Urgente	Muito urgente	Extremamente urgente
<b>56</b>	Acabar com a fome	Urgente	Muito urgente	Extremamente urgente
<b>57</b>	Estimular atividades culturais e práticas esportivas	Urgente	Muito urgente	Extremamente urgente
<b>58</b>	Reduzir a desigualdade de renda	Urgente	Muito urgente	Extremamente urgente
<b>59</b>	Ter educação de qualidade	Urgente	Muito urgente	Extremamente urgente
<b>60</b>	Reduzir a desigualdade de gênero (entre homens e mulheres)	Urgente	Muito urgente	Extremamente urgente
<b>61</b>	Ter acesso à saúde de qualidade	Urgente	Muito urgente	Extremamente urgente

**VOLUME II**  
**PLANO DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA**

## APRESENTAÇÃO PROPOSTAS

Este trabalho está dividido em três seções, com o intuito de demonstrar as bases de fundamentação que serão a referência principal para justificar as Propostas de Geração de Trabalho e Renda para a Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) Pirambu, que são, ao fim e ao cabo, a sua parte determinante.

Na primeira seção, estabeleceu-se realizar um confronto com as medidas delineadas pelo Plano de Trabalho da ZEIS Pirambu, as quais foram discutidas, estabelecidas e aprovadas entre Universidade Estadual do Ceará (UECE), Instituto de Planejamento de Fortaleza (IPLANFOR) e Conselho Gestor da ZEIS, significando um resumo daquilo que foi idealizado vis-à-vis ao que foi realizado em todo trabalho do Caderno, somando documento de diagnóstico e proposta.

Já na segunda seção, apresenta-se a metodologia utilizada especificamente para a elaboração de propostas, a qual alia três dimensões em seu delineamento: os achados do diagnóstico; o estudo sobre as tendências que hoje se encontram no estado da arte da temática sugerida; o levantamento de oportunidades para a consecução dessas propostas encontradas nas interações realizadas entre a equipe do Caderno e outros atores, tendo como exemplo a própria comunidade da ZEIS e os membros do Conselho Gestor, além de contatos mantidos com órgãos como SENAC, SEBRAE, Sistema Nacional de Emprego (SINE), Banco do Nordeste (BNB), Crediamigo, entre outros.

As propostas estão, finalmente, apresentadas na terceira seção, as quais, respeitando as dimensões e outros regramentos explorados na metodologia, compõem um quadro coerente e consistente com aquilo que foi estudado durante o período em que se esteve à disposição para adentrar nos meandros que formam a ZEIS Pirambu. Certamente, não se tem a veleidade de apontar que tudo está mapeado e apontado, pois, diante da dinâmica e da complexidade de uma aglomeração urbana e humana, torna-se quase impossível alcançar-se ou prever todas as soluções. Ademais, vale ressaltar que o conteúdo apresentado se enquadra como proposta e não como plano de ação. Não coube à Universidade delimitar elementos relacionados a planos de ação, como cronograma, prazo, meta e indicadores. Tal detalhamento deve ser traçado para cada iniciativa em conjunto com as instituições envolvidas: ZEIS e Conselho Gestor, Prefeitura de Fortaleza e demais órgãos parceiros. A equipe da UECE, responsável pela elaboração dos documentos de diagnóstico e proposta, manifesta-se como possível parceira para a realização dessas ações.

Ainda em relação às propostas apresentadas, elas são muito semelhantes quando comparadas às outras duas ZEIS estudadas (Moura Brasil e Lagamar), e isso se justifica em função de:

- a) Alguns negócios já constavam como sugestões nos próprios planos de trabalhos do Plano Integrado de Regularização Fundiária (PIRF), elaborados desde o início pelo IPLANFOR, o que motivou o estudo e a inserção dessas propostas em todas as três localidades.
- b) Ter sido constatado, pela equipe do Caderno, que alguns negócios, embora lembrados apenas por moradores de uma das três ZEIS, se apresentavam também como resolução para questões de emprego e renda muito semelhantes encontrados nas outras duas.

Ao fim, nos apêndices deste volume, acrescentam-se três sugestões: uma Metodologia de Capacitação Empreendedora; uma plataforma virtual, que permite uma maior interação da Prefeitura com a Comunidade; e uma descrição de modelos que podem ser utilizados na Gestão de Resíduos Sólidos, baseados no estado da arte do que se estuda hoje em nível mundial.

## 1 PLANO DE TRABALHO: PROPOSIÇÕES E AÇÕES

No campo das proposições a serem apresentadas, elas se restringiram a dois itens do Plano de Trabalho, quais sejam:

- a) **Fomento e desenvolvimento de empreendimentos de economia solidária:**
  - i. Realizar inventário dos empreendimentos de economia solidária na ZEIS Pirambu;
  - ii. Identificar instituições públicas e privadas que apoiam empreendimentos de economia solidária;
  - iii. Analisar com o Conselho Gestor a viabilidade da implantação dos grupos de trocas solidárias no âmbito da ZEIS Pirambu;
  - iv. Preparar metodologia de difusão da ideia do consumo solidário e da conscientização ambiental;
  - v. Verificar a viabilidade de formação de cooperativas populares;
  - vi. Consultar os bancos públicos sobre a possibilidade de retomada do Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários.
- b) **Empreendedorismo e inovação:**
  - i. Elaborar metodologias para identificação de oportunidades para a instalação de empreendimentos de inovação;
  - ii. Indicar ações de sensibilização e capacitação de potenciais empreendedores locais;
  - iii. Elaborar metodologias de funcionamento de locais permanentes para preparação, capacitação e discussão de novos conhecimentos para jovens do local, futuros empreendedores;
  - iv. Indicar o estudo de várias formas de organização das atividades locais (redes, alianças estratégicas, Arranjo Produtivo Local, entre outras);
  - v. Verificar a possibilidade de fomento ao microcrédito e a viabilidade de implantação de Banco Comunitário;
  - vi. Pesquisar junto aos pequenos negócios existentes sobre as necessidades de financiamento.

Em termos metodológicos esses dois grandes blocos foram divididos, no Plano de Trabalho, em ações, como a seguir detalhado:

- i. Identificar os principais arranjos produtivos locais atuais e as lacunas de atividades produtivas que venham a propiciar um maior dinamismo e competitividade se foram implantadas;
- ii. Discutir com os representantes da comunidade as formas solidárias de implantação desses empreendimentos;
- iii. Identificar programas de fomento à implantação desses empreendimentos juntos a organizações públicas;
- iv. Definir programas de capacitação e metodologias a serem aplicadas juntos aos empreendedores desses empreendimentos;
- v. Definir que tecnologias devem ser buscadas para a agregação de valor às tradicionais e novas atividades;
- vi. Identificar tecnologias inovadoras que possam ser implantadas na comunidade, cujos benefícios sejam compartilhados;
- vii. Estudar e elaborar modelo de monetização comunitária lastreada por instituição de fomento comunitário, observando os novos modelos de

*fintechs*<sup>14</sup> e de moedas virtuais; viii. Sugerir modelos de aproveitamento de resíduos sólidos, com geração de trabalhos e renda e observando conceitos modernos de sustentabilidade; ix. Definir linhas estratégicas a serem implantadas no segmento da pesca; x. Reuniões com o Conselho da ZEIS-Pirambu para discutir sobre o Diagnóstico.

O Quadro 1, a seguir, apresenta uma integração entre as proposições e ações acima expostas e os resultados que foram obtidos durante o estudo.

---

<sup>14</sup> *Fintech* é um termo que surgiu da união das palavras *financeira* (financeiro) e *technology* (tecnologia). As *fintechs* são majoritariamente startups que trabalham para inovar e otimizar serviços do sistema financeiro. Essas empresas possuem custos operacionais muito menores comparadas às instituições tradicionais do setor, pois utilizam tecnologias que elevam a eficiência dos processos e barateiam os serviços ofertados. Exemplo disso é o uso de smartphones para o uso de bancos móveis e a possibilidade de realizar investimentos.

### Quadro 1 – Proposições e ações do plano de trabalho e os resultados obtidos

(continua)

LINHAS DO PIRF: Fomento e Desenvolvimento de Economia Solidária e Empreendedorismo e Inovação			
Itens de Observação do Plano	Resultados	Ações na ZEIS	Resultados
i. Realizar inventário dos empreendimentos de economia solidária na ZEIS Pirambu.	Foi realizado um grupo focal sobre economia solidária, cujos resultados indicaram a existência dos seguintes empreendimentos, por parte dos participantes: associação das castanheiras, associação das mulheres empreendedoras e associação de pescadores. Atrelada a esses, destaca-se, ainda, a Sociedade Comunitária de Reciclagem do Lixo do Pirambu (SOCRELP) (para mais informações, ver o documento de Diagnóstico da ZEIS, seção 4.1.2 - Negócios coletivos e economia solidária e o Caderno de Participação Comunitária e Desenvolvimento Social).	Identificar os principais arranjos produtivos locais atuais e as lacunas de atividades produtivas que venham a propiciar um maior dinamismo e competitividade se foram implantadas.	Analisando os estabelecimentos identificados, segundo as atividades econômicas, destaca-se o setor de alimentação, com 53% dos estabelecimentos. Em seguida o setor de lojas que representa 31,5% da atividade comercial local, seguido pelo segmento de serviços com 9,2% e, por fim, tem-se os setores automotivos com 6,3%. A maior proporção de vazios concentra-se em atividades como borracharia, livrarias e bancos e lotéricas (para mais informações, ver o documento de Diagnóstico da ZEIS, seção 5.3 vazios econômico e vazios por atividades).
ii. Identificar instituições públicas e privadas que apoiam empreendimentos de economia solidária.	O BNB, com o Crediamigo, já faz empréstimos com grupos solidários. Para empreendimento solidários, haveria a possibilidade, ficando mais facilitada com a criação, pela Prefeitura Municipal, de um Fundo Garantidor de Crédito (ver proposta na segunda seção).	Discutir com os representantes da comunidade as formas solidárias de implantação desses empreendimentos.	Foi realizado um grupo focal sobre economia solidária na fase de Diagnóstico. Os participantes destacaram que a criação de cooperativas que apoiassem o desenvolvimento de pequenos negócios na comunidade, principalmente através de financiamentos, poderia ajudar a melhorar a situação econômica de muitos moradores locais que passam por diversas dificuldades financeiras (para mais informações, ver o documento de Diagnóstico da ZEIS, seção 4.1.2 - Negócios coletivos e economia solidária).

**Quadro 1 – Proposições e ações do plano de trabalho e os resultados obtidos**

(continuação)

<b>LINHAS DO PIRF: Fomento e Desenvolvimento de Economia Solidária e Empreendedorismo e Inovação</b>			
<b>Itens de Observação do Plano</b>	<b>Resultados</b>	<b>Ações na ZEIS</b>	<b>Resultados</b>
iii. Analisar com o Conselho Gestor a viabilidade da implantação dos grupos de trocas solidárias no âmbito da ZEIS Pirambu.	Existe uma proposta da própria comunidade para a criação de uma associação que permita “enxergar” os diversos negócios da comunidade, constantes da segunda seção deste trabalho. Ali pode ser uma semente da implantação de um sistema de “Troca Solidária”, já que foi identificada uma forte ação solidária entre as pessoas da comunidade.	Identificar programas de fomento à implantação desses empreendimentos juntos a organizações públicas.	Foi realizada pesquisa em sites de bancos públicos e entrevista com representante do Crediamigo, quando se verificou uma possibilidade de destinação de crédito, desde que o governo municipal crie um “Fundo Garantidor de Crédito” (ver propostas na terceira seção).
iv. Preparar metodologia de difusão da ideia do consumo solidário e da conscientização ambiental.	Para a criação de projetos solidários, propõe-se, na segunda seção, uma metodologia de capacitação de pessoas onde essas ideias serão amplamente discutidas.	Definir programas de capacitação e metodologias a serem aplicadas juntos aos empreendedores desses empreendimentos.	Somente depois da elaboração de projetos de empreendimentos de economia solidária, poder-se-ão definir cursos e metodologias específicas para os diversos ramos de negócios. No entanto, na terceira seção, já existe proposta de um curso de empreendedores que define a metodologia de criação de negócios solidários.
v. Verificar a viabilidade de formação de cooperativas populares.	Dentre as ideias de formação de empreendimentos solidários, as cooperativas estarão presentes.	Definir quais tecnologias devem ser buscadas para a agregação de valor às tradicionais e novas atividades.	Na terceira seção, consta a proposta de empreendimento inovador que se propõe agregar valor à produção no setor tradicional da pesca.
vi. Consultar os bancos públicos sobre a possibilidade de retomada do Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários.	O BNB, com o Crediamigo, já faz empréstimos com grupos solidários. Para empreendimento solidários, haveria a possibilidade, ficando mais facilitada com a criação, pela Prefeitura Municipal, de um Fundo Garantidor de Crédito (ver proposta na segunda seção).	Identificar tecnologias inovadoras que possam ser implantadas na comunidade, cujos benefícios sejam compartilhados.	Duas propostas, definidas na terceira seção, vão ao encontro dessa ação, pois definem empreendimentos de largo alcance em benefícios solidários.

### Quadro 1 – Proposições e ações do plano de trabalho e os resultados obtidos

(continuação)

LINHAS DO PIRF: Fomento e Desenvolvimento de Economia Solidária e Empreendedorismo e Inovação			
Itens de Observação do Plano	Resultados	Ações na ZEIS	Resultados
vii. Elaborar metodologias para identificação de oportunidades para a instalação de empreendimentos de inovação.	Para a criação de projetos solidários e de inovação, propõe-se, na segunda seção, uma metodologia de capacitação de pessoas onde essas ideias serão amplamente discutidas.	Estudar e elaborar modelo de monetização comunitária lastreada por instituição de fomento comunitário, observando os novos modelos de <i>fintechs</i> e de moedas virtuais.	Proposta registrada na terceira seção.
viii. Indicar ações de sensibilização e capacitação de potenciais empreendedores locais.	O resultado do item anterior também se enquadra nesse item. Proposta consta na segunda seção.	Sugerir modelos de aproveitamento de resíduos sólidos, com geração de trabalho e renda, observando conceitos modernos de sustentabilidade.	Proposta constante da terceira seção e do <b>APÊNDICE C</b> .
ix. Elaborar metodologias de funcionamento de locais permanentes para preparação, capacitação e discussão de novos conhecimentos para jovens do local, futuros empreendedores.	Está sugerido, na segunda seção, o local mais apropriado para a preparação e capacitação das pessoas da ZEIS Pirambu.	Definir linhas estratégicas a serem implantadas no segmento da pesca.	Existe proposta, na terceira seção, específica para esse segmento.
x. Indicar o estudo de várias formas de organização das atividades locais (redes, alianças estratégicas, Arranjo Produtivo Local, entre outras).	Segundo dados coletados durante a elaboração do diagnóstico da ZEIS, o território apresenta uma considerável diversidade de empreendimentos econômicos. Foram localizados 550 estabelecimentos com atividades econômicas variadas a partir da investigação cartográfica (para mais informações ver, o documento de Diagnóstico da ZEIS, seção 4. Mapeamento das Atividades Econômicas).	Reuniões com o Conselho da ZEIS Pirambu para discutir sobre o Diagnóstico.	Uma reunião de apresentação dos resultados do Diagnóstico foi realizada na ZEIS Pirambu, no dia 25 de janeiro de 2019.

### Quadro 1 – Proposições e ações do plano de trabalho e os resultados obtidos

(conclusão)

LINHAS DO PIRF: Fomento e Desenvolvimento de Economia Solidária e Empreendedorismo e Inovação			
Itens de Observação do Plano	Resultados	Ações na ZEIS	Resultados
xi. Verificar a possibilidade de fomento ao microcrédito e a viabilidade de implantação de banco comunitário.	O fomento ao microcrédito já foi assegurado pelo próprio Diretor do Crediamigo, que esteve presente ao Workshop de 21 de novembro de 2019, na UECE, e está registrado em entrevista realizada no dia 18 de fevereiro de 2020.	Verificar a situação de endividamento individual dos moradores da ZEIS através de um <i>survey</i> .	De acordo com os dados do <i>survey</i> , 27,9% dos respondentes indicaram possuir pequenas dívidas, geralmente com parentes e restritas ao contexto local. Por outro lado, 33,3% dos respondentes possuem dívidas no SPC ou SERASA. Quando analisadas as duas categorias de dívida conjuntamente, 44,7% indicaram possuir dívidas formais e/ou informais (para mais informações, ver o documento de Diagnóstico da ZEIS, página 73).
xii. Pesquisar com os pequenos negócios existentes as necessidades de financiamento.	De acordo com dados do <i>survey</i> , 24% detinham financiamento, sendo 8% provenientes de microfinanciamento, 8% de outras pessoas e 8% das famílias (para mais informações, ver o documento de Diagnóstico da ZEIS, página 23).	Identificar a relação dos pequenos negócios locais com financiamentos e empréstimos por bancos e terceiros por meio de um grupo focal.	De acordo com os dados do grupo focal, os participantes, em sua maioria, destacaram já terem feito empréstimos para os seus negócios locais, com banco ou com amigos e familiares, com destaque para a atuação do Crediamigo. Porém, muitos relataram não realizar mais empréstimos porque o valor liberado para financiamento não atende às suas necessidades, destacando-se, nesse caso, a reforma de embarcações de pesca, que necessita de alto volume de recursos (para mais informações, ver o documento de Diagnóstico da ZEIS, página 30).

Fonte: Autoria própria.

## 2 METODOLOGIA

### 2.1 Dimensões norteadoras

A seguir será descrita a metodologia utilizada pela equipe do Caderno para construir as propostas que possam estimular a geração de trabalho e renda (GTR) na ZEIS Pirambu.

De forma geral a metodologia baseia-se no processo de Geração de Cenários (CHEN *et al.*, 2019; CHEREPOVITSYN; ILINOVA, 2018; GAO *et al.*, 2016; SANTOS *et al.*, 2010), considerando a relação entre a análise de cenário base e propostas de GTR.

No que diz respeito à análise de cenário, ela foi realizada em três dimensões, a saber:

- a) no diagnóstico realizado na ZEIS pela equipe do Caderno, para o qual se utilizou dos métodos científicos como a pesquisa bibliográfica, documental e de campo (VERGARA, 2014) e, nesta última, valendo-se do uso de *survey*, grupos focais e oficinas de oportunidades de negócios (design thinking);
- b) na análise de tendência, por meio de prospecção de possíveis trajetórias em temas relevantes para GTR em condições econômicas e sociais da ZEIS;
- c) na verificação de oportunidades identificadas pela equipe em diversas conexões com o Conselho Gestor da ZEIS e com instituições que trabalham com estímulo à geração de trabalho e renda em Fortaleza, através do oferecimento de serviços de capacitação, assistência técnica, empregabilidade e financiamento.

### 2.2 Detalhamento das dimensões

#### 2.2.1 Dimensão 1 - Diagnóstico da ZEIS

Uma vez realizado o diagnóstico, construiu-se uma matriz de pontos centrais e mais relevantes que possam facilitar ou dificultar a geração de trabalho e renda na ZEIS, considerando: as competências instaladas na ZEIS, seus principais negócios, formação educacional e profissional das pessoas, empregos gerados para a população fora e dentro da ZEIS, a economia da Zona de Influência Econômica da ZEIS, entre outros pontos observados.

É importante ressaltar que se deve consultar o documento de diagnóstico da ZEIS para mais informações sobre a coleta dos dados e informações, os métodos utilizados, as interações com a comunidade e moradores, os resultados e as análises obtidas.

### 2.2.2 Dimensão 2 - Análise de tendência

A análise de tendência deu-se considerando a literatura científica e técnica na área e utilizando casos de sucesso e modelos propostos que se caracterizem como fatos portadores de futuro para situações e cenários semelhantes a outros encontrados na ZEIS estudada.

### 2.2.3 Dimensão 3 - Análise de oportunidade

A análise de oportunidade considerou os mecanismos e políticas públicas que são ofertados por instituições e que possam estimular a GTR na ZEIS. A identificação destas oportunidades deu-se pelo acesso que se teve ao material de divulgação (sites, prospectos etc.) e o contato direto com representantes destas instituições (BNB; SEBRAE; SENAC; Federação das Indústrias do Estado do Ceará – FIEC; Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior – SECITECE; Secretaria Municipal de Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente – SEDET; Crediamigo; Instituto Nordeste Cidadania – INEC; entre outros), cujos resultados mais expressivos foram conseguidos em Workshop realizado na Universidade Estadual do Ceará, no dia 21.11.19, e em entrevista com o Diretor-Geral do Crediamigo, vinculado ao Banco do Nordeste do Brasil, no dia 18.02.20.

Ressalta-se que, através do workshop, foi possível articular ideias e propostas a partir da interação entre comunidade, representada por moradores e membros do Conselho Gestor, e instituições ligadas ao desenvolvimento econômico. As organizações que participaram do evento foram: Central Única dos Trabalhadores (CUT), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Instituto de Desenvolvimento do Trabalho (SINE/IDT), Banco do Nordeste (BNB), Instituto Nordeste Cidadania (INEC) e Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior (SECITECE). Ademais, os aspectos discutidos foram norteados por temas como ofertas de empregos, capacitação de trabalho, oportunidades de negócios e economia solidária. Para mais informações e detalhes sobre a metodologia e o evento, sugere-se ver o documento de Diagnóstico da ZEIS, seção 3.4 “Oficinas de Identificação de Oportunidades: Design Thinking e Workshop” e seção 8 “Identificação de Oportunidades”.

### 2.3 Políticas públicas e mecanismos de implantação das propostas

Com base nas análises anteriores foram construídos cenários com propostas de políticas públicas e mecanismos de geração de trabalho e renda. Neste caso, foi realizado o cruzamento das análises (diagnóstico, tendência e oportunidade) com a tipologia usada para as propostas. Assim, as propostas foram agrupadas em quatro categorias, a saber:

- a) Tradicional de impacto preponderantemente social: são políticas e mecanismos que se situam em setores econômicos tradicionais e que se caracterizam por uma ação social.
- b) Tradicional de impacto preponderantemente de mercado: propostas em setores economicamente tradicionais que se caracterizam por uma ação via as estruturas de mercado.
- c) Inovadora/emergente de impacto preponderantemente social: propostas que não sejam facilmente encontradas na ZEIS, no estado e no país com ação realizada pelos aspectos mais sociais.
- d) Inovadora (ou emergente) com ação realizada por meio dos mercados.

A Figura 1 sintetiza o processo do percurso metodológico realizado para a construção das propostas. As informações de entrada do processo – diagnóstico, tendências e oportunidades – deram suporte para a construção das propostas em termos de políticas públicas e mecanismos de intervenção, situadas nas quatro categorias apresentadas.

**Figura 1 – Trajetória metodológica**



Fonte: Autoria própria.

### 3 PROPOSTAS

As propostas a seguir delineadas estão baseadas nos princípios norteadores estabelecidos no Plano de Trabalho do Caderno de Geração de Trabalho e Renda (GTR), os quais foram submetidos e aprovados pelo IPLANFOR – Instituto de Planejamento de Fortaleza e, posteriormente, pelo Conselho Gestor da Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) do Pirambu, os quais relembramos abaixo.

O conceito de Sustentabilidade assenta-se, para a maioria dos que se debruçam sobre esse tema, no tripé composto pelas dimensões econômica, social e ambiental, conhecido pela expressão em inglês *triple bottom line*. Apesar desse entendimento largamente aceito, há autores que chegam a se referir a oito dimensões, como é o caso de Sachs (2002). Neste trabalho, além das três dimensões já citadas, a base da Sustentabilidade ganha uma quarta dimensão: a cultural, já presente no entendimento de vários estudiosos, inclusive do próprio Sachs. A adoção, aqui, dessa quarta dimensão, em separado da dimensão social, se deve à sua importância, especialmente quando se trata de estudos que envolvem comunidades, e principalmente considerando as potencialidades das manifestações culturais na geração de trabalho e renda.

Uma das bases da dinâmica do desenvolvimento econômico é o processo inovativo que as organizações buscam como forma de se destacarem competitivamente, desenvolvendo novas modelagens de negócios e novas aplicações tecnológicas, em um espectro que vai da inovação social, passa pela inovação frugal e chega à inovação das tecnologias disruptivas. É necessário considerar as habilidades e vocações inovadoras das comunidades, habilitando seus cidadãos a serem protagonistas nestes processos, impactando positivamente - e em rede - as suas vidas e as vidas das pessoas de seu território.

O consumo colaborativo é um conceito que representa um conjunto de práticas de mercado que pode transcender a dimensão puramente econômica, envolvendo, principalmente, relações de compartilhamento, reciprocidade e colaboração, entre outras. Apesar de englobar um amplo conjunto de atividades, esse se insere em uma perspectiva econômica ainda mais ampla, denominada de economia do compartilhamento.

Embasando-se em premissas constituintes mercadológicas e não mercadológicas, a economia do compartilhamento amplia as suas fronteiras para compreender modelos e iniciativas que se estabelecem dentro do próprio mercado. Similarmente, práticas particulares compreendidas pela economia do compartilhamento também suscitam um olhar teórico diferenciado da natureza das relações e valores humanos.

Com base nesses princípios, apresentamos as propostas de melhoria no quadro da geração de trabalho e renda na ZEIS Pirambu, levando ainda em consideração que a aplicação seja realizada com a cocriação da comunidade, sem que sejam necessárias imposições de ideias exógenas.

Nesse sentido, propor o estímulo ao surgimento de negócios baseados, por exemplo, nos princípios da Economia Solidária vai ao encontro de uma das tendências mais experimentadas em ambientes de baixa renda, recomendada por estudiosos do tema e testadas em lugares que difundem o seu sucesso pelo mundo afora, como Bangladesh (PANSERA; MARTINEZ, 2017).

No entanto, por que razão não indicar em quais ramos de atividade esses negócios serão criados? Porque essa resposta é fruto de outros estudos que incluem a pesquisa em vazios econômicos existentes na comunidade, de estudos de mercado que indicam se os empreendimentos serão viáveis mercadológica e economicamente, e, também e principalmente, dos desejos dos empreendedores em dedicar o seu trabalho a atividades que se identifiquem mais proximamente com os seus projetos de vida.

Não respeitar esses requisitos básicos seria insistir em seguir modelos tradicionais de abertura de negócios baseados simplesmente em palpites ou em estudos superficiais sobre empreendimentos e empreendedores.

Para tentar fugir desses paradigmas, é que sugerimos como proposta apenas a inovação dos empreendimentos de economia solidária, acrescentando como metodologia para identificar os ramos de atividades desses negócios uma Metodologia de Capacitação Empreendedora, a ser realizada utilizando-se de um método já testado, com sucesso, nos municípios de Maranguape e Maracanaú, que detêm um conteúdo diferenciado dos cursos de empreendedores oferecidos comumente por diversos órgãos.

Dentre as diversas diferenciações, está o fato de que os ramos de atividades e, dentro dessas, os empreendimentos a serem contemplados, devem ser definidos pelos próprios indivíduos, quando assumirem suas responsabilidades sobre os seus próprios destinos e depois da realização de pesquisas de mercados, entre outros estudos, que lhes permitam indicar os negócios mais adequados para eles enquanto empreendedores.

Assim, sugere-se que essa Metodologia de Capacitação Empreendedora, descrita no **APÊNDICE A** deste Plano, seja aplicada em todos os segmentos de negócios que estão propostos, naquilo que couber. A equipe da UECE, que detém expertise na aplicação dessa metodologia, coloca-se como possível parceira para a realização dessa ação.

De outro lado, seria essencial que todos os cursos de capacitação fossem realizados em espaço (s) que se situasse (m) dentro da própria ZEIS, portanto próximo (s) dos participantes.

Ademais, seria interessante que esses lugares pudessem disponibilizar as suas dependências para abrigar inicialmente os pequenos empreendimentos, para funcionarem em conjunto, em um “Espaço de *Coworking*”<sup>15</sup>, isto é, um espaço compartilhado, o que potencializaria a integração dos talentos, além de oferecer condições para a troca de experiências positivas, necessárias a um ambiente de empreendedorismo.

Dessa forma, sugerimos que na ZEIS Pirambu espaços de capacitação e de *coworking* possam ser instalados em dependências como as do Centro Urbano de Cultura, Arte, Ciência e Esporte (CUCA), na Barra do Ceará, e as do Centro de Iniciação Profissional (CIP), localizado na Rua Marcílio Dias, 632, no Pirambu, os quais deveriam ser preparados/adequados pela Prefeitura Municipal.

Ressalta-se que o Plano Urbanístico aponta em suas propostas a reorganização do CIP para uso cultural, sendo o espaço amplo o suficiente para atuar como um ambiente multifuncional. O Plano de Participação Comunitária e Desenvolvimento Social sugere parcerias com o CUCA em suas propostas.

### **3.1 Setores tradicionais na dimensão social**

Conforme discutido anteriormente, as propostas se dividem em setores de abordagem e temáticas. Na dimensão social dos setores tradicionais, a temática abordada é a de qualificação e cooperação de profissionais. A descrição das propostas (políticas públicas e mecanismos) está apresentada no Quadro 2. Esta pauta-se, a saber, no diagnóstico, nas tendências e nas oportunidades relacionadas ao setor.

O Plano de Participação Comunitária e Desenvolvimento Social também destaca a qualificação de profissionais da ZEIS como proposta sugerida pelos moradores.

---

<sup>15</sup> *Coworking* é um modelo de trabalho que se baseia no compartilhamento de espaço e recursos de escritório, reunindo pessoas que trabalham não necessariamente para a mesma empresa ou na mesma área de atuação, podendo inclusive reunir entre os seus usuários os profissionais liberais, empreendedores e usuários independentes.

## Quadro 2 – Propostas - Qualificação e cooperação de profissionais

(continua)

Diagnóstico	Tendências	Oportunidades
<p>Cerca de 40% da população da Zona de Influência Econômica recebe até no máximo um salário mínimo, sendo esse percentual maior entre o público feminino: 51,3% mulheres ganham até um salário. Esses dados revelam a existência de uma situação de fragilidade econômica, com alta taxa de habitantes sem rendimento (40,7%) ou com baixo nível de remuneração nominal (até um salário mínimo).</p> <p>Uma parcela significativa da população se encontra em estado de dependência, desemprego ou de desalento, isto é, aquelas pessoas que desistiram de procurar trabalho, indicando a presença de uma alta taxa de indivíduos que podem se encontrar em situação de vulnerabilidade financeira.</p> <p>Cerca de 21% dos moradores não trabalham ou não estudam. Todavia, esse valor é ainda mais elevado para as mulheres (27,3%) do que em comparação aos homens (9,6%) em situação de ausência de trabalho ou estudo.</p>	<p>Negócios tradicionais, como bares, restaurantes e pequenas confecções, podem, na perspectiva das chamadas empresas sociais, ter a dualidade de realizar negócios no mercado e ter objetivos sociais (MITCHELL; MADILL; CHREIM, 2016; PATEL; MEHTA, 2011).</p> <p>A Euromonitor (2020) apresenta estudo que evidencia o consumo consciente como uma das dez principais tendências de mercado.</p> <p>A AKATUS (empresa de <i>marketplace</i><sup>16</sup> de consumo consciente), em pesquisa recente com consumidores brasileiros, concluiu que uma das práticas empresariais mais apreciadas pelos consumidores é a remuneração justa que garanta um nível de vida decente, sem diferenciação por idade, gênero ou cor.</p>	<p>Oferta de cursos do SINE, SENAC e SENAI, voltados para treinamento de pessoal que trabalham em bares, restaurante e costureiras, conforme articulação realizada entre as instituições e membros do Conselho Gestor no Workshop de Elaboração de Propostas.</p> <p>Disponibilidade de cursos de formação de empreendimentos solidários (cooperativas) em instituições como as Instituições de Ensino Superior (IES) cearenses, notadamente na UECE (APÊNDICE A).</p>
Propostas		
Políticas Públicas	Mecanismos	
<p><b>Descrição:</b></p> <p>Criar lei de subsídios em impostos municipais e estaduais para estabelecimentos que contratem pessoas que morem nas ZEIS.</p>	<p><b>Descrição:</b></p> <p>Criação de Cooperativa de trabalhadores nos ramos de bares, restaurantes e confecções, com missão de treinar novos e aperfeiçoar estes profissionais, ofertando seus serviços no mercado e, ao mesmo tempo, praticando o objetivo social de valorizar estes trabalhadores, reduzindo desigualdades e criando renda para os moradores da ZEIS, por meio de selo: CONTRATO DAS ZEIS.</p>	

<sup>16</sup> O *marketplace* remete a um conceito mais coletivo de vendas online. Nessa plataforma, diferentes lojas podem anunciar seus produtos, dando ao cliente um leque de opções. Atua, dessa forma, como uma loja colaborativa.

## Quadro 2 – Propostas - Qualificação e cooperação de profissionais

(conclusão)

Propostas	
Políticas Públicas	Mecanismos
<p><b>Ações/Responsáveis:</b></p> <p>Realizar parceria com o curso de Direito das IES cearenses para propor leis municipais e estaduais.</p> <p>Responsáveis: Conselho Gestor e representantes das IES.</p> <p>Marcar audiência com deputados e vereadores ligados às áreas e aos objetivos das ZEIS em Fortaleza e encaminhar o projeto das leis.</p> <p>Responsáveis: Conselho Gestor e representantes de deputados estaduais e vereadores de Fortaleza.</p>	<p><b>Metodologia de implantação:</b></p> <p>Formação de grupo de trabalho com Organizações não governamentais (ONGs) e IES que possam ajudar na elaboração do projeto da cooperativa (Plano de Participação Comunitária e Desenvolvimento Social da ZEIS Pirambu diagnosticou a necessidade de parcerias com IES).</p> <p>Constituir a cooperativa e divulgar na ZEIS para conseguir adesões de cooperados e primeiros parceiros.</p> <p>Formalizar com SINE, SEBRAE, SENAC e SENAI cursos de formação dos cooperados.</p> <p>Formalizar parceria com ONG e IES para produzir o selo CONTRATO DAS ZEIS.</p>

Fonte: Autoria própria.

### **3.2 Setores tradicionais na dimensão mercado**

Na dimensão mercado, do setor tradicional, foram abordadas duas temáticas: gastronomia, estética e moda/vestuário (abreviado para GE&M) e pesca e beneficiamento. O Quadro 3, apresentado a seguir, retrata o diagnóstico, as tendências, as oportunidades e as propostas (políticas públicas e mecanismos) na temática GE&M. Enquanto o Quadro 4 exhibe os mesmos aspectos na temática pesca e beneficiamento.

É interessante destacar que a temática da pesca também foi discutida no Plano de Participação Comunitária e Desenvolvimento Social e no Plano Urbanístico.

**Quadro 3 – Propostas - Gastronomia, estética e moda/vestuário (GE&M)**

Diagnóstico	Tendências	Oportunidades
<p>O potencial da criação de novos negócios: 43,8% dos respondentes indicaram desejar abrir um negócio nos próximos cinco anos.</p> <p>Embora ainda estejam majoritariamente relacionadas ao setor de serviços, a diversidade de atividades econômicas mencionadas pelos respondentes foi ampla.</p> <p>Em geral, as atividades elencadas para abertura de novos negócios na comunidade concentram-se em quatro áreas específicas, como estética e beleza, gastronomia, pequenos mercantis e vestuário, representando 65% dos tipos de negócios mencionados.</p>	<p>Segundo o SEBRAE (2014), o setor de Alimentação fora de Casa (AFL) representa 2,4% do PIB e 35% dos gastos com comida dos brasileiros são em AFL.</p> <p>Segundo Toni (2018), as vendas no varejo de vestuário somaram R\$ 220 bilhões em 2017, 9% a mais do que em 2016, com 6,2 bilhões de peças (8,1% mais que no ano anterior). A alta estimada para 2018 é de 5% em volume e de 7,6% em receitas nominais.</p> <p>Para o SEBRAE (2020), apesar da desaceleração da economia nacional, o mercado de produtos e serviços de saúde e bem-estar está cada vez mais promissor. O setor de salões de beleza e clínicas de estética atingiu o número recorde de meio milhão de estabelecimentos e estima-se uma alta de 10% no faturamento até o final de 2019, com cifras ultrapassando R\$ 107 bilhões.</p>	<p>Instalação do SENAC Reference no Ceará – Espaço inovador de formação de empreendedores.</p> <p>Nova regulação do Conselho Nacional de Educação para curricularização da extensão dos cursos de graduação das IES brasileiras e, neste caso, dos cursos ligados à Gastronomia, Estética e Moda nas IES cearenses (UFC, UECE, UNIFOR, etc.) que ampliam a participação de jovens graduandos em projetos fora das IES.</p> <p>Disponibilidade de capacitação para o empreendedorismo em instituições como SEBRAE, SENAC, SENAI e IES cearenses.</p> <p>Lançamento, pelo BNB, de uma linha do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) para atender às necessidades de investimentos de pequenos negócios no modelo do Crediamigo.</p>
Propostas		
Políticas Públicas	Mecanismos	
<p>Criação de um programa do Governo do Estado/Prefeitura de Fortaleza e Fecomércio de apoio à construção de processo de competitividade dos negócios GE&amp;M da ZEIS, fornecendo mentores e treinamentos em espaços já existentes (Plano de Participação Comunitária e Desenvolvimento Social da ZEIS Pirambu também diagnosticou a necessidade de parcerias com instituições governamentais).</p>	<p>Criação de ambiente, na área da ZEIS, de estímulo a estes negócios em parceria com SENAC Reference e com a nova escola de Gastronomia e Hotelaria, além das IES cearenses.</p> <p>Criação de aplicativo de <i>marketplace</i> de negócios GE&amp;M para acionar consumidores de fora da área das ZEIS, criando descontos de fidelização aos negócios da ZEIS.</p> <p>Cursos de formação de empreendimentos solidários, através de parceria com a UECE e demais instituições da área, como órgãos públicos, SENAC, SENAI, BNB, dentre outras <b>(Apêndice A)</b>.</p>	
<p><b>Ações/Responsáveis:</b></p> <p>Ação: Encontro do Conselho Gestor da ZEIS com representantes Fecomércio e SEDET para articular o programa, com ações já previstas.</p> <p>Responsáveis: Conselho Gestor, Fecomércio e SEDET.</p> <p>Ação: Implantação do Programa.</p> <p>Responsáveis: SEDET e Fecomércio.</p>	<p><b>Metodologia de implantação:</b></p> <p>Identificar espaço já existente na ZEIS adaptável ao ambiente de estímulo aos GE&amp;M;</p> <p>Fazer projeto de captação de recursos para adaptação do ambiente e plataforma digital, buscar parcerias nas IES cearenses para elaborar o projeto;</p> <p>Buscar recursos no Governo do Estado, Prefeitura de Fortaleza, ONGs, SEBRAE, SENAC, dentre outras.</p>	

Fonte: Autoria própria.

### Quadro 4 – Propostas – Pesca e beneficiamento

Diagnóstico	Tendências	Oportunidades
<p>Pescadores manifestaram, durante grupo focal, a necessidade de um local para guarda e conservação do pescado, que se situasse perto do desembarque dos barcos/jangadas, uma vez que, segundo dados do Caderno de Participação Comunitária e Desenvolvimento Social, a proximidade garante aos pescadores segurança.</p>	<p>A atividade da pesca em si tem sido cada vez menos valorizada. Assim, tem-se a importância de realizar a refrigeração e beneficiamento dos pescados, agregando-se valor à produção. Técnicas como a filetagem, e adicionais, já levam à produção de filés, hambúrguer, linguças, entre outros (OETTERER; SAVAY-DA-SILVA; GALVÃO, 2012).</p>	<p>Possibilidade de realização de parcerias com as unidades do sistema S (SENAI, SENAC, SEBRAE) e o Banco do Nordeste (BNB) em busca de apoio técnico e financeiro para o desenvolvimento dos negócios locais. Projeto de Apoio ao Desenvolvimento Territorial Solidário (ADTS) - iniciativa é desenvolvida pela Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico (SDE). Lançamento, pelo BNB, de uma linha do FNE para atender às necessidades de investimentos de pequenos negócios no modelo do Crediamigo.</p>
Propostas		
Políticas Públicas	Mecanismos	
<p><b>Descrição:</b></p> <p>Criação de um “Fundo Garantidor de Crédito”, em parceria entre a Prefeitura de Fortaleza e instituições públicas e privadas, para facilitar o acesso dos empreendimentos a recursos financeiros do FNE/Crediamigo.</p>	<p><b>Descrição:</b></p> <p>Elaboração de projeto de um pequeno empreendimento (Associação/Cooperativa) para refrigeração e beneficiamento de produtos de pesca (Plano Urbanístico aponta local nas proximidades do Mercado de Peixe Vila do Mar).</p> <p>Curso de formação de empreendimentos solidários, incluindo módulos de i) Conscientização; ii) Noções de cooperação e compartilhamento; iii) Criação de empreendimentos solidários; iv) Estudo de mercado para os novos produtos; v) Elaboração de projeto, construído pelos participantes; vi) Apresentação do projeto elaborado aos órgãos financiadores e apoiadores.</p>	
<p><b>Ações/Responsáveis:</b></p> <p>Ação: Elaboração de projeto de criação de um “Fundo Garantidor de Crédito”. Responsável: IPLANFOR. Ação: Discussão das bases de contribuição dos parceiros. Responsáveis: IPLANFOR/BNB. Ação: Elaboração de projeto de Lei. Responsáveis: IPLANFOR e Assessoria da Câmara Municipal.</p>	<p><b>Metodologia de implantação:</b></p> <p>Reunião do Conselho Gestor com os pescadores e parceiros: IPLANFOR, SEBRAE, SENAC, BNB/Crediamigo, para elaboração de um projeto integrado. Assessoria para criação de modelo de gestão, regimentos e legalização (Conselho Gestor e apoio de ONGs e IES). Curso de capacitação. Elaboração do projeto para BNB/Crediamigo.</p>	

Fonte: Autoria própria.

### **3.3 Setores inovadores na dimensão social**

Na dimensão social, de setores inovadores, foram abordadas três temáticas: gestão de resíduos sólidos, informações sobre ocorrências de violência na comunidade e integração dos empreendimentos. O Quadro 5, apresentado a seguir, retrata o diagnóstico, as tendências, as oportunidades e as propostas (políticas públicas e mecanismos) na temática gestão de resíduos sólidos. O Quadro 6 exhibe os mesmos aspectos na temática informações sobre ocorrências de violência na comunidade. E o Quadro 7, na temática integração dos empreendimentos.

### Quadro 5 – Propostas – Gestão de resíduos sólidos

(continua)

Diagnóstico	Tendências	Oportunidades
<p>A população manifesta preocupações referentes ao campo socioeconômico de geração de trabalho e renda. Por exemplo, “ter trabalho digno e crescimento econômico”, “erradicar a pobreza” e “reduzir a desigualdade de renda” apresentaram-se todos como aspectos extremamente urgentes para a ZEIS Pirambu.</p> <p>Essa avaliação indica a existência de um contexto de oportunidades econômicas escassas percebidas pelos próprios moradores e revela a necessidade de ações públicas que contemplem os campos considerados preteridos.</p> <p>Ademais, vale ressaltar as preocupações ambientais e culturais expostas pelos respondentes, apontando aspectos relacionados à proteção da vida terrestre e aquática e ao estímulo de práticas culturais como extremamente urgente.</p>	<p>A tendência é quintuplicar a quantidade de lixo, se forem mantidos os padrões atuais de consumo.</p> <p>Por isto, os países estão voltando sua atenção para o processo de reciclagem, significando economizar energia, poupar recursos naturais e trazer de volta ao ciclo produtivo o que é jogado fora.</p> <p>Mais que uma tendência, o investimento no protagonismo, sensibilização e conscientização dos cidadãos é uma necessidade. Gerando uma nova e eficiente forma de gerenciar os resíduos sólidos urbanos, deve atender simultaneamente aos critérios de relevância social, prudência ecológica e viabilidade econômica, os três pilares do desenvolvimento sustentável das cidades, não se desprezando, por óbvio, as dimensões cultural, espacial, psicológica, política nacional e internacional.</p> <p>A implantação de uma nova sistemática de coleta e destinação final dos resíduos sólidos poderá trazer inúmeros benefícios à comunidade, como geração de trabalho e renda, implantação de novos negócios relacionados com os resíduos, limpeza dos ambientes, eliminação de focos de diversas doenças e diminuição dos gastos com a saúde pública (BRASIL; SANTOS, 2004; HAMMES, 2004; MOREJON <i>et al.</i>, 2011; SACHS, 2002).</p> <p>Segundo o 1º Anuário da Reciclagem, que compilou dados do período entre 2017 e 2018, realizado pela Associação Nacional dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis, a ANCAT, entre 2017 e 2018 foram gerados 70 milhões de reais em valores com o negócio de reciclagem no Brasil, com a participação de cerca de 800 mil a 1 milhão de catadores.</p>	<p>A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), também conhecida como Lei nº 12.305/10, e a Lei Nº 10.340, de 28 de abril de 2015 definem o que pode e deve ser feito no âmbito de resíduos sólidos, respectivamente em nível federal e municipal, tratando, inclusive, de responsabilidade compartilhada na gestão de resíduos sólidos.</p> <p>O Ministério do Meio Ambiente (MMA) lançou o Mapa de Financiamento para Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos. Trata-se de mais uma ação do Programa Lixão Zero, que integra a Agenda Nacional de Qualidade Ambiental Urbana, uma das prioridades do ministério.</p> <p>Disponibilidade de recursos para financiamento de cooperativa de geração de trabalho e renda urbano pelo BNB (PROGER-COOPERFAT).</p>

### Quadro 5 – Propostas – Gestão de resíduos sólidos

(conclusão)

Propostas	
Políticas Públicas	Mecanismos
<p><b>Descrição:</b></p> <p>Programa de resíduos sólidos na ZEIS, estabelecendo ações que levem em conta os seguintes aspectos: i) relacionamento com a comunidade para definir novas metodologias de coleta seletiva, descarte e aproveitamento de resíduos; ii) qualificação do trabalho dos catadores de resíduos sólidos atuantes na ZEIS; iii) estímulo à criação de associações e utilização de bancos e instituições de fomento, que favoreçam a comunidade; iv) aproveitamento de resíduos sólidos, com geração de trabalhos e renda.</p>	<p><b>Descrição:</b></p> <p>Cursos de formação em reciclagem e gestão de resíduos (<b>APÊNDICE A</b>).</p> <p>Criação e/ou melhoramento em cooperativas de catadores e uso de plataformas digitais de entrega de resíduos e cooperação.</p> <p>Instalação de Associação/Cooperativas para implantação e operação de biodigestores e geradores de energia e gás.</p>
<p><b>Ações/Responsáveis:</b></p> <p>Ação: Elaboração de projeto para cada um dos aspectos elencados.</p> <p>Responsável: IPLANFOR.</p> <p>Discussão das bases contando com contribuição de possíveis parceiros para cada um dos projetos.</p> <p>Responsável: IPLANFOR.</p> <p>Elaboração de projetos de Lei.</p> <p>Responsáveis: IPLANFOR/Assessoria da Câmara Municipal.</p>	<p><b>Metodologia de implantação:</b></p> <p>Reunião do Conselho Gestor com os interessados da comunidade, IPLANFOR, BNB/Crediamigo, SEBRAE, SENAC e outros possíveis parceiros para elaboração de um projeto integrado.</p> <p>Assessoria para elaboração de modelos de gestão de resíduos sólidos, regimentos e legalização (Conselho Gestor, IPLANFOR e IES).</p> <p>Cursos de capacitação de pessoas da comunidade que possam se envolver nos processos de gestão de resíduos sólidos (parcerias com IPLANFOR, BNB/Crediamigo, SEBRAE, SENAC e outros).</p> <p>Identificação de espaço para os empreendimentos que se fizerem necessários (destaca-se a Sociedade Comunitária de Reciclagem de Lixo do Pirambu – SOCRELP como espaço).</p> <p>Responsáveis: Conselho Gestor, IPLANFOR.</p>

Fonte: Autoria própria.

### Quadro 6 – Propostas – Informações sobre ocorrências de violência na comunidade

(continua)

Diagnóstico	Tendências	Oportunidades
<p>Os moradores indicaram a necessidade de uma rede na qual as pessoas informariam sobre os crimes verificados, permitindo identificar no mapa os lugares perigosos, para que sejam evitados em dias ou horários específicos. O mapa deveria ser colorido de acordo com o tipo de crimes ocorridos. Com isso, os serviços de segurança pública poderiam também ver onde a atuação vem falhando, permitindo usar estratégias para diminuir o número de crimes naquelas regiões. A solução seria através de uma plataforma digital para denúncias de crimes de forma totalmente anônima, para que as pessoas tenham segurança de que a denúncia será feita e não tenham medo de serem identificadas e sofrerem repressão por denunciar.</p> <p>Essa mesma plataforma serviria para que as pessoas também pudessem marcar suas consultas nos postos de saúde do bairro, ou verificar a disponibilidade de medicamentos, evitando o deslocamento até um posto para checar se há a medicação que necessitam.</p> <p>Além disso, ressalta-se que o Plano de Participação Comunitária e Desenvolvimento Social discorre, com mais detalhes, sobre aspectos e questões vinculadas à violência.</p>	<p>A troca de informações através dos aplicativos (APPs) transforma-se em uma excelente oportunidade de negócio, pelo número de anunciantes que se interessam em divulgar seus produtos e serviços através de mídias que se dirigem a públicos específicos em função da temática que difundem.</p> <p>O Brasil é o segundo mercado de aplicativos que mais cresce no mundo. Segundo levantamento da Adjust, empresa de análise e prevenção de fraudes do setor, o país está atrás apenas da Indonésia e à frente da Coreia do Sul. A empresa lançou o seu relatório <i>Global Apps Trends</i> sobre o cenário mundial do setor (WAKKA, 2019).</p>	<p>Disponibilidade de capacitação para o empreendedorismo em instituições como SEBRAE, SENAC, SENAI e IES cearenses, além de cursos na área de informática e programação nas mesmas instituições e nas IES.</p> <p>Informações disponíveis na Secretaria de Segurança Pública do Estado (SSPDS) e de grupos de estudos nas IES cearenses e no programa Cientista Chefe em Segurança Pública, do Governo do Estado do Ceará.</p> <p>Lançamento, pelo BNB, de uma linha do FNE para atender às necessidades de investimentos de pequenos negócios no modelo do Crediamigo.</p>
Propostas		
Políticas Públicas	Mecanismos	
<p><b>Descrição:</b> Criação de um “Fundo Garantidor de Crédito”, em parceria com a Prefeitura de Fortaleza e instituições públicas e privadas, para facilitar o acesso dos empreendimentos solidários a recursos financeiros do FNE/Crediamigo. Criação de Programa de Segurança na ZEIS, de interação entre a comunidade e as forças de segurança do Estado e Cidade de Fortaleza.</p>	<p><b>Descrição:</b> Elaboração de projeto de uma pequena empresa (ou associação) de administração de uma rede de informações de segurança da ZEIS, com ênfase em negócio seguro.  Curso de Formação de Empreendimentos Solidários (<b>APÊNDICE A</b>).</p>	

### Quadro 6 – Propostas – Informações sobre ocorrências de violência na comunidade

(conclusão)

Propostas	
Políticas Públicas	Mecanismos
<p><b>Ações/Responsáveis:</b></p> <p>Elaboração de projeto de criação de um “Fundo Garantidor de Crédito”.</p> <p>Responsável: IPLANFOR.</p> <p>Discussão das bases de contribuição dos parceiros.</p> <p>Responsáveis: IPLANFOR/BNB.</p> <p>Elaboração de projeto de Lei.</p> <p>Responsáveis: IPLANFOR/Assessoria da Câmara Municipal.</p>	<p><b>Metodologia de implantação:</b></p> <p>Reunião do Conselho Gestor com os jovens interessados e parceiros: IPLANFOR, SEBRAE, SENAC, BNB/Crediamigo, para elaboração de um projeto integrado.</p> <p>Assessoria para criação de modelo de gestão, regimentos e legalização (Conselho Gestor e apoio de ONGs e IES).</p> <p>Curso de capacitação, através de parceria com a UECE e demais instituições da área, como órgãos públicos, SENAC, SENAI, BNB, dentre outras.</p> <p>Elaboração do projeto para BNB/Crediamigo.</p>

Fonte: Autoria própria.

### Quadro 7 – Propostas – Integração dos empreendimentos

Diagnóstico	Tendências	Oportunidades
<p>Os comerciantes sugerem um órgão para integração dos negócios locais.</p> <p>Ademais, sugerem a criação de cooperativas e associações empreendedoras, por jovens, que tenham como foco o suprimento de demandas sociais locais e a sustentabilidade (Plano de Participação Comunitária e Desenvolvimento Social da ZEIS Pirambu também destaca propostas para os jovens, ressaltando a demanda social e econômica desses sujeitos).</p>	<p>A troca de informações em rede poderá alavancar sobremaneira os negócios da localidade, pelas informações relevantes que serão trocadas entre os atores, que passam a identificar como funciona o ecossistema de negócios locais, ao tempo que se verificam os vazios econômicos que ainda são encontrados na ZEIS, favorecendo o surgimento de novos negócios (WEGNER; KOETZ, 2016).</p> <p>Seria ainda um canal de integração dos empreendimentos locais com os fornecedores de capacitação, mão de obra e financiamento, os quais também poderiam participar da iniciativa, como deixaram claro no Workshop de Integração realizado na UECE, no dia 21.11.19 (ver na coluna de oportunidades).</p>	<p>Disponibilidade do SINE para realizar palestras com o intuito de promover a educação para o uso do aplicativo SINE- FÁCIL, reduzindo os custos de deslocamento de moradores até as unidades do SINE.</p> <p>Atuação de unidades móveis do SENAI com ofertas de cursos profissionalizantes na localidade de cada ZEIS.</p> <p>Disponibilidade do Crediamigo/BNB com o intuito de ampliar o número de financiamentos de pequenos negócios e promover o investimento de capital no empreendedorismo local e com isso aumentar as chances de crescimento desses empreendimentos.</p> <p>Essas oportunidades foram mapeadas na articulação entre as instituições e membros do Conselho Gestor no Workshop de Elaboração de Propostas.</p> <p>Existência na UECE, no Laboratório de Gestão de Cidade (LAGID), de grupo especializado em estudos, pesquisas e intervenções nas ZEIS (chamado LABZEIS).</p>
Propostas		
Políticas Públicas	Mecanismos	
<p><b>Descrição:</b></p> <p>Colaborar na formação de Associações de Empreendimentos localizados na ZEIS, incentivando a iniciativa através dos Conselhos Gestores, em parceria com os principais interessados, os proprietários de pequenos empreendimentos (formais e informais), além de facilitar a integração de instituições de capacitação e fomento de trabalho e renda.</p>	<p><b>Descrição:</b></p> <p>Elaboração de projeto de uma Associação, sem fins lucrativos, para a administração da uma Rede de Integração de Negócios da ZEIS e que incluísse a participação de parceiros como SEBRAE, SENAC, SENAI, SINE, BNB, Crediamigo, entre outros.</p>	
<p><b>Ações/Responsáveis:</b></p> <p>Elaboração de projeto inicial para a Associação.</p> <p>Responsáveis: IPLANFOR/Parceiros/UECE (LAGID/LABZEIS).</p>	<p><b>Metodologia de implantação:</b></p> <p>Reunião do Conselho Gestor com os empreendedores interessados e parceiros: IPLANFOR, SEBRAE, SENAC, BNB/Crediamigo, UECE (LAGID/LABZEIS), entre outros, para elaboração de um projeto integrado;</p> <p>Assessoria para criação de modelo de gestão, regimentos e legalização (Conselho Gestor e apoio de ONGs e IES);</p> <p>Curso de capacitação;</p> <p>Identificação de espaço para o empreendimento;</p>	

Fonte: Autoria própria.

### 3.4 Setores inovadores na dimensão mercado

Na dimensão mercado dos setores inovadores, foram abordadas três temáticas. A descrição das propostas (políticas públicas e mecanismos) estão pautadas, a saber, no diagnóstico, nas tendências e nas oportunidades relacionadas à temática do setor. O Quadro 8 apresenta as propostas na temática empreendimentos de economia solidária (compartilhada); o Quadro 9, na temática empreendedorismo e inovação; e o Quadro 10, na temática financiamento e dívidas – *fintechs* e bancos comunitários.

Ao final, são exibidos dois quadros de resumo das propostas apresentadas nas quatro seções. O Quadro 11 apresenta o resumo dos mecanismos e o Quadro 12, o resumo das políticas públicas indicadas.

### Quadro 8 – Propostas – Empreendimentos de economia solidária (compartilhada)

Diagnóstico	Tendências	Oportunidades
<p>População manifestou interesse, mas demonstrou desconfiança, em relação a empreendimentos solidários, por temer o envolvimento com maus pagadores, entre outros motivos.</p> <p>No entanto o Diagnóstico constatou ainda na ZEIS Pirambu:</p> <p>a) 43,8% desejam abrir negócios; 14,8% têm dinheiro.  b) Potencial empreendedor.  c) Incentivar a formalização de pequenos negócios das comunidades para viabilizar o crescimento de empreendimentos e promover a criação de ofertas de empregos formais.</p>	<p>Tendência mundial para o fortalecimento dessa “nova economia”, que é baseada em premissas constituintes mercadológicas e não mercadológicas, ampliando as suas fronteiras para compreender modelos e iniciativas que se estabelecem dentro do próprio mercado.</p> <p>Similarmente, práticas particulares compreendidas pela economia do compartilhamento também suscitam um olhar teórico diferenciado da natureza das relações e valores humanos (LITTLEWOOD; HOLT, 2018).</p>	<p>Possibilidade de realização de parcerias com as unidades do sistema S (SENAI, SENAC, SEBRAE) e o Banco do Nordeste (BNB) em busca de apoio técnico e financeiro para o desenvolvimento dos negócios locais.</p> <p>Projeto de Apoio ao Desenvolvimento Territorial Solidário - ADTS - iniciativa é desenvolvida pela Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico (SDE).</p> <p>Lançamento, pelo BNB, de uma linha do FNE para atender às necessidades de investimentos de pequenos negócios no modelo do Crediamigo.</p>
Propostas		
Políticas Públicas	Mecanismos	
<p><b>Descrição:</b></p> <p>Criação de um “Fundo Garantidor de Crédito”, em parceria com a Prefeitura de Fortaleza e instituições públicas e privadas, para facilitar o acesso dos empreendimentos solidários a recursos financeiros do FNE/Crediamigo.</p>	<p><b>Descrição:</b></p> <p>Cursos de Formação de Empreendimentos Solidários (<b>APÊNDICE A</b>).</p>	
<p><b>Ações/Responsáveis:</b></p> <p>Elaboração de projeto de criação de um “Fundo Garantidor de Crédito”.</p> <p>Responsável: IPLANFOR.</p> <p>Discussão das bases de contribuição dos parceiros.</p> <p>Responsáveis: IPLANFOR/BNB.</p> <p>Elaboração de projeto de Lei.</p> <p>Responsáveis: IPLANFOR/Assessoria da Câmara Municipal.</p>	<p><b>Metodologia de implantação:</b></p> <p>Reunião do Conselho Gestor com os interessados e parceiros (IPLANFOR, SEBRAE, SENAC, BNB/Crediamigo), para elaboração de um projeto integrado.</p> <p>Assessoria para criação de modelo de gestão, regimentos e legalização (Conselho Gestor e apoio de ONGs e IES).</p> <p>Curso de capacitação, através de parceria com a UECE e demais instituições da área, como órgãos públicos, SENAC, SENAI, BNB, dentre outras.</p> <p>Identificação de espaço para os empreendimentos.</p> <p>Elaboração do Projeto para BNB/Crediamigo.</p>	

Fonte: Autoria própria.

### Quadro 9 – Propostas – Empreendedorismo e inovação

(continua)

Diagnóstico	Tendências	Oportunidades
<p>Constata-se uma elevada orientação ao empreendedorismo na ZEIS, com 68,2% da amostra relatando o desejo de abrir um negócio. A alta intenção à formação de empreendimentos individuais pode estar relacionada ao avanço da escolaridade ao longo dos últimos anos, o qual veio acompanhado da participação de um considerável número de indivíduos em algum curso profissional. Os dados do <i>survey</i> revelam que 71,64% dos respondentes possui curso profissional concluído. Dentre eles, a área de informática foi a mais mencionada na amostra, com cerca de 23% dos casos.</p> <p>Contudo, a evolução na educação básica e profissional dos moradores da ZEIS parece não ter sido capaz de desenvolver arranjos econômicos locais, os quais permanecem pouco integrados ao ecossistema econômico dos bairros vizinhos. O baixo dinamismo econômico da ZEIS contrasta, entretanto, com o potencial empreendedor dos habitantes locais.</p> <p>Os dados do <i>survey</i> revelam uma pluralidade de atividades indicadas pelos respondentes quanto aos negócios que pretendem abrir nos próximos cinco anos.</p>	<p>Nonaka, Toyama e Konno (2000) e Schaeffer e Eriksson (2014) encontraram a base da inovação em criação dinâmica de conhecimento através de interações dentro de um indivíduo, mas também entre indivíduos e seu ambiente. Eles apresentaram o conceito de espaço/local compartilhado que serviu de base para o conhecimento individual e coletivo.</p> <p>Estudo divulgado pela Agência Brasil (2019) mostrou que o Brasil conta com 363 incubadoras de negócios inovadores e 57 aceleradoras. O Mapeamento dos Mecanismos de Geração de Empreendimentos Inovadores, também estima que, em 2017, as 3.694 empresas incubadas no Brasil foram responsáveis pela geração de 14.457 postos de trabalho e faturaram conjuntamente R\$ 551 milhões.</p>	<p>Governo do Estado conduz relevante programa de surgimento de startups no Ceará, denominado Corredores Digitais, ligado à SECITECE.</p> <p>O Governo do Estado implantou um espaço de inovação, um <i>incubawork</i>, denominado CriarCE, isto é, um espaço voltado para o fomento da inovação através de um ambiente tecnológico.</p> <p>A Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP) implantou um programa de formação de startups denominado CENTELHA.</p>
Propostas		
Políticas Públicas	Mecanismos	
<p><b>Descrição:</b></p> <p>Criação de três programas de geração de <i>startups</i> na ZEIS:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Programa Corredores Digitais ZEIS;</li> <li>- CRIARCE ZEIS, <i>Incubawork</i> e mentorias;</li> <li>- CENTELHA ZEIS.</li> </ul>	<p><b>Descrição:</b></p> <p>Criação de espaço de estímulo à inovação na ZEIS em parceria com SECITECE, SEDET, SEBRAE, SENAC e SENAI.</p> <p>Oferta de circuito de cursos, treinamentos, incubação, aceleração, mentoria e busca de investidores e captação de recursos para startups.</p>	

### Quadro 9 – Propostas – Empreendedorismo e inovação

(conclusão)

Propostas	
Políticas Públicas	Mecanismos
<p><b>Ações/Responsáveis:</b></p> <p>Reunião do Conselho Gestor da ZEIS com a SECITECE e FUNCAP. Responsável: Conselho Gestor.</p> <p>Elaboração do projeto com técnicos da SECITECE e FUNCAP e Inclusão de legislação específica do Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP) para estes programas com a ZEIS. Responsáveis: Conselho Gestor, SECITECE e FUNCAP.</p> <p>Implantação do projeto pela SECITECE e FUNCAP e acompanhamento do Conselho Gestor da ZEIS. Responsáveis: SECITECE, FUNCAP e Conselho Gestor.</p>	<p><b>Metodologia de implantação:</b></p> <p>Identificação de espaço já existente que poderia ser transformado para estímulo à inovação na ZEIS.</p> <p>Por conta da sua transversalidade na inovação, elaborar no ambiente cursos de programação e empreendedorismo e inovação, oficinas de design thinking e outras técnicas de identificação e estímulo às ideias inovadoras de startups.</p> <p>Construir conexão do ambiente com os programas Corredores Digitais, CriarCE e CENTELHA do Governo do Estado.</p>

Fonte: Autoria própria.

**Quadro 10 – Propostas – Financiamento e dívidas – *Fintechs* e bancos comunitários**

Diagnóstico	Tendências	Oportunidades
<p>As informações revelam um alto percentual de indivíduos na condição de endividamento, acima dos 24,9% de inadimplência do consumidor nacional, registrado em 2019 (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO, 2019).</p> <p>Quanto às dívidas informais, 27,9% dos respondentes indicaram possuir pequenas dívidas, geralmente com parentes e restritas ao contexto local. Por outro lado, 33,3% dos respondentes possuem dívidas no Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) ou Serasa. Quando analisadas as duas categorias de dívida conjuntamente, 44,7% indicaram possuir dívidas formais e/ou informais. Esses dados são consideráveis, uma vez que superam em mais de 30 pontos percentuais a dívida do consumidor brasileiro.</p>	<p>O hiato de financiamento das micro, pequenas e médias empresas tem sido reportado e debatido nos últimos anos como um problema a ser enfrentado pelos governos nas economias desenvolvidas e emergentes (IFC, 2017; OECD, 2018; WEF, 2015). A demanda não atendida mensurada pela <i>International Finance Corporation</i> (IFC), do Grupo Banco Mundial, chegava a 5,2 trilhões de dólares nas economias em desenvolvimento, em 2017 (IFC, 2017, p. IX).</p> <p>Parte relevante das <i>fintechs</i> passa a perseguir objetivos sociais de inclusão financeira (OLIVEIRA, 2018; SIQUEIRA; DINIZ; ALBINO, 2018; SOKI, 2019).</p>	<p>A partir de 2013, com a Lei 12.865, houve a regulamentação dos novos arranjos institucionais, possibilitando a criação de contas de pagamentos, dentre outras modificações no sistema de pagamentos brasileiro.</p> <p>Em 26 de abril de 2018, foi expedida a Resolução nº 4.656, do Banco Central do Brasil, dispondo sobre as sociedades de crédito direto e a sociedade de empréstimo entre pessoas e disciplinando a realização de operações de empréstimo e financiamento entre pessoas por meio de plataforma digital, modelos jurídicos para as startups do ramo financeiro.</p>
Propostas		
Políticas Públicas	Mecanismos	
<p><b>Descrição:</b></p> <p>Inclusão de linhas estratégicas de apoio a <i>fintechs</i> sociais com atuação em ZEIS nos editais de subvenção da FUNCAP, BNB e outros.</p>	<p><b>Descrição:</b></p> <p>Estímulo à criação de <i>fintechs</i> de inclusão financeira na ZEIS (educação financeira, microcrédito, créditos diretos para consumo).</p>	
<p><b>Ações/Responsáveis:</b></p> <p>Proposta da inclusão na FUNCAP, BNB e outras instituições de fomento a startups pelo Conselho Gestor da ZEIS.</p> <p>Responsável: Conselho Gestor.</p>	<p><b>Metodologia de implantação:</b></p> <p>Parceria com Corredores Digitais e CriarCE para estímulo às <i>fintechs</i> de inclusão financeira.</p>	

Fonte: Autoria própria.

**Quadro 11 – Resumo das propostas de mecanismos para GTR**

	<b>Setores Tradicionais</b>	<b>Setores Inovadores/Emergentes</b>
<b>Caráter Social</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Negócio Social – Cooperativa de Profissionais (bares, restaurantes e costureiras)</li> <li>• Selo: CONTRATO DA ZEIS</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Rede de Informações sobre Ocorrências Segurança (App)</li> <li>• Rede de Integração de Negócios</li> <li>• Criação de novas e/ou melhoria de cooperativas de catadores com uso de plataformas digitais e técnicas de Gestão</li> </ul>
<b>Caráter de Mercado</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criação de empreendimentos de GE&amp;M, em parceria com SENAC <i>Reference</i> e a Nova Escola de Gastronomia e Hotelaria</li> <li>• Criação de Cooperativa/Associação de Refrigeração e Beneficiamento do Pescado</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estímulo a Empreendimentos Solidários (Metodologia – <b>APÊNDICE A</b>)</li> <li>• Estímulo a Empreendimentos Inovativos (Metodologia – <b>APÊNDICE A</b>)</li> <li>• Criação de <i>Fintech</i></li> </ul>

Fonte: Autoria própria.

**Quadro 12 – Resumo das propostas de políticas públicas para GTR**

	<b>Setores Tradicionais</b>	<b>Setores Inovadores/Emergentes</b>
<b>Caráter Social</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Leis Estaduais e Municipais de incentivo à redução de tributos para empresas que contratam pessoal que mora na ZEIS</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fundo Garantidor de Crédito para Negócios Solidários Inovadores de Caráter Social</li> <li>• Programa Segurança na ZEIS</li> </ul>
<b>Caráter de Mercado</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Programa do Gov. Estado/Prefeitura de Fortaleza e Fecomércio para apoio aos negócios GE&amp;M da ZEIS</li> <li>• Criação de Aplicativo de <i>Marketplace</i> e Delivery para os negócios GE&amp;M</li> <li>• Fundo Garantidor de Crédito para Negócios Solidários Tradicionais e de Mercado</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cursos de Empreendimentos Solidários</li> <li>• Programas Estaduais de estímulos a Startups com versão ZEIS</li> <li>• Criação de espaço de estímulo à Startups – cursos, mentorias, incubação, entre outras atividades</li> <li>• Inclusão de linha de apoio à <i>Fintechs</i> Sociais, com atuação em ZEIS, nos editais de subvenção do BNB e FUNCAP</li> <li>• Fundo Garantidor de Crédito para Negócios Solidários Inovadores e de Mercado</li> </ul>

Fonte: Autoria própria.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As propostas aqui desenhadas se concentram em aspectos mais relevantes daquilo que foi possível levantar neste caderno de GTR. É importante ressaltar que a construção das propostas derivou das metodologias aplicadas no diagnóstico. Tais metodologias tiveram cunho integrativo e participativo, assim, garantiu-se a identificação daquilo que os sujeitos moradores das ZEIS consideravam mais relevantes e necessários no que tange a área do caderno.

Percebe-se que, para a ZEIS Pirambu, as propostas se concentram em conectar o território com a economia que se apresenta fora deste, principalmente com o restante de Fortaleza, tendo um foco maior na geração de trabalho e renda pelo empreendedorismo e pelas ações solidárias e cooperativas, sem esquecer a formação e especialização da renda advinda pelo emprego. Percebe-se, ainda, que estas propostas terão que ter o apoio do Conselho Gestor da ZEIS e de parceiros institucionais do porte do SEBRAE, SENAC, SENAI, SINE, FIEC, IES, ONGs, BNB, entre outras.

Deve-se deixar claro que as propostas de GTR aqui apresentadas não se esgotam nelas mesmas como mecanismos dinâmicos neste processo e que essas, além dos objetivos primeiros, possuem todas um impacto maior de reestruturação da forma como a comunidade se coloca social, política e economicamente em relação ao restante da cidade de Fortaleza e ao resto do país e do mundo, conectando-se com esses ambientes e fazendo esforço conjunto e cooperativo de elevar o fluxo de renda para o território da ZEIS. Dessa forma, as propostas aqui apresentadas integram e se espelham também nos demais cadernos que compõem o Plano Integrado de Regularização Fundiária, principalmente os cadernos de Participação Comunitária e Urbanístico.

Nesta direção, este trabalho deixa um legado para além das propostas apresentadas, com mecanismos que poderão ajudar as referidas propostas, ao Conselho Gestor e a toda comunidade envolvida:

- a) Metodologia de Capacitação Empreendedora (**APÊNDICE A**).
- b) Plataforma de Projetos Compartilhados – Voz da ZEIS (**APÊNDICE B**).
- c) Modelos de Aproveitamento de Resíduos Sólidos que poderão ser desenvolvidos (**APÊNDICE C**).

Ademais, é importante reforçar que as propostas para serem implementadas necessitam de planos de ação. Estes devem ser traçados em conjunto com as entidades

envolvidas e com os moradores da ZEIS Pirambu, detalhando a iniciativa por meio de prazos, cronograma e metas. A equipe da UECE, responsável pela elaboração dos documentos de diagnóstico e proposta, se manifesta como possível parceira para a realização dessas ações.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. Mapeamento mostra que Brasil tem 363 incubadoras e 57 aceleradoras. **Isto é Dinheiro**, 12 ago. 2019. Geral. Disponível em: <<https://www.istoedinheiro.com.br/mapeamento-mostra-que-brasil-tem-363-incubadoras-e-57-aceleradoras/>>. Acesso em: 20 fev. 2020.

BRASIL, A. M.; SANTOS, F. **Equilíbrio ambiental e resíduos na sociedade moderna**. São Paulo: Faarte Editora Ambiental, 2004.

CHEN, G.; WANG, Z.; SUN, Y.; LIU, W.; LI, X.; QU, H.; SU, Q.; ZHANG, X.; WANG, J. Historical Review, Current Situation and Trend of Scenario Analysis Theory at Home and Abroad, **Semantic Scholar**, [s. v.], [s. n.], 2019.

CHEREPOVITSYN, A. E.; ILINOVA, A. A. Methods and tools of scenario planning in areas of natural resources management. **European Research Studies Journal**, v. 21, n. 1, 2018, 434-446.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO. **Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor** (Peic), Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), Maio, 2019.

EUROMONITOR. Euromonitor International, 2020. Disponível em: <<https://www.euromonitor.com/>>. Acesso em: 20 fev. 2020.

GAO, L.; BRYAN, B. A.; NOLAN, M.; CONNOR, J. D.; SONG, X.; ZHAO, G. Robust global sensitivity analysis under deep uncertainty via scenario analysis. **Environmental modelling & software**, v. 76, p. 154-166, 2016.

HAMMES, V. S. **JULGAR – Percepção do Impacto Ambiental**. (Educação Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável), vol. 4. Embrapa; São Paulo: Globo, 2004.

INTERNATIONAL FINANCE CORPORATION (IFC). **Creating Markets**. Annual Report, 2017.

LITTLEWOOD, D.C.; HOLT, D. How social enterprises can contribute to the Sustainable Development Goals (SDGs) – A conceptual framework. In: APOSTOLOPOULOS, N.; AL-DAJANI, H.; HOLT, D.; JONES, P.; NEWBERY, R. (eds.). **Entrepreneurship and the Sustainable Development Goals. Contemporary Issues in Entrepreneurship Research**. Emerald, 8 ed., 2018, pp. 33-46.

MITCHELL, A.; MADILL, J.; CHREIM, S. Social enterprise dualities: implications for social marketing. **Journal of Social Marketing**, v. 6, n. 2, 2016.

MOREJON, C. F. M.; LIMA, J. F.; ROCHA, W. F.; POSSA, R. D. Proposta de Novo Modelo de Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos. In: International Workshop Advances in Cleaner Productions, 3, São Paulo, 2011. **Anais** [...] São Paulo, 2011. Disponível em: <[http://www.advancesincleanerproduction.net/third/files/sessoes/5B/6/Morejon\\_CFM%20-%20Paper%20-%205B6.pdf](http://www.advancesincleanerproduction.net/third/files/sessoes/5B/6/Morejon_CFM%20-%20Paper%20-%205B6.pdf)>. Acesso em: 20 fev. 2020.

NONAKA, I.; TOYAMA, R.; KONNO, N. SECI, Ba and leadership: a unified model of dynamic knowledge creation. **Long range planning**, v. 33, n. 1, p. 5-34, 2000.

OETTERER, M.; SAVAY-DA-SILVA, L. K.; GALVÃO, J. A. Tecnologias emergentes prolongam características do pescado in natura. **Visão agrícola**, v. 8, n. 11, p. 142-144, 2012.

OLIVEIRA, D. S. C. **Fintechs e inclusão financeira: o caso da implementação de uma plataforma digital de pagamentos em favelas do Rio de Janeiro e São Paulo**. 2018. Tese (Doutorado em Administração de Empresas) – Fundação Getúlio Vargas (FGV) – EASP, São Paulo, 2018. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/23940/180313DissertaçãoDSCOvffsent.pdf?sequence=3&isAllowed=y>>. Acesso em: 20 fev. 2020.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). **Entrepreneurship at a Glance**, 2017.

PANSERA, M.; MARTINEZ, F. Innovation for development and poverty reduction: an integrative literature review. **Journal of Management Development**, v. 36, n. 1, 2017 pp. 2-13.

PATEL, S.; MEHTA, K. Life's principles as a framework for designing successful social enterprises. **Journal of Social Entrepreneurship**, v. 2, n. 2, p. 218-230, 2011.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SANTOS, M. D. M.; COELHO, G. M.; SANTOS, D. M. D.; FELLOWS FILHO, L. Prospecção de tecnologias de futuro: métodos, técnicas e abordagens. **Parcerias estratégicas**, v. 9, n. 19, p. 189-230, 2010.

SEBRAE. **Gostar de cozinhar não é o bastante para empreender em gastronomia**. Recife: SEBRAE, 2014. Disponível em: <<https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/PE/Anexos/Perfil-de-negócios-Gastronomia.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2020.

SCHAEFFER, J. A.; ERIKSSON, Y. **Spaces for innovation**. School of Innovation, Design and Engineering, Mälardalen University, 2014.

SIQUEIRA, E.; DINIZ, E.; ALBINO, R. Fintech social: definição, categorização e ilustrações empíricas - Social fintech: definition, categorization and empirical illustration. **Association for information systems library**, 2018.

SOKI, E. A. **Mercado de crédito para MPES: falhas e fintechs**. 2019. Dissertação (Mestrado em Governança e Desenvolvimento) – Programa de Mestrado Profissional em Governança e Desenvolvimento, Escola Nacional de Administração Pública, Distrito Federal, Brasília, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/4818/1/Dissertação%20-%20Erika%20Soki%20-%20versão%20final.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2020.

TONI, G. Mercado de moda deve crescer 3,1% ao ano até 2021. **FIESP**, 23 maio 2018. Notícias. Disponível em: <<https://www.fiesp.com.br/noticias/mercado-de-moda-deve-crescer-31-ao-ano-ate-2021/>>. Acesso em: 20 fev. 2020.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2014.

WAKKA, W. Brasil é o segundo mercado de apps que mais cresce no mundo. **Canaltech**, 16 maio de 2019. Apps. Disponível em: <<https://canaltech.com.br/apps/brasil-e-o-segundo-mercado-de-apps-que-mais-cresce-no-mundo-139241/>>. Acesso em: 20 fev. 2020.

WEGNER, D.; KOETZ, C. The influence of network governance mechanisms on the performance of small firms. **International Journal of Entrepreneurship and Small Business**, v. 27, n. 4, p. 463-479, 2016.

WORLD ECONOMIC FORUM (WEF). **The Future of FinTech: A Paradigm Shift in Small Business Finance - Reports - World Economic Forum**. 2015. Disponível em: <<http://reports.weforum.org/the-future-of-fintech-a-paradigm-shift-in-small-businessfinance-info/>>. Acesso em: 20 fev. 2020.

## GLOSSÁRIO

### A

**Aceleradoras:** empresas cujo objetivo é apoiar e investir no desenvolvimento e crescimento de startups.

**Análise de cenários:** estudo do ambiente externo.

### C

**Cartografia:** descrição sobre mapas.

**Cooperativas:** organização constituída por membros de determinado grupo econômico ou social que objetiva desempenhar, em benefício comum, determinada atividade.

**Coworking:** modelo de trabalho que se baseia no compartilhamento de espaço e recursos.

### D

**Design thinking:** abordagem utilizada para organizar o processo criativo e gerar soluções eficientes.

**Diagnóstico:** processo de análise que busca a compreensão de um fenômeno.

### E

**Economia solidária:** conjunto de atividades econômicas organizadas sob a forma de autogestão.

### F

**Fintech:** empresas que trabalham para inovar e otimizar serviços do sistema financeiro.

### G

**Grupo focal:** forma de coletar informações a partir de uma discussão em grupo.

### I

**Inovação disruptiva:** produto ou serviço que cria um novo mercado e desestabiliza os concorrentes que antes o dominavam.

**Inovação frugal:** inovação com base no processo de redução de custos e recursos não essenciais.

**Inovação social:** novas estratégias, conceitos e organizações que atendem a necessidades sociais de todos tipos.

### M

**Metodologia:** estudo dos caminhos para se chegar a um determinado fim.

**Monetização:** processo de converter algo em dinheiro.

### P

**Plataforma digital:** modelos de negócios baseados em tecnologia.

**S**

**Startup:** empresas inovadoras em cenários de incerteza.

**Survey:** levantamento estatístico de uma amostra particular da opinião pública.

**Sustentabilidade:** capacidade de sustentação ou conservação de um processo ou empresa.

**W**

**Workshop:** evento que reúne especialistas para discussões e exposições temáticas.

**Z**

**Zona de influência econômica:** bairros que compõem a ZEIS ou são adjacentes à poligonal.

## APÊNDICE A - METODOLOGIA DE CAPACITAÇÃO EMPREENDEDORA

Segue proposta a inovação dos empreendimentos de economia solidária, acrescentando como metodologia, para identificar os ramos de atividades desses negócios, um Curso de Capacitação de Empreendedores em Economia Solidária, a ser realizado utilizando-se de um método já testado, que detém conteúdo diferenciado dos cursos de empreendedores oferecidos comumente por diversos órgãos. Ressalta-se que a seguinte metodologia se trata de uma proposta fornecida para ser aplicada na ZEIS e que elementos como prazos, metas e indicadores devem ser estabelecidos em um plano de ação a ser discutido em conjunto com a ZEIS, Prefeitura de Fortaleza e instituição parceira a realizar os cursos. A equipe da UECE se posiciona como uma possível parceira na execução das propostas.

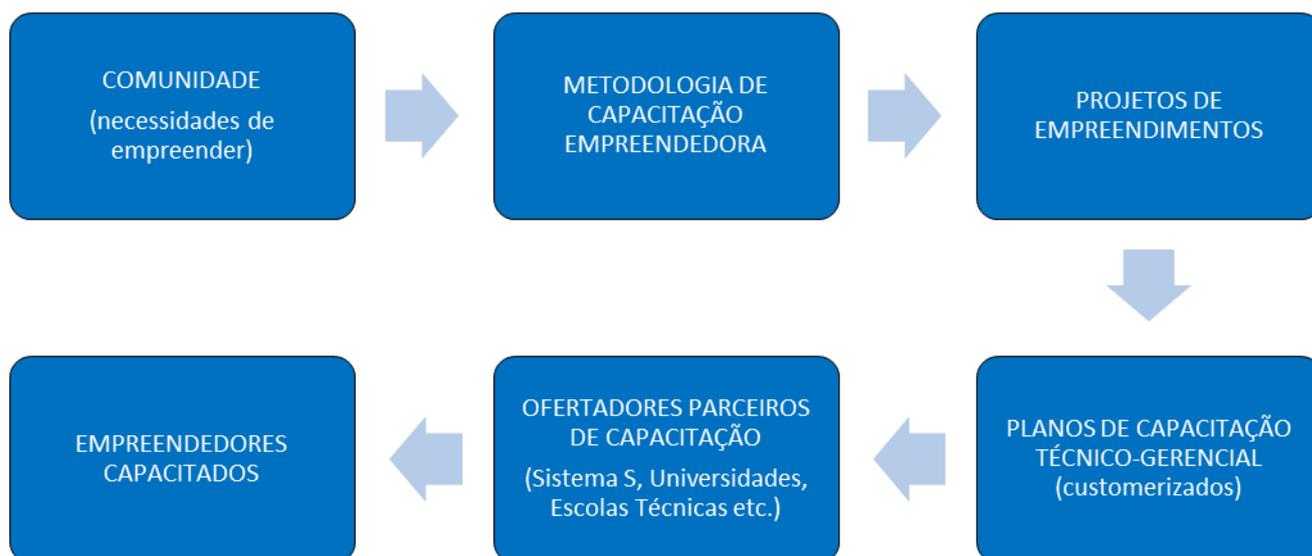
Antes de descrever a Proposta de Capacitação, faz-se necessário compreender que essa metodologia tem como objetivo fazer com que os potenciais empreendedores que dela participem tenham noção dos seus próprios desejos e necessidades, entendam como sua atuação se dará no mundo do trabalho formal, pesquisem como as suas ideias se viabilizam no mercado de consumidores, na logística de fornecedores, entre outros importantes aspectos, para finalmente concluir sobre os empreendimentos a serem formados, definindo-se ramo de negócio, mercado-alvo e recursos humanos, financeiros, logísticos e tecnológicos necessários para o seu funcionamento e viabilidade econômico-financeira.

Mais importante ainda é ter, no final da aplicação da metodologia, a exata noção de quais conhecimentos precisam ser adquiridos para a sua atuação seja como técnico, seja como gestor, traçando, aí, sim, um Plano Individual de Capacitação, que se transformará em cursos, visitas técnicas de *benchmarking*, contatos com potenciais clientes e fornecedores, entre outros eventos.

Depois disso, as oportunidades de efetivação desses eventos de capacitação seriam buscadas entre os fornecedores já existentes no mercado, como o Sistema S, Institutos Técnicos e Universidades, além de se incluírem entre esses fornecedores empresas e especialistas que possam ser contatados na procura de conhecimento sobre experiências exitosas.

Assim, a Metodologia de Capacitação Empreendedora segue a lógica estabelecida na Figura 1, apresentada abaixo:

**Figura 1** – Visão Sistêmica da Metodologia de Capacitação Empreendedora



Fonte: Autoria própria.

## PROPOSTA DA CAPACITAÇÃO

### I. TIPO DE CAPACITAÇÃO

Formação de empreendedores e constituição de pequenas empresas, cooperativas ou associações.

### II. RESUMO

O programa de capacitação tem como objetivo formação de empreendedores, bem como a criação de pequenas empresas, cooperativas ou associações, formadas por eles mesmos ou em parcerias com empresas já existentes — através de *joint ventures*<sup>17</sup> ou de outro tipo de aliança — as quais terão como objetivo empresarial atividades produtivas potenciais que venham a contribuir para o desenvolvimento sustentável da comunidade, representando uma efetiva inserção dos participantes no mercado de trabalho, por se tratar de oportunidades de negócios latentes e inexploradas em seus locais.

<sup>17</sup> Modelo estratégico de parceria comercial por meio de um acordo entre duas ou mais empresas, visando a uma simples colaboração até a fusão da sociedade.

### III. JUSTIFICATIVA

A proposta aqui esboçada tem como cerne os preceitos contidos na Agenda 21, da Organização das Nações Unidas, que concretiza uma nova forma de desenvolver o mundo, a partir do conceito de Desenvolvimento Sustentável, observando os seguintes princípios:

- a) exploração dos recursos: respeitar a capacidade de renovação dos recursos renováveis e reduzir o desperdício de recursos não-renováveis;
- b) desenvolvimento tecnológico: promover tecnologias que reduzam danos ambientais;
- c) mudança institucional: ampliar os espaços da cidadania, os quais exigem a manutenção de regimes democráticos e aperfeiçoamento das instituições;
- d) direção dos investimentos: criar mecanismos financeiros para implantação deste novo desenvolvimento.

Esse contexto, que justifica a proposta, estará reforçado por três aspectos que foram levados em consideração nesta idealização, quais sejam: a preocupação com o desenvolvimento local, garantindo que o efeito do processo seja absorvido pelo contexto em que se realiza; a pretensão de mostrar novos caminhos para o problema da geração de trabalho e renda, recusando-se a seguir os rumos já tradicionais e decadentes, embora de aparência mais fácil; e, finalmente, também saindo da linha usual, a construção de um caminho com princípio, meio e fim, capaz de se poder comparar a situação encontrada e a situação resultante do processo, permitindo medir a sua efetividade.

Com efeito, este programa de capacitação parte do princípio de que será possível fazer os seus participantes visualizarem novas profissões a partir do seu próprio ambiente, abrindo um leque de oportunidades para que eles possam situar suas competências individuais, a serem descobertas durante o processo. Ademais, permite que eles possam montar projetos de viabilidade econômico-financeira, em atividades produtivas, garantindo a sua participação em empreendimentos a serem criados, observando as oportunidades detectadas no local, que deverão ser pesquisadas pelos participantes do programa.

Vale ressaltar que esses empreendimentos, como se contempla no programa, poderão ser criados a partir da iniciativa própria dos jovens empreendedores, formando pequenas empresas, cooperativas ou associações, ou, ainda, serem viabilizados a partir de alianças empresariais com a iniciativa privada da cidade ou do estado - principalmente

indústrias que tenham necessidades de produtos e serviços a serem identificados - ou, em outra via, com o poder público municipal que precise contratar serviços.

Como a ênfase no desenvolvimento sustentável ganha corpo em todo o mundo, já se nota uma grande preocupação das principais agências de financiamento internacionais (Banco Mundial, BID etc.) e nacionais (BNDES, BNB etc.) em criar programas especiais para incentivar os seus clientes a adotar esses cuidados, seja para o próprio processo produtivo, seja para o seu entorno ambiental, o que, neste caso, se resolveria pela contratação de terceiros especialistas. Portanto, os projetos a serem elaborados durante o programa de capacitação mostrarão os melhores caminhos a serem escolhidos, dentre as opções que surgirem durante o processo.

Nesse tocante, é importante que a instituição/organização que venha a promover a capacitação aqui proposta se comprometa a desenvolver gestões com empresas privadas, o poder público e as fontes de financiamento, com o fito de garantir que, ao final do programa, possam visualizar esses caminhos, propiciando-se condições para a sustentabilidade do processo.

Dessa forma, o programa de capacitação aqui proposto parte de uma nova visão de mundo, mostrando ao participante a cidadania a ser perseguida, colocando-o frente a novos caminhos para que ele possa se inserir, como homem e trabalhador, nessa era emergente.

#### IV. OBJETIVOS

- a) Capacitar pessoas para o aproveitamento de oportunidades de negócios em suas comunidades.
- b) Desenvolver nas pessoas a consciência ambiental e os conceitos de cidadania como fator contributivo preponderante para seu desenvolvimento pessoal.
- c) Contribuir para a preservação de microecossistemas e para o desenvolvimento sustentável das localidades.
- d) Mapear as oportunidades de negócios que, preservando o meio ambiente, representem uma ampliação de possibilidades de atuação econômica para os indivíduos.

#### V. PÚBLICO ALVO

Moradores das ZEIS que tenham como sonho tornar-se empreendedores e criar empresas em suas próprias comunidades.

## VI. PROPOSTA PEDAGÓGICA

O Programa está formatado em 2 módulos que serão descritos a seguir:

### MÓDULO — BÁSICO

Objetivo Geral:

Desenvolver as capacidades básicas indispensáveis à capacitação profissional a partir de quatro áreas-chave, cada uma com objetivo e conteúdos específicos.

#### 1. "EU" COMO PONTO DE PARTIDA

Objetivo: ajudar a pessoa a se conhecer melhor e a conduzir de forma mais consciente e autônoma o seu processo de desenvolvimento.

Conteúdo:

- Características e habilidades pessoais.
- Interesses, aptidões e potenciais.
- O Viver integrado à natureza.
- Identidade pessoal (missão, visão de futuro, valores e crenças).
- Qualidade de vida.
- Higiene e saúde.
- Autoestima.
- Relacionamentos intra e interpessoais.

#### 2. APRENDENDO A APRENDER

Objetivo: ajudar a pessoa a se tornar um aprendiz permanente.

Conteúdo:

- O processo de aprendizagem.
- Estilo pessoal de aprendizagem.
- Inteligências múltiplas.
- Inteligência Emocional.
- Criatividade.
- Estilo pessoal de comunicação (predominância sensorial).
- Dominância cerebral.

- Percepção.
- Concentração e atenção.
- Motivação.
- Como estudar melhor respeitando a forma de funcionamento do cérebro.
- Desenvolvendo habilidades duráveis: comunicação oral e escrita, raciocínio matemático, uso da intuição e da criatividade, processo de "aprender a aprender", pensamento estatístico, pensamento sistêmico (no todo).

### 3. O MUNDO EM QUE VIVEMOS

Objetivo: ajudar a pessoa a conhecer e compreender melhor sua realidade e as tendências de crescimento futuro, desenvolvendo a consciência ecológica para uma atuação mais integrada.

Conteúdo:

- Acontecimentos importantes do passado.
- O mundo atual - preocupações e esperanças.
- Tendências para o futuro.
- Temas relevantes na atualidade, como ecologia, sustentabilidade, violência, amor, sexo, casamento, drogas (além desses temas discutiremos outros que serão sugeridos pelo grupo).
- Valores éticos na modernidade.
- Cidadania plena.
- A sua localidade.

### 4. O MUNDO DO TRABALHO

Objetivo: ajudar a pessoa a conhecer e compreender melhor o mundo do trabalho e vislumbrar o seu caminho profissional.

Conteúdo:

- O significado atual do trabalho.
- Profissões atuais e futuras.
- O perfil do profissional do futuro.
- Empregabilidade.

- Ética profissional.
- Higiene e Segurança no trabalho.
- Planejamento pessoal: Plano de Desenvolvimento Individual.
- Administração do tempo.
- Trabalho em equipe.

Estão previstas ainda, para este módulo, atividades esportivas e culturais, as quais, juntamente com os conteúdos acima descritos, visarão ao desenvolvimento integral dos participantes.

## MÓDULO - ESPECÍFICO

Objetivo Geral:

Proporcionar às pessoas conhecimentos teóricos e práticos para o desenvolvimento de habilidades específicas que possibilitem sua atuação profissional nas suas áreas de interesse. Este módulo será desenvolvido em quatro momentos, que terão objetivos e conteúdos específicos.

### 1. CONHECIMENTO DAS OPORTUNIDADES DE NEGÓCIO NA ÁREA AMBIENTAL

Neste momento, através de um seminário a ser desenvolvido por um especialista em negócios, os participantes conhecerão as modalidades de atividades produtivas que podem ser exploradas, podendo obter esclarecimentos sobre mercados e tecnologias empregadas, portes e tipos ideais de empresas, bem como noções de custos e rentabilidade dos negócios.

### 2. CONHECIMENTO DO MERCADO LOCAL

Esta atividade será desenvolvida através de pesquisas realizadas pelos próprios participantes no mercado local, quando serão pesquisadas oportunidades de negócios que representem uma alternativa de atuação econômica e de geração de renda.

### 3. CAPACITAÇÃO ESPECÍFICA

Após detectadas as oportunidades de negócios, os jovens conhecerão noções empresariais, na forma especificada abaixo:

- Noções de Empreendedorismo e de formação de empresas, cooperativas e associações.
- Tecnologias de Produção (específicas para cada um dos empreendimentos escolhidos).
- Noções de Marketing e Discussão sobre os mercados dos produtos escolhidos.
- Noções de Gestão Empresarial, nas áreas de Recursos Humanos, Finanças e Recursos Logísticos e Patrimoniais.

Esses conhecimentos serão repassados por especialistas na área, utilizando-se professores para o repasse do conteúdo teórico e, para apresentar uma noção mais próxima da realidade, serão utilizadas experiências práticas compartilhadas por técnicos e/ou empresários.

#### 4. VIVÊNCIA PRÁTICA

A vivência prática será orientada para elaboração de projetos empresariais dentro das atividades produtivas escolhidas pelos participantes na pesquisa de oportunidades de negócios realizada no mercado local. Esse projeto será construído pelos próprios participantes em etapas subsequentes, efetivadas paralelamente aos conhecimentos adquiridos no módulo de capacitação específica.

Essa fase será acompanhada por especialista em elaboração de projetos empresariais, através de oficinas de trabalhos práticos, além de visitas às empresas, cooperativas e associações, de forma a propiciar aos participantes um maior conhecimento da prática empresarial (forma de operação, gestão, resultados financeiros, entre outras).

Com isso, os participantes poderão prever as necessidades de investimentos financeiros necessários à implantação dos empreendimentos, seja com as inversões físicas, seja com os recursos necessários para realizar capacitações específicas para as pessoas que farão parte das novas empresas de acordo com os ofícios desempenhados por cada um.

Note-se, aqui, mais uma pretensão deste projeto. Em vez de a qualificação ser feita para empregos a serem procurados, pretende-se qualificar os jovens na criação de empreendimentos, de onde se originarão seus próprios empregos.

A partir daí, e observados os ofícios específicos de cada um, poderá ser formatado um plano de capacitação individual, permitindo que os recursos utilizados nessa qualificação possam obter a devida efetividade.

O método a ser utilizado em todo o Programa é o da Aprendizagem Participativa e Vivencial, que se baseia essencialmente nos processos do aprender a aprender, cultivando os atributos de

autonomia, senso crítico, espírito de grupo, iniciativa e interdependência do participante. Ele constará de vivências, jogos, trabalho de grupo, palestras, pesquisa de campo, conversas com profissionais de diversas áreas de atuação, atividades culturais e de lazer, e oficinas de trabalho.

O trabalho deve ser coordenado por profissionais com experiência nesse tipo de método e será operacionalizado por educadores das próprias comunidades (devidamente selecionados e capacitados) com vistas a garantir a adequação do trabalho à realidade da clientela.

## VII. PROCESSO DE SELEÇÃO

### 1 PARA OS PARTICIPANTES:

#### 1.1 Fase de Mobilização e Engajamento

Visando a apresentar o foco escolhido como tema do trabalho, além de garantir o poder de escolha e de engajamento dos participantes, será realizado um trabalho de mobilização na comunidade, conclamando sua participação em um evento de apresentação do Programa, tendo como alvo as pessoas interessadas em participar, mas visando também a participação de líderes do local. Neste evento, além dos esclarecimentos que se fizerem necessários, os participantes receberão uma cartilha contendo todas as informações sobre o Programa, bem como data e forma de inscrição.

#### 1.2 Fase de Triagem

Serão selecionadas trinta pessoas, por turma, segundo critérios de triagem acertados entre a instituição formadora e o Conselho Gestor de cada ZEIS.

### 2 PARA OS EDUCADORES LOCAIS

Serão selecionados 02 (dois) educadores em cada comunidade, que serão responsáveis por cada turma formada. A seleção será feita através de entrevista e aplicação de trabalho em grupo, segundo os critérios abaixo:

- Experiência em educação.
- Interesse no Projeto.
- Disponibilidade de tempo.

## VIII. ESPECIFICAÇÕES DO CURSO

Duração do Programa: 600 horas

Módulo Básico: 240 h

Módulo Específico: 360 h

#### IX. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DOS PARTICIPANTES

A avaliação será realizada levando em consideração três olhares: do instrutor, das pessoas e do grupo, quando serão observados os seguintes pontos:

- Motivação e participação nas atividades propostas durante todo o programa.
- Realização das tarefas propostas.
- Mudanças visíveis nas pessoas durante todo o programa.
- Frequência mínima (90% da carga horária) de cada módulo.

#### X. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

O Acompanhamento e a Avaliação dos Cursos estarão voltados para os aspectos de eficiência, eficácia e efetividade. Isto significa dizer que estarão dirigidos à verificação da capacidade que tem o Programa de atender às necessidades e expectativas dos diversos públicos envolvidos.

A medida das mudanças efetivadas, em consequência do Programa, será obtida pela comparação das situações, em três momentos: antes da capacitação, logo após a capacitação e três meses após a capacitação.

Serão contemplados aspectos pessoais dos treinandos, referentes à situação socioeconômica (variações na renda, variações nas taxas de ocupação, tipos de ocupação, condições de moradia), situação emocional (autoestima, relações com as famílias, satisfação com o trabalho) e aspectos específicos do treinamento (avaliação de reação, índice de evasão, razões para evasão).

Serão registradas, além das posições dos treinandos, as impressões dos instrutores e do Conselho Gestor da ZEIS respectiva.

## **APÊNDICE B - PLATAFORMA DE PROJETOS COMPARTILHADOS: “VOZ DA ZEIS”**

O modelo proposto consiste na busca por soluções para a ZEIS entre seus cidadãos, empoderando-os, por meio de uma plataforma eletrônica, para captação de ideias inovadoras em seu local. O modelo prevê que essa captura será intermediada pelo Observatório da Cidade em parceria com LABZEIS (Grupo de pesquisa e trabalho do Laboratório de Gestão de Cidades da UECE) que fará a gestão da plataforma, e pelo Conselho Gestor, que fará a seleção final e o encaminhamento dos projetos mais relevantes, classificando-os segundo a importância e urgência.

Esses projetos serão incluídos no orçamento municipal para os períodos imediatamente posteriores ao da seleção realizada pela população e pelos conselhos, dando, assim, origem a uma nova formulação de um Orçamento Participativo. Na oportunidade, serão definidos quais recursos da competência da prefeitura (previstos no seu orçamento) poderão ser utilizados por cada projeto, bem como aqueles recursos que precisam ser captados em fontes a serem identificadas, processo que definirá também a prioridade da efetivação dos projetos. Essas informações serão todas disponibilizadas para os conselhos e a população por meio da plataforma, e serão atualizadas de acordo com os eventos que se forem realizando durante a concretização dos esforços para a captação e aplicação.

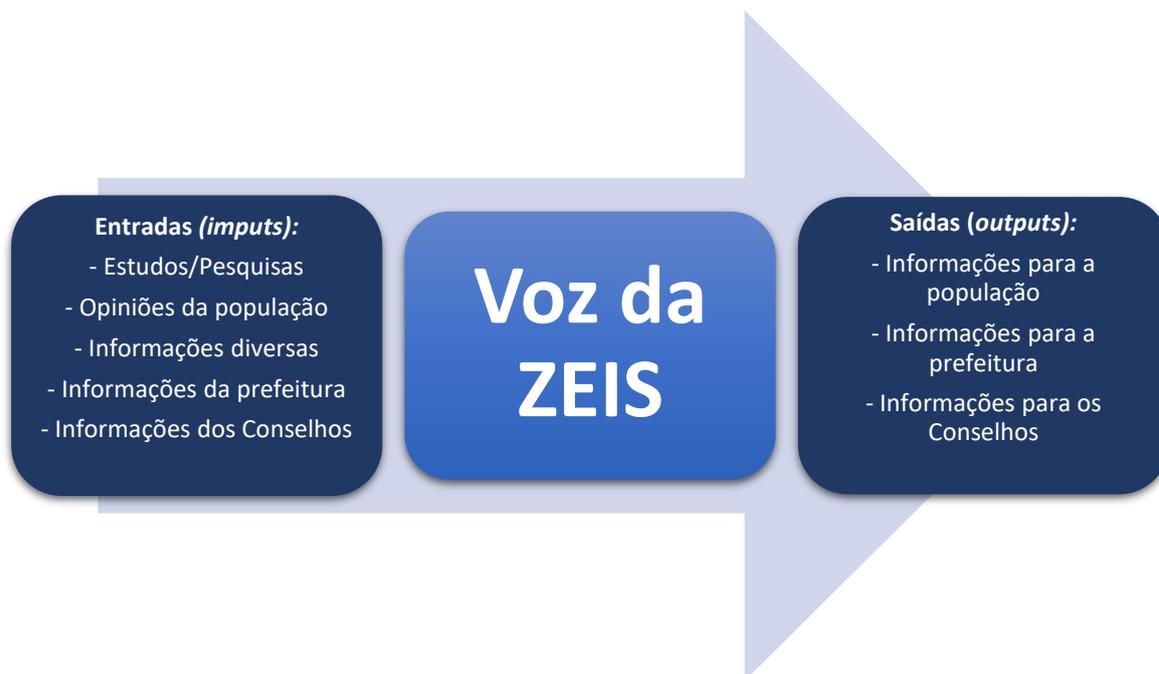
### **i. Objetivo**

Desenvolvimento e implantação de um software de interação com a comunidade e a prefeitura na definição de prioridades de projetos especiais para a ZEIS, definindo um ranking para servir de base para o processo decisório da gestão do município.

### **ii. Modelo de funcionamento**

A Figura 1 apresenta a ideia inicial de funcionamento da plataforma eletrônica.

**Figura 1 – Estruturação e instrumentalização**



Fonte: Autoria própria.

### iii. Resultados esperados

- Formular um novo modelo de Orçamento Participativo, no qual serão definidos quais recursos da competência da prefeitura poderão ser utilizados nos projetos selecionados, bem como os recursos que precisam ser captados em fontes a serem identificadas, processo que definirá também a prioridade da efetivação dos projetos. Essas informações serão todas disponibilizadas para os Conselhos e a população por meio da plataforma e serão atualizadas de acordo com os eventos que se forem realizando durante a concretização dos esforços para a captação e aplicação.

- Adotar um novo modelo de gestão, que se observa como elemento preponderante para os projetos de desenvolvimento da cidade oriundos de uma nova interação da comunidade com a prefeitura, tornando mais efetiva a realização dessas iniciativas, pois cocriadas entre as duas instâncias.

- Implantar, por meio de um software, um canal de informação e comunicação, para uso do processo decisório, contribuindo para a melhoria da gestão municipal, em especial nas ZEIS.

Foi desenvolvida uma Plataforma Eletrônica elaborada com o objetivo de fazer com que as pessoas da comunidade pudessem submeter propostas e projetos que colaborassem para o seu desenvolvimento, os quais deverão ser votados pelos moradores, obtendo, assim, o apoio necessário para serem colocados em prática por quem se interesse em implantá-los, seja no

poder público, seja na iniciativa privada, ou ainda na esfera de Organizações não Governamentais interessadas em desenvolvimento de comunidades.

Os requisitos e funcionalidades da Plataforma foram levantados em reunião com a equipe do projeto, e estão abaixo especificadas:

1. Campo de cadastro
  - a. Nome
  - b. E-mail
  - c. Endereço
  - d. Aceitação do termo de uso
2. Usuário Cadastrado
  - a. Inserir projetos/propostas que gerem ou melhorem o trabalho e renda na comunidade
    - i. Imagens
    - ii. Texto
    - iii. Endereço do local do projeto
  - b. Usuário NÃO pode editar ou apagar
  - c. Votar a favor ou contra outros projetos
  - d. Fazer comentários em outros projetos
  - e. Recebe e-mail cada vez que tiver comentário sobre seu projeto/proposta
3. Home
  - a. Exibe os projetos/propostas
  - b. Classifica os projetos/propostas por ordem do saldo de votos (positivos menos negativos)
  - c. Classifica por tipo de projeto/proposta
  - d. Mostra mapa de proposta/propostas no Maps das ZEIS (frame do google)
  - e. Campo de Login/cadastro
  - f. Campo de recuperar senha
  - g. Link para a página tipo blog
4. Página tipo blog
  - a. Página padrão tipo blog (tipo wordpress)
5. Relatórios:
  - a. Exportar para planilha cadastro completo
  - b. Exportar projetos
6. Administrador

- a. Ocultar projetos
  - b. Bloquear usuários
  - c. Apagar comentários
  - d. Inserir/editar/apagar notícias no blog
7. Regras de negócio
- a. Cada pessoa só pode votar uma vez em cada proposta
  - b. Usuário recebe ranking da proposta/projeto

A plataforma ficou sob o domínio: <http://vozdazeis.com.br/> e encontra-se hospedada na empresa Hostinger ( <https://www.hostinger.com.br>). A seguir, seguem imagens das telas da plataforma.

**Figura 2 - Tela inicial**



**Figura 3 - Tela individual da ZEIS**

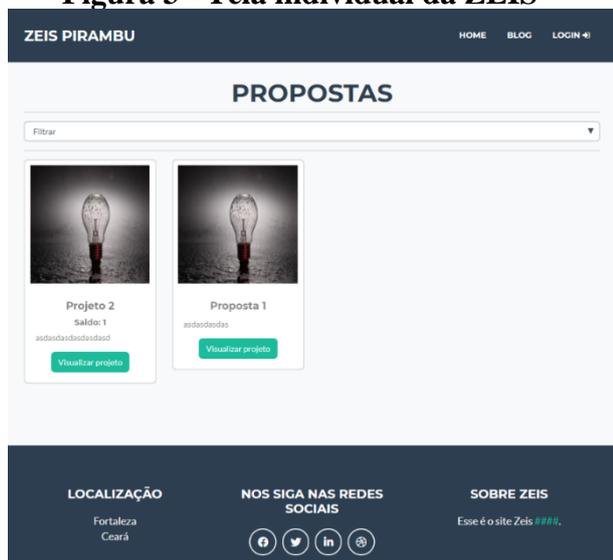


Figura 4 - Tela de login

Entrar

Email

Password

[Esqueceu sua Senha?](#)

Ainda não tem cadastro? [Criar conta!](#)



Figura 5 - Tela de visualização de projetos

ZEIS PIRAMBU HOME BLOG LOGIN

## PROJETO 2



### Descrição do Projeto

asdasdasdasdasd

---

### Detalhes do Projeto

Cidade: Fortaleza | Estado: CE  
17, Jan 2020

Apoiaram: 1 | Não Apoiam: 0

## Figura 6 - Tela de criação de contas

Para votar é necessário [criar uma conta!](#)

### 1 Comentários

 **MIQUEIAS RODRIGUES MESQUITA**  
January 19, 2020 - 7:23AM  
asdasdasdasd

Nome

Email\*

Comentário

Comentário

[Comentar](#)

## Figura 7 - Tela de cadastro de propostas

**ZEIS PIRAMBU** [HOME](#) [BLOG](#) [THIAGO BARROS](#)

### CADASTRAR PROPOSTA

NOME\*

Descrição\*

CEP\*  Endereço\*  CIDADE  ESTADO

NÚMERO\*  COMPLEMENTO  BAIRRO

Classificação\*  Imagem de capa  Nenhum arqu...elecionado Imagens  Nenhum arqu...elecionado

[Cadastrar](#)

Figura 8 - Tela de gerenciamento de propostas

**ZEIS PIRAMBU** HOME BLOG THIAGO BARROS ▾

## MINHAS PROPOSTAS

#	Nome	Descrição	Status	Ações
Não há nada pra exibir!				

**LOCALIZAÇÃO**  
Fortaleza  
Ceará

**NOS SIGA NAS REDES SOCIAIS**

**SOBRE ZEIS**  
Esse é o site Zeis ####.

## **APÊNDICE C - MODELOS DE APROVEITAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS**

Modelos de aproveitamento de resíduos sólidos que poderão ser desenvolvidos na ZEIS deverão levar em conta as necessidades da comunidade, o atual modelo em vigor, que poderá ou deverá ser redimensionado e reestruturado, e as intenções da Prefeitura Municipal de Fortaleza e seus diversos órgãos que tratam do assunto.

No ano de 1998, no dia 12 de fevereiro, foi sancionada a Lei nº 9.605, que dispunha sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, adotando responsabilidades administrativas, civis e penais a pessoas jurídicas e físicas, além de culpabilidade e penas restritivas de direitos. Em 02 de agosto de 2010, foi sancionada a Lei nº 12.305, instituindo a Política Nacional de Resíduos Sólidos, e alterando a Lei nº 9.605, acima citada, dispondo sobre a gestão integrada e o gerenciamento dos resíduos sólidos (incluídos os perigosos), as responsabilidades dos geradores e do poder público e os instrumentos econômicos que possam ser aplicados. A lei se aplica tanto a pessoas físicas, quanto jurídicas, de direito público e privado, direta ou indiretamente, pela geração de resíduos e as que desenvolvam ações relacionadas à gestão integrada ou ao gerenciamento de resíduos sólidos.

No âmbito estadual, foi elaborada a Lei nº 16032, de 20/06/2016, que institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos e que dispõe sobre as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluídos os perigosos, às responsabilidades dos geradores e do Poder Público e aos instrumentos econômicos que a ela se aplicam e que são válidos tanto para pessoas físicas quanto jurídicas, de direito público ou privado, responsáveis, direta ou indiretamente, pela geração de resíduos sólidos e as que desenvolvam ações relacionadas à gestão integrada ou ao gerenciamento de resíduos sólidos, no âmbito do Estado do Ceará.

No âmbito municipal, mais especificamente da Prefeitura de Fortaleza, em 24 de dezembro de 1999, foi sancionada a lei nº 8.408, que estabelecia normas de responsabilidade sobre a manipulação de resíduos produzidos em grande quantidade ou de naturezas específicas, estabelecendo normas, fiscalização, autuação, infrações e penalidades para produtores e operadores de resíduos sólidos, e disciplinando os serviços de coleta, armazenamento, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos.

Esta lei teve alguns de seus dispositivos alterados pela Lei Municipal nº 10.340, de 28 de abril de 2015, estabelecendo que todos os geradores seriam obrigados a elaborar, implementar e operacionalizar o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, submetendo-o

ao órgão municipal competente. Explicitava controle e fiscalização pelos órgãos competentes da Prefeitura, definindo infração como qualquer inobservância a qualquer preceito da lei e de seu regulamento, estabelecendo penalidades e medidas administrativas, sem prejuízo de sanções penais ou civis. Em 02 de fevereiro de 2000, foi publicado o Decreto nº 10.696, regulamentando a Lei nº 8408-99.

Dentro do que foi disposto nesses instrumentos legais, tanto em nível nacional, como municipal e em decorrência de observações na cidade, pesquisas e estudos relacionados com a gestão de resíduos sólidos em Fortaleza, bem como em outros países que parte da equipe teve oportunidade de acompanhar de perto, é que achamos conveniente emitir algumas ideias que, futuramente, poderiam ser transformadas em construção de modelos que pudessem minimizar ou, quem sabe, eliminar os males causados atualmente por algumas falhas no tocante à gestão dos resíduos sólidos em Fortaleza.

Assim, passamos a abordar cada item:

**1. Modelo de aproveitamento de resíduos sólidos, com geração de trabalho e renda, observando conceitos modernos de sustentabilidade com foco no seu tripé que envolve os aspectos econômicos, ambientais, sociais e culturais.**

A Lei Federal nº 12.305 dispõe em seus PRINCÍPIOS E OBJETIVOS, Art. 6º, VIII, que são princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos, o reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania. No Art. 18º, § 1º, I, dispõe que serão priorizados no acesso aos recursos da União referidos no caput os municípios que implantarem a coleta seletiva com a participação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis constituídas por pessoas físicas de baixa renda.

No Art. 19º, XI, o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos diz dos programas e ações para a participação dos grupos interessados, em especial das cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis constituídas por pessoas físicas de baixa renda, se houver, e no XII propõe o desenvolvimento de mecanismos para a criação de fontes de negócios, emprego e renda, mediante a valorização dos resíduos sólidos. Em seu Art. 36º, VI, § 1º, dispõe que, para o cumprimento do disposto nos incisos I a IV do caput, o titular dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos priorizará a organização e o funcionamento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis constituídas por pessoas físicas de baixa renda, bem como sua contratação.

Já em seu CAPÍTULO V (DOS INSTRUMENTOS ECONÔMICOS), Art. 42º, o poder público poderá instituir medidas indutoras e linhas de financiamento para atender, prioritariamente, às iniciativas de: III - implantação de infraestrutura física e aquisição de equipamentos para cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis constituídas por pessoas físicas de baixa renda.

A Lei Estadual propõe, em seu CAPÍTULO II - DOS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS, Art. 6º, que são princípios da Política Estadual de Resíduos Sólidos: VIII - o reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania. No Art. 30, diz que fica instituída a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, a ser implementada de forma individualizada e encadeada, abrangendo os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, os consumidores e os titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, consoante as atribuições e procedimentos previstos nesta Seção: IV - incentivar a utilização de insumos de menor agressividade ao meio ambiente e de maior sustentabilidade; V - estimular o desenvolvimento de mercado, a produção e o consumo de produtos derivados de materiais reciclados e recicláveis; VI - propiciar que as atividades produtivas alcancem eficiência e sustentabilidade.

Infelizmente, na Lei Municipal, não há qualquer menção à geração de trabalho e renda ou sustentabilidade a partir do que se possa aferir algum interesse manifesto em trabalhar esses itens. No entanto, apresentamos, ao final deste documento, proposta de modelo para geração de trabalho e renda, com inclusão dos resíduos sólidos como base, com o nome de ZEISólido, que poderá ser implantado com sucesso na ZEIS, dependendo do interesse do gestor público municipal.

## **2. Modelo de gestão municipal de resíduos sólidos, com base na Lei Municipal que trata do assunto, verificando a necessidade de centralizar em apenas um órgão municipal a gestão dos resíduos.**

A gestão de resíduos sólidos é feita, em nível estadual, pela SEMA – Secretaria Estadual de Meio Ambiente e, em nível municipal, pela SEUMA – Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente, Secretaria Municipal e Conservação e Serviços Públicos - SCSP e pela EMLURB - Empresa Municipal de Limpeza e Urbanização. A ideia é que possamos ter, no futuro, apenas o órgão municipal centralizando todas as ações de gestão de resíduos sólidos em cada município no Estado. Apesar da legislação estadual prever uma relação com as leis

municipais, inclusive para recebimento de recursos, seria bom que em breve pudesse a gestão de resíduos ser totalmente municipalizada.

Neste sentido, está definida a municipalização dos processos de gestão de resíduos sólidos, quando a Lei Federal define o que é gerenciamento de resíduos sólidos como sendo o conjunto de ações exercidas, direta ou indiretamente, nas etapas de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, de acordo com Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos ou com Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, exigidos na forma desta Lei. E, diz, ainda, em seu Art. 17, XII, - sobre os meios a serem utilizados para o controle e a fiscalização, no âmbito estadual, de sua implementação e operacionalização, assegurado o controle social: § 2º A elaboração e a implementação pelos Estados de planos microrregionais de resíduos sólidos, ou de planos de regiões metropolitanas ou aglomerações urbanas, em consonância com o previsto no § 1º, dar-se-ão obrigatoriamente com a participação dos Municípios envolvidos e não excluem nem substituem qualquer das prerrogativas a cargo dos Municípios previstas por esta Lei.

Além disto, em sua Seção IV - Dos Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, Art. 18, diz que a elaboração de Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, nos termos previstos por esta Lei, é condição para o Distrito Federal e os Municípios terem acesso a recursos da União, ou por ela controlados, destinados a empreendimentos e serviços relacionados à limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos, ou para serem beneficiados por incentivos ou financiamentos de entidades federais de crédito ou fomento para tal finalidade.

A Lei Estadual define em seu Artº.11: Observadas as diretrizes e demais determinações estabelecidas nesta Lei e em seu regulamento, incumbe aos municípios:

I - promover a integração da organização, do planejamento e execução as funções públicas de interesse comum relacionadas à gestão dos resíduos sólidos do município;

II - controlar e fiscalizar as atividades dos geradores sujeitas a licenciamento ambiental pelo órgão municipal do SISNAMA;

III - definir o ente responsável pela regulação dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, que poderá ser exercida por entidade municipal ou delegada a qualquer entidade reguladora constituída dentro dos limites do Estado do Ceará, explicitando no ato de delegação, em qualquer das hipóteses, a forma de atuação e a abrangência das atividades a serem desempenhadas pelas partes envolvidas. Parágrafo único. A atuação do Estado do Ceará, no que tange às diretrizes impostas aos seus municípios na forma do caput, deve ser de priorizar

as iniciativas de municipalidades para soluções consorciadas ou compartilhadas entre 2 (dois) ou mais municípios.

De forma direta ou indireta, dá aos municípios uma certa autonomia para lidarem com seus resíduos sólidos e fazer a sua gestão, mesmo que tendo que prestar contas aos Estados.

**3. Modelo de gestão de resíduos sólidos tendo como base instituir em prazo curto, médio ou longo, dependendo da conveniência do setor, o processo de coleta seletiva por parte de todos os geradores de resíduos, separando o resíduo orgânico do reciclável.**

A Lei nº 10.340 define o que são os grandes geradores e suas obrigações, inclusive no tocante à segregação dos resíduos que ficarão a seu encargo (Art. I, §1º), para o que deverão apresentar um Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (Art.8º, V). No entanto, exclui unidades familiares e condomínios dessa obrigação, “ainda que venham a ser considerados grandes geradores” (Art. I, §4º).

O que se advoga nesta ideia para a criação de um futuro modelo é que todos os geradores de resíduos, sejam pequenos, médios ou grandes, estejam na obrigação de separar materiais orgânicos dos recicláveis, acondicionando-os corretamente e disponibilizando-os para o destino final, de maneira a gerar menos custos para a Prefeitura e menos problemas para o meio ambiente.

A Lei Federal define, em seu Art. 8º, que são instrumentos da Política Nacional de Resíduos Sólidos, entre outros: II - a coleta seletiva, os sistemas de logística reversa e outras ferramentas relacionadas à implementação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos. Em seu Art.18, já mencionado neste texto, dispõe que serão priorizados recursos da união aos municípios que implantarem a coleta seletiva com a participação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis constituídas por pessoas físicas de baixa renda. Diz, ainda, no parágrafo único do Art. 35º, que o poder público municipal pode instituir incentivos econômicos aos consumidores que participam do sistema de coleta seletiva referido no caput, na forma de Lei Municipal. E, em seu Art. 42º, o poder público poderá instituir medidas indutoras e linhas de financiamento para atender, prioritariamente, às iniciativas de: V - estruturação de sistemas de coleta seletiva e de logística reversa.

Com relação à Lei Estadual, vemos que, no Art. 6º, são princípios da Política Estadual de Resíduos Sólidos: XXII - fomentar a implantação do sistema de coleta seletiva nos municípios, que é um instrumento da Política Estadual de Resíduos Sólidos (Art. 8º, V). Em seu Art. 18º, § 3º, consta que serão priorizados no acesso aos recursos do Estado referidos no

caput os municípios que: II - implantarem a coleta seletiva com a participação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, constituídas por pessoas físicas de baixa renda. Em seu Art. 36º, II – estabelece o sistema de coleta seletiva, priorizando a inclusão de catadores, inclusive, responsabilizando-se pela implantação de Centros de Triagem. E, em seu Art. 43, o Poder Público Poderá instituir medidas indutoras e linhas de financiamento para atender, prioritariamente, às iniciativas de: V - estruturação de sistemas de coleta seletiva e de logística reversa.

Infelizmente, a Lei Municipal não trata de coleta seletiva, mas refere-se ao que chama de segregação de materiais, em duas ocasiões: na definição de responsabilidades dos grandes geradores e no que alude à confecção de seu plano de gerenciamento.

#### **4. Modelo de aproveitamento de resíduos sólidos orgânicos para instalação e manutenção de biodigestores e geradores de energia, gás e material para agricultura a partir do processamento dos resíduos.**

A Lei Federal trata da compostagem no aproveitamento de resíduos apenas no artigo em que define a destinação final dos resíduos e no seu Art. 36º: No âmbito da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, cabe ao titular dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, observado, se houver, o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos: I - implantar sistema de compostagem para resíduos sólidos orgânicos e articular com os agentes econômicos e sociais formas de utilização do composto produzido.

A Lei Estadual, traz também, em seu Art.3º, VII, a compostagem como parte da definição de destinação final ambientalmente adequada e/ou produtiva. E em seu Art.36º, diz: No âmbito da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, cabe ao titular dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, observado, se houver, o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos: I - adotar procedimentos para reaproveitar os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis provenientes dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos; (...) V - implantar sistema de compostagem para resíduos sólidos orgânicos e articular com os agentes econômicos e sociais formas de utilização do composto produzido.

Em seu Art.1º, a Lei Municipal define que os geradores são responsáveis, dentre outras obrigações, pela segregação prévia (item VI - separação dos resíduos no momento e local de sua geração, de acordo com as suas características físicas, químicas, biológicas, o seu estado físico e os riscos envolvidos) e tratamento (conjunto de processos e procedimentos que alteram

as características físicas, químicas e biológicas dos resíduos e conduzem à minimização do risco à saúde pública e à qualidade do meio ambiente) dos resíduos. Em seu Art.18, apenas refere-se à compostagem dentro da definição de destinação final, em seu item XIII — destinação final ambientalmente adequada: destinação de resíduos que inclui a reutilização, a reciclagem, a compostagem, a recuperação e o aproveitamento energético ou outras destinações admitidas pelos órgãos competentes do SISNAMA, do SNVS e do SUASA, entre elas a disposição final, observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos.

De qualquer forma, é muito pouco, ainda, a abordagem do tema coleta seletiva e destinação dos materiais inorgânicos, inclusive rejeitos e orgânicos a sistemas como compostagem, cujo resultado pode tão bem ser aproveitado pelas hortas comunitárias, agricultura familiar, escolas, dentre outros.

Dentro desta perspectiva, advoga-se que desde pequenos geradores, como unidades familiares de qualquer porte, até os Condomínios deveriam, se não obrigados, pelo menos conscientizados a fazerem a separação, ou segregação, de seus resíduos, conforme a Lei, utilizando biodigestores residenciais, ou de maiores dimensões no caso de escolas públicas, que serviriam para gerar insumos bem como energia para pequenas hortas comunitárias ou dentro das próprias escolas. Nas escolas, serviriam para um processo de educação ambiental dos alunos e sua inserção nas comunidades em que vivem, como atores produtivos, incentivando direta e indiretamente um processo sustentável, dentro das dimensões econômica, social, ambiental e cultural.

**5. Modelo de relacionamento para dar protagonismo à comunidade de forma que possam ser ouvidos os habitantes da ZEIS, seus representantes, seu Conselho Gestor, como forma de implantar melhorias na coleta, processamento e descarte dos resíduos sólidos gerados e instalação de equipamentos como ecopontos e suas políticas decorrentes, aí incluída a plena divulgação das ações e processos.**

A Lei Municipal não se refere diretamente à população, às comunidades, a não ser quando passa a definir o que se entende por coleta (Art. 8º, X): “Conjunto de processos e procedimentos que visa remover os resíduos (...) utilizando-se de técnicas que garantam a preservação das condições de acondicionamento e a integridade dos trabalhadores, da população e do meio ambiente”.

O que se advoga com esta ideia que pretende se transformar em um modelo de gestão de resíduos sólidos, é escutar a população e seus representantes sobre como processar

melhor a coleta e o descarte dos resíduos e como fazer melhor toda a gestão de resíduos sólidos na cidade, que, de todo, irá favorecer, ao final, à população residente, nas áreas nobres ou nos bairros mais afastados e mais carentes.

**6. Modelo de gestão dos catadores de resíduos sólidos que trabalham na ZEIS com vistas a inseri-los na comunidade fazendo-os serem participantes ativos da economia local, atuarem como agentes de proteção ambiental e prover-lhes melhoria da sua condição social.**

A Lei nº 12.305, de 02.08.2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, refere-se, em vários pontos, aos catadores de resíduos como um dos vetores principais da coleta seletiva, trazendo em seu bojo várias referências aos catadores e dando-lhes grande importância e às suas associações e cooperativas.

Em seu Art. 7º, XII, define, como objetivos da PNRS, a integração dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos. No Art. 8º, V, define como instrumentos da PNRS, dentre outros, o incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis. No Art. 15º, V, diz que a União elaborará, dentro do PNRS, metas para a eliminação e recuperação de lixões, associadas à inclusão social e à emancipação econômica de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis.

Já no Art. 18º, II, prevê o que é condição para os Municípios terem acesso a recursos da União, ou por ela controlados, destinados a empreendimentos e serviços relacionados à limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos, implantarem a coleta seletiva com a participação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis constituídas por pessoas físicas de baixa renda. No Art. 19º, XI, define que o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos deverá ter, como conteúdo mínimo, programas e ações para a participação dos grupos interessados, em especial das cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis constituídas por pessoas físicas de baixa renda, se houver. O Art. 36º, VI aponta que cabe ao Poder Municipal, através do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, dar disposição final ambientalmente adequada aos resíduos e rejeitos oriundos dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos.

Para tanto, estipula em seu § 1º que, para o cumprimento do disposto nos incisos I a IV do caput, o titular dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos

priorizará a organização e o funcionamento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda, bem como sua contratação. No Art. 42º, III, consta que o poder público poderá instituir medidas indutoras e linhas de financiamento para atender, prioritariamente, às iniciativas de implantação de infraestrutura física e aquisição de equipamentos para cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda.

Finalmente em seu Art. 44º, II, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no âmbito de suas competências, poderão instituir normas com o objetivo de conceder incentivos fiscais, financeiros ou creditícios a projetos relacionados à responsabilidade pelo ciclo de vida dos produtos, prioritariamente em parceria com cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda.

No âmbito Estadual, o Plano Estadual de Resíduos Sólidos diz explicitamente que, quando existe a coleta seletiva, são casos pontuais sem nenhum impacto junto à indústria da reciclagem, a qual se sustenta na coleta informal de catadores autônomos e na reciclagem pré-consumo. Nele são anunciadas diretivas a serem adotadas pelos municípios para que eles possam se adequar ao PNRS, dentre as quais podem ser destacadas a valorização dos catadores, a implantação da coleta seletiva e programas de conscientização acerca das responsabilidades do cidadão para com o lixo produzido.

O Plano Estadual de Resíduos Sólidos do Estado do Ceará (PERS/CE) propõe o arranjo territorial de 14 regiões para Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos, cujo objetivo é permitir ganhos de escala e promover a sustentabilidade do sistema de resíduos sólidos urbanos, por meio da formalização de consórcios, o que permitirá a implementação da coleta seletiva, com participação dos catadores. Atualmente temos, em Fortaleza, aproximadamente 300 catadores cadastrados na Prefeitura, pertencentes a quatro associações: ASCAJAN, RECICLANDO, ROSA VIRGÍNIA E SOCRELP. Outras fontes dão como certa a existência de aproximadamente 8.000 catadores trabalhando na cidade.

Na Lei Municipal, não se vê, uma única vez, a citação do nome catador ou catadores. Na verdade, ela diz que toda a coleta de resíduos sólidos será feita por empresas privadas e quem não o fizer assim sofrerá sanções. Isto não implica, no entanto, que a Prefeitura de Fortaleza não esteja adotando medidas, apesar de muito tímidas, para, pelo menos, amenizar o trabalho desumano que é realizado pelos catadores de resíduos sólidos, verdadeiros párias sociais, seres invisíveis que são responsáveis por grande parte da coleta seletiva que se faz na

cidade de Fortaleza. No ano de 2019, a Prefeitura prometeu para 2020 a entrega de 90 triciclos para os catadores da cidade, hoje em número de aproximadamente 300, para facilitar seu trabalho. Consideramos muito pouco.

O que se advoga, como ideia para a construção futura de um modelo, é que o mesmo contemple alguns pontos: programas de capacitação; uma renda mínima que poderia ser, inicialmente, de 1/2 salário mínimo, mas que lhes daria um mínimo de dignidade para sobreviver com suas famílias; contato maior e valorização para que fossem inseridos convenientemente na comunidade; fazê-los atuar dentro da própria comunidade ou dentro das ZEIS, no presente caso, participando e sendo vistos pelos habitantes como parte da sua sociedade e colaboradores para a melhoria do sistema ambiental, econômico e social; fazer um trabalho junto à comunidade para receber os catadores e tratá-los como membros. Enfim, envidar ações para que, na região onde moram, ZEIS ou outras localidades, possam ser reconhecidos como cidadãos.

#### **7. Modelo de participação social, relacionada à gestão de resíduos sólidos, através da criação de associações e utilização de bancos e instituições de fomento.**

É fundamental a futura definição de um modelo que leve a população a se manifestar, discutir seus problemas, apresentar suas soluções, através de reunião. A Lei Federal se manifesta a respeito da necessidade de criação de associações, principalmente ligadas a catadores. Em seu Capítulo III, Art.8º, diz que são instrumentos da Política Nacional de Resíduos Sólidos, dentre outros: II - o incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis.

No Art. 18º, § 1º diz que serão priorizados no acesso aos recursos da União referidos no caput os Municípios que: I - implantarem a coleta seletiva com a participação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda; XI – implantarem programas e ações para a participação dos grupos interessados, em especial das cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda, se houver. No Art. 33º, VI, quando fala sobre produtos eletroeletrônicos e seus componentes, aborda, em seu § 3º, que cabe aos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes dos produtos a que se referem os incisos II, III, V e VI ou dos produtos e embalagens a que se referem os incisos I e IV do caput e o §1º tomar todas as medidas necessárias para assegurar a implementação e operacionalização do sistema de logística reversa sob seu encargo, consoante o estabelecido neste artigo, podendo, entre outras medidas: I - atuar

em parceria com cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, nos casos de que trata o § 1º. No Art. 36º, VI, § 1º, dispõe que, para o cumprimento do disposto nos incisos I a IV do caput, o titular dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos priorizará a organização e o funcionamento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda, bem como sua contratação.

No CAPÍTULO V - DOS INSTRUMENTOS ECONÔMICOS, Art. 42º., sustenta que o poder público poderá instituir medidas indutoras e linhas de financiamento para atender, prioritariamente, às iniciativas de: III - implantação de infraestrutura física e aquisição de equipamentos para cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda. Diz, ainda, no Art. 44º, que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no âmbito de suas competências, poderão instituir normas com o objetivo de conceder incentivos fiscais, financeiros ou creditícios, a: III - projetos relacionados à responsabilidade pelo ciclo de vida dos produtos, prioritariamente em parceria com cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda.

Finalmente, nas DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS, Art. 50, dispõe que a inexistência do regulamento previsto no § 3º do art. 21 não obsta a atuação, nos termos desta Lei, das cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis.

A Lei Estadual dispõe, em seu Art. 7º, que são objetivos da Política Estadual de Resíduos Sólidos: XXIV - estimular a organização, por meio de incentivos financeiros, dos catadores e catadoras em cooperativas e associações, de modo a contribuir para o seu desenvolvimento econômico e inclusão social. Em seu Art. 44º, aborda que o Estado e os municípios, no âmbito de suas competências, poderão instituir normas com o objetivo de conceder incentivos fiscais, financeiros ou creditícios, a: I - indústrias e entidades dedicadas à reutilização, ao tratamento e à reciclagem de resíduos sólidos produzidos no território do Estado do Ceará, garantindo-se prioridade na concessão de benefícios para as cooperativas e associações de catadores.

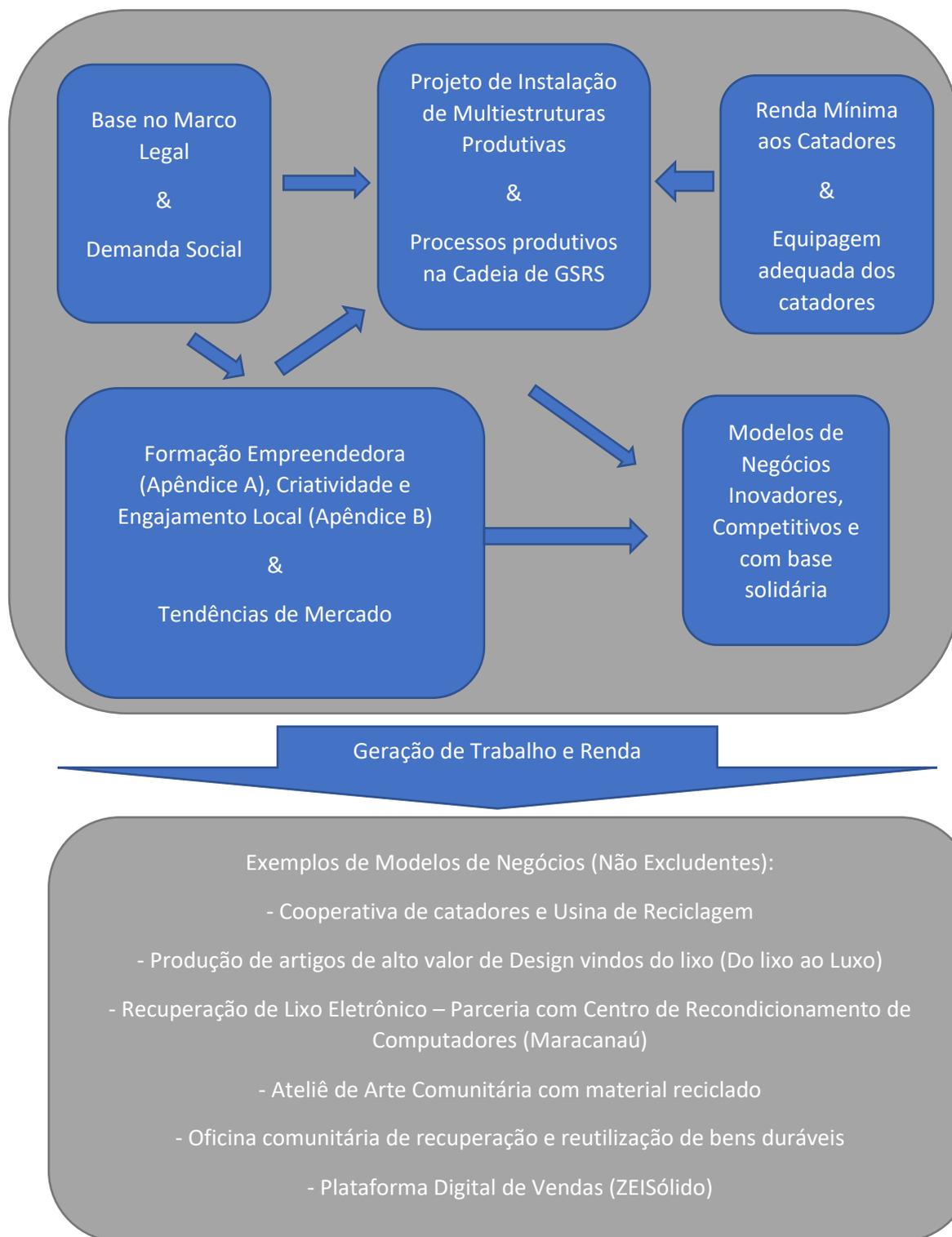
E, no Art. 65º, diz que fica instituído o Programa "Bolsa Catador", consistindo em incentivos financeiros periódicos prestados pelo Estado às cooperativas e associações de catadores com o objetivo de incentivar as atividades de reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como promover a inclusão social da categoria. No Art. 38, § 2º, lê-se que as comunidades e populações potencialmente impactadas pelos empreendimentos ou

atividades que gerem ou operem com resíduos perigosos deverão ser ouvidas e sua manifestação deve ser devidamente considerada para a concessão da licença ou autorização, só podendo estas serem concedidas em desacordo com a manifestação proferida após devida motivação.

Na Lei Municipal, não se encontram menções a comunidades, cooperativas ou associações. É necessário que se atualize a Lei Municipal nº 10.340, DE 28 DE ABRIL DE 2015, para incluir em seu texto referências a comunidades, cooperativas, associações, gestão de resíduos sólidos mais voltada para catadores e população em geral, bem como ações que levem a uma maior integração e interação dos catadores com as comunidades em que vivem e instituir, dentro do ensino básico e fundamental, disciplinas que abordem temas como sustentabilidade, a partir do seu tripé que envolve as dimensões econômica, social, ambiental e cultural.

Estes modelos podem ser integrados em um Centro de Geração de Trabalho e Renda pela Gestão Solidária dos Resíduos Sólidos (GSRS) nas ZEIS, doravante denominado ZEISólido.

O ZEISólido representa a possibilidade de integração dos modelos descritos anteriormente, potencializando a geração de trabalho e renda, a partir das atividades relacionadas à gestão dos resíduos sólidos nas ZEIS, considerando a legislação vigente, a demanda pelo destino correto e sustentável dos resíduos sólidos (GSRS) pela sociedade, a solidariedade, a criatividade e geração de trabalho e renda (Figura 1).

**Figura 1 – Modelo do Centro ZEISólido**

Adiciona-se a estes princípios a criação de programa de renda mínima a catadores associados e/ou pertencentes às cooperativas, uma vez que, normalmente, os mesmos possuem renda vulnerável e desempenham papel social em substituição às obrigações do setor público (criação de Lei Municipal de renda mínima a catadores de resíduos sólidos), além da melhoria

da produtividade do trabalho dos mesmos, com financiamento às cooperativas de catadores, pelos Governos municipal ou estadual, de veículos a base de energia elétrica e sem necessidade de carteira de habilitação (lei de circulação e permissão de uso destes veículos), além da formação de condutores/catadores cadastrados.

Assim, o ZEISólido, com base no marco legal sobre gestão de resíduos sólidos no Brasil, Ceará e Município de Fortaleza, irá, juntamente com as cooperativas de catadores na ZEIS, implantar uma infraestrutura que considerará múltiplas possibilidades produtivas e, ao lado de cursos de formação empreendedora (Apêndice A), construir modelos de negócios inovadores capazes de gerar trabalho e renda. Associado a esta lógica, o ZEISólido deverá ter o apoio da geração de renda mínima dos catadores e da melhoria de seus equipamentos de trabalho, como anteriormente descrito (Figura 1).